



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 173

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	3704
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO	3708

TAQUIGRAFIA

ATA DA 38ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E ANALISAR INTERVENÇÃO FEDERAL NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Em 28 de Setembro de 2015.

Presidência do Sr. JESUÍNO BOABAID - Deputado

(Às 15 horas e 26 minutos é aberta a sessão.)

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)- Senhoras e senhores, boa tarde!

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação de Requerimento do excelentíssimo senhor deputado estadual Jesuíno Boabaid, realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir e analisar a Intervenção Federal no Sistema Prisional do Estado de Rondônia.

Temos a honra e convidar para compor a Mesa desta Audiência Pública excelentíssimo senhor deputado estadual Jesuíno Boabaid proponente desta Audiência Pública. Senhor Leandro Gandolfo, Promotor de Justiça representando o Ministério Público do Estado. Senhora Claudia Pedraza Kfourir, Diretora Executiva da SEJUS, representando a SEJUS. Senhor Claudionor Soares Muniz, Delegado Titular da Delegacia Especializada na repressão aos Delitos Cometidos no Sistema Penitenciário, representando a Polícia Civil. Senhor Gustavo Adolfo, Conselheiro, representando a OAB Rondônia. Senhor

Anderson Pereira, Presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia. Senhora Daiane Gomes, Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários do Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar quero cumprimentar todas as pessoas relacionadas aqui: Dr. Leandro, Promotor, representante do Ministério Público. Claudionor Soares, Gustavo Adolfo, Anderson Pereira e Daiane Gomes, Cláudia Pedraza. Tem alguém que foi relacionada aqui? E os demais presentes, tanto na plenária, como também a parte interna e externa. A discussão aqui nós iremos tratar sobre a questão da Intervenção Federal. Eu fui informado hoje pela manhã que o Secretário da SEJUS e os Subsecretários estão em Manaus, por conta de uma agenda lá para discutir uma problemática que tem. Eu só sei que tinha uma agenda, explicou que não poderia estar presente, pediu até o adiamento, mas como a gente sabe que o tema é um tema que já vem sendo tratado reiteradamente. Eu pedi a ele que encaminhasse pessoas, diretores, no caso, responsáveis para ouvir; poder falar, e aí ao final nós iremos traçar as medidas cabíveis, ou seja, o Termo de Acordo, mas esse Acordo pode ser um prazo estimado aqui, razoável também e ele vai me informar, então a gente pode no final dessas discussões. Eu vou passar a palavra, primeiro aqui a representante da Associação pediu para manifestar que tem um vídeo. Mas lembrando que aqui, eu deixo claro, essa discussão foi noticiada pelo SINGEPERON, que é a parte interessada, é eles que tiveram, propuseram essa ação, essa demanda Judicial. A Associação que só pode falar em nome dos associados, que fique bem claro isso aqui, então é o Sindicato que tem legitimidade para falar em nome de seus representados. Então aqui a gente está com a situação até para não criar a qualquer discussão Jurídica. Outro ponto: quero agradecer a todos os alunos aí da SEJUS que estão presentes, parte interessada também, eles vieram aqui para ouvir sobre a questão do efetivo, que ao final também a gente pode abordar e chegar a um consenso que eu também já falei, já me posicionei em um segundo momento, e eles

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

querem ouvir qual vai ser o desfecho do Estado. Então vou passar a palavra a Presidente da Associação à Daiane para falar.

A SRA. DAIANE GOMES – Boa tarde a todos. Eu quero fazer, vou passar um slide, fazer um breve esboço da nossa situação atual que é apenas a ponta do iceberg do que a gente passa hoje aqui em Rondônia. E só reiterando o que o Deputado falou, eu quero deixar bem claro que segundo o artigo 5º da Constituição, inciso 22, a Associação tem legitimidade de representar os seus associados, e o nosso Estatuto garante isso. O Sistema Penitenciário Estadual. A verdade diferente do que andam maquiando aqui em Rondônia. Quem comanda os presídios do Estado? O Estado ou os apenados? A realidade do Sistema Penitenciário hoje: a superlotação. A maioria das Unidades Prisionais do Estado está trabalhando acima da sua capacidade, com a população carcerária que em contrapartida a contratação dos funcionários não acompanha a demanda do sistema. Hoje, nós aqui trabalhamos sobrecarregados, nós temos só cobrança, muita cobrança, falta de condições de serviços. E, ainda por cima, temos um dos menores salários do Brasil. E, por quê? Por que será? Porque o silêncio perante tantas as situações fazem com que o Estado faça o que quer e o que não quer conosco, ainda que sejamos vítimas de atentados e violência contra os nossos colegas e familiares. Não temos nem por parte do Estado uma nota de condolências. Mesmo diante de tantas dificuldades cumprimos a nossa missão. Evitamos fugas em massa, hoje o Panda está com 1.000 apenados para 8 agentes. Com a displicência da SEJUS de ter cortado as horas extras, que era o que segurava as unidades para funcionar. E o agente, além disso, ele tem que pagar a hora complementar, ele tem que pagar. Por quê? Porque ele deve, não basta ele ser só sobrecarregado, ele ser cobrado. Ele tem que pagar, mas às 16 horas porque nós não somos humanos, porque só os humanos que tem direito à hora do almoço, a hora do descanso, toda aquela situação que o agente penitenciário não; ele tem que cumprir só o agente penitenciário. E quando tombamos, nem sequer uma nota de condolência recebemos; por parte do Estado, nós choramos sozinhos.

Temos que equiparar nossos direitos aos nossos deveres. Direitos, é igual a deveres. Essa balança ela deve ser equilibrada, quando um lado pende mais do que o outro acontece o que está acontecendo hoje.

Entfim, vamos ao tema: Intervenção Federal. A intervenção Federal, no Urso Branco, depois daquela tragédia em 2002, 1º de janeiro para 2 de janeiro, em 2008 o então Procurador Geral Antônio Fernando de Souza, também pediu essa Intervenção Federal, então isso não é novidade.

Aí eu pergunto: a Intervenção Federal ela é eterna? Não. Provavelmente não é. Porque, hoje nós temos na Colônia Penal 640 apenados onde chegam 5 quilos de sabão em pó para dar conta daquilo lá, como é que fica? A Intervenção Federal ela pode até resolver o problema, eu sou a favor, mas são coisas muito pequenas que situações, o serviço à gente resolve em casa, juntamente com o Ministério Público, o Poder Judiciário, o Poder Executivo e quem fiscaliza e quem monitora é a Arquidiocese de Porto Velho, a Justiça Global, a Comissão de Justiça e Paz. Então a gente tem que perguntar isso tudo está funcionando? Isso tudo está funcionando? Está havendo essa

fiscalização? Porque a Intervenção Federal ela vai, vamos lá, a administração vai ser passada para o Quadro Federal, todo mundo vai, e aí depois? Aí depois vai voltar para o desgoverno? Porque a questão não são só as condições precárias para os apenados, é para nós também, é para os servidores, é para alunos que estão há 7 anos esperando serem contratados. Por quê? Porque essa calma? Não. Não tem mais condições de esperar caladinho o que o Estado faz e desfaz com a gente não.

Então, a questão não é só para apenado, é para o agente também, a intervenção vai servir para nós também? Porque se servir para beneficiar também o servidor, aí tudo bem, porque a gente tem que pensar nas duas partes, porque um servidor insatisfeito que trabalha em condições sub-humanas; como é que vai conseguir dar condições para todos, para os apenados?

Entfim, eu sou a favor sim da Intervenção Federal, mas e depois? A intervenção Federal conserta, arruma, e aí volta para o desgoverno? Essa é a questão.

A SRA. WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias) - Sr. Presidente, gostaria de registrar e agradecer a presença do Sr. Leandro Gomes de Melo, Vice-Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários do Estado. Sra. Semayra Moretti, Chefe de Gabinete da SEJUS. Sr. Sávio Ricardo, Gerente de Infraestrutura da SEJUS. Alunos, agentes penitenciários; Dr. Gabriel Tomasete, Advogado do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Estado. Sr. Antônio Carlos da Silva, Presidente do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transportes Rodoviários.

Sr. Presidente, nós temos também justificativa através do: Ofício nº 133/SCEI/2015. Porto Velho/RO, 24 de Setembro de 2015. Agradecimentos (FAZ). Senhor Presidente, agradeço a vossa excelência o convite formulado para participar da Audiência Pública, objetivando discutir e analisar a Intervenção Federal no Sistema Prisional do Estado de Rondônia a realizar-se no dia 28 de setembro de 2015.

Nesse sentido ao tempo em que apresento escusas pelo não comparecimento devido à incompatibilidade de datas com compromissos oficiais inarredáveis ante o cargo assumido, lamento não ser possível prestigiar o evento.

Ao ensejo, parablenizo Vossa Excelência por mais essa realização, reiterando votos de elevada estima e distinguida consideração.

Desembargador Francisco José Pinheiro Cruz – Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

Temos outra justificativa: Sr. Presidente, agradeço o convite para Audiência Pública, objetivando discutir e analisar a Intervenção Federal no Sistema Prisional do Estado de Rondônia, a realizar-se no dia 28/09/2015. Informo a Vossa Excelência, que motivos de compromissos já agendados anteriormente; não comparecerei ao evento, mas formulo votos de sucesso. Atenciosamente, José Euler Potyguara de Melo – Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado. E também outra justificativa: Agradecemos o convite para participarmos da Audiência Pública a ser realizada no dia 28/09 às 15h00 no Plenário da Assembleia Legislativa de Rondônia e informamos a impossibilidade de comparecimento em razão de compromissos anteriormente agendados e de natureza inadiável desejando sucesso ao evento. Atenciosamente,

Gislaine Sampaio, Secretária Parlamentar do Deputado Expedito Neto.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Bem, só a título de informação, a Daiane falou sobre algumas pessoas que são responsáveis por fiscalização. A Assembleia Legislativa tem o papel primordial, ela é um Poder e esse Poder tem as suas atribuições, que são os Parlamentares, que são consagrados através do Regimento desta Casa e dentre estas existe a Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos, que às vezes há um conflito, mas a Comissão de Segurança Pública diz que nós temos que fiscalizar a execução das leis, a questão do sistema penitenciário, prisional. Então é o papel da gente e em alguns anos não houve, eu acredito, certa atuação, eu não vou entrar no mérito do passado. O que importa é que nós, nesta Legislatura, eu venho exercendo e tentando exercer meu papel, mesmo ciente que são diversas demandas. Está tendo esta Audiência E já tem outra Audiência aí, que eu sou Vice-Presidente de uma Comissão, referente às placas. Então fique claro aqui, essa Comissão tem a legitimidade porque quem fiscaliza e controla os atos do Poder Executivo e as demais ações que são inerentes é esta Casa. É esta Casa que deve estar sempre acompanhando e fiscalizando.

Eu vou passar a palavra para o Presidente do SINGEPERON. É ele que é o autor da demanda e se o Tomasete também quiser se manifestar, tiver alguns dados, documentos, vocês podem usar o data show para explicar para a gente.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Jesuíno Boabaid, autor desta Audiência, resultado de uma convocação feita pela Comissão de Segurança Pública e nos intimou a estar presente para esclarecer as petições do SINGEPERON lá na Corte do STF, em relação ao processo de intervenção que Rondônia responde. Cumprimentar também os candidatos do concurso que estão há quase 5 anos nessa expectativa, sofrendo sem uma posição efetiva do Estado. Cumprimentar o senhor Leandro; a senhora Cláudia Pedraza; Dr. Claudionor, da Delegacia de Assuntos Penitenciários, onde a gente, eu fui Diretor do Urso Branco, a gente pode atuar em algumas situações em conjunto; Dr. Augusto Afonso, representante da OAB e a Daiane Gomes, Presidente da Associação.

Eu queria esclarecer só o seguinte ponto a todos, o processo de intervenção federal foi instaurado e teve origem na Procuradoria Geral de Justiça, no MPF. Foi um Procurador Federal que entrou com esse pedido devido, na época, à irresponsabilidade do Estado em relação ao sistema penitenciário, de não traçar melhorias, não priorizar o sistema penitenciário de Rondônia, em vários aspectos, em efetivo, em superlotação carcerária, em melhoria para os servidores do sistema penitenciário, entre outras e outras coisas. E a partir daquele momento que a Procuradoria entrou com essa ação no STF, o SINGEPERON começou a alimentar esse processo com informações. Então, nesse processo tem 'n' informações, como vídeos, como slides, como foi apresentado, e a gente vem atualizando essas informações todo ano. Só esse ano, nós peticionamos duas petições. A última a gente pediu celeridade no processo porque a gente vê; como eu disse na Audiência passada, o governo fala que está comprando e não

chega. Isso a gente está ouvindo desde 2011. Então nós estamos lá dentro, trabalhando sem um armamento em perfeitas condições, que a maioria já está sucateado, estamos trabalhando com munição letal, na sua maioria por falta de ter a munição não letal, e a maior parte delas estão vencidas; coletes vencidos. E a última aquisição que a Secretaria fez desse tipo de material, foi entre 2005 e 2007. Então, todo esse material já está sucateado. Entre outras coisas, como o próprio concurso, com relação à Corte Interamericana, lá a Assembleia Legislativa, na época, na pessoa do Deputado Euclides Maciel também assinou como fiscal para que o processo fosse arquivado lá na Corte e o processo foi arquivado. Ele foi arquivado, mas o Estado se comprometeu em melhorar o sistema penitenciário e o que tem acontecido em Rondônia, e é por isso que o SINGEPERON foi pedir socorro ao STF, porque as nossas forças, a gente precisa se fortalecer, buscando forças com quem pode intervir aqui no Estado para fazer algo. Então nós fomos à Corte, em cima daquele processo, alimentá-lo, preocupado com a situação atual dos presídios. E como eu sempre falo nas reuniões com o próprio Secretário: Secretário priorize o Sistema Penitenciário, o governo do Estado tem que priorizar porque nós lhe damos com vida. E todo dia acontece fatos dentro do sistema penitenciário, é tentativa de fuga, são celas cerradas, é informação que vão segurar a gente dentro do plantão e a superpopulação carcerária que vem aumentando todo dia, todo dia, e agora, eles criaram audiência de custódia para amenizar essa audiência de custódia é somente para isso, para amenizar a situação da população carcerária, porque o Pandinha estava para explodir de tanto preso provisório e aí depois de condenado que ele vai para o presídio que já está superlotado. E aí a gente vê isso com preocupação, nós temos vários exemplos de intervenção federal, como a própria Presidente disse aqui da Associação, vai vir à intervenção e depois? Vai voltar para a mão do Estado, mas existem vários modelos de intervenção e nós temos um exemplo que aconteceu no Estado da Bahia no mês passado, o STF interveio no Sistema Penitenciário baiano, e eu li toda decisão, se aquilo aconteceu em Rondônia, é muito bom para Rondônia, é muito bom para o Governo do Estado, é bom para todos nós que trabalhamos também como fiscalizadores no sistema prisional, eles liberaram da Loteria Federal milhões e bilhões para serem investidos no sistema penitenciário através da intervenção federal. Então, a intervenção federal, ela não se resume somente de vir um... Sei lá um Coronel do exército ou um Procurador Federal, ou um Juiz para intervir, ele não se resume só nisso, se resume também e ela pode se modular para continuar o mesmo Secretário atuando sob fiscalização federal. Então existem vários modelos e o que eu busco com isso em si, não é a intervenção, eu não quero que no meu Estado venha uma intervenção porque é uma vergonha para nós que atuamos aqui e para mim como sindicato, que tenho um papel também de fiscalizador. O que eu quero são as melhorias, o que eu quero é que tudo não se resuma só em palavras, mas que a gente saia das reuniões que são muitas que vem acontecendo, nós participamos recentemente numa no Tribunal de Justiça, na Corregedoria do Tribunal que não foi efetiva, não teve objetividade. Então, o que nós queremos hoje; não sei se hoje a Secretaria, o Governo, o Executivo, ele vai ter como hoje traçar metas e falar: "o prazo para resolver

a questão do concurso é esse, o prazo para a questão do armamento é esse". Eu não sei quem vai responder, se é a SEJUS. Mas o que nós queremos são prazos, que a Secretaria trace metas e cumpra essas metas que já vem sendo descumprida pelo governo atual desde 2011, e não justifica mudança de Secretário que nós já estamos no 6º, não justifica, porque ele pegou o trem andando, o trem já estava andando, as licitações que eu ouvi em 2011, até hoje já estão em andamento pelo menos foi o que me passaram. Então, Deputado, é isso que eu queria esclarecer, a gente vem alimentando, até isso acontecer nós vamos continuar alimentando, as informações que a gente colher hoje nessa audiência, nós vamos continuar alimentando o processo no STF, mas o que a gente quer é fortalecer a nossa luta, é que a categoria seja vista pela sociedade como um papel fundamental de ressocializar e de devolver o preso de uma forma melhor para a sociedade, que isso hoje, eu posso dizer que é utopia. O Delegado que está aqui, que trabalha com investigação policial, o próprio Deputado Jesuíno que trabalhou na polícia militar, sabe o que eu estou dizendo, quem pratica o crime hoje no nosso meio social é quem passou lá pelo sistema. E por isso que fica até fácil às vezes a polícia prender quem pratica o assalto, quem pratica homicídio, porque no modo geral é quem passou, ou passou pelo sistema socioeducativo que também é bem complicado ou passou pelo sistema penitenciário. E hoje quem trabalhou no sistema socioeducativo, e têm os colegas socioeducadores ali do concurso, muitos deles trabalharam lá dentro, quando chega ao sistema penitenciário, eles não vêem a diferença do público porque, são os mesmos que passaram lá. Então, essa missão, ela está falha, a missão do Estado está falha, e o que nós queremos é que essa missão com tanto dinheiro que é gasto, dinheiro nosso contribuinte do nosso bolso que traga resultado, não que a gente continue sofrendo, como a gente sofre dentro dessas carceragens sem efetivos, sem armamentos, precisa fazer uma comunicação, você tem que dá um tiro porque não tem um Rádio HT. Eu estava acompanhando a o Diário Oficial, dia 15 a SEJUS publicou depois daquela audiência da Comissão de Segurança Pública, a SEJUS publicou a compra de Rádio HT, então, eu vi aquilo como resultado daquela audiência, isso é interessante e é uma necessidade que nós temos lá dentro, muito, às vezes você tem que dá um tiro real, Dr. Claudionor, porque não tem um Rádio HT para eu me comunicar, eu estou lá atrás na Base 3 do Ênio Pinheiro ou eu estou lá na carceragem 3 do Presídio Panda, eu tenho que chamar socorro, tenho que dá um tiro, eu poderia evitar esse tiro com um rádio para pedir um J9, para pedir um apoio. Então, é isso que eu quero esclarecer, mais uma vez eu enfatizo a questão do concurso Deputado, precisa ser dado um respeito com esses pais de famílias, a gente viu um evento que aconteceu esse final de semana com 05 alunos, 03 que eu conhecia bem, amigos meus lá de Vilhena, onde eu trabalhei, fui diretor do presídio em Vilhena e infelizmente aconteceu aquilo. O que a família falou para mim foi o seguinte: "Anderson, pegue esse evento que aconteceu com o meu filho, com a minha mãe, com o meu esposo e briga por eles, continua brigando por eles, porque eles morreram com um sonho". Então Deputado, o que a gente pede é isso, esse empenho; e o senhor está de parabéns por ter convocado essa Assembleia, por ter chamado, eu acredito que o Senhor Governador deveria estar

aqui porque o sistema penitenciário ele deveria ser prioridade. E outra coisa eu quero deixar aqui: o orçamento da SEJUS. Eu queria que o senhor desse uma olhada, olha o orçamento da SEJUS em gestões passadas e olha o orçamento da SEJUS atual. Quando eu olho esse orçamento, eu digo que o Secretário é até herói, porque como é que trabalha, como é que compra as coisas se não tem dinheiro. Então, eu acredito que o Governo tem que rever esse orçamento que ele tirou da SEJUS e mandou para outras prioridades e priorizar o sistema prisional. Obrigado e estou à disposição para qualquer questionamento.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Bem, uma coisa eu quero que fique bem clara, todas as Audiências Públicas aqui, a gente não vem para ficar jogando conversa fora não, isso é fato, a gente tem que sair com decisões, com ações. Nós tivemos uma Audiência aqui, estava o Secretário, estavam os demais responsáveis; foi porque teve muitas demandas e a gente, inclusive eu falei para o Secretário: Encaminhe. Que vocês vão ter o tempo suficiente para estudarem, vocês vão trazer metas, falamos sobre a questão dos novos concursados aí que estão fazendo curso e uma coisa que eu quero alertar para os senhores, tem aqui já nesta Casa tramitando, vai tramitar quinze milhões de reais para a SEJUS referente a crédito suplementar. Eu já vou fazer um requerimento amanhã, só vai aprovar se me dá respostas plausíveis, senão, vai ficar aqui. Porque que eu falo isso? Porque que eu falo isso? Manda para cá o crédito suplementar uma folha, duas folhas, reduzo, majoro, mas não fala como vai ser feito, aonde vai ser feito, o processo que vai ser feito. E aqui, os dois falaram e até agora, eu queria ter a oportunidade, vai ser agora que a SEJUS que vai falar. Mas, eu queria saber o que foi efetivamente feito através dessa nova gestão do Secretário Marcos Rocha, o que é que tem de fato. A intervenção, foi falado sobre isso, quais são os desacordos que estão sendo descumpridos. Eu quero agora que a SEJUS me explique de uma forma, não precisa falar, vai lá, voltar; o Secretário Marcos Rocha, ele volta, volta, volta, vamos ser mais incisivos, até porque a tarde, são 15h54min, vamos ser mais incisivos nas nossas respostas até, para não ficar uma coisa meio chata, até monótona. Então, vou passar a palavra agora para a Secretária. Eu peço para a senhora que só me explique: "olha, a SEJUS fez isso, já tem isso". E a gente vai traçando até para entender, inclusive, se for necessário, já me explicar, se alguém for apto a me explicar os quinze milhões que tem já nesta Casa tramitando, do quê que é, eu vi só quinze milhões, mas, eu vou pedir para a minha assessoria me mandar agora que é o momento que vocês estão falando, eu peço para ver se tem mais dentro desse pedido de aprovação de superávit. Passo a palavra para senhora agora.

A SRA. CLÁUDIA PEDRAZA – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Jesuíno Boabaid e passo a palavra ao nosso técnico do Núcleo de Compras, ele vai explicar com certeza da melhor forma, o mais breve possível de todas as nossas aquisições, de tudo que nós implementamos na SEJUS.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Senhor Deputado Jesuíno, cumprimentando; nós da SEJUS, representados aqui queremos colocar algumas situações que têm sido revolidas ali na

Secretaria. Eu quero colocar algumas situações bem pertinentes, coisas que tem havido mais cobrança por parte do Sindicato e também como resposta a sociedade. Eu quero colocar aqui em primeiro lugar, como o Presidente do Sindicato já tinha abordado; a questão dos equipamentos de segurança, ali desde o início do ano, onde o Secretário Marcos Rocha assumiu aquela Secretaria, nós fomos imbuídos da missão da compra dos equipamentos de Segurança, o Presidente do Sindicato foi várias vezes lá, observou essa manobra nossa e hoje eu posso dizer que nós estamos praticamente em quase em fase final dessa aquisição. Nós atualmente, recentemente nós tivemos a licitação dos rádios HT e recebemos, já foi publicada a ata de registro de preço, e a gente já está fazendo o processo de compra dos rádios HT, são cerca de mil e cem rádios HT para todo o Estado de Rondônia. A gente também tem em processo licitatório compra de armamento, coletes balísticos, munição letal, munição não letal. O que acontece Deputado é que os processos hoje requerem uma demanda de tempo, todo burocrático. E hoje o processo praticamente, os coletes, a munição, que são compras de exclusividade de empresas, que tem a exclusividade desse material, a gente apenas está aguardando a autorização do exército brasileiro. Os processos a gente tem aqui, a gente trouxe o recebido da 17ª Brigada, temos mantido contado com a 12ª Região e o processo tem adiantado, já tivemos a resposta do que tem, das últimas documentações que faltam e eu tenho certeza que vai ser uma vitória muito grande para o Sistema Prisional, para o Estado do Rondônia, a compra desses armamentos, desses coletes e de toda essa munição. Os raios que também ...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só uma pergunta?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Pode colocar.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O rádio HP está em fase de compra, não é isso?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Fase de compra, então tem ata, vocês estão pegando carona ou é uma ata que já tem exclusiva?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – A ata a gente está pegando carona.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas já está na fase de aquisição?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Já está em fase de aquisição.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Qual o prazo que vocês têm em média aí?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – O prazo que nós temos, Deputado, hoje eu estive lá na SEPOG com o Secretário Adjunto Pimentel, a gente só estava em fase de locar orçamento para a compra desse equipamento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está dentro dos quinze milhões? Alguém pode informar isso aqui?

O SR. GILSON PEREIRA JÚNIOR – Não são quinze milhões a compra desse...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, está dentro dos quinze milhões?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Não, não está dentro desses quinze milhões, pelo menos eu não sei o direcionamento desses quinze milhões. O que aconteceu com a conversa com o Adjunto, Secretário Pimentel, é que ele mostrou-se disposto a ajudar a Secretaria, o Estado, em liberar esse orçamento o mais rápido possível para a gente fazer a aquisição desses rádios.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, mas, assim Gilvan, o Secretário não está aqui presente. Mas eu falei para mandar o staff dele, inclusive falei com ele pela manhã, nós iremos sair daqui com prazos, eu não sei se você foi informado quem estava aqui presente. Aqui eu tenho um exemplo, eu acompanho todas as emendas parlamentares, exemplo, o máximo que está tramitando, eu já tenho até compras sendo já feitas de aquisição, levou em média de 3 meses. Alguns dos Sindicatos, o Sindicato pode me responder esses HT são de que ano? Você sabe informar esse processo é de que ano?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – O Período de compra foi entre 2005 a 2007, o período da compra.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, esse processo, você sabe informar se esse processo...

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Esse atual?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Você sabe informar que ano que começou?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR - Não, eu acredito que esse processo é novo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Esse processo é de que ano, Gilvan?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Esse processo de rádio HT é desse ano.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, o processo em si? O processo iniciou quando?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – O processo iniciou no final de 2014 com todo o trâmite, de adesão, e agora a gente está finalizando.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Oito meses, eu me lembro aqui, eu acho que era a advogada, a senhora é advogada não é? Eu era Presidente da Associação da ASSFAPOM, e tem uma ação de 2012 que é referente à questão lá das guaritas. Desde 2012 nós já tivemos quantos Secretários que vem passando, passa para outro, passa para outro, processo, processo. O que nós estamos querendo chegar,

Gilvan, eu não tenho nenhum embate a questão de Estado, é que eu tenho que sair daqui com prazo, por que não adianta levar a administração, mesmo que vá para a SUPEL, volte por qualquer erro, faltando recursos, aí é algo que não me causa estranheza é isso, passar oito meses, exemplo, nove meses e não tem uma resposta: “hoje vai ser entregue”. Eu sei que isso aqui é rápido, se a pessoa realmente levar então, eu peço para vocês: “não, Deputado saímos aqui com uma data”. Eu quero uma resposta. Ai vocês vão ter que trazer para mim uma resposta, x dias para eu já informar a todos os presentes aqui e se caso for necessário nós façamos aí uma reunião, mas não Audiência Pública lá na Comissão de Segurança Pública.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – A gente estabelece prazos quando a gente tem um orçamento, algo concreto em nossas mãos. Quando a gente depende da liberação de orçamento, então a gente já fica em uma situação mais difícil de dar prazo. Pela conversa que a gente teve com o Secretário hoje, pela manhã, ele se mostrou muito disposto. Eu acredito, eu acredito que dentro, pelo menos, de dois meses, esses rádios HT, eu acredito até em um tempo até menor, esses rádios HT devam estar dentro dos presídios. Até por que a própria empresa também há um interesse da empresa, a empresa foi informada quanto essa aquisição, ela já se mostrou interessada em entregar em prazo hábil. Então eu acredito que dentro de dois meses esses rádios estarão dentro das unidades prisionais.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É, funciona assim: é publicado o autorismo por parte da SEPOG, é a mesma finalidade que deve ser, é publicado o autorismo, a SEPOG hoje é quem administra os cofres do Estado, autoriza, manda para as Comissões, tem o processo, formalização, SUPEL.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Não, SUPEL, não tem mais nada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A última, a última, se tiver SUPEL.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Não temos mais. SUPEL é só mesmo para a liberação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Dependendo também, ainda existe processo que tramita lá. Mas assim, eu vou requisitar nessa Audiência encaminhe para mim cópia na íntegra desse processo, para a Comissão de Segurança Pública.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Ok.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Para eu acompanhar de perto esse processo.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Perfeito.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O prazo está sendo estimado em 60 dias. Eu vou acompanhar o prazo estimado, estimado, 60 dias. É um prazo razoável, somando todos os dados vai dar quase um ano.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Lembrando, com orçamento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Outro ponto também que eu quero falar é orçamento, tem R\$ 15.000.000,00. Se a SEJUS agora não vier, eu já vou amanhã, eu já vou informando para vocês, esses R\$ 15.000.000,00 que agora vão trazer, se não tiver algo plausível, é porque foi autorizado recentemente R\$ 2.000.000,00 mais R\$ 2.000.000,00 são R\$ 4.000.000,00, para presídio, que é o convênio. Aí, remanejaram mais um milhão e pouco, novecentos mil, e agora um montante de R\$ 15.000.000,00, é um grande volume. Então eu vou pedir que esses R\$ 15.000.000,00 estejam lá, detalhando o que é, para onde vai ser feito, como vai ser feito. Esse Requerimento vai ser aprovado amanhã, enquanto não tiver resposta, esse processo vai ficar parado porque vai ter prejuízo. Então é isso. O acordo então, você vai me encaminhar cópia do processo.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Ok.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Me informando os 60 dias. Esse é o HT, não é? A munição é outro processo em separado.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Munição separada, o processo de munição, coletes e armamento. O armamento é separado, porque armamento é licitatório, e aí já está em processo final, foi feito todo trâmite, é um processo longo, é um processo de compra de armamento, não é fácil. E a compra de munição e de munição e coletes balísticos, os coletes já houve a adesão. A gente só está esperando na verdade é a autorização do Exército. Então dos coletes, tendo a autorização do Exército à compra é de imediato. O orçamento já está reservado para o colete balístico e a munição letal é exclusividade das empresas que tem carta de exclusividade.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quem é que está administrando esse processo dos HT? Alguém aqui?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – O processo...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quem é que está administrando esse processo?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Sou eu.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quanto é um HT, Gilvan, em média?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – R\$ 1.526,00.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então está dentro da base, porque da ASPEN pagaram R\$ 5.000,00 por cada HT.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Isso. E rádio...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mil e?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – R\$ 1.526,00.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está certo. Então o HT...

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Colete, arma. Só que tem...

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – E a empresa vencedora, o senhor conhece muito bem de qualidade de rádio, rádio é Motorola.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Motorola é bom.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então a munição, colete, armamento, munição não letal, mais para os presídios? Aí eu vejo aqui o companheiro nosso de Polícia também, ele vai, Engenheiro, ele vai poder explanar sobre o que está sendo feito nos presídios? A limpeza. Não, sobre a questão do material de limpeza, o Tenente está aqui, pode falar. Como é que ficou a situação do material de limpeza, daquele dia que saímos daqui?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – O material de limpeza também...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Já foi liberado?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – O material de limpeza a gente está em trâmite final da compra também na SUPEL. O que acontece com o material de limpeza é que foram adiadas duas vezes a licitação, entrou com fase de recurso as empresas e no dia 10 de outubro está previsto a finalização do processo, pode ser antes dessa data, mas a data limite é dia 10 passado pela SUPEL, essa informação. Esse processo de aquisição de material de limpeza que envolve a compra, o kit de papel higiênico, de pasta de dente, sabonete, está todo dentro desse processo e a aquisição desse processo depois da adesão a esse registro a gente vai ter aí pelo menos um ano de tranquilidade para atender toda unidade prisional.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Aí está falando sobre a questão das viaturas, mas sobre a Intervenção Federal?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Viaturas? Viaturas já foram...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Alocada.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Aderido a Ata também. As viaturas estão hoje em São Paulo fazendo toda adaptação e eles, o último contato que eu tive com a empresa que foi na sexta-feira que nós fizemos a cobrança, eles garantiram que no prazo de 20 a 30 dias essas viaturas estariam sendo entregues. Processo da viatura também; processo bem delicado, burocrático, e a gente já passou por todo esse trâmite.

Então a gente está só em fase agora de recebimento dessas viaturas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas a viatura não é locada? É locada.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Tem que adaptar.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – É locada, mas precisa de adaptação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pode falar.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – O prazo hoje Deputado, a gente pode estimar um prazo de mais ou menos 45 dias para entregar essas viaturas. Pelo menos o prazo que a própria empresa já tinha passado seria o suficiente aí para entregar toda adaptação dessas viaturas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Anderson, para você só uma pergunta. O que eles falaram aqui dentro do relatório que vocês mandaram para o STF contempla a Intervenção? O quê que vocês na justificativa, ou seja, na petição o quê que vocês colocaram lá de ponto primordial que a SEJUS deve fazer ou está fazendo, qual é o ponto primordial da petição, só para eu entender. Tudo o que eles falaram ali HT, munição...

O SR. ANDERSON PEREIRA – É porque isso aí entra na questão das melhorias. Aí nós mostramos o déficit, o sucateamento das viaturas com fotos, com vídeos, com servidores empurrando viatura no meio da rua e mostramos que até então o SINGEPERON não tinha informação do Estado sobre compra, sobre licitação ou qualquer outra coisa, até porque nós solicitamos isso por documento e nunca foi respondido. Então a gente não tem informação, aí lá no processo nós colocamos o que a gente tem hoje, o que a gente sofre hoje.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, a situação são os rádios, as viaturas, as condições de trabalho, no caso também...

O SR. ANDERSON PEREIRA – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – As munições não letais, a falta de efetivo, não é isso?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A falta de efetivo. Eu acho até para não ficar, está aqui o Diretor. David, você é Diretor do que lá?

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO – Gerente Geral do Sistema, Excelência.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Gerente Geral de Sistema. Hoje aqui nesta Mesa, quem é a pessoa, cada um tem uma função, aqui ela está respondendo pela Secretaria,

ela não pode responder passou para você. Aí eu vi que você está tendo dificuldades de responder algumas situações.

Quem é que pode me responder alguns pontos prioritários sobre essa discussão que está tendo aqui. Primeiro. Primeiro que eu já vi que é um problema que eu já fiquei meio alerta aqui, porque o Deputado, o Presidente dos Direitos Humanos, Deputado Léo Moraes, fez aqui uma Audiência e saiu aqui um acordo, “acordo firmado 30 dias, 45 dias”, inclusive, estive presente aqui, aí já me causou uma, eu vou ter que informá-lo: “olha, aquele negócio nem da pasta e nem do kit, que eu tenho uma Ata, não vai sair daqui a um ano”. Não é isso que ficou? Qual tempo, 45 dias? E o prazo seria com 30 dias.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Da viatura?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, do kit.

A SRA. RUTE CARVALHO – Deputado em relação aos compromissos assumidos na última reunião com o Deputado Léo Moraes, o Secretário ficou de dar o retorno em 90 dias, o prazo acaba dia 3 de dezembro.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, mas o kit era mais rápido.

A SRA. RUTE CARVALHO – Todos eram 90 dias, todos os prazos estabelecidos naquela oportunidade.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Ficou em 90 dias o kit?

A SRA. RUTE CARVALHO – 90 dias e se encerra dia 03 de dezembro.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, tem uma fala que falou que em menos de 30 dias iria recompor isso aí. Eu estava aqui, eu ouvi toda conversa. Mas tudo bem, 90 dias a contar daquela data. Então é isso.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Deputado, eu quero lembrar também que em todos esses processos foram todos abertos no ano de 2015. E todos eles estão em pleno, com muita atenção tem sido trabalhado. O próprio Anderson tem ido à Secretaria, a gente tem justificado para ele e a gente tem explicado para ele e ele tem caminhado junto com a gente ali, na cobrança. E ele tem percebido as dificuldades também, que ele sabe das dificuldades da Superintendência de Licitação, ele sabe das dificuldades da Procuradoria na liberação de processo, a demanda que existe ali dentro. Então, só quero lembrar que todos esses processos foram abertos no ano de 2015, com exceção do rádio HT, que foi aberto no final do ano passado e eles estão todos em pleno, assim, funcionamento ali, com muita atenção e a gente tem trabalhado para que tudo isso se resolva num curto prazo de tempo.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Só fazer uma consideração, várias reuniões da Corte, inclusive o Dr. Claudionor participou de algumas, o Estado firmou alguns compromissos que na sua maioria, grande parte não foi cumprido; até em relação ao

concurso também. Tem, a gente tem até gravação, que é gravado tudo, o próprio Secretário George Braga firmando compromissos com o pessoal, que também passou por cima, não foi cumprido. E a Corte, as reuniões ali tem autoridades de vários Poderes e o Estado, o Executivo passou por cima. O que percebe, pelo que o nosso colega falou, é que de 2011 a 2015, a SEJUS não fez nada, não comprou nada. Então, nós tivemos, vamos dizer, 5 Secretários que não compraram nada. Então, deve ter dinheiro, em algum lugar está esse dinheiro, porque não foi usado. Hoje, os diretores dos presídios, o que eles mais reclamam, principalmente, interior também, que vêm aqui e não tem nada. Alguns nem vêm mais porque não tem. Estão se virando como podem lá.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Anderson, você podia, o doutor, eu tenho aqui o Promotor, que eu também vi já, é atuante, realmente. Os senhores podem, tanto o Delegado quanto o Promotor, vocês devem se aprofundar, é uma Promotoria responsável sobre a fiscalização também. Sobre o que foi falado aqui, o que mais, vocês que estão atuando, fiscalizando também, podem perceber que está faltando junto com aquele ato que foi, o acordo que foi feito com o STF, o que a SEJUS fez ou está fazendo, na visão de vocês, o que pode colaborar aqui para a gente também elencar os itens que vão ser discutidos, que estão sendo discutidos. O que vocês, tem alguma coisa que pode ser complementada, doutor? Então, podia passar a palavra aqui para o...

O SR. ANDERSON PEREIRA – Só eu concluir o raciocínio? O que acontece? Eles podem firmar compromissos com prazos de 03, 04, 06 meses, mas a questão é o governo. E o senhor sabe como funciona, vão ter situações que o Secretário vai ser bloqueado e ele não vai conseguir cumprir. Por isso que eu acredito que esta Audiência seria interessante a presença do George Braga, Secretário de Finanças, não é? O próprio Chefe da Casa Civil, porque eles assinando junto, chama a responsabilidade para si e não fica só em cima das costas da SEJUS. Eu vejo isso como uma preocupação. Eu quero muito, se eles derem prazo aqui e cumprir, é uma maravilha. Só que o governo é um conjunto e esse governo trabalha muito com orçamento compartilhado. Por isso que sucatearam a SEJUS, porque acabaram com o orçamento da SEJUS. Era um dos, o segundo maior, só perdia para a Secretaria de Segurança e hoje eu nem sei em que colocação está.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Estou passando a palavra para o Promotor, até para não interromper vocês, ele tem algo que vai poder também colaborar com todas as situações aqui.

O SR. LEANDRO GANDOLFO - Boa tarde a todos. Gostaria primeiramente de agradecer por esta oportunidade, especialmente já cumprimentado Vossa Excelência, Deputado Jesuíno Boabaid. Também gostaria de cumprimentar os demais membros aqui da Mesa, todos os presentes. Mas mais do que apenas parabenizá-lo, também agradecer a oportunidade realmente que nós estamos tendo. Já é nossa segunda oportunidade numa Audiência Pública aqui nesta Casa, neste exercício, e assim, vemos que quando há essa oportunidade,

há essa abertura, em regra, as coisas tendem a funcionar um pouco melhor. Nós tivemos, gostaria de agradecer a presença dos senhores gerentes, nós tivemos uma reunião já tem uns dez dias, mais ou menos isso, foi dia 18, salvo engano, e nessa reunião foram traçados também já vários prazos para soluções de alguns problemas especificamente uma unidade que era a CAPEP. Eu vou pedir logo em seguida para começar mostrar algumas fotos, essas fotografias foram tiradas sexta-feira agora, portanto, há três dias. Os senhores haviam me colocado que boa parte disso seria solucionada até sexta-feira que vem, portanto, até o final desta semana, e na segunda-feira, eu estou marcado para retornar lá, para tirar novas fotos e ver como é que ficou a situação. Então, já de certa forma respondendo certo questionamento que me pareceu vir do lado de lá, contra o que se faz quando não se cumpre, bom quando não se cumpre a gente executa, porque o termo de acordo, passa a ser um termo executável, do qual a gente pode aí sim executar o próprio Estado, retirar verba do cofre público e fazer com que aquele compromisso seja cumprido, claro que a gente espera que isso jamais venha ocorrer acreditamos piamente que isso será cumprido, será honrado, não há motivo algum para acreditar de forma contrária. Estive na sexta-feira, eu vou pedir para o senhor começar mostrando por aquela caixa d' água. Estivemos lá na sexta-feira agora para ver como estava à situação havia reclamações, não está conseguindo passar o slide? Havia uma reclamação de que a água estaria contaminada e nós percebemos uma razão pela qual a água estaria contaminada, aliás, duas razões. Bom se conseguirem olhar pelo menos aquele quadrinho menor, a caixa d' água que está ali é aquela que é utilizado pelos apenados para tomar banho, como vocês vêem alguns indivíduos carregando garrafas, é também a mesma água que é utilizada para beber, é utilizada para tomar banho e vocês vão ver próximo aos pés deles aquilo é esgoto, ou seja, não deu para mostrar ali, mas também tinha outro indivíduo lavando louça na mesma água em outro toma banho e que o outro bebe. Então, evidentemente, sem considerar mesmo o esgoto que está ali ao lado, só esses três fatos sendo utilizada a mesma caixa d' água, já é o bastante para dizer que algum problema de higiene está havendo naquela unidade. Mas esse esgoto, não está ali saindo à água que sai da caixa d' água, vou pedir para o senhor voltar ali naquela parte que está esgoto. Aí é onde eles dormem vocês vão ver que eles criaram uma cama aérea, depois eu vou mostrar aos senhores, esse esgoto que está correndo a céu aberto é o que vai parar ali na caixa d' água. Se os senhores observarem ali onde está aquele cano, ali são fezes humanas, essas fezes humanas estão na mesma água que vão parar naquela caixa d' água aonde as pessoas tomam banho, lavam louça e bebem, é evidente que essa situação não tem como continuar e os agentes também. É evidente que essa situação não é nem um pouco satisfatória, isso tem que ser resolvido, e resolvido não é para hoje e nem para amanhã, é para ontem, isso jamais poderia ter chegado a esse ponto, e como já não bastasse, eu digo para os senhores que havia duas razões para essa situação. Essa coluna azul bem aqui no canto é onde está o poço artesiano de onde sai à água que vai ser utilizada para eles, se os senhores observarem logo mais aonde tem aquela caixa azul, ali tem um canozinho apontando, ali é a fossa, aí não tem quatro metros de distância entre um e outro. Evidentemente, isso também não é satisfatório, isso

também precisa ser corrigido, não é possível nem na minha casa, eu faria uma coisa dessas, ainda mais quando eu estou trabalhando com um contingente de hoje beirando a quatrocentos e tantos apenados, mais os agentes; estou falando de quinhentas pessoas, seiscentos e quarenta, corrigindo, seiscentos e quarenta apenados, mais os agentes que lá estiverem, na realidade eu vou até diminuir, não são cinco, cinco é um dia, quantos outros tem lá, lotados ali, então, nós estamos falando de contingente é perto ali de seiscentas pessoas utilizando esta água. Então, tanto uma situação quanto a outra, cá entre nós é inaceitável, não pode prosseguir. Vou pedir para o senhor retornar ali. Ainda há outras situações igualmente calamitosas, se os senhores observarem o que está escrito ali, o hidrante, esse hidrante existe só como fantasia. Como vocês podem observar, esse hidrante liga água alguma a lugar algum, não existe, por isso também o risco de incêndio que ainda é maior do que se possa imaginar, porque quando os senhores observarem ali a parte da energia, eu vou pedir para o senhor retornar ali, há um quadro de energia, esse é o quadro de energia. Eu vou dizer aos senhores, eu não entendo muito de elétrica, não é minha área, eu não fiz Exatas, mas, olhando esse quadro, eu acho que qualquer leigo assim como eu, pode observar que há algo de errado com ele, e um detalhe esse quadro está do lado interno da unidade, não do lado externo. Por isso também como vocês podem ver, várias amarrações um tanto estranhas, por quê? Porque ali toda vez que há uma amperagem superior ao que o quadro permite, a chave desligaria, para evitar isso o que os presos fazem? Amarram a chave, ou seja, a amperagem está passando ali, passa muito superior ao que a chave suportaria e as chances de um incêndio passam a ser ainda maiores, corroborando, lembrando os senhores que o nosso hidrante que deveria está para ajudar numa situação de incêndio é meramente fictício, ele não existe e a água que tem é aquela que os senhores viram dali e que eu não tenho como bombear para apagar o incêndio. Não é sem motivos que a CAPEP 3 até hoje está lá um registro do que é um incêndio que lá ocorreu, aí que até hoje não foi reformada, está lá ainda apenas os seus escombros para que a gente veja, possa olhar lá o que foi que aconteceu ali. Quando nós falamos então, que diante deste quadro, pode passar as demais fotos agora, aí vocês vão ver a parte interna, ver até mesmo o freezer de lá, a situação que se encontra. Essa é a viatura, os senhores me disseram que enviaram uma viatura CAPEP, eu fui lá vê-la e descobri que havia realmente duas viaturas, uma já tinha sido devolvida porque não funcionava e a outra é essa que é segurada com barbantes. Então, imagine evidentemente que essa viatura estará sendo encaminhada a algum conserto brevemente ou talvez trocada por outra, já que estaríamos adquirindo novos. Eu tenho impressão aqui, não sei se dá para perceber, o farol está estragado também; a situação do carro, me parece que se esse carro passasse por uma vistoria do DETRAN, é bem provável que ele seria reprovado, de qualquer modo, para não chegar nesse ponto, eu ouvi dizer que nós estamos aqui já adquirindo novas viaturas e acredito que certamente uma delas, pelo menos haverá de ser alocada para essa unidade para tentar resolver, pelo menos amenizar o problema, correto? Percebi que em outras unidades, fui ao mesmo dia ao Ênio Pinheiro e recebi a mesma reclamação

contra a ausência de viaturas, claro que com a aquisição também haverá de ser resolvido. Tenho plena certeza disso. Recebi, como nós estamos falando de uma intervenção federal de todo o sistema, devo passá-los também que há problemas que não se referem só a CAPEP, ou só ao Ênio Pinheiro, se refere em verdade a várias unidades dentro da nossa competência. Ouvi, por exemplo, acho que foi abordado, mas quero abordar um pouco mais de ênfase; que o kit higiene que é distribuído vem sempre, eu não estou falando apenas de uma outra vez, é sempre mesmo, sempre vem deficitário, sempre falta algum item, especificamente nos últimos meses, não no último kit, mas nos últimos meses tem faltando o papel higiênico. O que nós leva, eu fiz, eu até tinha tirado foto, eu fiz questão de não colocá-la porque eu achei que ficava um pouquinho forte a imagem, mas, o que leva uns dos apenados a terem de defecar ao solo e evidentemente sem qualquer forma de limpeza, a situação fica um pouco mais agravada. Eu fiz questão de não trazer essas fotos porque achei que ficaria um pouco pesada para colocar numa Audiência Pública, mas, dentro da mesma CAPEP, todos, todos os sanitários estão entupidos e não estão apenas entupidos, eles estão acobertados por água e não por uma água limpa, todos eles; não é uma forma de falar, são todos mesmos, não estou generalizando, é de fato, todos. Então, a área onde seriam os banheiros coletivos, ali, todos eles estão apenas com um palmo de água acima, de forma que não dá nem mesmo para se chegar lá sem utilizar botas adequadas. Eu, infelizmente naquele dia fui de sapatos e me vi impedido de chegar até o outro lado, tive de tirar foto à distância porque a água que era um tanto quanto suja nos impedia de caminhar ali dentro. Então, temendo pela minha própria saúde eu evitei entrar naquela água, já que não tinha levado as botas necessárias, teria que ser de borracha para poder fazer isso. De qualquer modo, além, do kit higiene nós temos alguns outros problemas que me parecem ser generalizados, um deles é a superlotação e aqui eu vou respondendo um pouco aquela pergunta que eu havia feito em relação à intervenção federal e depois o que se faz. O nosso grande problema, é que a única intervenção que nós tivemos foi no Urso Branco, e o Urso Branco nos trouxe outro problema, nós cobrimos os pés e descobrimos o peito, o cobertor era curto. O quer que nós fizemos? Nós tínhamos um limite de apenados que poderíamos colocar no Urso Branco. Então, o que fizemos nós? Retiramos de lá, nós tínhamos que cumprir aquele pacto, tiramos os presos do Urso Branco e o que fizemos com eles? Levamos para o Panda. Resultado, o Panda passou a ter hoje algo próximo a 1000 apenados. O Panda tem uma capacidade ali, vamos arredondar para 400, hoje nós temos em torno de 1000, ou seja, duas vezes e meia a capacidade máxima que ele tinha. Nisso geraram algumas reclamações pelos próprios apenados. O quê aconteceu? Os apenados, evidentemente não havia onde colocá-los, nós passamos a colocá-los, por exemplo, nas salas que eram utilizadas como salas de aula, viraram celas. Evidentemente, os presos não ficaram muitos felizes, porque afinal de contas transformaram a sala de aula em celas, eles ficaram sem aulas primeiramente, ficaram também sem as remissões, já que agora não tem mais aula, era para remir parte da sua pena, evidentemente isso causa um certo, vamos dizer assim, constrangimento, uma infelicidade na população carcerária que se reflete agora sim

também no trato com os agentes, afinal de contas eles se sentem frustrados, de certa forma com razão, já que deveriam ter direito a uma remissão de pena, estavam matriculados para cursos vários e agora vêm-se impedidos de ter esses cursos, porque agora a sala de aula virou uma cela e resultado, a pena deles já não reduz, não pode mais remir a pena e evidentemente isso vai gerando insatisfação e tensão com os agentes é evidente. Não que seja culpa do agente, coitado do agente está lá tentando fazer o trabalho dele, não que seja culpa do apenado que está frustrado com a situação que está vivendo, mas o fato está ali posto e causa problemas, é evidente. Portanto, quando a gente fala em superlotação, não falamos só da CAPEP que também está superlotada, não falamos só também do Ênio Pinheiro, que também está superlotado e não falamos só do Panda, que também está superlotado, até mesmo o Pandinha, que era para se provisório, ser um trânsito rápido, a pessoa que entra ali em seguida já é remanejada para outro presídio, também está superlotado, ou seja, superlotação parece ser uma nota comum quase que no sistema estadual inteiro. Evidentemente só há uma forma de se resolver superlotação, aliás, duas, uma é não ter o crime por que não haveria necessidade de prisões, o que hoje no país inteiro é uma coisa que a gente está tentando achar uma forma de chegar a isso; não conseguimos ainda. E a outra é ter mais vagas, nós temos um presídio que está lá que é a nossa terra prometida, seria 470 vagas a mais, daria certo alívio, não só do efetivo, precisamos de efetivo e precisamos também terminar aquela obra e está parada até hoje. Nós chegamos enfim naquilo que os senhores acabaram de mencionar; as contratações. As contratações têm que sair, por que não dá para a gente continuar com um presídio inteiro com oito agentes, outro com cinco agentes, se torna uma situação insustentável, se precisa dessa contratação, ela tem que ser feita, não há como, qual foi a última vez que nós tivemos a contratação de agente, eu já nem me lembro mais, já faz tanto tempo. Então nós ficamos numa situação, enquanto contratamos e contratamos de forma deficitária, menos do que deveríamos. Enfim, nós podemos concatenar as nossas falhas, as nossas faltas em estrutura, contratações e a superlotação. Vou lembrar os senhores, muitos casos, isso aqui pode ser resolvido muito mais com uma opção política do que propriamente com sanções, ações judiciais ou algo parecido. A opção política é a forma mais rápida de solucionar, a exemplo, opções simples, rápidas que não precisam nem mesmo do Secretário, é um galardão bem menor do que este. nós falamos que o kit higiene vem deficitário há meses, isso é uma opção política, basta que os senhores lembrem-se de cobrar a empresa inclusive multá-la, por que ela está entregando de forma deficitária. Observaram que essa opção política não precisa do Governador, não precisa do Secretário de Justiça, é alguém bem mais baixo nesse escalão, seria alguém, provavelmente, o Presidente da Comissão Licitatória, que chegando e verificando: “olha está vindo aqui deficitário”. De duas, uma, ou não recebo e contrato separadamente ou o contrário, recebo, mais multo. E com esse valor da multa eu compro separadamente o item que faltou. É uma opção política, não é necessário ir muito além disso, não é necessário muito além disso; não é necessário uma única ação judicial, é necessária a opção política de verificar: “olha nós temos uma

necessidade e devemos supri-la". É isso que a gente busca aqui, é que haja essa cobrança, essa opção política em volta dizendo não envolve esquadrões tão elevados na nossa hierarquia, são coisas tão mais baixas, tão mais simples, tão fáceis de resolver. Não é necessário ir tão distante, é muito mais cedo, muito mais rápido, ao invés de ter dó da empresa que deixou de entregar o que deveria, ter dó do coitado do apenado que está lá e não tem outra opção, ter dó do agente que está lá e não tem outra opção. É essa dó que nós temos que ter e não da empresa, que essa recebe para entregar, ela já recebeu, porque não entregou? Essa, a gente não tem que ter dó, nós temos que cobrar. O apenado que está lá nessas condições que os senhores viram, este é de quem nós temos que lembrar, porque ele está ali para ser ressocializado. Eu vejo essas condições como eu disse, eu tirei algumas das fotos que eu achei que era muito forte; por que se eu trouxesse e dissesse que aqui estava sendo guardados cachorros, certamente a sociedade protetora dos animais iria reclamar; que ia falar: "os direitos dos animais estão sendo desrespeitados". Quiçá os humanos! Quiçá os humanos! Por que como vocês viram, volta aquela foto da caixa d'água, se eu mostrasse isso daqui, essa foto, retire as duas pessoas que estavam lá, imagine que fossem animais os senhores aceitariam? Por que então vão aceitar com pessoas? Observem essa cena, a mesma água, eu digo a mesma água mesmo, não é modo de falar, que é usada para lavar louça, é usada para tomar banho e é usada para beber. Se eu dissesse aos senhores que eu estou usando suínos e usasse a mesma água dos suínos, que eu uso para lavá-lo, lavar a pocilga dele e para dá a ele de beber, os senhores não iriam querer comer a carne desse suíno. Tenho certeza, os senhores fariam vamos interditar esse lugar. Como então falar de pessoas? Por que é isso que nós estamos fazendo, e nós queremos ressocializá-los, queremos que eles voltem pessoas de bem, que não cometam mais delitos, aonde nós os tratamos dessa forma? Não dá. Nós queremos tratá-los como animais e queremos que eles hajam como humanos. Alguma coisa aí não está encaixando, temos que mudar essa nossa forma de agir. Pedir ao senhor por último, aquelas camas aéreas, não só a superlotação causou isso, os senhores observar que aqui tem, observem bem qual é o pano que está ali, tem um travesseiro ali em cima da grade? Pois é como a superlotação é tanta não há mais camas, não há mais espaço no chão, os presos inventaram a cama aérea, agora eles colocam a cama por cima sobre a grade do teto, outros penduram, aquele pano que estava ali anteriormente é como se fosse uma rede pendurada na grade do teto. Ou seja, agora nós temos camas aéreas. Qual é a próxima, dormir em cima do telhado? Porque já até cama aérea está faltando. Então, alguma coisa tem que ser feita. Nós tivemos um motim recente e isso deixou a situação da CAPEP mais degradada até do que já estava. Uma das medidas bem simples que poderia resolver e evitar situações como essa que causaram esse motim. O motim foi causado como? Por um determinado indivíduo entrando à CAPEP, foi ser revistado, estava ali de posse dos objetos que não deveriam. Os agentes então resolveram apreender esses objetos e eles foram chamados a esses colegas apenados, a sua defesa ali se iniciou o motim. A situação é tão simples, parece até que eu estou querendo criar o ovo de Colombo. Mas observe bem, faz um simples biombo que seja

para revista e não haverá mais esse problema. Poxa viva, quanto será que custa fazer duas paredes para poder impedir o acesso visual de quem entra e de quem já está lá dentro. Talvez uns dois mil reais? Será que isso é tão caro, é tão difícil que o nosso Estado não consegue? Obter recursos para fazer uma obra tão banal, tão simples, ou será que faltou foi de novo a opção política de chegar lá e fazer, nós temos que fazer essa obra, nós temos que dar condições para que essa unidade prisional desenvolva aquilo para qual ela foi criada, a sua finalidade. Dê um pouquinho de segurança que seja ao agente. Não é tão difícil. Falta às vezes, é justamente essas chamadas, às vezes alguém fala que eu estou falando de uma forma muito dura, mas o que falta na verdade é esse chacoalhão, acordar, falar: "poxa vida nós podemos fazer isso". É preciso chamar, gritar, mesmo, para que se ouça: "está na hora de fazer algo diferente". Está na hora de ir lá e verificar: "poxa no que eu melhoro nessa unidade?". Às vezes uma obra tão simples quanto essa já dá segurança e já evita uma situação como aquela. Já tivemos um preso morto nesse motim. Precisamos ter quantos até que finalmente acordemos: "puxa vida temos que melhorar a nossa situação". Isso precisa ser mudado. Isso passa como eu falei, não é necessário o mais alto escalão do Estado, são escalões bem mais baixos. Precisa ouvir o Diretor da Unidade, que ele vai dizer para vocês: "olha faz isso daqui que é uma coisinha tão simples, e já me resolve". Coisa simples, pode ser resolvido o problema. Evitam-se problemas bem maiores lá na frente.

Nosso colega aqui certamente vai abordar esse aspecto. Há um homicídio, o cara morreu. E vejam, evidentemente isso vai ser encaminhado, o inquérito vai ter que ser descoberto para ver o que aconteceu de fato. Observam-se bem como era simples ter resolvido isso, bastava isso: duas paredinhas evitava a desvalorização do outro lado, não teríamos tido esse tipo de problema. Era rápido. Situações como essa, e eu vou colocar aqui até respondendo o nobre Deputado que havia perguntado o que mais poderia ser colocado, uma das coisas é ouvindo os agentes. Poxa vida porque não fazemos um sistema que possa através das digitais, as pessoas saberem quem está lá dentro, quem está lá fora, quem está entrando e quem está saindo. Uns pontos tão simples estão usando assim em quase todas as empresas, hoje em dia. O Ponto Eletrônico, nós fazemos a mesma coisa com os apenados. Acabaríamos com aquela história de ter que fazer chamadas, onde o coitado do agente tinha que ter uma memória de elefante para lembrar-se da cara de cada um que estava ali, porque senão eu chego lá e o meu nome é Zé, eu respondo pelo Pedro e vai dizer que o Pedro está lá presente. O Pedro tem o álibi perfeito, vai poder cometer qualquer crime lá fora, vai falar: "não eu estava lá dentro da CAPEP". Ora, com o ponto eletrônico isso acabou, porque a digital dele não dá para copiar. Isso não é tão caro, tudo que é empresa tem hoje, é fácil de fazer. E de novo evita todo um desgaste com o servidor que está lá. Porque chega lá e vai falar: "não, você não é o Pedro, você é o José. Não sou não". Ele já tem a solução de um problema criado. Seria tão mais fácil, tem que colocar o dedo, ninguém vai colocar por outro, ninguém vai decepar o próprio dedo para que o colega vá lá colocar a digital dele. Então fica fácil de você resolver problemas, evitar o problema é melhor do que tentar solucioná-lo. E, aí, é muito mais fácil e não é tão caro.

Então vejam, de novo, opção política. Marcelo Reis fala que às vezes quando a gente fala em política o povo pensa que a gente está falando um palavrão. Ao contrário, gente, Política é a solução, política não é problema é a solução. Ela só é problema quando ele não é enfrentada, então se a gente o problema, se a gente enfrenta, se a gente fala: a política tem que ser esta aí, a gente soluciona o problema. É exatamente isso que a gente está buscando hoje aqui, que se enfrente o problema. Na nossa reunião passada, realmente nós não tivemos a oportunidade de ter o Secretário junto, recebemos uma carta muito polida, muito educada, até eu gostaria de agradecer a carta que nos enviou com problema similar o de hoje, que também não pôde comparecer dado ao problema de agenda, esperamos que numa próxima reunião ele já possa, mas mesmo assim, mesmo na ausência dele muitos pontos foram resolvidos e percebo novamente mesmo na ausência dele, muitos pontos foram resolvidos. Notem, nós não estamos lidando, não estava o Procurador Geral lá, não estava o Secretário de Justiça. E nós fizemos quantos pontos? Bastando de novo, a intenção de termos a opção política de resolvê-los. Então, vou deixar ao senhor aqui que eu já estou parecendo um prólogo, vamos parar por aqui até para dar oportunidade aos demais membros, mas agradeço muito a oportunidade novamente e volto a falar para os senhores, o Ministério Público acima de tudo serve como intermediador. Então, todas as vezes que temos algumas dificuldades, até mesmo aos agentes, aos senhores aqui também do Sistema da SEJUS nossas portas estão sempre abertas, nós estamos lá justamente para tentar resolver problemas, o Ministério Público também é agente político, não estamos fora disso, e iremos tanto quanto possível resolver ou tentar resolver pelo menos a todo o problema que fora aportado, evidente, nós visitamos presídios uma vez por mês pelo menos, a CAPEP especificamente a gente vai visitar quase três vezes nesse mês porque já fomos sexta, iremos segunda-feira, nós só não vamos sexta porque é feriado, mas na segunda-feira seguinte estaremos lá de novo e se for o caso nós vamos mais outras vezes, mas a ideia é justamente essa, colocar uma solução, colocar prazo é uma ideia ótima porque traz soluções.

Então, peço encarecidamente a todos os senhores aqui, mas especificamente aos senhores da gerência, primeiro que transmita a nossa preocupação ao Secretário, volto a dizer aos senhores, nem tudo é rosa e nem tudo é espinho, há unidades poucas é verdades, mas há unidades que estão pelo menos satisfatórias, poucas, vou dizer a Aruana, talvez, posso dizer que está satisfatória, o Vale, está satisfatório, mas são poucas, em geral são as que as unidades são menores, justamente por isso, por serem menores fica mais fácil controlar. Agora, não podemos, portanto, se de um lado não podemos dizer, intervenção todo o Sistema Penitenciário e outro também não posso postergar que há unidades que eu já não sei mais se outra solução que não a intervenção, toda intervenção tem que ser provisória, não existe intervenção eterna. Então, em algum momento esse presídio ainda que com intervenção tem que voltar para o Estado, isso não tem como fazer de outra forma, não tem mesmo, a obrigação é do Estado não é da federação. A federação vem num momento de urgência, de emergência, ela vem para resolver o problema, resolvido deve retornar a mão do Estado, não se pode permitir que ela fique lá eternamente.

Então, mesmo que outras unidades que eu diria, posso nomeá-las: o Panda, o Pandinha, o Ênio; e o Urso Branco que já está sob intervenção, tem que ficar mesmo sob intervenção, não consigo vê outra forma de mudar aquilo ali, a salvo, evidentemente eu espero até que a senhora possa nos dizer isso, que o Estado esteja agora para os próximos dias, poucos dias de preferência apto a dar uma virada de página total naquilo que está ocorrendo ali hoje, porque é impossível imaginar o Panda com duas vezes e meio a sua capacidade, temos que dar um jeito naquilo. Então, imagino, que talvez, estejamos próximos de ter aquela nossa terra prometida, 470 vagas resolvidas e aí então poderemos dar pelo menos um alívio nessa situação, seria ótimo, se tivéssemos um prazo também em relação a essa inauguração. Seria ótimo que tivéssemos um prazo em relação a toda essa falta de estrutura que temos e evidentemente como já foi falada a superlotação que me parece ser o mais urgente e a contratação de agentes. Eu agradeço a todos aqui presentes.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Eu queria ratificar não são R\$ 15.000.000,00 não; chegou documento, são R\$ 5.000.000,00 e a Mensagem é 183 de 22 de setembro de 2015, o valor é o total de: "autoriza o Crédito Suplementar por excesso de tal, tal, de arrecadação até o montante de R\$ 8.437.915,01 em favor da Unidade Orçamentária SEJUS, construir e ampliar unidades prisionais". Anexo tem excesso de arrecadação. Então, é para falar sobre essa questão dos 470, lembrando que o Marcos esteve aqui presente comigo, o outro Marcos, que eu soube que são dois Marcos, é o Marcos I, que é o Secretário; e tem o Marcos II que é o Subsecretário; ele me explicou que tinha um convênio e aqui na Mensagem, ele está pedindo o seguinte, vou ler aqui rapidamente: "o referido Projeto de Lei visa a dar cobertura orçamentar às despesas de capital até o montante de R\$ 8.437.915,01 como falei, sendo R\$ 5.700.00,00 por Superávit Financeiro e R\$ 2.737.915,01 por Excesso de Arrecadação, alocados na natureza de despesa constante do Anexo I, por solicitação e justificativa da referida Unidade Orçamentária observada no Ofício tal, tal, tal, o qual tem como objetivo ampliação e construção da Penitenciária de Porto Velho, com capacidade de assistir 470 detentos, e do Presídio de Machadinho do Oeste, cujos recursos financeiros encontram-se na conta bancária tal, tal, em Processo Administrativo.

E tem, eu vou pedir a esta Casa, eu me recordo que nós temos, esse convênio é federal. Tem uma questão federal aqui, mas eu vou pegar... Mas o que vocês podem falar agora, neste exato momento, o que o douto Promotor falou sobre aquelas, apresentou para nós, que aquilo é só a ponta do iceberg. Quem for lá dentro vai sair de lá chocado. Se ali, o que tem lá dentro é animal que está guardado, eu sei que cometeram atos ilícitos lá, que aqui ninguém está a favor de passar a mão na cabeça de ninguém, mas também tem que ter, no mínimo, dignidade, que se o cara entra, roubou uma galinha, ele vai sair de lá querendo matar todo mundo. Isso é fato. Ali, o cara que entra num sistema daquele ali, para sair ressocialização daquele local, vai sair animal, vai ser tudo... Além disso, ainda tem os servidores que têm que trabalhar sob essa pressão ainda. O que vocês podem falar sobre essas fotos apresentadas ali e quais medidas que serão tomadas?

O SR. SÁVIO RICARDO BEZERRA – Boa tarde. Eu sou Gerente de Infraestrutura da SEJUS, e assumi tem 3 meses, já pegando a GEINF com muita demanda, situações que já são acumuladas de vários anos, que nem o próprio Deputado falou, já conhece minha pessoa. E não vamos falar do passado, vamos falar do que a gente vai fazer daqui para frente. E hoje nós estávamos lá na CAPEP e semana passada nós já começamos as atividades. Teve uma Audiência Pública, inclusive a Ada Dantas estava lá e nós comentamos diversos fatores do sistema, do complexo prisional aqui de Porto Velho, incluindo Urso Branco, Ênio Pinheiro, Pandinha e Panda. E essas atividades já foram iniciadas. O guarda-corpo daquela situação do policial que caiu, que nós temos conhecimento, já foi feito; das escadas com corrimão, já foram elaboradas, a gente está na fase elétrica. Eu não uso o termo paliativo. Eu falei para o Secretário: “vamos parar de estar fazendo remendo”. Nós estamos fazendo um projeto elétrico. Nós sabemos da demanda, que é grande. Nos meus laudos eu coloco a condenação da parte elétrica, hidráulica e sanitária. Então, essas atividades já foram iniciadas. Vocês podem conferir, tem a presença de policiais e o pessoal da ASSFAPOM acompanhando essas vistorias. O complexo prisional hoje, nós estamos fazendo a parte de ETE – Estação de Tratamento de Esgoto, que hoje é o nosso problema. Essas atividades já foram iniciadas. Como é que funciona a elaboração de um projeto? Pela população carcerária para poder se trabalhar o dimensionamento dessas ETEs, que é o Engenheiro Sanitarista Pedro Vilar e o Valdeir. Nós já demos todo esse apoio logístico, pela parte de inspeção, caixa de gordura, e esses trabalhos já estão se finalizando para ser feita a contratação dessas ETEs para sanar esse tipo de problema, não só na Capital, em todo interior. Em Jaru já está instalada a ETE, sistema elevatório 24 horas funcionando com manutenção. E outras unidades; como é de conhecimento. Agora, a demanda é grande e a nossa força de vontade é bem maior do que a demanda para a gente estar resolvendo. Então a gente está aqui trabalhando 24 horas, chegamos num consenso com a ASSFAPOM de entregar esse complexo aqui, nos comprometemos, em 90 dias, na Audiência, da parte elétrica, a pintura das guaritas e a parte de manta térmica que, hoje, o calor que é muito grande; a parte de vidraçaria na parte das janelas, ok? Então esses serviços já foram iniciados e já estão em fase de... Já foi dado início.

A SRA. RUTE CARVALHO – Eu gostaria de complementar as informações trazidas aqui pelo Gerente de Infraestrutura, Deputado. Sou da Assessoria Técnica da SEJUS e gostaria de relatar um pouco sobre o histórico do orçamento que nós temos na Secretaria de Justiça. Hoje nós temos um orçamento aproximado em 246 milhões de reais. Desse orçamento, 120 milhões, é pago com folha de pagamento, utilizado para folha de pagamento; 37 milhões, alimentação e o restante é para todo o custeio da Secretaria e investimentos em infraestrutura. Então, assim, é fato que não é uma realidade apenas da SEJUS, é uma realidade de todas as Secretarias de Estado, infelizmente, hoje, o nosso crescimento orçamentário não acompanha o crescimento da população carcerária. E só para fazer um resumo daquilo que a gente tem que priorizar, que a SEJUS tem que priorizar, o Secretário tem que tratar como prioridade, são 60 ações civis públicas, dentre elas, grande parte é do

sistema prisional e socioeducativo, porque nós não trabalhamos apenas com o sistema prisional, trabalhamos com socioeducativo também, tem o pacto de melhorias do sistema prisional, e a maioria dessas ações são relacionadas à infraestrutura. A fim de relatar um pouco sobre o apontado aqui pelo Promotor de Justiça da Execução Penal, a Colônia Penal antes, ela tinha capacidade apenas, cada uma, CAPEP I e II, para 80 vagas. Na época em que foi construída foi feita de madeira, cada uma tinha oitenta vagas, tanto é que em razão das dificuldades das instalações, uma delas chegou até a pegar fogo. Em 2013, 2012 – 2013 iniciaram uma reforma das Colônias Penais e em outubro de 2014, a última Colônia Penal foi entregue, cada uma com capacidade para 125 vagas, então houve um aumento de quantitativo dentro da unidade prisional. Sessenta e cinco vagas novas foram criadas, é certo que não atende a nossa demanda, mas foi o que o nosso orçamento na época, pode fazer. Infelizmente devido ao crescimento populacional e óbvio que uma grande quantidade de pessoas dentro de um espaço pequeno, gera deteriorização do ambiente, a Colônia Penal, em menos de um ano de funcionamento, que foi entregue a reforma, ela ficou dessa forma, só que como bem relatado pelo Gerente de Infraestrutura, providências já estão sendo tomadas, principalmente no tocante as fossas, as estações de tratamento de esgoto. Grande parte do pacto de melhorias do sistema prisional que é também um dos pontos que é abordado na ação de intervenção federal, ele foi cumprido, só que é aquela situação, a gente reforma, mas devido ao quantitativo populacional, acaba se deteriorando muito mais rápido do que o que se espera. Só para ressaltar, o Urso Branco já teve mais de sete reformas. Então assim, o Governo Federal também não repassou os valores que deveria ter repassado ao Estado de Rondônia para poder implementar as ações, principalmente no eixo I do Pacto de Melhorias, que é relacionado a infraestrutura, então o Estado assim na época, quando da elaboração do Pacto, teve todo o respaldo do Governo Federal, e desses valores pouco veio, a única diferença agora foi quando o Secretário Marcos Rocha assumiu a Secretaria, que ele conseguiu grande parte dos aparelhos eletrônicos, portais elétricos que ele já bem relatou aqui nesta Casa. Em relação aos materiais de coletes balísticos, rádios HT, armamentos e munições, infelizmente não fazem parte do Pacto, a não ser o armamento não letal que faz parte do Pacto, aquisição do armamento não letal, o restante, infelizmente foi por uma iniciativa do Secretário Marcos Rocha, vendo a necessidade, quando assumiu a SEJUS, então o acompanhamento, o crescimento do nosso orçamento, infelizmente não acompanha o nosso crescimento carcerário. Infelizmente essa não é a realidade só de Rondônia, é uma realidade do Brasil inteiro, e o Secretário agora, ele está tomando as medidas para tentar acompanhar esse crescimento e, resolver os problemas que são prioritários, já que como bem dito aqui, muita coisa é prioridade. Pensando nisso, em março de 2015, esse ano, o Secretário relatou aos Promotores de Justiça, ligados à execução penal, numa reunião que teve em Ji-Paraná, mostrou que nós só tínhamos cinco milhões para investimento esse ano, e que nós tínhamos um universo, de sessenta ações civis públicas e que não dava para fazer tudo ao mesmo tempo, então foram elencadas prioridades, foram seis prioridades

firmadas com os Promotores de Justiça da execução penal e que a SEJUS está cumprindo agora. Foram prazos largos, porque a nossa equipe de engenharia, que é um dos pontos principais, que a gente mais precisa na SEJUS, ela foi reestruturada somente agora em agosto deste ano, porque antes, a gente só tinha um engenheiro na SEJUS, para fazer projetos, para fiscalizar, para fazer tudo e a gente ficou boa parte de 2015, até agosto de 2015, sem nenhum integrante da equipe de engenharia na Secretaria. O Sávio ficou fazendo favor para a gente por algum tempo, mas porque ele é parceiro da SEJUS e do Secretário. Então a gente conseguiu regularizar essa situação, somente agora em agosto de 2015 e infelizmente, de fato, o nosso orçamento ele não consegue acompanhar o crescimento populacional carcerário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar doutor.

O SR. GABRIEL TOMASETE - Boa tarde aos demais componentes da Mesa, o Dr. Claudionor; Dr. Gustavo, Conselheiro da OAB; Ilustre representante do Ministério Público, Anderson, que é representante da SEJUS. Deputado, mais uma vez a gente reforça em nome do SINGEPERON, a importância do vosso trabalho e especialmente a confiança e a expectativa, e uma condução objetiva e que existam, venham frutos dessa Audiência e do trabalho que o senhor vem desenvolvendo a frente dessa Comissão. Primeiramente eu gostaria de rapidamente explicar, e aclarar melhor dizendo, a questão do Pacto e do Processo de Intervenção Federal, são coisas distintas. O processo de Intervenção Federal, ele se deve ao fato de problemas no Sistema Carcerário de Rondônia como um todo, é uma situação mais ampla, e o Pacto de Melhorias pelo Sistema Prisional firmado por diversas autoridades do Estado perante a Corte Interamericana de Direito Humanos, ele suspendeu o processo que o Brasil respondia na Corte Interamericana de Direito Humanos. O que isso significa? Que esse processo está suspenso e isso tem sido muito ruim para o Estado de Rondônia, porque como colocado agora pela SEJUS, parece que o Governo Federal descumpriu um eventual repasse de recursos, se esse processo estivesse em tramitação, o Governo Federal, e o Dr. Claudionor, acredito que concorde comigo, porque a gente participou de reuniões, ele conhece bem o problema, o Governo Federal estaria preocupado com o Estado de Rondônia, como esteve no passado e estaria fazendo muito mais. Então, por isso que o SINGEPERON quando fez essa denúncia perante o STF, ele chamou a atenção: “olha, o Pacto está sendo descumprido, o processo foi suspenso lá na Corte Interamericana”. A ideia é chamar atenção das autoridades estaduais que firmaram o Pacto lá pessoalmente, inclusive com representante de todos os Poderes, como bem colocou o Anderson, para que o problema volte à tona e essas mesmas autoridades cobrem do Governo do Estado e também do Governo Federal, a continuidade da execução dessas melhorias, Deputado, porque nesse Pacto, foi um pacote de obras, vamos dizer assim entre aspas e demais providências, que o Estado levou perante a Corte Interamericana, ele tem providências de todas as naturezas, desde construções, contratação, capacitação, uma série de situações e que realmente venha resolver boa parte e talvez até todo o problema que estamos discutindo. Então, a título de sugestão, é claro

que o senhor vai saber muito bem junto com os seus Pares, qual o melhor encaminhamento a ser dado, mas a título de sugestão, retomar essa cobrança do cumprimento do Pacto sob pena de Vossa Excelência vir a denunciar lá e dizer: “olha, embora o meu companheiro, que não é mais Deputado tenha assinado esse Pacto, está sendo descumprido”. Então, a título de sugestão pode ser uma providência interessante para vir a ser tomada futuramente, era essa a colocação Deputado.

Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, muito bom. Até porque eu estou aqui, estou ouvindo todas as partes. O Senhor Governador, ele deve ter ciência, tem uma boa assessoria, sua Procuradoria, que a Constituição Estadual em seu artigo 66, §6º diz: São crimes de responsabilidade... Ele não cumprir as Leis e as decisões judiciais. Quero deixar mais claro ainda, que eu vou pedir todas as documentações que vocês tiverem, encaminhem para mim, que eu faço um compromisso aqui, tanto com o Sindicato, as pessoas interessadas. Eu vou nem que seja lá na Corte entregar em mãos essa denúncia. E tudo o que for lavrado aqui, como eu digo, tem, o mandato é diferente, eu não posso falar por 'A', 'B', 'C' ou 'D'. Dentro dessa situação, vejo os aprovados que também tem o interesse, existe o cumprimento também de contratação? Quantos seriam hoje, que foram acordados nessa...? Vocês se recordam de qual foi o efetivo Dr. Tomasete?

O SR. GABRIEL TOMASETE – Existe sim a questão de efetivo, existem vários eixos, e a questão de número eu não sei dizer exatamente.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Qual o valor? Que foi acordado lá? Pode falar.

A SRA. RUTE CARVALHO – Deputado, essa demanda ela está contida no eixo dois do Pacto, e lá tem como previsão a contratação de novos agentes penitenciários, mas não tem o número exato para contratação de agentes penitenciários. É uma ação continuada do Estado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, deixa eu falar uma coisa para vocês o seguinte, a preocupação tanto nossa, como Legislativo, Judiciário, Ministério Público, todos os órgãos que estão.., eles saíram, muitos estão fazendo concursos, estão fazendo curso, desculpa o concurso eles já fizeram, fizeram o curso. E eu tenho uma informação que eles não terão, serão efetivados de plano. Essa é a informação que eu tenho. Não é isso? E aí, que foi um acordo judicial, o Judiciário falou: vocês vão fazer o curso, fazem a formação. Mas, não têm. Eu estou aqui com várias demandas aqui, inclusive, eu estou fazendo, ainda não foi lido, vai ser lido amanhã. O Governo manda um monte de Projeto de Lei aqui para cá, alterando vários dispositivos, fazendo remanejamentos, e vem com uma balela dessas, uma balela. Dizer que não tem condições de contratar um efetivo da SEJUS, não só da SEJUS, nem a bolsa esta pagando.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Vou colocar só uma questão, aquela questão que eu levantei na Audiência passada sobre a

co-gestão, como eu disse a co-gestão eles vão inaugurar os presídios novos com uma empresa com o diretor do Estado. Então não vão contratar, eu acredito que se o Estado for fazer isso teria que ser feito um compromisso com esses pais de famílias de serem contratados, o concurso já venceu isso é decisão do STF, concurso vencido, todos estão dentro do número de vagas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, pode ficar tranquilo. Doutor o senhor queria falar não é?

O SR. CLAUDIONOR SOARES MUNIZ – Boa tarde a todos, meu nome é Claudionor Soares Muniz, sou Delegado de polícia, servidor do Estado de Rondônia, tive oportunidade de trabalhar na Delegacia de Assuntos Penitenciários no ano de 2009 e retornei a mesma Unidade no ano de 2012. Eu vou primeiro passar parte do que eu ouço, não só como delegado, mas como cidadão, como testemunha do sistema. Normalmente não é algo muito bom de ouvir, mas lamentavelmente é aquilo que a gente ouve constantemente. Quando eu vejo que as compras da SEJUS praticamente, os processos são de final de 2014 e 2015 e até o momento não houve essas compras me leva como cidadão a pensar o que quê é que se fazia no passado? O que aconteceu num ato temporal de 2005, 2007 até 2015? Só para ter uma ideia no ano passado eu recebi uma requisição do MP para apurar inquérito, para apurar facilitação de fuga do Diretor Geral do Panda e o Diretor de Segurança por que não tinha cadeado em todas as bigornas de cela. Mas não são os diretores que compram, demorou 8 a 9 meses para comprarem, quando compraram, compraram cadeados que não funcionavam, não entravam no ferrolho das bigornas. Então isso numa simples compra de cadeado. Já cheguei a ouvir isso dentro da estrutura da SEJUS, que a corda sempre arrebenta do meio mais fraco, isso eu vejo quando eu instauo inquérito policial e normalmente abuso de autoridade, fuga culposa acaba estourando na mão dos agentes penitenciários. Outros me falam o seguinte: a chave do cofre um dia tem que aparecer. É o que nós vemos, eu até vi um certo planejamento, interessante o planejamento, uma certa organização, mas se ainda vai alocar recursos esses prazos podem nunca serem cumpridos. Existe um mundo ideal dentro da gestão da SEJUS da qual eu, em reuniões que participo e eu vejo certa evolução. Mas existe um abismo entre SEJUS e lá dentro dos presídios que é um caos, é um caos. Servidores com todo o respeito, não treinados para os momentos de crise, não aperfeiçoados para os momentos de crise, não organizados, não tendo um plano de ação. Resultado: alguém vai responder por crime, por não saber como agir. E eu falo isso por que eu sou Delegado de uma Delegacia que volta e meia responsabiliza agentes penitenciários por causa da ausência de organização e plano lá na base, e nem sempre, não estou dizendo, tem sim as suas exceções, nem sempre por culpa exclusiva deles. É bem verdade que o Pacto de Melhorias não tem sido cumprido em sua totalidade e nesse ponto seria interessante mesmo que a Assembleia Legislativa acompanhasse o cumprimento e principalmente as razões do não cumprimento. Ele realmente não está sendo cumprido na sua totalidade. Se nós tivéssemos a oportunidade de jogar o slide aqui nós veríamos que haveria eixos em vermelho, eixos em amarelo e eu falo até em nome do eixo do qual eu participo, que é da apuração. Dos cento e

vinete inquéritos policiais que os peticionários perante a Corte relacionaram para que nós déssemos prioridade para a conclusão, 100% deles estão concluídos. Mas pelo fato de que não houve uma punição almejada em todos os casos, muitos por causa do denunciismo de apenados ou familiares de apenados, nós estamos lá no amarelo, E não há o que fazer para esse amarelo um dia ficar verde, por que os inquéritos estão todos concluídos. E a instauração de um inquérito não é sinônimo de punição; então se o critério é esse nós nunca vamos teremos um quadro amarelo. Mas, boa parte do que está vermelho; grande parte dele é porque não há recurso. Não há recurso federal, não há recurso estadual. Do Governo Federal, eu participo de reuniões desde 2009 e é praticamente da forma como o Governo Federal atua, é praticamente impossível conseguir um recurso federal. Eles colocam tantos requisitos em edital, que é praticamente impossível uma comissão da SEJUS, por mais inteligente que seja, conseguir um recurso federal. Então esse é um dos fatos que a gente vê uma sinalização da República de que agora o que interessa a República é que o processo ingressado na Corte Interamericana de Direitos Humanos seja julgado o seu mérito, porque ele quer se desincumbir do cumprimento do Pacto de Melhorias. Essa é a verdade. Os senhores, aqueles que acompanham sabem que está em fase de alegações finais, os peticionários estão produzindo as alegações finais com prova sobrando dos erros do Estado nos anos e lamentavelmente nós teremos uma decisão desfavorável, quase certeza. Por que as medidas provisórias não foram cumpridas, mesmo levantadas às medidas provisórias, o Pacto também não foi cumprido. Então nós podemos esperar, isso eu falo agora já em nome da Polícia Civil, o meu Delegado Geral da minha instituição tem plena ciência de que o cenário não é bom, porque fatalmente a República Federativa do Brasil será responsabilizada e desde a simples venda de uma carne para a Alemanha vai ter problemas. Terá problemas. Por que não vou negociar com país que descumpra regras básicas de Direitos Humanos, então nós teremos consequências. Com relação a problemas: olha, falta de efetivo, falta de recursos materiais, aqui falado, HT, coletes, equipamentos, munição, Raio X, ultrassonografia, acabou com a revista vexatória, mas o Estado até hoje não se aparelhou para que pudesse fazer a revista devida nas unidades. Nisso entra toda sorte de instrumento desde serra, droga, celulares e outros objetos. Até o momento nenhuma unidade do Estado possui sequer um bloqueador de celular. Uma unidade decide fazer uma rebelião, aciona as demais e todas no mesmo dia e horário se rebelam, porque o Estado ainda não se preparou para isso. Problemas com viaturas, câmeras de circuito interno para a garantia do próprio servidor público ao comprovar a sua inocência; diante de várias e várias intervenções, que se fazem necessárias dentro de unidade. O fato é que a instituição interna, no caso da SEJUS, Corregedoria, Ouvidoria, a própria inteligência, não possui efetivo para cumprir o seu ofício. Eu vejo servidores com boa vontade sim, mas, não vejo efetivo para que eles possam fazer isso. A Corregedoria deveria normatizar e nortear o trabalho e não apenas punir; e ela não faz, porque ela não tem pessoal. Então nós temos outro enfrentamento, que não é somente lá no bater cadeado; enfrentamento é muito maior que isso. E o que mais me

preocupa é que eu não vejo particularmente como Delegado, da Delegacia a qual eu faço parte, muito menos como cidadão, um cenário que me aponte para o efetivo cumprimento do Pacto de Bogotá. Quem tem voz maior, mais ativa e mais atualizada que eu, talvez, possa dizer a mágica de transformar aquele quadro do Pacto de vermelho para verde, porque eu particularmente não consigo. Então, talvez, aí eu concordo totalmente com o Dr. Leandro Gandolfo, tem que passar pelo viés político. O Governador Confúcio, ele vai ter que, com o seu pessoal, dar um passo a mais, para que resolva o problema de infraestrutura, recursos materiais e recursos humanos, efetivo. E nesse ponto gostaria muito de contar com a Assembleia fazendo a fiscalização e cobrança do Pacto, porque isso resulta em melhoria para o cidadão aqui fora, porque uma unidade prisional com efetivo, uma unidade prisional com recurso matérias, uma unidade com câmeras de vigilância, raio-x, ultrassonografia para localização de aparelhos celulares introduzidos em corpo, isso tanto de visitas quanto de apenados resulta, bloqueadores de celulares, resulta em tranquilidade para o cidadão, aqui fora. Obrigado então a todos.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Sr. Aldian.

O SR. ALDIAN CUNHA SOUZA – Boa tarde Deputados, autoridades. Meu nome é Aldian, estou representando os alunos dessa “sofrência academia” à gente já colocou até esse nome, “academia da sofrência” e desde 210 a gente está sofrendo, lutando, batalhando para conseguir esse direito para vestir esta camisa aqui porque a gente vestiu com suor, a gente vestiu porque a gente estudou noites e noites, a gente vestiu isso aqui porque a gente merece está vestido com isso aqui para está estudando, não teve apadrinhado, não teve tapinha nas costas, foi estudo, foi caneta, foi raciocínio, foi merecimento, foi crédito para a gente vestir isso aqui, mesmo assim tivemos que lutar na Justiça para conseguir, agora, a gente está lutando ainda por uma previsão de uma posse, colocaram uma proposta para os alunos, 2016 e o restante 2017, possivelmente pode haver até uma mudança a qualquer momento foi o que deram para gente. Resumindo, cinco anos esperando, mas esperar até 2016 e outros colegas até 2017, o que é isso? Que país é esse? Onde nós estamos? Esperar sete anos para tomar posse num concurso que nós lutamos, que nós estudamos noites e noites, madrugada, foram 17.500 inscritos para um concurso, 300, nós somos considerados uns 300, era 309, infelizmente, faleceu nossos colegas porque estavam indo viajar para suas cidades a troco de vender criações, outros iam vender uma moto, um amigo nosso ia fazer um evento num show para conseguir arrecadar dinheiro para suprir as necessidades de suas famílias lá e pagar o aluguel aqui de onde ele está passando para poder se manter no curso, muitos alunos desmaiando, caindo porque não tomam café de manhã, outros almoçam, porém, aqueles que almoçam já não jantam, eles trocam, às vezes: “Hoje eu não vou almoçar porque estou a fim de jantar hoje a noite”. E assim, e nós aqui da Capital mais do que unidos a gente faz arrecadações, eu levei mesmo para alguns alunos, colchão, televisão para dar um pouco de conforto. Final de semana os pegava no meu carro para mostrar a cidade para não entrar na depressão e sofrimento mais do que a gente já está passando. Então não é justo em hipótese alguma

o Estado fazer isso conosco, nossa Bolsa que é um direito de a gente ter no momento que a gente entra naquela sala de aula é para estar com a nossa Bolsa, alunos, uns receberam, outros não. Previsão? Talvez dia 25, o restante quando terminar o curso. Talvez. Procuramos respostas, não encontramos. Para estarmos aqui nós estamos submetidos a levar até uma advertência quando chegarmos lá, injusto, porque nós estamos aqui lutando pela nossa classe, pelos nossos direitos, direitos esses que a gente lutou várias e várias vezes na justiça para conseguir vestir isso aqui e não é justa a proposta que o Estado está fazendo com a gente com essa necessidade, final de semana a gente vai fazer estágio nos presídios, a gente consegue localizar drogas, localiza celulares e muitas outras coisas que a gente está desempenhando mesmo com dificuldades nós nos unimos, um liga para o outro: “amigo vem me buscar; amigo, me leva ali; amigo, estou precisando disso”. Então a gente é mais do que justo a gente está se unindo. Então, a gente recorre a vocês que ajudem a gente, porque até na justiça a gente está difícil ganhar essa posse, porque eles não estão querendo dar posse para a gente, estão querendo a divisão, então não é justo. O Estado está com essa necessidade, o Sistema Prisional está precisando, então são só 300, sendo que só a Capital aqui vai ficar 165 o restante vai para o interior. Eu pergunto senhores, 165 agentes, resolve o problema hoje de Porto Velho de 5 presídios? E quem é que vai inaugurar esse presídio lá os 470 lá? Como que 165 vão tirar plantão lá e os outros presídios como vão ficar? Então, fica difícil nem que se contratasse todos os 300 para ficar aqui na Capital, hoje não resolveria o problema prisional e isso simplesmente é uma bomba que a qualquer momento vai explodir; final de ano está chegando, os apenados estão vendo essa fragilidade que já está o sistema, tanto insegurança como efetivo certo! Fora isso, não tem apoio, então tudo isso daí vai gerar uma bomba, a qualquer momento vai explodir. Então, eu agradeço, peço a atenção de vocês para vocês nos ajudar porque a gente precisa, todos nós somos pais de famílias pela segunda vez nós estamos desempregados, em 2012 fizeram uma proposta de boca: “não, vocês comprem fardamento, se apresentem, tirem os antecedentes criminais, toda a documentação que vocês vão começara academia”. Chegamos aqui em 2012 muitos vieram de Cacoal, Ji-Paraná, de todo o lugar daqui do Estado, chegamos aqui só tinha um papel na parede: “infelizmente o curso foi adiado, tal, tal, sem previsão”. Procuramos os nossos direitos até hoje, aquela vez ficamos desempregados, estamos desempregados agora de novo, novamente, sem previsão, querem contratar a metade e outra metade, ninguém nem tem certeza se vai isso realmente acontecer. Novamente nós vamos passar Natal e Ano Novo desempregado, com nossas famílias, nossos filhos? Temos uma amiga que ela, ela nem... Ela namorava, a filha dela está para nascer, daqui a uns dias a menina vai está falando, com dente e nós ainda estamos brigando por essa posse? É difícil, não é? Então a gente pede a atenção de vocês. Toque no coração de vocês em ajudar a gente, certo? Eu agradeço. Boa tarde.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O representante da OAB vai falar agora.

O SR. GUSTAVO ADOLFO - Deputado Jesuíno, Presidente da Mesa, em nome de quem eu cumprimento as demais instituições

devidamente representadas aqui. No plenário, cumprimentar a todos em nome do Conselheiro Estadual Dr. Gabriel Tomasete e em nome, também, do Tenente Davi, Gerente Geral do Sistema Prisional. De forma muito simples, Presidente, apenas para aproveitar a oportunidade e em nome do Dr. Andrey Cavalcante, Presidente da Ordem, em primeiro lugar lhe parabenizar pela atitude, pela coragem de ter trazido esse tema, dada a relevância e a gravidade, ter trazido à discussão dos diversos atores aqui presentes. Nesse sentido, apenas para registrar, que na qualidade de Conselheiro da OAB, e Presidente também da Comissão dos Advogados Criminalistas, conhecemos um pouco e aí eu diria, realmente um pouco dessa realidade hoje apresentada, muito bem apresentada aqui pelos que nos antecederam. E desde já, como disse, de forma breve, para encerrar, me colocar à disposição, em nome da instituição. A OAB, cumprindo o seu *munus* público, a sua atribuição constitucional, não se furtará a esse debate e colaborar no sentido, na medida do possível para que todos nós saíamos ganhando desse problema que assola todos os dias aos que lá frequentamos. Muito obrigado mais uma vez.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Eu vou passar a palavra agora para o Leandro Gomes, Vice-Presidente ASPEN.

O SR. LEANDRO GOMES – Boa tarde aqui ao nobre Deputado Jesuíno Boabaid e às demais autoridades. A gente está, eu, por exemplo, estou aqui desde 2008 na categoria de Agente e sempre vejo pessoas com boas ações, Diretores, Agentes Penitenciários com boas ações, só que não tem condições de trabalho por parte da SEJUS. Então, o que é que acontece? O que é o 'Tendão de Aquiles' do sistema penitenciário é a falta de um estatuto para que nele esteja regido quantos Agentes o presídio, se numa Colônia merece 10, se são necessários 10, 15 no Panda e nas demais unidades prisionais. Eu trabalho na Colônia Agrícola Penal, só tem 04 a 05 Agentes por plantão. Têm as extras, tudo bem, as extras só voltaram devido àquele fato ocorrido no dia 05 do mês passado, então, o que eu quero deixar aqui, como categoria, como Agente Penitenciário, que a SEJUS, o sistema penitenciário não seja vista como a escória da sociedade, como a escória da Segurança Pública, porque na hora de penalizar o agente, nós somos segurança pública, mas na hora de favorecer o agente, a gente não pertence à Segurança Pública. Então, eu, pela primeira vez estou vendo a Assembleia Legislativa, com o nobre Deputado querendo mudar a categoria, querendo mudar o sistema penitenciário. Nosso Promotor de Justiça também sempre está na Colônia Penal e nas demais unidades. Então é isso, parabenizar a Mesa e todos aqui. Sendo que o efetivo é reduzido e o governo ainda quer fazer duas, uma contratação para janeiro agora e outra contratação para janeiro que vem, sendo que a nossa cidade é para ontem e a gente lida com vidas e essas vidas podem ser abatidas tanto de um lado como do outro devido ao efetivo. Nenhum agente sai de casa querendo bater e querendo oprimir dentro das unidades prisionais. O agente, ele sai de casa deixando sua esposa, deixando seus filhos, seus familiares para ganhar o pão de cada dia e quando a gente chega dentro do presídio, a gente depara com 1.000 internos, todos querendo a liberdade mesmo de forma, seja ela de rebelião, ou seja, ela que sai pela porta da frente ou pela porta dos fundos e a gente

tem que controlar com quatro, cinco agentes no plantão. Então a gente fica querendo manter a ordem e a disciplina dentro do lugar que o Estado não chega. Então a gente pede mais compreensão das autoridades e parabenizar a todos aqui presentes.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Já são 17h27min, a senhora que está respondendo pelo Secretário, não é, mas é responsável do Estado? Vamos para a parte mais didática, eu acho que todo quer prazos. O Sávio me alertou realmente, a ASSFAPOM fez um acordo, mas lá trata sobre as guaritas, não é isso? Guaritas. As condições que tem em Ji-Paraná, eu não sei como é que ficou, eu vou discutir, eu vi que está publicado no site da entidade lá da ASSFAPOM, eu posso ver, mas o prazo iniciou, já tem mais ou menos uns 15 dias que foi o Dr. Denir, foi o Termo de Acordo. Então, o Secretário Marcos falou para mim; que todas as audiências hoje nós temos um novo formato, ao final temos um Termo de Acordo. Porque o Termo desse Acordo tem que ser lavrado. Eu posso colocar um prazo de 60 dias, caso seja pedido, quando o Secretário chegar, vocês informem para a Assembleia: "nosso prazo é razoável, eu não tenho condições". Pede e justifica e a gente dá as devidas informações para as pessoas inerentes, então por isso que eu estou pensando em colocar 60 dias. Vamos partir para o ponto, que o Gilvan falou que a situação dos HT, armamento, coletes, de 60 dias é o prazo, antes disso eu já quero cópia de todo esse processo, quero que vocês encaminhem para mim, para a Comissão de Segurança Pública, não parte, eu quero na íntegra, manda para mim do armamento, do colete, são em separados isso daí?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Isso, são separados. Eu tenho aqui, Deputado comigo até os processos...

O SR. JESUÍNO BOABAIID – Na íntegra.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Com data, com tudo, todo andamento, documento protocolado da 17ª Brigada, na região militar, documento de tramitação aqui com e-mail, pedido do Coronel da região para que se mude. Então nós temos toda documentação, a gente vai preparar toda essa documentação e encaminhar para cá.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Certo. O prazo, Sávio, para aquelas fotos que o Promotor mostrou. 60 dias?

O SR. SÁVIO RICARDO BEZERRA – Essa situação aqui, a gente está em trabalho ainda, que tem serviço que não depende da minha Gerência, nós não temos engenheiro sanitário. Mas a questão das guaritas e a sanitária nós já iniciamos e deu início lá no DEOSP, inclusive, tem um documento seu como o Deputado que mandou lá para o DEOSP, com a reestruturação do Estado...

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Ele foi extinto.

O SR. SÁVIO RICARDO BEZERRA – Foi extinto exatamente. Então um dos acordos que nós fizemos é que aquele prazo foi prorrogado e o prazo que foi estimado lá foi 90 dias com a conclusão de todas as guaritas.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Certo. Guaritas, a gente está tratando das guaritas. Guaritas é um ponto. Essa audiência, eu estou falando aqui daqueles pontos que está falando aqui, a caixa de água.

O SR. SÁVIO RICARDO BEZERRA – Aqui a situação, nós vamos fazer uma... Eu disse que a gente não iria mais fazer isso, mas vai ter que ser feito, porque uma ETE, ela leva muito tempo, então já está se trabalhando todo o sistema, o complexo prisional dessa ETE que vai captar do Pandinha, da Colônia Penal, do Urso Branco e do Panda e do provisório feminino e as medidas de segurança. Então isso aí vai levar tempo. Para solucionar isso aí, nós já vamos está fazendo a fossa sumidouro que é para amenizar aquela situação e fazer as caixas de inspeção e as caixas de gordura.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – O Promotor então, o senhor pode ficar acompanhando então, eu vou lá também. Então, a parte elétrica.

O SR. SÁVIO RICARDO BEZERRA – A parte elétrica, o projeto elétrico já está todo finalizado e já foi feita a aquisição desse material para as instalações.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Estou falando daquele ninho que foi mostrado lá.

O SR. SÁVIO RICARDO BEZERRA – Ontem nós estivemos lá, hoje também com o Dr. Renato e isso já foi feito, a parte elétrica já foi finalizada, a gente estava vendo a parte hidráulica e a parte sanitária.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então o prazo de 60 dias esta viável? Armamento, tudo, vai juntar ao processo para mandar para a gente a situação do... Vou ter acompanhamento de 60 dias para finalizar. Lembrando, só para falar para vocês, eu não estou só para cobrar. O Governador sabe a posição desse Deputado aqui, por isso que eu sou independente, eu voto quando é para votar, eu voto também quando não é para votar. Ele vai ter uma pessoa agora, não um carrasco, vamos falar assim, mas ele vai ter que cumprir. Como diz agora a questão é política, a decisão aqui agora vai partir para essa premissa. Eu não vou também só sobrecarregar, nem que seja necessário montar uma Comissão, e aqui eu peço para vocês, se for necessário, para a gente ir lá à União para a gente cobrar deles. Porque eles vão ser punidos. Não, Rondônia vai ser punido, mas a sanção vai ser em quem? Na União. Então, se vocês já estão pedindo esse descumprimento que vai. Coloca também aí, prazo de 60 dias, o não descumprimento dessas questões, formação de uma Comissão para gente ir à União buscar as pessoas interessadas, aí no caso eu quero que depois vocês me apontem, Dr. Tomasete, quem são essas pessoas que estão elencadas e que podem, a Corte Interamericana aqui tem um representante, o próprio Ministério aí deve ser o da Justiça, eu não sei, quem é que pode, para gente ir buscar lá. Ou faz ou o Governo de Rondônia ou vocês vão para o brejo também junto com todo mundo.

A SRA. RUTE CARVALHO – Deputado, considerando que o Secretário, os Secretários não puderam vir, por compromissos já agendados anteriormente. Nós gostaríamos então de que o relatório do que foi aqui discutido, fosse apresentado no mesmo prazo da reunião anterior com o Deputado Léo Moraes, 90 dias, aí a gente já apresenta tudo, porque muito dos pedidos aqui, se confundem com o que foi pactuado lá.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mas, por isso que eu estou te informando. Lá está noventa, vocês vão ter 60, já foi quase 30.

A SRA. RUTE CARVALHO – Então, assim um prazo que já foi firmado pelo Secretário, a gente poderia dar continuidade dele, apresentar um mesmo aqui no prazo de noventa dias.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, os itens que foram na Comissão de Direitos Humanos; mantém-se noventa dias, correto. Porque já tem quase 30 dias que o Secretário esteve aqui. Então, eu não posso dá mais noventa se não fica conflitante. Aí eu dei 90. O Presidente da Comissão de Segurança Pública dá 90, aí fica nesse conflito. Por isso que eu estou mantendo 60. Eu não sei se vocês ainda estão no benefício, se 60 já ultrapassou de 31 dias, 35 dias, vocês ainda vão ganhar mais uns dias ainda para se manter.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – A data que foi feito o Pacto, o compromisso, foi 8 de setembro, e se eu não me engano está marcada para 8 de dezembro a apresentação desse relatório.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, não é relatório não, soluções.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Relatório e soluções.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Soluções, relatório eu vou lá e, aqui fica claro também, aqui não é relatório não, é solução. Aqui é prazo para solução, que em relatório, se for para relatório, eu vou lá e faço, ou mando uma Comissão minha, vai lá e faz. Eu quero prazo solução. Solução. Não, eu respeito também.

A SRA. SEMÁYRA MORET – Deputado, com sua licença.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar.

A SRA. SEMÁYRA MORET – Semayra, em nome do Gabinete da SEJUS. Nós estamos enquanto técnicos aqui, e eu me sinto temerário, técnicos firmarem o Pacto de prazos para cumprimento com a Assembleia Legislativa sem termos tido a autorização para tal. Nós somos técnicos e estamos aqui prontos para responder qualquer pergunta que vocês queiram, que qualquer um do Plenário queira a respeito de qualquer assunto do Sistema Penitenciário. Com o seu perdão, por gentileza, só para eu finalizar. Firmarmos Pacto em nome do Governo do

Estado, em nome da Secretaria de Estado de Justiça, que precisam ser pactuados, como vocês mesmos colocaram, a Mesa mesmo colocou, por vontade política, não faz parte de nossas atribuições. Então, nós mantemos um pacto que foi firmado pelo Secretário, entretanto, eu acho que é infrutífero e desigual; técnicos da Secretaria firmarem pactos para serem cumpridos politicamente.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Mas, não é você não, é ela aqui, não estou falando contigo. Você só está me informando. Outra coisa, se eu partir para um lado mais radical, eu não quero mais acordo, chamo aqui o Sindicato, os representantes legais, e vou para outra medida. Aí qual é a medida? O Governo que vocês estão defendendo vai sofrer um crime de responsabilidade. E aqui já tenho subsídio suficiente para a minha abertura aqui, nesta Casa eu já iniciar o processo de crime de responsabilidade, por descumprimento de quê? De acordos. Eu estou sendo uma pessoa, vou entender, estou dando a palavra, estou sendo bem tranquilo com os Secretários, com os senhores, com a senhora, por quê? Porque eu entendo, eu entendo ainda. Vamos esquecer o passado, vamos para marcos iniciais, daqui; que foi no caso o início do meu mandato, que foi fevereiro de 2015, assim como foi o Secretário que hoje se encontra lá. Então, você não está assumindo um compromisso, é o Estado de Rondônia. E aí eu já estou exercendo o meu papel coercitivo, que a Constituição me dá essa prerrogativa, se ele não quiser, amanhã é terça-feira, eu já apresento logo o procedimento de crime de responsabilidade. Então o Governo já sai daqui já ciente, não é isso que eu quero, é a gente chegar num acordo e esta Casa tem sim esse papel de exercer essa função, por que ele descumpriu, está descumprindo já um acordo, um pacto, a dignidade da pessoa humana está sendo violentada. A questão dos concursados que é a questão de fato e de direito, eu entendo não precisa nem me explicar, existe o direito adquirido, expectativa de direito, o concurso foi aberto para 300 vagas e se abriu o concurso para 300 deve se convocar, tinha orçamento, agora vai pegar fazendo esse tipo de coisa. Então tem muitas materialidades para subsidiar qualquer ação contra ele aqui administrativo, que aqui a ação não é como falei política, mas é uma ação legitimada administrativa que a Assembleia tem o seu papel. Então é isso que eu estou pedindo de uma forma tranquila, estou dando o prazo de sessenta dias, expliquei se ela, que eu falo a vocês, se ela não puder, ela justifica de uma maneira bem plausível: “olha não vai dá por isso e por isso”. Agora não sai daqui com nada, ai não, ai a gente já sai para outro caminho, ai um outro rumo. Infelizmente Secretário eu tenho que, como eu falei para o Secretário vocês poderiam vir me explicar, eu ia entender, não me elucidou vários pontos que ficaram, primeiro: as horas do agente penitenciário. Saímos daqui com um acordo que vocês iriam trazer documentos, muitos estiveram aqui presentes, o Gilvan não estava, mas estava aqui o Sub estava, tinham muitos aqui presentes. Como horas, processos, o que seria feito. Ainda falei: traz para mim para a gente discutir uma forma... Viajou. Eu também não posso, eu tinha uma agenda também lá do outro lado, também importante, mas eu tenho compromisso, se alguém não tivesse para me responder, o meu Vice-Presidente deveria estar aqui para discutir isso, eu ia pedir para ele, ia passar toda a informação: “olha vai lá e

toca o rito”. Não sei se ele ia tomar a mesma medida que eu, mas o rumo deveria ser esse. Outra coisa, que eu quero deixar; vocês fiquem tranquilos, os alunos, ninguém qualquer projeto que seja, qual é o nome do projeto, Anderson, que você falou? O projeto que eles querem encaminhar para a Casa aqui, que você falou de trazer tipo uma, não é privatizar, ele falou...

O SR. ANDERSON PEREIRA – Co-gestão.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) - Co-gestão mesmo, não vai passar nada aqui não, esse é o meu compromisso aqui, não tem co-gestão, não tem nada, qualquer nome que seja, isso aqui vai ficar guardado, enquanto vocês não foram convocados, isso ai vocês podem ficar tranquilos, esta Casa aqui, os Deputado são muitos sensíveis a essa causa e não vai permitir que pessoas que foram aprovadas saem de seus empregos e vão ficar depois jogadas na rua. Então é isso que eu quero que fique aqui esclarecido e vocês podem ter certeza que num segundo momento, qual é o prazo que vocês terminam, o prazo da academia? 6 de novembro, está certo, então ainda tem um prazo. Alguém pode me responder sobre isso ou não do prazo de contratação ai deles? Alguém pode me responder?

A SRA. SEMÁYRA MORET – Deputado é que com relação ao concurso em princípio, para início a gente está sem a nossa Gerente de Gestão de Pessoas aqui, então ela que poderia ter um subsídio maior, o Anderson sabe disso, o Ronaldo está lá praticamente, diariamente na Secretaria, ele sabe que é uma questão muito delicada. Segundo, que a contratação efetivamente, ela é um ato da Superintendência de Gestão de Pessoas, agora que é SEGEP, não é um ato administrativo da SEJUS. Então embora a gente tenha as informações e elas estejam na Gerência de Gestão de Pessoas, ela é um ato administrativo da Superintendência de Gestão de Pessoas.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Presidente) – Então Anderson, fica aqui o acordo com a gente...

O SR. ANDERSON PEREIRA – Deputado existe um acordo que foi levado aos candidatos e eles podem falar até melhor do que eu, houve uma audiência no auditório da OAB acerca de duas semanas e a proposta seria contratar em janeiro 2016 a primeira metade e a segunda metade em janeiro de 2017. E ai levando em consideração que o concurso venceu em julho desse ano, o concurso venceu, eu estava conversando com o Dr. Claudionor aqui alguns tem, inclusive, prazo para eles entrarem na Justiça para requerer a posse deles. Eles rejeitaram nessa audiência essa proposta e a ideia deles seria apresentar uma contraproposta para o Estado, essa proposta seria levada numa ação civil pública movida pela Defensoria Pública do Estado aonde eles conseguiram a posse e o SINGEPERON pediu do Juiz para entrar como parte interessada nessa ação, o juiz ainda não analisou, mas nós fizemos parte da audiência que conseguiu a posse. E essa proposta seria levada no processo, então o ideal se eles não querem mais como sugestão, a proposta que sair daqui seja também vinculada ao processo da ação civil pública, se é que eles podem falar como eu falei no começo, a minha preocupação de não ter um Secretário

de Estado aqui, nem o Secretário de Finanças para firmar um compromisso efetivo, do que firmar compromisso e depois eles não cumprirem, e aí fica até mais feio. Mas eles têm essa proposta, inclusive, os alunos tem uma contraproposta para o Estado em relação à posse.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eu não vou, nesse tema eu não vou me aprofundar não, então o compromisso que já sai aqui hoje, amanhã é terça-feira; 08:30 reunião da Comissão de Segurança Pública, se for necessário a gente a elenca as pessoas que podem; o George Braga, a Helena, vai vem o Secretário de vocês, aí pode responder, alguém que vá lá, eu vou relacionar, eu vou convocar na comissão, não é Audiência Pública não, é Comissão de Segurança Pública e aí a gente chamar o Sindicato, a Comissão dos aprovados, dos concursados para está presente, a gente já sai com o Termo já acordado sobre essa situação, que é a discussão, no caso a efetivação dos senhores. Esse é o meu compromisso que eu faço aqui para a gente já sentar e já trazer, se ele vier com negócio de LRF, com esse papinho para mim, eles vão ter que trazer agora dados: “Vai atingir”. Então, me aponta com dados. A partir de hoje vai ser assim, esse negócio de balela para mim. “Está atingido o teto”. Que teto? Onde está chegando esse teto? Porque aqui é muita demanda, viu senhores, não é pouca não, eu estou aqui, a gente já tem várias reuniões, mas pode ter certeza, que está sendo, inclusive tem aqui um assessor nosso, o Kid, assim que a gente fala, ele é uma pessoa que vai anotar tudo, vai fazer uma Ata simples, que tem a Ata maior, vai relacionar todas as nossas conversas que foram hoje faladas aqui. Então, fica assim, esse prazo, Anderson, eu não vou adentrar, vou aprovar o requerimento na Comissão de Segurança Pública para a gente já discutir o acordo quanto ao efetivo e tem outro problema. E os socioeducadores, como é que vai ficar essa situação dos socioeducadores? Vocês podem me responder. Foi renovado nesta Casa, 90 dias, quanto é o fim do prazo deles? Dos socioeducadores? Alguém pode me responder sobre isso?

A SRA. SEMAYRA MORET – Os socioeducadores já terminaram o curso de formação, já foram todos convocados, segundo informações que nós temos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Convocados.

A SRA. SEMAYRA MORET – Já todos, convocados. Não há mais socioeducadores para serem convocados.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, não. Eles estão fazendo curso igual eles...

A SRA. SEMAYRA MORET – Não senhor; já finalizaram e já foram convocados.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Eles já foram efetivados, já?

A SRA. SEMAYRA MORET – Sim, os que já apresentaram documentação sim.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – São quantos?

A SRA. SEMAYRA MORET – Eram 150. A última leva, a última parcela que faltava chamar, convocar eram 150.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Já foram efetivados.

A SRA. SEMAYRA MORET – Não, só não foram efetivados...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Os socioeducadores não tem mais problema...

A SRA. SEMAYRA MORET – Os socioeducadores já estão trabalhando, não estão impossosados apenas aqueles que tiveram atraso na entrega da documentação pessoal para a posse, os demais estão trabalhando.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem uma discussão, olha só como o Estado é. Então, já foram efetivados. Eles trabalharam de forma emergencial, não é isso? Um pergunta: qual era a questão trabalhista deles? Como é que eles exerciam, eram CLT? Como é que era?

A SRA. SEMAYRA MORET – Não temos essa informação aqui Deputado. A gente pode informar o senhor posteriormente e documentalmente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Documentalmente. Antes, sabe me informar como é que era a forma de contratação deles, dos socioeducadores que tem 08 anos, 7 anos, 5 anos.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Os socioeducadores, esse concurso aconteceu por força de uma ação pública e aí o Ministério Público deu um prazo, o Estado conseguiu o efetivo, conseguiram 150, eles estão saindo agora e aí tem uma outra preocupação; fizeram academia os 150, estão tomando posse. Mas, até agora só 58, a média, até onde eu busquei, tomou posse e estão trabalhando; o restante não compareceu ainda, tinha até um grupo que estava ali aguardando, estão lá ainda, que eles estão aprovados nesse concurso também e possivelmente, a gente já tinha informações na academia que alguns não iam tomar posse, porque passou na Polícia Militar, passou no concurso do TJ já está num outro rumo e assim, vai ficar vago e o efetivo não vai resolver, sem efetivo...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas, espera aí então. Eles fizeram o curso agora?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Não. Eles não fizeram o curso, eles são, vamos supor, os excedentes, como a média de 60 que tomou posse, o restante vai ficar vago e seria...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – 90, não é?

O SR. ANDERSON PEREIRA – É. E a única forma deles conseguirem entrar, é se houver uma ampliação e chamar, porque vai ter as vacâncias, vai ter vários que não tomaram posse e a gente precisa do efetivo do concurso para suprir a saída dos emergenciais que estão saindo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Uma coisa eu também quero falar sobre os emergenciais. O Governo pegou essa mão de obra, olha aí, pega, utiliza, não faz concurso e quem vai pagar agora o passivo trabalhista desse pessoal? Uma Comissão me procurou, ninguém quer ficar lá não, mas quem vai pagar agora o passivo trabalhista deles? Vão dispensar, usaram, usaram por três, quatro, cinco anos, oito anos não sei, e agora vão fazer o seguinte, vão fazer um acordo, “você têm um prazo “x” vou pagar, depois de pagar eu contrato também”. Ainda tem também, ouviu Anderson, aí eu quero também que você olhe por essa situação que tem que ver também essas pessoas que ficaram esse tempo todo exercendo suas funções eles não querem efetivar, até porque eu já expliquei isso não existe, a Emenda Constitucional nº 43 e a própria Carta Constituinte proíbe, tem que ser mediante Concurso Público, mas também não pode sair com uma mão na frente e outra atrás, ele tem família também tem que pagar e vou buscar essa informação também. Você não tem como responder sobre isso, os 90 não é? Então, ficaram 90 que não vão ser chamados.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Foram chamados os 150, fizeram academia, mas agora, no ato da posse compareceu uma média de 60 que tomou posse e já estão trabalhando.

A SRA. RUTE CARVALHO – Mas o restante ainda não foi empossado, porque ainda não estão com a documentação pessoal toda regular.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está certo.

A SRA. RUTE CARVALHO – Então, o Anderson está trazendo uma nova informação de que alguns não vão tomar posse porque passaram em outros concursos, então, esses que passaram em outro concurso, a gente está sabendo dessa informação agora. Então, ele está querendo saber, se eu entendi errado ou se eu entendi certo.

Você está querendo saber como eles serão substituídos já que eles não tomarão posse.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Sim.

A SRA. RUTE CARVALHO - Então essa informação a gente pode trazer documentalmente depois porque não temos aqui agora, mas não ficarão 90 vacâncias aí não.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Inclusive, o Secretário já tem conhecimento. Ele já tem, porque eu discuti esse assunto com ele.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas assim Anderson, o concurso já finalizou?

A SRA. RUTE CARVALHO – É que não acabou o tempo de posse.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Não, o concurso ele não finalizou, está no prazo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está no prazo ainda?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Está. Está.

A SRA. RUTE CARVALHO – Deputado, está tudo no prazo, o que o Anderson está trazendo são informações que circulam na realidade entre os candidatos, entre os que ainda não foram empossados.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Nada oficial?

A SRA. RUTE CARVALHO – Oficialmente nós estamos dentro do prazo ainda para apresentação não está vencido esse prazo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tranquilo, mas vocês...

A SRA. RUTE CARVALHO – Nós não temos o número de pessoas ainda para dizer para o senhor: - “olha, 15 ou 60, ou 90 não vão tomar posse, desistiram”.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vai haver o interesse, vai haver o interesse de vocês...

A SRA. RUTE CARVALHO – Com toda certeza.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – De vir chamar os excedentes também.

A SRA. RUTE CARVALHO – O nosso interesse é de manter aquilo que foi acordado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está certo.

A SRA. RUTE CARVALHO – Inclusive, na presença do Sindicato no início do ano a respeito da posse dos 150.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Está certo. Então, Anderson, você vê esse negócio para mim e traz para nós aqui.

O SR. VILSON GONÇALVES DOS SANTOS – Nós fizemos o concurso o Edital oferecia dez vezes mais o número de vagas, eram 40 vagas, contrataram 150, vai fazer o que com o restante? Porque a discriminação com o restante então? Abriu precedência, porque não chamou somente os 40 então? Porque chamaram 150 e o restante que tem mais 200 ou 300 não sei? Sendo que muitos passaram no concurso da Polícia Civil, da Polícia Militar, passaram os Bombeiros, nós queremos apenas um direito que é nosso, nós fizemos o concurso, fizemos os exames físicos, psicológicos o que é que nós viramos agora palhaços? Nós fomos palhaços para ficar correndo para o Governo dizer que agora só contrataram esses e a gente já está tirado fora? Teriam que ser contratados somente os 40 então, houve precedência para que nós entremos com o nosso direito também e esse é um direito nosso, assim como eles estão aqui lutando e vão entrar também nós queremos também o nosso direito de entrar também porque nós não somos palhaços.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quantas vagas eram abertas, 40?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Foram 150 vagas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Abertas?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – No Edital?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Isso. Só que está no prazo de fato, está no prazo o pessoal que fez academia tomar posse. Então enquanto tiver no prazo o Estado ainda não pode haver ampliação, só a posse.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tranquilo, tranquilo. Então, quanto à questão, eu sou muito, o que está na Lei tem que ser cumprido, quanto à questão Estado vai ser falado, a necessidade é tanta, mas eu posso contratar tanto, a diferença deles que a gente vai lutar sim para buscar ampliação, mas tem duas diferenças aqui, uma de fato é que tem para ser contratado, o outro é uma expectativa, não é isso? O que eu entendi foi isso. Não é isso, 150, mas a gente vai vê essa situação de perto.

Então o acordo que deve ser de posse dessas informações o Estado vai ter 60 dias, aí vai ficar aqui esse acordo, as demandas dos agentes é uma coisa, para a gente sanar eu vou até pedir esse pacto que eu anotei aqui, Pacto de Bogotá, eu vou, o doutor que citou, esse pacto que está sendo descumprido, eu vou requisitar também informações a vocês e encaminhem para mim esse prazo já não é mais de 60 dias o prazo viável, enquanto tempo vocês encaminham esse processo, presídios, tudo o que foi falado aqui, qual é o prazo para vocês me entregarem as cópias?

A SRA. RUTE CARVALHO – Cópias dos processos Deputados?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É desses processos, que está andando, a compra, tudinho, qual o prazo?

A SRA. RUTE CARVALHO - Cinco dias a gente encaminha, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Cinco dias então, é o prazo para a entrega dessa documentação, está bom? Coloco também em documento. E quanto à questão das demandas, Sávio, o senhor é Gerente de Infraestrutura, você vai me informar também num relatório do que está sendo feito e se puder também encaminhar fotos eu agradeço, para mim. Fotos no processo, encaminhando para mim, do que está sendo feito. Então fica aqui, 60 dias para me encaminhar, as demais demandas sanáveis têm que ser 60 dias. Algo ainda?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Pode falar.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR - É um pedido. Eu queria aqui que fosse possível a reconsideração da data do dia 8 de dezembro. É um pedido nosso, dentro exatamente do que foi acordado já com o Deputado Léo Moraes, então, eu peço que o senhor reconsidere pelo menos essa data, até porque já foi 8 de setembro, já estamos dentro do prazo, trabalhando nele, então eu peço ao senhor que seja reconsiderado para que a gente deixe essa data marcada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas qual é o prazo que vocês está, Gilvan, pedindo aí, para ser?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR - O prazo, o que foi acordado com o Deputado Léo Moraes, 08 de dezembro.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O Deputado Léo Moraes, colocou a situação de sabonete, que era em 30 dias, que era o kit, era isso. A situação do PCCS, ninguém discutiu aqui o PCCR, é o prazo, ninguém discutiu isso aqui até agora. E tinha, são três coisas que estavam elencados. O que nós estamos discutindo aqui foram aquelas imagens que foram mostradas ali, foi a água, a questão do esgoto; os presídios, vocês vão encaminhar para mim o que está sendo feito. É um processo, e vou acompanhar isso daí e vou ajudar vocês. Isso aí não é nada de forma, eu vejo que, fico até tranquilo ainda, o prazo do Deputado Léo Moraes é outra situação. São duas situações distintas aqui. PCCS, PCCR, eu nem entrei nesse mérito, porque foi com ele lá. A situação do kit, não me aprofundei, está lá com ele. Entendeu? Esses prazos continuam lá. Agora, o que está sendo discutido é outro, é a situação do colete, do armamento... Então é o prazo de 60 dias, com o devido compromisso de eu estar junto com vocês, acompanhando de forma direta, entendeu? Se está lá no Ministério do Exército, eu vou lá com o Ministro, se for necessário. Mas eu vou pedir que vocês me apontem também. Outro ponto que eu quero, esses 08 milhões que foram, eu falei aqui, mande para mim já de antemão, informações, aqui fala do presídio, 470 novamente, vocês ouviram aqui, vocês encaminhem informações sobre esses oito milhões e pouco. Mandem para mim. E se houver também qualquer medida desta co-gestão aí, que encaminhe para mim qualquer processo que tiver tramitando para eu ter ciência também. Porque já de antemão antecipo meu voto, não passa enquanto não resolver essa problemática aqui, também acho inviável, essa co-gestão aí. Isso para mim é mais perturbação. Alguma coisa para acertar, Anderson? Promotor, alguma coisa para colocar?

O SR. ANDERSON PEREIRA - Eu queria só fazer um questionamento ao Gerente do Sistema, David, que chegou a informação para mim que a escala de serviço foi alterada para 12x24, 12x72, é uma escala antiga nossa, ela é a escala de... É praticamente a mesma que 24x96, ela está dentro do contrato de 40 horas, não fere o limite constitucional. Mas aí o adendo que eu faço é no sentido, e aí ele vai me dizer, o pessoal vai continuar pagando o banco de horas? Que até a informação que eu tenho é que vão continuar. E aí eu faço outro, outras categorias trabalham nessa escala e não pagam banco de horas, que é a tal das 16 horas que o Estado diz que a gente deve, não levando em consideração o horário de almoço, horário noturno, final de semana, nada. Aí eu queria que o Gerente esclarecesse essa questão.

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Deputado Jesuíno, em nome de quem eu cumprimento todos os integrantes da Mesa e os demais convidados. Anderson, depois de muito estudo e muita dor de cabeça, nós entendemos que a escala de 12x24, 12x72, ela é mais segura para o servidor. Considerando toda a limitação do Estado com o seu efetivo, nós entendemos que o servidor que trabalha 24 horas ininterruptas é muito desumano e é o que nós não queremos, mesmo porque é humanamente impossível depois das dezoito horas, o servidor público, ele render, e cobrarmos como deve ser cobrado de um servidor que passou já doze horas laborando. Então, assim, depois de todo esse estudo, nós entendemos e preocupado com a questão do servidor, questão de segurança, porque depois de doze horas, até para correr fica ruim. Então, nós vamos inicialmente colocar em prática por trinta dias, e aí, nós vamos está corrigindo algumas distorções em relação à complementação de jornada de trabalho, acredito que não vai ser preciso, acredito que não vai ser preciso, mas eu tenho que consultar o oráculo ainda, mesmo porque essa é a escala, o Deputado conhece, que a Polícia Militar também trabalha numa complementação de jornada. Mas assim.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Polícia Civil também cumpre, e não existe complementação de jornada.

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - Mas então, aí nós esbarramos na questão da legalidade, porque o servidor foi contratado para cumprir uma carga horária de quarenta horas. Na Polícia Militar, é porque hoje o servidor, ele trabalha 12X24, são 72, e amanhã, ele pode trabalhar 12X48 numa situação de ordem pública, ele é acionado, já o servidor da SEJUS, nós não podemos acioná-lo após as quarenta horas. Mas, eu acredito, Anderson, que, acredito, espero que, nós vamos sensibilizar o senhor Secretário, e claro em comum acordo com os servidores, uma situação de necessidade também, nós estarmos, mesmo porque, Excelência, quando precisamos dos servidores, eles têm sido solícitos com a gerência. Então, acredito, acredito que não será necessário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, já que o Anderson, e você fizeram o compromisso, já vejo que não entra na demanda passada. Então, fica aqui acordado que vocês vão implementar ainda isso?

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Já implementou? Já está em escala, já?

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - Não, não, não está não.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Os diretores já receberão segundo informação.

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - Não receberam não Anderson. Nós fizemos um contrato prévio, eu acabei, inclusive, eu cheguei atrasado por que estávamos numa reunião com

todos os diretores e ali nós falamos do estudo que foi feito e a pretensão que a escala seja aplicada, será essa a partir do dia 01 de outubro.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então, até 01 de outubro, quando é que o Secretário chega?

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO – Quinta -feira.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Quinta? Então, já fica aqui o acordo que quando ele chegar, aí o oráculo como bem disse aí o tenente, ele vai poder me informar. Antes vocês, são regidos pela 68, não é isso?

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - Sim.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não tem Lei especial para eles, específicas, não é isso?

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - Na realidade, Excelência, nós estamos com algumas dificuldades em cumprir as atividades diárias das unidades. E assim as mudanças das escalas...

O SR. ANDERSON PEREIRA - E o motivo é, falta de efetivo.

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - Ela vai nos ajudar, e assim, nós vamos trabalhar com duas escalas, nós vamos trabalhar com duas escalas tentando preencher o maior número de efetivo durante o dia, que é justamente para conseguir atender justiça, advogados, atividades que justamente são aquelas atividades de ensino e instrução até mesmo para os presos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo. Pode falar.

O SR. LEANDRO GOMES - A questão, Deputado, da nossa regulamentação; como falei anteriormente, se esbarra tudo no nosso estatuto, se nós tivéssemos um estatuto que lá fosse regido que nossa escala fosse 24X96, hoje não estaria, nós não estaríamos discutindo essa situação hoje aqui, ou 12X24, ou 12X72. Agora, levanta um grande posicionamento, trabalhar em presídio não é algo como trabalhar numa empresa privada ou algum outro lugar, ou seja, o servidor, ele vai entrar oito horas da noite, às vinte horas da noite dentro do presídio, vamos colocar o Panda, com mil presos. Ou seja, se o servidor, não quiser ir para a delegacia de assuntos penitenciários por facilitação de fugas de preso, ou por responder BO que de manhã aconteceu, e a tarde aconteceu, ele vai ter que fazer o quê? Tirar todo preso, todos os presos da cela, colocar no corredor e contar um por um, ou seja, até que horas esse servidor que está saindo de plantão de doze horas, vai sair? Nove horas da noite? Às vinte e uma hora? As vinte e duas horas? Como vai ficar a questão da hora extra desses servidores? O perigo, porque, não vai ter efetivo para isso, já estão diminuindo à escala para já não pagar hora extra. Então, assim, o efetivo, o efetivo, quem é que vai tirar os presos oito horas da noite, às vinte horas da noite, dentro de uma cela, sendo que era para ter cinco, seis, presos, vai ter vinte, trinta,

dentro de uma cela? Olha o perigo que esses agentes vão correr, mesmo com o efetivo reduzido ainda mais, ainda mais reduzido. Então, nós temos que pensar na vida do agente, na vida do agente, a categoria do agente penitenciário, eu falo com propriedade, ela está doente, ela está doente, a Síndrome de Estocolmo, muitos agentes estão doentes, com a Síndrome de Estocolmo. Eu queira Deputado, se possível, se não for pedir demais, que nas próximas reuniões, que tragam uma assistente social da SEJUS. Se eu puder citar o nome da Branca aqui, ela é muito atuante com a nossa categoria. Para verificar a questão dos nossos agentes hoje, porque muitos saem do plantão vinte e quatro horas, e chegam em casa e descontam na família um estresse ocorrido dentro do presídio. Eu sou a favor da escala vinte e quatro horas, já eu trabalhei com essa escala há muito tempo, é a melhor escala. Porque, quem é que vai nos dar segurança para sair daquela estrada da penal, que é zona rural, às vinte horas da noite? À distância, o apenado, você pode até colocar aqui, e pesquisar com propriedade, o apenado Ângelo Freire, ele capotou o seu carro, um Honda Civic há uns dois meses naquela estrada da penal, atravessou um animal, ele foi desviar e caiu dentro do buraco e capotou o carro. Foi um reeducando que tem vida, é um ser humano que ele pode estar de volta à sociedade, voltar à sociedade num padrão que todos nós queremos, voltar reeducado, no caso. Assim, ele não deu tanto respaldo, mas e se ele tivesse morrido, ou se fosse um servidor.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Mas, qual? Você falou uma coisa aqui que conflita. A gente está falando, se for vinte e quatro horas você falou da questão psicológica. Já que a gente está colocando, eu peço para ser juntado também, a informação de como está a assistência psicológica, psiquiatria, para subsidiar a minha situação aqui na Comissão de Segurança Pública. Eu peço que se o sindicato informar, que pode informar para mim, tragam para mim informações.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Foi apresentado um Projeto por uma assistente social, e ela me procurou, e ela disse que apresentou o Projeto e a Secretaria tirou como prioridade de montar um Centro psicológico para os servidores do Sistema Penitenciário. Ela me procurou pedindo para a gente formar uma parceria, tentar procurar o Secretário e convencê-lo, e eu falei: Vamos sim. Inclusive foi semana passada isso, ela apresentou o Projeto e a Secretaria tirou da prioridade de fazer.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar.

O SR. CLAUDIONOR SOARES MUNIZ – Eu sei da dificuldade que seria para os agentes penitenciários alterarem a escala de 24x96, ou 12x24, e 12x72. Mas, a experiência tem me apontado o seguinte; os agentes penitenciários não suportam trabalhar vinte e quatro horas, o que tem ocorrido na prática é que os presídios funcionam de forma efetiva até as vinte e horas, depois das vinte horas, meia noite. Meia noite entra no quarto de hora. A unidade fica quase que literalmente vazia, porque o agente não tem condição de rodar vinte e quatro horas trabalhando em uma unidade, batendo cadeados, fiscalizando, fazendo todos os trabalhos. Isto é uma fase já ultrapassada da Polícia Civil, da Polícia Militar, que também

estava em situação semelhante nos anos e que a escala de 12x24, e 12x72, resolveu o problema. Na verdade senhores, eu entendo que têm dificuldade com relação o local porque é afastado, que não é iluminado, que não têm tanta presença com relação à Segurança Pública, mas muitas vezes o plano de fundo pode até ter divergência, é com relação ao segundo emprego. Tanto é, é que boa parte das faltas que nós vemos na Delegacia, quando das intimações, 90% delas é por que os agentes penitenciários possuem outro emprego, outro bico, e eles fazem uma inversão. Eles transformam o bico, o cargo de agente penitenciário, tanto é que muitos foram punidos perante o Judiciário pelo crime de desobediência, ou mesmo prevaricação dependendo do caso. Então, eu acredito que, e nesse ponto eu dou um voto de louvor a SEJUS pelo fato de tentar alterar essa escala. Essa escala ela danosa para o agente, essa escala é danosa para o serviço público. Vinte e quatro horas é impossível um agente penitenciário trabalhar vinte e quatro horas dentro de uma unidade, começando sei lá, as sete, as seis, as oito, não interessa o horário, e entregar a unidade para outra equipe da mesma forma como a recebeu, considerando que ele ficará vinte e quatro horas lá. Não vai acontecer, isso não vai acontecer, vai acontecer como eu observo sempre, oito horas é o último momento de entrar, de conferência ou entrada da carceragem quando ocorre. Por que bater cadeado, por exemplo, para evitar fugas isso é uma coisa que ficou no passado, quando acontece, acontece por empenho pessoal do servidor e não por causa, que a Instituição de certa forma prima por essa segurança. E depois da meia noite é somente escala de um quarto de hora, numa Unidade como, vou falar como o Urso Branco por que eu investigo a fuga do Cearazinho, havia 8 agentes penitenciários na Unidade apenas 2 estavam acordados, dois, o restante estava dormindo, dormiram da meia noite as seis horas da manhã, por que? Porque a escala é de 24 horas, se a escala fosse de 12 horas, nós teríamos uma vigília menor e uma participação mais ativa nos trabalhos da Unidade. É claro que: “vai ter problema disso?”. Claro que vai ter, toda transição é trabalhosa, é difícil, mas hoje com todo o respeito na minha opinião, 12x24 e 12x72 a mesma escala da Polícia Civil e a mesma escala da Polícia Militar é o que atenderia melhor a Instituição e a população.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Certo. Eu também quanto à questão eu comungo dessa ideia se querem, outra coisa que eu quero falar viu, Leandro; e a todos vocês, vocês ainda não são dentro do bojo da Segurança Pública, vocês ainda não fazem parte, tem uma PEC que está tramitando. E se vocês querem ter esse direito mantêm uma escala igual, eu já estou de dando norte para depois não falar: “não, por que vocês devem ser diferentes se vocês querem participar?”. Já tem o porte de arma, então a gente tem que efetivar o direito igual para todos, é um direito que eu vejo.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Deputado?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Só fazer uma consideração em relação ao que o doutor falou, a nossa escala ela foi alterada, a gente trabalhava na escala 12x24 e 12x72, inclusive eu

trabalhei no plantão nessa escala. Ela foi alterada pela Secretária Elizete na época dos atentados aos agentes aqui na Capital, inclusive, houve óbito de um agente e eles tinham informação da própria Polícia Civil que os presos aqui fora estavam comandando as quadrilhas aqui para praticar atentados na Estrada da Penal e aí a gente de urgência, fomos à Secretária, e ela foi chamada pelo Secretário de Segurança e ela optou pela mudança na escala na época exclusivamente por esse motivo. Por isso que a gente vê como preocupação, a Estrada da Penal é escura, cheia de buraco, tem mulheres que passam sozinhas ali, então são esses riscos que a gente coloca. Em relação a procedimentos noturnos lá dentro, a gente sabe que tem que ter uma fiscalização maior pelos chefes de segurança, pelo próprio diretor do presídio, o agente, que ele vai dormir meia noite, acorda seis ele está assumindo um risco de pegar uma rebelião, uma fuga, de ser pego de refém. E aí a gente sabe que hoje no próprio presídio Panda a maioria dos túneis e das fugas que foram impedidas, foi à noite, de madrugada os agentes fazendo ronda em volta do presídio para evitar. Então assim existe o quarto de hora? Toda Instituição existe, eu servi aeronáutica e lá também tinha quarto de hora, a escala era 24 horas. Então ninguém fica acordado 24 horas, é humanamente impossível, então existe esse descanso, mais um motivo na época da mudança foi questão de segurança dos servidores, que o Estado se preocupou e agora a gente vê como preocupação o retorno, mas nós trabalhamos muito tempo na escala 12x24 e 12x72.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Você falou, sua preocupação é a escuridão e os buracos não é isso?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então eu já faço compromisso aqui, eu já vou deixar, oficializar ao DER para que tampe lá todos os buracos na questão do asfalto não é isso? Até o Urso Branco ali que tem asfalto.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Inclusive eu vou informar para o senhor nós estivemos como Sindicato, com o Diretor do DER e a gente foi quase expulso de dentro da sala do Coronel lá, aquilo é um absurdo, o Ronaldo me acompanhou, ele é testemunha disso, e a gente foi para tratar inclusive do desvio para tirar a estrada da Penal dali do Complexo e desviar ela para o outro lado, o cara é super ignorante, militar mesmo, muito diferente do Coronel Marcos Rocha, o camarada totalmente, eu levantei da mesa e sai, deixa esse ignorante falando sozinho aí, um absurdo. Então a gente pede uma parceria do senhor no sentido de cobrar dele além da melhoria ali da estrutura, a questão de iluminação deve ser com a EMDUR, deve ser com a ELETROBRAS não sei, de melhorar aquilo ali. Melhoria ali tanto para nós como para a Polícia Militar, como a Polícia Civil que leva preso ali no Pandinha na parte da noite que é um risco muito grande.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Vai ficar na ata, vou encaminhar...

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO – Senhor Presidente pela Ordem?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Pode falar.

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - Nós estamos adotando, viabilizando algumas ações para justamente essa sensação de segurança, Anderson, ela minimizar. Eu passei a minha vida prendendo indivíduos na rua e assim, a gente sabe hoje, hoje eu entendo que o trabalho do agente penitenciário ele é muito mais difícil do que o trabalho da Polícia Militar e da Polícia Civil, mesmo por que nós prendemos e os colegas agentes, eles passam a conviver diariamente com aquelas pessoas ali que, enfim, nós estamos viabilizando algumas ações. Dentre elas, contato com a Polícia Militar para na hora da rendição, conseguirmos ali um patrulhamento naquela estrada. Bem como, também, vamos fazer algumas orientações aos colegas, quando saírem dos serviços, que saírem ali até a cidade em comboio. Todo complexo estará fazendo a substituição. Em relação à substituição da iluminação pública, nós já reiteramos alguns Ofícios. Então assim, a escala de 12x24, 12x 32, ela não é uma punição. Acerca de 40 dias o gerente Regional por volta de 03h30min da manhã chegamos no Ênio Pinheiro fazendo uma fiscalização sem conhecer como estava a noite, realmente algumas unidades, hoje, bastante escura, e nós orientamos os diretores a usar o PROGESP para sanar essa deficiência, E quando nós chegamos lá no Ênio Pinheiro encontramos com dois servidores, tinham três acordados, três trabalhando, e eu fui lá no alojamento, inclusive, que eu não vou nem chamar aquilo de alojamento em situações críticas e falei para os colegas: Olha vocês têm que estar aqui acordados nem que seja para correr. Então assim a experiência nos ensina que ali no plantão de 24 horas, o servidor ele tanto está bastante vulnerável. Bastante vulnerável. Então assim, eu quero que os colegas entendam que não é uma punição, o que estiver ao alcance da SEJUS, a SEJUS, Anderson, e você sabe muito bem disso, o senhor Secretário, ele tem atendido aquilo que se pode fazer. As portas lá, os dois Secretários constantemente estão abertas; eles atendem bem os servidores, atendem bem o Sindicato. Então assim, é conversando que nós vamos encontrar um norte, aquela limitação do Estado e aqueles desencontros que havia na SEJUS, para que amanhã ou depois, então assim algumas mudanças nós precisamos fazer para que amanhã ou depois nós pudermos chamar a SEJUS de nossa nova SEJUS, aquela que nós almejamos para o servidor, para o reeducando e para a sociedade. Muito obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – De forma a gente falou, falou. E as viaturas? Qual é o prazo? Das duas que estão lá.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – 60 dias.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – 60 dias é o quê?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR - 60 dias para uma resposta, mas considera-se que acreditamos que bem antes deverá ser entregue essas viaturas.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, não, espera aí.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR - Pode perguntar Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, as viaturas não são locadas?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR - As viaturas são locadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Aquele que o senhor viu lá é um UNO, o UNO é locado? Não, é? O UNO é do sistema. Mas tem viatura daquele jeito locada com pau? Não, né? O que é o problema de vocês estarem mandando ela para lá é o quê? Das locadas. Qual é o problema que está acontecendo? Me explica isso aí, para 60 dias.

A SRA. RUTE CARVALHO – Primeiramente, a empresa que a gente loca as viaturas, ela mudou. Então a gente está ainda trabalhando em cima desse novo contrato. Segundo o que existe é que essas viaturas que elas devem vir adaptadas, que são viaturas celas. Então essa adaptação ela demora um tempo. De acordo com a ata de preço a gente loca um determinado veículo e tem um prazo para que a empresa possa adequar às viaturas. Que a gente não pode entregar, por exemplo, a gente aluga uma caminhonete, eles têm que adaptá-la toda para o recebimento e escolta do preso. Então a empresa tem esse prazo, estipulado já em ata para poder fazer essas adequações.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Manda para mim também essas informações, dessa ata, de tudo. E como é que vai ficar precariamente a utilização dessas viaturas. Quais viaturas vocês vão utilizar. As velhas, ainda? As antigas?

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO - As antigas, Excelência, é frota própria, então bastante comprometida.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não, mas, espera aí, Tenente. Eu estava até passando despercebido. É importante que vocês me dêem uma resposta, porque as viaturas se vão devolver, vão usar 60 dias para me dá uma resposta que vão efetivar, eu quero saber hoje, como é que a SEJUS vai trabalhar, usando o quê? Qual viatura? Não aquelas, o prazo é para tirar aquelas, aquilo não se pode chamar de viaturas, aquilo tem que ser jogado, me explica.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Deputado, a quantidade de viatura também.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – É eu quero também informações de quantas viaturas tem.

O SR. ADRIANO FORTUNATO - Deputado, eu não sou a pessoa mais indicada para falar sobre a questão do aditivo, poderia dizer do contrato da locação das viaturas, mas só falar como está hoje, senhor Deputado. No interior, todas as nossas unidades no interior, estão com viaturas locadas, e na Capital, no caso vamos até citar as unidades aqui, Urso Branco, Vale do Guaporé, Panda e Pandinha. Essas outras unidades são viaturas que, algumas que foram aquisições do Estado, umas através de convênios, todo mundo sabe que essa do GATE o senhor que é policial militar, não foi um carro aprovado para o

trabalho operacional, são viaturas novas, nós temos viaturas de três anos, eu estou falando agora como agente penitenciário, os colegas que estão aqui sabem do que estou falando, então o seguinte, foi um tiro que se deu, mas que não deu certo, que são essas viaturas do GATE, elas não aprovaram. Então assim, era uma previsão que foi feita e essa previsão o Anderson sabe, o pátio do Urso Branco virou um depósito de viaturas e são viaturas que não compensam arrumar, entendeu? Tem viaturas daquela ali, a maioria delas dá problema de bomba, e fica muito caro entendeu, fica muito caro para arrumar essas viaturas, então assim, o que o Estado fez de locação, a gente tem que dizer que foi o negócio mais acertado que teve, é tanto que deu o prazo certinho dessas viaturas de fazerem a manutenção, eles fazem, tem a viatura reserva. O mesmo modelo que se faz hoje com a Polícia Militar é o que se faz com o Sistema Prisional.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Só uma pergunta. O sistema hoje, não tem necessidade de viaturas então, é isso que você está me informando?

O SR. ADRIANO FORTUNATO – Não, nós temos, é tanto que a SEJUS está fazendo um contrato aditivo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Então tem a necessidade e de forma precária você está me explicando que a SEJUS vai usar essas viaturas que estão ainda locadas, não é isso? É isso que eu entendi.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR - Nós temos os carros da Secretaria, temos um contrato, é um contrato antigo que tem, se eu não me engano agora a memória, são vinte e oito carros que o contrato atual, não é? E nós temos agora um contrato que é exatamente esse novo, que são com vinte e duas viaturas, então é essa a adesão da ata que nós temos que já foi aderida, está no processo de entrega, está dentro do prazo de entrega também que já foi estabelecido, e o próprio pessoal da empresa disse que iria entregar dentro de vinte a trinta dias.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Qual é o carro que é?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – A maioria é camionete e alguns são carros pequenos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Qual é a marca desses carros, só para eu ter ciência, dessas camionetes, é a mesma que tem aqui pela SESDEC?

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – Mitsubishi, Mitsubishi.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – vinte e oito, vão ficar vinte e duas.

O SR. GILVAN PEREIRA JÚNIOR – São vinte e duas exatamente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Vão diminuir seis. Vamos fazer o seguinte. Vocês estão com dificuldade para me

responder. Vai mandar esse processo para mim, o prazo também Secretária, dez dias, das contratações dessas viaturas. Tem ambulância também no contrato? A gente vê também, encaminha, eu vou tratar com o Secretário a questão da ambulância, vou oficializar ele.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Mas na verdade, a SESAU é o seguinte, ela só tem uma ambulância e essa ambulância faz a escolta de todo tipo de preso. A ambulância não oferece segurança.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Ela está sendo usada para tudo então?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Para tudo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Tem uma ambulância e ela está sendo usada para tudo. Coloca também aí essa situação para informar no prazo de dez dias, sobre o processo das aquisições de aluguel das viaturas, da ambulância e também no mesmo prazo sobre as ambulâncias, dez dias.

O SR. DAVID INÁCIO SANTOS FILHO – Excelência. Tem algumas unidades em que a viatura realmente está consideravelmente comprometida. Nós estamos aguardando chegar os HT, para justamente otimizar alguns serviços, um deles é a escolta. O que o Ronaldo falou procede e hoje, baixou a viatura da GESAU e hoje o carro presídio e nós estamos, está meio comprometido. Quando não tem um apoio das outras unidades, inclusive já chegamos até a deixar de fazer uma determinada escolta. Só que nós estamos aguardando chegar esses recursos para otimizarmos todo o trabalho de escolta, aonde vamos montar uma central de comunicação, trazer todos os recursos e distribuí-los de acordo com as demandas, certo?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Certo. Deixa eu fazer uma pergunta para vocês. Me informem também qual é a frota da SEJUS, a frota que está sendo usada, a frota que está encostada, por que eu quero ter ciência por que é que está encostada, se o Estado não fez ainda um leilão, o que é que ele vai fazer para a venda? Porque tem que fazer alguma coisa, isso é dinheiro público que está sendo jogado fora. Então eu quero que encaminhe, Anderson, você como tem o papel de fiscalizador, acompanha para mim quantas viaturas estão paradas, quantos eles vão encaminhar para me subsidiar com qualquer informação para, se for necessário encaminhar uma indicativo para o Estado fazer um leilão com esses veículos. Se ainda há condição de fazer um leilão, não é? Se há condição de fazer leilão para consertar o que tem que consertar e arrumar e dar condições para o sistema. A gente tem que chegar a essa situação.

O SR. ANDERSON PEREIRA – Só uma sugestão em relação ao concurso. Nessa audiência na Comissão de Segurança Pública, lançar o convite para a Defensoria que está acompanhando o processo da ação civil pública.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – A Defensoria Pública vai se fazer presente.

O SR. ANDERSON PEREIRA – É porque se for apresentada alguma proposta, seria interessante homologar ela judicialmente também.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Sim. A gente encaminha a ata que vai ser lavrada aqui, o Termo de Acordo para... Então fica, eu não vou acrescentar a situação do... Porque aí não, eu vejo que não tem a ver com a questão do, tanto a ver, tem, tem, que é a falta de efetivo, mas essa situação eu quero dar uma tratativa diferenciada para a gente ter uma solução plausível. Aí já tem a Defensoria, como ele falou, o Sindicato, vem o Estado, vem todos os representantes responsáveis. Alguém quer? Secretária, quer falar?

A SRA. CLÁUDIA PEDRAZA – Eu só gostaria de entender melhor. Esse prazo que o senhor está nos dando, de 60 dias, para nós da SEJUS apresentarmos o que de fato estamos fazendo ou o que já foi feito?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O prazo de 60 dias, 10 dias processo, vocês entenderam. Eu aumentei de 05 para 10 dias por conta de que o Regimento diz que são 10 dias, até aumentei. A questão dos 60 dias, vocês vão trazer para mim: cópias dos processos que estão sendo feitos dos presídios; o que está sendo feito até o presente momento, eu quero; e o que vai ser feito. Então é o prazo extenso, mas com ações, Secretária. Não adianta, eu também não vou aceitar que: “eu estou fazendo aqui, está em fase de processo”. Não traga isso para mim não, nem traga porque se trouxer, viu Anderson, você também, eu faço referência ao Sindicato, porque é ele que representa, no caso, a classe. Então, hoje eu estou falando aqui em nome do Sindicato, com ele. Então, vocês encaminhem para mim, respostas plausíveis, 60 dias. Os demais, 10 dias, são para encaminhar já o processo para eu acompanhar de perto, para eu também subsidiar vocês e se for necessário ir junto aos órgãos federais sobre quais medidas serão tomadas.

A SRA. CLÁUDIA PEDRAZA – Quanto ao prazo do encaminhamento das cópias dos procedimentos de todas as aquisições que estamos fazendo, eu penso que seja um prazo razoável, porque está tudo em andamento. Agora, eu peço aos senhores que um prazo de 60 dias para nós apresentarmos não só um relatório, mas todo um trabalho de infraestrutura, 60 dias? Não temos, infelizmente não temos, 60 dias para resolver um problema, o qual as penitenciárias vêm sofrendo há mais de anos, há quase 15, 20 anos. Então, 60 dias eu não tenho, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas qual é o prazo? Eu não estou entendendo. Sávio, Sávio, você não tem condições de você, com o seu grupo de assessores, encaminhar para mim o que já foi feito, o que vai ser feito, para mim, em 60 dias?

O SR. SÁVIO RICARDO BEZERRA – Hoje nós estamos atuando, por questão de recurso, com a mão de obra de apenado. Então a gente está atuando no Ênio Pinheiro, Urso Panda, Pandinha e Urso Branco. Então esse prazo aí ficaria muito, só Porto Velho, fora o interior.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Encaminha para mim, por parte. Mas eu quero em 60 dias para mandar. Não adianta eu pegar, chegar lá, 90, 60, 'olha, eu cheguei a isso', mas eu quero de Porto Velho...

O SR. SÁVIO RICARDO BEZERRA – Não, 60 dias para mandar o que a gente vai estar trabalhando, e a elaboração, ok. Eu estou falando a parte de execução, a conclusão, o senhor está pedindo a conclusão, não é?

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Não, eu não estou nem colocando aqui para vocês ainda, eu não efetivei; "olha, em 60 dias eu quero tudo efetivado", eu não falei isso aqui. Eu estou falando para vocês que encaminhe para mim os processos e eu vou acompanhar todos os processos.

O SR. SÁVIO RICARDO BEZERRA - Ok.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Ponto. Segundo, eu quero, como existe uma situação tramitando na Corte, o que foi efetivado de fato e de direito nessa gestão. É isso que eu estou falando, e o que está sendo feito em sessenta dias. Mas, venham com dados realmente: "olha isso aqui é tantos dias, isso aqui é X dias". Eu quero com prazo também nesse processo. Pelo amor de Deus, me traga aqui também só: "olha esse aqui vai só daqui a um ano". Porque aí não tem como. Lembrando, eu vou avaliar junto tudinho, com a Comissão de Segurança Pública, que nós iremos tomar se for necessário com as pessoas que se encontram nessa Mesa, o que eu preciso, é sair com respostas plausíveis, entendeu. Então, eu vou ler aqui a ata, até para a gente, eu vejo que não ficou nenhum prejuízo, não tem nenhum prazo viável ainda.

(Procede a leitura da Ata).

Somente isso, eu só coloquei isso aí, eu acho que não há nenhuma dificuldade aí não. Mas, eu quero deixar claro, aquilo que for mostrado, vocês já vão trazendo para mim nesse prazo de sessenta dias, mudou, o promotor mudou aquilo, eu vou fazer também, eu não vou dizer a hora, a data, eu vou lá verificar isso in loco. Eu quero no prazo desses sessenta dias alguma mudança nas coisas mais prioritárias, entenderam até aí? Entenderam não é, Sávio? É contigo que eu vou; que você não é o responsável? Eu também não vou colocar aqui, mas eu queria que colocasse que quanto à questão da iluminação, quanto à questão da pavimentação é minha responsabilidade buscar junto ao Executivo, DER e aos órgãos competentes, a iluminação daquele local. Colocar isso aí também para mim, o que ficou acordado, coloca para mim também isso aqui também, que a iluminação e a pavimentação, eu vou oficializar esses órgãos, encaminhando essas atas para iluminação. Pode falar Leandro.

O SR. LEANDRO GOMES - Tendo em vista, que ela já está precisando só de um, se haveria como o senhor colocar a data, porque já está concluso segundo informações que eu tive que já está concluso nosso estatuto. E todas essas reuniões que nós tivemos aqui hoje, já 50% esbarram no nosso estatuto, é questão do efetivo, questão do horário 24x96. Então, assim,

se possível o senhor colocasse a questão do estatuto, e a questão é a seguinte, outra questão Deputado, nossa Secretaria, ela tem muito, muitos carros, sendo que desses carros, estão maioria baixados, então, o senhor levantou a questão aí anteriormente, se teria condições da Secretaria, da SEJUS, levantasse a questão dos carros que estão hoje no quadro da SEJUS, um patrimônio da SEJUS, e se houvesse a possibilidade do que o senhor falou, de ter um leilão para que? Para que desafogasse o quantitativo de carros, é não é esse que a SEJUS tem, tem no papel. Mas, na realidade, estão todos baixados no pátio da SEDAM, se o senhor quiser ir lá dá uma olhada.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Eu vi já. Para acrescentar isso aí na sua...

O SR. LEANDRO GOMES – A questão o que resolveria no sistema, se o senhor colocar uma viatura para cada presídio, daí o senhor vai ter mais de quinze viaturas funcionando por dia só em Porto Velho. Se colocasse uma base de escolta, unificasse uma base de escolta, ou seja, no máximo três viaturas, três, quatro viaturas por dia seria o ideal. Então, o que acontece hoje, temos gastos com viaturas, gastos com gasolina, gasto com pneu e tudo, e ainda não tem o serviço padrão, se colocasse uma base como gerente aqui mencionou, uma base de escolta, só para escolta, no caso resolveria a maioria do sistema, do problema relacionado a este ponto.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Deixa eu fazer perguntar uma coisa para vocês, o PCCR é o mesmo que o Estatuto? O Estatuto já está tramitando lá já? Você não é o advogado lá, quem é a assessoria jurídica lá?

A SRA. RUTE CARVALHO – Não recebemos nada a respeito do Estatuto ainda na SEJUS.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Quem pode me responder sobre o Estatuto?

O SR. ANDERSON PEREIRA – Deputado, o Estatuto é um compromisso do Secretário após a conclusão dos trabalhos do Plano de Carreira, ele vai instituir uma nova Comissão, e aí vai ser trabalhado o Estatuto. Existiram Comissões anteriores, outros Secretários, que foi feito um trabalho, só que parou, então boa parte está pronto, só que o Secretário atual, ele passou isto para nós, e disse que quando concluísse o trabalho do Plano de Carreira, ele iria instituir uma nova Comissão para se trabalhar o Estatuto.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) – Então, é porque o PCCR de vocês tem até 90 dias, aí foi aquele prazo com Deputado Léo Moraes na Comissão de Direito Humanos. Quanto à questão do Estatuto eu vejo que também vai discutir banco de horas, vai discutir mudança de escala. É interessante que realmente, que encaminhe também no mesmo prazo se for necessário, concorrentemente abrir uma Comissão. Há possibilidade, Secretária, de abrir uma Comissão? A senhora me informar se há possibilidade do Secretário, ele vai me informar, uma formação de uma Comissão para dar

continuidade ao Estatuto da SEJUS, dos agentes e socioeducadores. Vão ser os dois ou vai ser só um, vai ser os dois juntos? Então no prazo de 60 dias me informar como está o andamento da Comissão. Tem alguém aqui, quem é que está por dentro e pode falar? Alguém na galeria aí, sabe me informar sobre esse prazo?

O SR. ANDERSON PEREIRA – A Comissão que está instituída, eu acho que o Leandro está confundindo, é a do fardamento, que está criando o fardamento. Inclusive o Júlio do SINGEPERON faz parte e o Igor, que está ali. E a SEJUS vai fazer uma espécie de enquête no site dela, para a categoria votar este fardamento, não é o Estatuto, seria uma regulamentação do fardamento.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Mas, o fardamento ele tem que vir no Estatuto, tem que vir.

A SRA. RUTE CARVALHO – É, mais as Comissões que têm formadas são essas duas apenas. A da Regulamentação do Fardamento e a do PCCR. A do Estatuto não tem Comissão formada ainda.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Não tem comissão ainda?

A SRA. RUTE CARVALHO – Não. E o Secretário se dispôs a fazê-la depois da conclusão do PCCR.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – O prazo também, então coloca o prazo de 10 dias para me informar se vão abrir ou não essa Comissão. Para me responderem se vão abrir ou não essa Comissão para discutir o Estatuto.

A SRA. RUTE CARVALHO – Só para informar se a gente vai abrir ou não a Comissão?

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Isso. Me informar no prazo de 10 dias, se vão abrir ou não a Comissão e justificando, o porquê que não vai e o porquê que vai. Com justificativas. Então, sobre a situação de vocês podem ficar tranquilos, é o meu compromisso com vocês. Terça - feira, amanhã eu já vou discutir a convocação, e até porque vocês ainda não terminaram o curso. É 05 de novembro, não é isso? Aí vocês vão ver. Lembrando que eu vou oficializar já de mão, porque que não estão pagando. Quem é o responsável da “bolsa”, são vocês? Quem é que faz o pagamento da bolsa? É a SEJUS? SEGE? Que eu vou oficializar amanhã. Então, fica assim, amanhã eu já discuto sobre a situação dos alunos. A única coisa que eu acrescentei é oficializar os Órgãos quanto à pavimentação e iluminação das Unidades, aí coloca isso aí. E aí você colocou o que mais, espera aí rapidinho.

O SR. LEANDRO GOMES - A questão nossa do Estatuto.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Do Estatuto eu já falei, 10 dias para me informarem com justificativa se vão abrir ou não a Comissão do Estatuto.

O SR. LEANDRO GOMES – Sim, senhor. E a questão da baixa dos carros, quantos veículos, o levantamento de quantos veículos tem hoje com patrimônio da SEJUS, e desses quantos estão realmente funcionando, e se pode dentre eles, fazer um leilão.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Um leilão.

O SR. LEANDRO GOMES – Porque, aí desafogaria a questão do quantitativo e deixaria só o operacional que já está funcionando.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) – Kid, é isso aí. Alguém quer fazer alguma consideração. Não. Então, invocando a proteção de Deus declaro encerrada a Audiência Pública que trata sobre a Intervenção Federal. Tem um coquetel ao lado aqui para poderem participarem. Quero agradecer a todos pela presença. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18h43min).

**ATA DA 49ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 9ª LEGISLATURA**

Em 29 de Setembro de 2015.

**Presidência dos Srs.
MAURÃO DE CARVALHO - Presidente
LEBRÃO - 1º Secretário
LUIZINHO GOEBEL - Deputado
CLEITON ROQUE - Deputado
ADELINO FOLLADOR - Deputado**

**Secretariadopelo Srs.
LEBRÃO - 1º Secretário
MARCELINO TENÓRIO - Deputado
JESUÍNO BOABAID - Deputado**

(Às 15 horas e 13 minutos é aberta a Sessão.)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lazinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Rosângela Donadon (PMDB), Saulo Moreira (PDT), Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Edson Martins (PMDB) e Ezequiel Júnior (PSDC).

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 49ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

Lida a Ata, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Senhoras e Senhores Parlamentares, neste momento transformo esta Sessão em Comissão Geral, nos termos do Inciso III do art. 135 do Regimento Interno, para ouvir os Diretores da Eletrobras, Diretores da Eletronorte, os convidados por esta Casa para dar uma satisfação sobre o apagão que acontece em nosso Estado, e depois nós vamos abrir aqui a entrega de uma Homenagem, oferecida aqui pela Deputada Lúcia Tereza que vai ser feita logo após a apresentação.

(Às 15 horas e 21 minutos, o Sr. Maurão de Carvalho, transforma a Sessão em Comissão Geral)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, muito boa tarde. Temos, como Sua Excelência o Senhor Presidente Deputado Maurão de Carvalho falou agora há pouco, ele encaminhou ofício ao senhor Robinson Percy Holder, que é o Gerente Regional da Eletronorte para esclarecer à população, através da Assembleia, sobre os fatos e responsabilidades dos constantes apagões ocorridos nos últimos dias, especialmente no Estado de Rondônia.

Encontra-se à Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Maurão de Carvalho, Presidente; convidamos o Senhor Robinson Percy Holder, Gerente Regional da Eletrobras – Eletronorte; Luiz Marcelo Reis de Carvalho, Diretor Presidente da Eletrobras Distribuição Rondônia; Luiz Crestano, Diretor Comercial da Eletrobras – Distribuição Rondônia. Convidamos os demais Diretores, Assessores para também compor aqui o Plenário da Assembleia Legislativa, juntamente com os senhoras Parlamentares. Convidamos o Senhor Orlando Francisco de Souza, Coordenador de Responsabilidade Social da Eletrobras – Eletronorte e Roberto Tomio, Engenheiro Mecânico da Eletrobras – Eletronorte.

Logo após as explicações, como Sua Excelência Deputado Maurão de Carvalho falou agora há pouco, teremos a entrega do Título de Voto de Louvor à Escola Associação Escolinha de Futebol Esperança e já pedimos ao Devair da Silva Costa entrar e ficar aqui dentro do Plenário. Convidamos também o Jairo Benetti, Presidente da União das Câmaras de Vereadores.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Nós convidamos os Diretores responsáveis da Eletrobras, Diretores da Eletronorte, as pessoas responsáveis do assunto que nós tratamos hoje aqui, a questão da energia, dos apagões. E já presente em nosso Plenário, nós tínhamos programado em fazer essa reunião aqui na nossa sala de reunião, mas todos os Deputados gostariam de debater e discutir esse tema e, portanto, o Deputado Jesuíno achou por bem que a gente fizesse no Plenário, já que nós estamos no horário de Sessão, aí transformamos numa Comissão Geral e depois de debatermos e ouvirmos nesta Comissão, aí nós voltamos para a Sessão normal da Assembleia Legislativa para aprovação e debater os projetos que estão em pauta.

Cumprimentar aqui, já foram anunciados todos os nossos convidados e eu quero aqui já passar a palavra ao Gerente Regional da Eletrobras Robinson Percy, com a palavra para que ele possa explicar, pelo menos, a situação dos apagões que acontecem no Estado de Rondônia.

Robinson, esta Casa é justamente, tudo que acontece no Estado acaba vindo para cá e aí os Deputados são cobrados e, portanto, nós fizemos esse convite aos Diretores para que eles pudessem explicar a situação, o motivo dos apagões da energia que vêm acontecendo no nosso Estado. Portanto, nós estamos abrindo aqui a palavra para o Dr. Robinson Percy, um dos Diretores da Eletrobras, Gerente da Eletrobras e depois os Deputados ficam à vontade para que eles possam fazer as perguntas e as pessoas, os outros Gerentes que estão aqui, responsáveis também, que eles também, se tiverem alguma pergunta, depois será aberta para que possa ser feita a pergunta e respondida. Se quiser também fazer apresentação, Doutor Robinson, fique à vontade.

O SR. ROBINSON PERCY HOLDER – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Maurão de Carvalho, Presidente desta Casa. Boa tarde, nosso colega engenheiro Luiz Marcelo, em nome de quem eu cumprimento os demais membros da Banca; boa tarde, senhores Deputados; boa tarde, Deputado Só Na Bença, a gente teve o prazer de se conhecer lá em Pimenta Bueno; boa tarde, Deputado Airton, tio de um grande amigo de infância, Assis Neto; boa tarde o Orlando Francisco, colega nosso da Eletronorte, então aí empregado, representante sindical que está representando toda força de trabalho que a gente tem no Grupo Eletrobras em Rondônia; boa tarde demais presentes aí da comunidade.

A gente preparou, Deputado, uma apresentação. Qual que é a ideia da apresentação? A gente já desmitificar algumas questões que existem e a gente acredita que com elas a gente vai conseguir já eliminar bastantes dúvidas que existe em torno de todo sistema, e aí depois a gente abre para perguntas. Podemos fazer assim?

Então, a nossa reunião para a gente tratar aqui das ocorrências no sistema Rondônia/Acre, então, a gente estrutura essa apresentação mostrando a estrutura do setor elétrico, como que funciona o sistema elétrico brasileiro, a estrutura da Eletrobras, os agentes que atuam no Estado de Rondônia, porque não é somente a Eletrobras Distribuição Rondônia e nem a Eletronorte que atua no Estado. Alguns investimentos que nós temos aqui no sistema Rondônia/Acre, falar um pouco do sistema interligado nacional, falar do sistema elétrico Rondônia/Acre, da subestação coletora Porto Velho, aí nós entraremos por fim nas ocorrências do sistema e as providências que estão em andamento, certo?

Então, a estrutura do setor elétrico, a gente pode dividir em quatro viés, em quatro viés, viés político, de controle, regularização e fiscalização e o viés de mercado. Do que a gente ouve mais falar dentro do viés político? Presidência e Ministério de Minas Energia, de controle do comitê de monitoramento do setor elétrico, no que diz respeito à regularização e fiscalização ligado a gente, nós temos a ANEEL, que é Agência Nacional de Energia Elétrica, é ela que é responsável por definir tarifas e aplicar multas nos agentes quando eles cometem alguma infração. E aí, do ponto de vista

de mercado, nós temos agente de geração, transmissão, distribuição e os consumidores, eles são aí regidos, do ponto de vista de operação, pelo Operador Nacional do Sistema e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no que diz respeito ao fluxo do ponto de vista monetário das tarifas.

Aí Sistema Eletrobras. O que é Sistema Eletrobras? A Eletrobras não é somente a Distribuição Rondônia, a Eletrobras, ela é um *holding* que possui diversas empresas no ramo de geração, transmissão e distribuição. Aqui em Rondônia, a gente tem a Eletrobras Distribuição Rondônia, e a Eletrobras/ Eletronorte, mas por pertencermos à mesma *holding*, o nosso credo empresarial, ele é o mesmo, ele é idêntico para todas as empresas. Aqui, eu peço um especial destaque à visão do Grupo Eletrobras, que é em 2020 ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparada às melhores empresas do setor elétrico, essa que é a nossa visão aí para 2020, diante do cenário que nós temos no Brasil.

Com relação aos agentes, então aqui no Estado de Rondônia nós não temos somente a Eletrobras Distribuição Rondônia, que é a CERON e a Eletrobras/ Eletronorte. Então, nós temos, do ponto de vista de geração, nós temos o agente Santo Antônio Energia, conhecido pela sigla (SAE), a Energia Sustentável do Brasil, que é a ESBR, é a Usina de Jirau, a Eletrobras/ Eletronorte, na Usina de Samuel, Termo Norte Energia, e aí eu aglomerei para não ficar muito grande as demais PCH que nós temos no Estado.

Do ponto de vista de transmissão, nós temos a Eletrobras/ Eletronorte que é responsável aí pela maior parte das linhas de transmissão existentes no Estado. A Jauru transmissora de energia que tem uma linha, que sai em circuito simples lá da Usina de Samuel, da subestação Samuel até Jauru no Mato Grosso, e esse circuito fica duplicado de Vilhena até Jauru. E a linha Verde transmissora de energia, que é o terceiro circuito que está sendo construído. Então, notem que são diversos agentes que nós temos no sistema, mais conhecidos do ponto de vista de geração a SAI e a ESBR Eletronorte e do ponto de vista de transmissão, Eletronorte. Por quê? Porque nós é que operamos o sistema, a responsabilidade de operar o sistema localmente é da Eletronorte, coordenada pelo NS.

Isso aqui é um dado importante para gente mostrar, é que, qual foi a nossa preocupação? A gente reuniu lá na distribuidora e a gente veio à baila a questão de investimento. A gente costuma dizer que não tem investimento nas áreas, isso não é verdade do ponto de vista de investimento no sistema.

Então, nós temos aí para vocês verem, próprio, nós temos: o 2º circuito de Porto Velho a Rio Branco, na ordem de trezentos milhões de reais que foi feito; a Porto Velho Transmissora de Energia que compõe a subestação coletora, que é aquela subestação aqui no quilômetro 21, no sentido Rio Branco; mais o *back to back*, que é uma fonte que pega a energia das usinas geradas do Madeira, parte dessa energia, e disponibiliza para o sistema Acre/Rondônia, localmente, ali na subestação Porto Velho, que é aquela subestação ao lado da Termo Norte. E aqui está o circuito duplo da coletora, esse investimento, um bilhão, quatrocentos e quarenta mil.

Nós também temos parcerias públicas privadas. Então, nós temos uma linha, a 2ª linha que vai daqui de Porto Velho, ali da subestação coletora para Araraquara, na casa aí de 2.7 bilhões. O 3º circuito, que vai sair daqui de Porto Velho e vai

até Jauru, no Mato Grosso, na ordem dos quatrocentos e doze milhões; mais obras de ampliação e reforço. Então, no ciclo 2010, 2015, na ordem de cento e vinte e cinco milhões foram investidos e em andamento quatrocentos e sessenta e três mil reais.

Com relação a esses investimentos, a gente já deixa, já abre as portas da empresa, se os senhores Deputados quiserem marcar um momento para gente fazer uma visita nesses empreendimentos, a gente entende que é muito importante, até mesmo após essa apresentação, vai ser uma satisfação recebê-los, para vocês verem de perto o que nós temos instalado em termos de energia elétrica dentro do nosso Estado, o quê que vai ser disponibilizado, o quê que está sendo disponibilizado para os Estados de Rondônia e Acre.

Aqui é uma apresentação, uma tela do que é o Sistema Interligado Nacional. Então, o quê que nós temos aí, nós temos uma legenda ali com os níveis de tensão. Então, o nosso Sistema Interligado, como o próprio nome diz, nós temos uma interligação de todas as fontes geradoras e fontes consumidoras, os consumidores de energia elétrica. Esse sistema, ele é todo coordenado pelo Operador Nacional do Sistema e essa malha, diga-se de passagem, o Brasil é o país que tem maior *expertise* em gerenciamento de um sistema com a malha desse tamanho. Imagine você, tem uma geração aqui que nós temos a usina de Tucuruí, ela, parte do ano, fornece energia para o Sudeste. Esse Sistema Interligado Nacional ele dá flexibilidade ao Operador Nacional do Sistema para operar o Sistema Elétrico Brasileiro de forma otimizada, considerando todos os regionalismos que nós temos, principalmente regime pluviométrico das regiões. Então, isso nos torna em alguns momentos exportadores de energia elétrica e em outros momentos importadores de energia elétrica, depende do cenário que nós temos no Brasil, ok?

A nossa a interligação com o SIN, nós temos por duas linhas, um circuito duplo em 600 kV que liga Porto Velho a Araraquara diretamente e nós temos uma linha que hoje é dupla, está sendo triplicada, de Porto Velho para Jauru, e aí eu tenho interligação com o resto do país. Esse nível de interligação ele dá uma flexibilidade para gente. A gente estava até comentando ontem na Distribuidora, lá com o Luiz Marcelo, do ponto de vista de operação da transmissão, ele dá flexibilidade para a gente fazer manutenções com o mínimo de desligamento possível. Aí vem um outro mito. Por que a Distribuidora anuncia e a Eletronorte não anuncia? Raras são as vezes que a Eletronorte precisa desligar o consumidor de fato, a Distribuidora. Nós temos alimentadores que não são redundantes. Por quê? Porque se você duplica, triplica essa redundância o custo é muito alto para o consumidor. Correto, Dr. Luiz Marcelo? Então, por isso que eles são circuitos simples e é por isso que quando a Distribuidora vai fazer manutenção ela anuncia que vai ter parada para manutenção.

Agente de Transmissão do Sistema e Geração, nós temos flexibilidade para poder dar manutenção nos equipamentos. Por exemplo, eu tenho o circuito duplo Porto Velho até Jauru. Então, de Porto Velho até Vilhena, se eu precisar intervir com circuito desligado, eu paro um dos circuitos e transporto energia elétrica pelo outro circuito. Um caso raro que a gente teve, mas mesmo assim quem faz a notificação à população é a Distribuidora. Recentemente, a

gente teve que desligar o município de Jaru todo, era uma obra da Eletronorte, uma ampliação que está dentro daquelas que nós citamos, mas que era uma ação da Eletronorte, mas quem faz o contato direto com o consumidor é a Distribuidora. A distribuidora que fez essa comunicação.

Com relação ao Sistema Rondônia, então aqui a gente deu um *zoom* na parte Rondônia e Acre. Como que está disposto o nosso sistema? Nós temos uma alimentação da subestação Porto Velho em circuito duplo passando por Abunã até o Acre, um circuito duplo que sai de Porto Velho e vai até, perdão, Jauru, no Mato Grosso, um terceiro circuito que vai entrar gradualmente em operação com previsão de conclusão no final de 2015 de Porto Velho até Jauru, mais uma linha dupla que liga Porto Velho a Araraquara de 600 KV e também lá da subestação coletora em circuito duplo que alimenta na subestação Porto Velho. Essa é a configuração do nosso sistema elétrico com linha de transmissão distribuída para tudo quando é canto.

A nossa configuração do sistema hoje, quando eu faço de uma outra forma, arranjo e aqui a gente já começa, vai ter alguns itens que a gente vai utilizar para explicar as ocorrências que aconteceram. Então, nós temos uma grande subestação lá em Porto Velho, nela nós estamos ligados a Termo Norte II, com carga de 340 Megawatts, e nós temos a Usina de Samuel, lá em Samuel, que existe uma subestação com 216 Megas. Nessa região aqui de Pimenta Bueno, Vilhena, nós temos as PCH's que a gente suprimiu aqui da apresentação.

Com relação a Porto Velho também a gente tem uma interligação em duplo circuito com a subestação coletora, delineada aí por essa linha azul. E nós temos duas fontes de 400 megawatts, que é chamado o "*back to back*" que fornece energia, ele é responsável por fornecer energia para essa subestação coletora. A configuração atual dele, hoje nós já estamos trabalhando em modo bloco que faz parte das estratégias que estão sendo adotadas, mas ele estava até então sendo utilizado como um bloco que 400 megawatts e o outro em reserva, é a reserva quente que a gente chama *hot stand by*. Além disso, nós temos um tráfego de 465 megawatts que ele faz a conexão desse barramento de 230 na subestação coletora com o barramento de 500 KV em vermelho. Esse barramento de 500 kV quem que alimenta ele? Quem que fornece energia para ele para essa subestação? Nós temos quatro linhas da UHE Santo Antônio com capacidade da usina de 3.150 megawatts e na margem esquerda 3.300 megawatts. Uma outra coisa que é importante a gente falar, está em curso uma ampliação na usina Santo Antônio e nós vamos ter duas linhas 230 KV que vão sair de Santo Antônio diretamente para subestação Porto Velho, reforçando ainda mais o nosso sistema.

Então, vocês vejam que assim nós temos em operação o bipolo I que a gente já transmite com capacidade de até 3.350 megawatts para Araraquara, lá em São Paulo, então sai daqui diretamente para Araraquara e esse já está em funcionamento e em fase de teste o segundo polo, que é o bipolo II. Então, notem que a gente há pouco menos de cinco anos a gente só tinha esse sisteminha aqui, que era o sistema Acre/Rondônia, a gente colocou aqui uma grande obra, um grande empreendimento que está trazendo aí energia elétrica para todos nós. Aí fica até contraditório: "*Poxa como é que está trazendo energia elétrica se está tendo apagão?*" A gente

sabe que quando a gente está construindo um empreendimento, imagine que a gente vá construir uma obra viária, imagina, por exemplo: minha família, meus pais moram em Guajará-Mirim, é um transtorno, hoje já está bom, está todo mundo falando: "*Olha, a estrada está ótima*", mas até então era um transtorno essa recuperação dessa estrada, por quê? Porque a via é única. A gente aqui no setor elétrico, em função da flexibilidade que a gente tem, a gente às vezes nem costuma anunciar, a gente está aí nesses últimos cinco anos realizando testes em todo esse sistema aqui para poder ampliar todo o Sistema Elétrico Brasileiro não só o sistema elétrico local.

Então para vocês terem uma ideia, em ordem de grandeza, ontem o Luiz Marcelo passou para a gente lá, a carga de Rondônia toda dá 600 megawatts, não é isso? 670, o Acre dá por volta de uns 200, então, se a gente somar, só Samuel com a carga dos 800 megas, que é duas vezes 400, a gente tem energia suficiente para dar e vender, isso desconsiderando todas as PCH's que nós temos no interior. Só a PCH Rondon II são 70 megas, então nós temos uma quantidade de energia para uns bons anos aqui em Rondônia, fora as demais PCH's que estão entrando no sistema da ordem de 200 megawatts.

Isso aqui ficou um pouco distorcido em função da apresentação, era só um outro *nifht* lá, só uma outra forma de arranjo, eu vou suprimi-la.

Subestação Coletora Porto Velho. Então onde ela fica? Fica aqui em Porto Velho, ela é responsável por distribuir a energia gerada em Santo Antônio e Jirau, tanto para os sistemas Acre, Rondônia pelo 230 KV como jogar para o sistema interligado por essa linha azul. Para vocês terem uma ideia da grandiosidade desse empreendimento, ele é o maior sistema de transmissão em corrente contínua em nível de 600 KV. Então, a Eletronorte ela é pioneira na implementação desse sistema, foi o primeiro polo, está sobre a responsabilidade da Eletronorte. Com relação ainda à Subestação Coletora Porto Velho, então aí algumas fontes que nós ainda temos de suprimento para o sistema Rondônia/Acre. Como eu havia falado para vocês, nós temos o *back to back*, que são representados por esses dois blocos aqui, dá uma ordem de 400 megawatts, e eu tenho o trafo 13, que é uma outra fonte de fornecimento de energia elétrica, que por sinal é uma das alternativas que foram apresentadas pela NS naquela nota publicada na imprensa.

Aqui novamente aí a parte dos 500 KV, novamente o *back to back*, que é 400 megawatts para cada um, e mais o bipolo que aqui transmite energia lá para Araraquara.

Aí é umas fotos e aí a gente torna a frisar, nós estamos de portas abertas para receber os Deputados. Se os senhores quiserem marcar uma visita, a gente vai lá, para a gente vai ser um imenso prazer, para vocês terem uma noção do empreendimento que nós temos lá. Que a gente costuma ver visita na usina, mas não na subestação, mas a gente está com a autorização da diretoria para abrir as portas e recebê-los. Ok.

Então, aí os trafos conversores, os equipamentos que nós temos. Então, aqui uma pessoa de 1.80m, olha o tamanho da estrutura que a gente tem. Quando a gente passa na BR a gente só vê aquele galpãozinho, essa é a parte interna daquele galpão. Então, são as pontes de tiristores que fazem a conversão da energia para poder transmitir para o Sudeste.

Aqui alguns equipamentos de pátio, o pessoal fazendo a manutenção. Com relação às ocorrências, então nós tivemos aí ao todo seis ocorrências, como a gente pode detalhar, a manhã de 11.08, isso aqui foi um teste, ela foi na madrugada, e aqui uma especial atenção, o sistema estava todo preparado para fazer essa energização do trafo. Como é feito isso? Todo tipo de teste e intervenção no sistema nós vamos, só fazemos mediante autorização do NS, então é feito todo estudo, todo um arranjo para evitar que aconteça alguma ocorrência no sistema e, caso ela aconteça, seja de menor impacto possível. Então, essa foi a primeira ocorrência que teve, teste de madrugada, e por isso que a população não percebe. Os testes que nós fazemos são todos de madrugada, as nossas equipes estão trabalhando aí há cerca de dois anos na madrugada testando esses equipamentos.

Teve outro evento em 20.08, que foi uma saída da linha Porto Velho/Araraquara. Essa Linha Porto Velho/Araraquara é o Linhão que vai daqui para Araraquara. E por que é que acontece isso? Quando essa linha sai, o próprio sistema de proteção da subestação coletora ele tem uma função chamada "*hanback*", ele manda desligar algumas máquinas da usina, isso é para a própria proteção e segurança da barragem, segurança do sistema. Por que isso? Porque dá um distúrbio lá naquele barramento de 500 KV que a gente mostrou pra vocês, esse distúrbio ele é refletido também no 230 KV que é o sistema de transmissão, vamos dizer assim, prioritário que nós temos no sistema Acre/Rondônia. E esse distúrbio que veio do 500 KV ele se propagou pelo 230 e provocou o desligamento do sistema. Uma observação, o sistema, ele sempre tem sido desligado lá na região de Ji-Paraná. É o trecho Pimenta Bueno/Ji-Paraná que desliga e aí nós temos falta de energia de lá para cá. Perdão. 31.08 a gente teve uma proteção diferencial de linha. Esse diferencial de linha no circuito 2, trecho Abunã/Rio Branco, ele está em investigação. Por quê? Isso aqui pode ser uma ação de vandalismo, pode ter sido queimada ou pode ter sido chuva. Então, para a gente desmistificar, você tem que entrar no INPE, olhar, ver as condições climáticas, isso aqui está em estudo ainda. É estudada toda a lógica de proteção, revisa, tem relé de distância que diz aonde aproximadamente aconteceu, a equipe tem que ir a campo investigar.

A mesma coisa 13.09, que foi uma proteção de sobtensão também, isso é um indicativo de que teve um curto-circuito no trecho Abunã/Rio Branco.

No dia 18.09, esse a gente já descobriu, porque foi uma chuva, o localizador de foto ele indicava próximo da coletora, a gente teve uma chuva torrencial. Tipo a que a gente teve ontem. Não teve uma ontem no final da tarde? Uma chuva torrencial, eu estava lá na Distribuidora, eu falei: "Quer vê? Quer vê, gente?". Porque descarga atmosférica nós temos técnicas para poder tratar, para mitigar, mas acontecem descargas que, infelizmente, o sistema vem a falhar, é tanto que dentro do Projeto, dentro da concessão tem algum sistema que está previsto um número de saídas por conta de descarga atmosférica no ano.

E aqui 20.09, que foi a última ocorrência que a gente teve, a gente teve uma saída do Polo I, também lá na coletora; o Polo I é a fonte que transmite energia através dessa linha para Araraquara. Então, a Torre Ambev balança no sistema e aí esse distúrbio nesse sistema propaga no 230 e sensibilizou as proteções dos 230 quilowatts.

Com relação isso aqui, todas essas tratativas e aí vem, o que é que a gente está fazendo? E aí que vem uma indagação. Sim, e o que vocês estão fazendo? Beleza, tudo bem, Percy, eu estou entendendo, você explicou. Agora, o que é que está sendo feito?

Olha lá, como foi anunciada pelo próprio Ministério a operação, retorno da operação da Usina Termoelétrica Termonorte, ela já está em funcionamento no sistema, esse estudo aqui, que é pegar esse trafo de 500x250, na realidade ele vai trabalhar de 500 para 230, de 465 megawatts. Esse trafo, o que é que se entende como preservar o trafo? Esse trafo ele está ligado lá naquele barramento de 500 KV da subestação coletora, a ideia é fazer um arranjo em que ele vai ficar com máquinas da Usina de Santo Antônio dedicadas somente a ele para transmitir energia elétrica para o sistema Rondônia e Acre.

Agora, para que isso seja feito, é uma possibilidade, mas para isso o pessoal de estudos, tanto a Eletronorte quanto a NS estão fazendo as simulações necessárias para ver se é possível fazer esse atendimento. Essa operação do *back to back* com dois blocos, como eu havia falado, são dois blocos de 400 megawatts, ele estava somente com um e outro em reserva quente, esses testes já estão acontecendo, a gente teve teste já na semana passada, foi sexta passada, já estavam em operação os dois blocos e estão sendo feitos alguns ensaios adicionais para poder liberar o equipamento para poder funcionar com modo em dois blocos, aí tem algumas filosofias operacionais que eu acredito não ser de relevância aqui neste momento.

E outra ação que foi anunciada pelo Ministério é a conclusão do 3º Circuito. Esse 3º Circuito ele está todo construído, praticamente todo construído, daqui até Jauru. O trecho Porto Velho, de Porto Velho até Ariquemes, ele está pronto para energizar, agora a gente precisa fazer algumas manobras para fazer só a conexão nele dentro da subestação. Então, aí tem que ter todo um preparo do sistema pela NS, mas a previsão de conclusão é entrar em operação com esse 3º Circuito em dezembro de 2015.

Com isso a gente conclui a nossa apresentação, deixa à disposição o nosso telefone de contato, nosso email para os senhores Deputados, se precisar fazer contato com a gente. Ok! A gente só pede que... Tem acontecido, às vezes as pessoas ligam no momento da ocorrência. No momento da ocorrência fica complicado para a gente atender porque a prioridade é recompor o sistema, a gente não manda desligar o sistema, a gente manda religar. Então, deu ocorrência, todo mundo, o foco é restabelecer o sistema porque a gente sabe do impacto que dá.

E mais uma vez, em nome, vamos dizer, dos mantenedores que trabalham no sistema elétrico, a gente pede desculpas a todos vocês que representam a população pelo transtorno que essas obras têm causado, mas tenham certeza, senhores Deputados, essas obras elas vão aumentar significativamente o nosso potencial de fornecimento de energia elétrica. O que com certeza abrirá as portas do Estado para chegada, instalação de indústrias na região. Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON – Presidente, só uma perguntinha. O Corpo de Bombeiros hoje, ele sempre cobra um SPDA para

várias instituições para serem abertas, que é o Sistema de Proteção a Descargas Ambientais. A Eletrobras não tem esse sistema nas partes desses linhões aí, o Sistema de Descarga? E outra, se teve um apagão no dia 18.09, que foi justamente no dia que nós tivemos uma Audiência Pública em Guajará-Mirim e no horário do início da Audiência acabou a energia, ficou mais de duas horas, tinha Deputados, várias pessoas lá que estavam, vieram de outros municípios e teriam que retornar aos seus lugares, às suas casas, às suas residências e acabaram muitos indo embora sem ter o resultado final da Audiência Pública. Esses SPDAs são instalados nesses linhões e quando tem uma descarga elétrica não é só uma determinada região que fica sem energia ou dois Estados de uma só vez?

O SR. ROBINSON PERCY HOLDER – Ok. Deixa-me retornar aqui. Deputado, todo o sistema tem o sistema de proteção contra descarga atmosférica. Para vocês terem ideia, isso aqui são para-raios. Por exemplo, mas não era isso que eu queria mostrar, não, deixa eu voltar no sistema aqui, Acre/Rondônia.

Pois bem, nós temos sistema de proteção contra descarga tanto nas linhas quanto nas instalações. No caso das linhas, quando o senhor observar, que o senhor estiver indo daqui para Guajará, o senhor vê que tem as torres, tem 03 linhas correndo e duas lá em cima passando. Aquele cabo chama Cabo OPGW, é um cabo para-raio, ele que é responsável por receber essa descarga atmosférica e ele também tem um núcleo com fibra ótica. E aí é outro negócio que a empresa têm, que é fornecer transmissão de dados. Toda comunicação do Acre é feita por esses cabos de fibras óticas daqui para o Acre, daqui para Guajará-Mirim. Pois bem, todo sistema de descarga atmosférica é feito para atingir uma faixa espectral, uma curva que a gente tem de descarga típica, só que tem descargas que são tão intensas que mesmo tendo o sistema de descarga atmosférica, a gente não consegue conter o distúrbio, certo? Então, acho que respondeu a questão da descarga atmosférica.

Outro é o seguinte: 'tudo bem, aconteceu um problema, então, e por que é que desligou os Estados?' O que é que acontece? Os distúrbios que estavam acontecendo, todos eles estavam aqui, em torno da subestação Porto Velho, que é a subestação que pega a maior carga que a gente tem, tanto para receber como para distribuir. Aliado a isso aí, todos os distúrbios sensibilizavam as proteções aqui na subestação Porto Velho. Quando sensibilizavam a gente tinha saída do *back to back*, que era a fonte que a gente tem alternativa. Quando ele sai, uma fonte a menos, eu tenho problema, vamos nos remeter ao tempo do gerador diesel, que a gente tinha em casa. Você lembra, quando alguém ligava uma carga muito forte, que a luz ficava fraquinha? Então, o que é que acontece? Quando acontece isso, solicitação de carga maior que a capacidade de fornecimento, o sistema está enxergando isso, ele fala: '*Olha, eu vou ter que me desligar, proteger o Brasil todo*'. Onde que ele estava se desligando? Bem aqui, olha, na região de Pimenta Bueno para Ji-Paraná, bem aqui. Então, ele desligava tudo para cá. Quando desligava, eu cessava importação de energia que vem do Sudeste por essas linhas 230 e eu ficava aqui, basicamente, com a Usina de Samuel no sistema. A Usina de Samuel tem 216 mega de capacidade. Só Porto Velho, praticamente, a consome. E aí atua uma proteção chamada

PPS – Proteção por Perda de Sincronismo, a carga é muito elevada, ele manda desligar para proteger o resto do sistema.

Então, não é que tem ordem para desligar porque está faltando energia. Houve um distúrbio no sistema e aí o que é que a gente teve que fazer? Fazer novos estudos, ampliar os nossos estudos para aumentar a potência aqui para que, quando acontecer um distúrbio desses, a gente consiga cumprir e segurar o sistema.

Essa questão do sistema interligado é muito complexa. Ainda ontem a gente estava comentando na Distribuidora sobre as ocorrências que tiveram. Na semana passada teve ocorrência lá em Cacoal, na região de Cacoal. Eu acho que o Deputado Cleiton é da região, Pimenta também. Faltou lá, não faltou? Faltou. E se eu falar para vocês que foi uma máquina lá em Itaipu que saiu? Uma máquina em Itaipu que saiu, ela saiu sensibilizando proteção no Brasil inteiro. E houve desligamento da interligação nessa região aqui, olha, de Vilhena. Quando desligou, faltou energia elétrica nessa região. Então, o sistema, a filosofia dele é preparada para isso, ele se autoisola para que eu não tenha um colapso grande no sistema. Pode ver que, olha há quanto tempo que a gente não tem distúrbio em nível nacional, certo?

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, doutor. Então, a Usina de Samuel só abastece a Capital, hoje?

O SR. ROBINSON PERCY HOLDER – Não, Deputado. É o seguinte, a capacidade de carga dela, mas não é que ela abastece só a Capital. É como se eu tivesse o seguinte: imagina que eu tivesse um monte de pilhazinhas em paralelo, cada uma com uma fonte de geração, eu tenho diversas cargas.

Então, uma vez que eu estou no sistema interligado, eu estou fornecendo energia para o sistema. É tanto que a regra permite que o agente de geração ele possa vender a energia dele também no mercado livre, parte da energia que ele gera, parte dele ele tem que disponibilizar para o sistema que é gerenciado pelo sistema, a outra parte, ele pode vender uma pequena parcela. Essa pequena parcela permite, por exemplo, que eu como gerador aqui no Estado de Rondônia, eu venda para alguém lá em João Pessoa, posso vender, aí eu vou pagar a geração, a taxa do uso do sistema de transmissão e distribuição.

O SR. AIRTON GURGACZ – Eu queria fazer mais duas perguntas. A Termo Norte também está funcionando agora?

O SR. ROBINSON PERCY HOLDER – Está funcionando, está em operação.

O SR. AIRTON GURGACZ – E outra pergunta simples para você responder. Por que tão cara nossa energia que tanto nós produzimos aqui em Rondônia? Está um absurdo. E essa bandeira vermelha que dobrou o preço, então duas perguntas a mais que eu vou fazer. E o valor altíssimo da questão aí da energia elétrica para nós que produzimos tanto aqui no nosso Estado.

O SR. ROBINSON PERCY HOLDER – Com relação ao custo, eu vou pedir apoio aos nossos colegas da Distribuidora. Essa questão de custo, o Deputado Airton perguntou, Luiz, a questão do custo, por que a nossa energia é tão cara? E aí a gente...

O SR. AIRTON GURGACZ – E a bandeira vermelha aqui também em Rondônia, não é?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Maurão, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio, mas acho que tem uma resposta ainda do Deputado Airton, para o Doutor Luiz responder, não é isso? Só um pouquinho, Deputado.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Deputado, a questão do custo da energia elétrica, como o colega PC mostrou, nós fazemos parte de um sistema interligado, nós somos uma empresa regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, então, a ANEEL, nós temos aí os reajustes e as revisões de tarifas. Então, a Agência Nacional é que vem aqui e ver quanto seria a tarifa para o consumidor de Rondônia, de acordo com os investimentos já feitos pelas Distribuidoras com os investimentos necessários para que componha essa tarifa do consumidor de Rondônia. Hoje, nossa tarifa está abaixo do terço médio do País, ou seja, existem sessenta e quatro Distribuidoras hoje no País, é nós estamos na posição, se não me falha a memória, vinte e quatro, tem quarenta Distribuidoras com energia mais cara do que a energia de Rondônia. Então, a definição dessa tarifa é pela Agência Nacional de Energia Elétrica, lógico, nós somos responsáveis pelas informações e ela leva em consideração todos os aspectos, investimentos feitos, número de portes que a empresa tem, quilômetros de cabos, custo de manutenção e operação, índice de perdas, que é o furto de energia elétrica, que ela delimita, uma parte o acionista da empresa absorve isso, outra parte é diluída da sociedade. Então, a tarifa é regulamentada, nós como uma empresa regulada pela ANEEL, nós obedecemos aos critérios que a ANEEL determina, é uma questão de tarifa, passa por uma série de avaliações dentro da empresa.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Hermínio. Está respondido, Deputado Airton?

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Com a palavra o Deputado Hermínio.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria, Presidente, só dizer o seguinte: primeiro de tudo, primeiro, eu sei que todos aqui que estão representando Eletrobras, Eletronorte, a primeira coisa que eles não têm poder de resolver nada pela tal das empresas aí. O Estado de Rondônia, essa Eletrobras, essa Eletronorte, não respeitam esse Estado em nada, não respeitam, ninguém nem consegue falar, ninguém consegue falar com as pessoas que podem resolver alguma coisa a favor de Rondônia. Com o respeito que eu tenho aos rapazes aí que estão representando essa tal de Eletrobras aí, eu não vou... Mas vocês não têm poder de resolver nada, vocês estão enganando, vocês estão com esses gráficos aí, com esse trem aí, que para falar a verdade é mais uma enganação que essa Eletrobras, fazendo

nós aqui de bobos, fazendo de bobo, tem a cara de pau de falar aqui que a energia de Rondônia não é das mais caras do Brasil. Eu quero que vocês me mostrem uma conta de energia do Rio, de São Paulo, de Pernambuco e uma de Rondônia, para ver se nós somos mais barato de que lá. A tarifa de Rondônia é a mais cara do Brasil, sim, de água e de energia, e nós somos exportadores de energia. Eu não quero saber aqui se vai levar energia de Rondônia para Jauru ou Araraquara, ou qualquer lugar ou para China.

E outra coisa, se é interligado, por que prejudicou só Rio Branco, Guajará e Porto Velho? Por que não prejudicou o Amazonas, o Rio de Janeiro e São Paulo? É como eu falei, é tudo conversa para boi dormir, é tudo conversa para boi dormir. E enquanto o povo de Rondônia não criar, não correr atrás do prejuízo e se juntar para lutar contra essas empresas que fazem a gente de babaca, de otário, nós vamos ficar do jeito que é. Rondônia não aparece... Eu não sei como eles colocaram lá Rondônia, falaram no Jornal Nacional lá, Rondônia e Acre sofreram um apagão e pronto, se esse apagão tivesse sido em qualquer outro lugar do Brasil era uma hora de *Jornal Nacional* mostrando o apagão, aí vem com essa conversa. A gente quer coisa prática, saber quando é que essa Eletrobras vai respeitar Rondônia, vai respeitar este Estado que faz tudo pela Eletrobras. Rondônia sempre cedeu tudo, abriu as pernas para essa Eletrobras e o Governo Federal alagar o Estado inteiro aí, matando a floresta, e passar por essa humilhação. E a maior humilhação não é passar três horas de apagão, não, é ver esse tipo de apresentação que não resolve nada, que não resolve nada.

Deputado Maurão, tem que ser na prática, os Deputados de Rondônia, se quiserem ajudar Rondônia, não vai ser com essa, chamando esses técnicos aqui para vir, para vir enganar babaca, enganar besta, que não vai resolver nada. Resolve sim, nós podemos até resolver, se o Estado de Rondônia, o Governo de Rondônia, a Assembleia, os Prefeitos, a bancada federal, enfim, toda sociedade de Rondônia correr atrás do direito. Que nós fornecemos energia para o País, pagamos caro, pagamos caro e somos tratados de forma humilhante, que nem atender essa Eletrobras não atende, eu não consigo ver essa Eletrobras, não consigo e também eu não vou nem perguntar. Há poucos dias eu vi aqui na revista dizendo por que a tarifa de Rondônia é cara, por que tem o percentual, os percentuais aí de que é para político, inclusive na revista falava o Senador Valdir Raupp que recebia porcentagem desse esquema de Eletrobras, Eletronorte e outras coisas.

Por isso, é como eu falo para você, eu estou aqui porque hoje é dia de Sessão Ordinária, eu estou aqui para cumprir, mas isso aí para mim e nada é a mesma coisa, essa enganação aí, isso aí. Primeiro, eles não podem, eu quero ver, eu quero ver desses três aí qual é que tem poder aí de chegar e dizer assim: *Não, eu estou aqui para discutir com vocês e buscar uma solução do problema.* Nem falar, parece que deve ter um inimigo da Eletrobras entre Mutum e Extrema, ali na região do Abunã, inimigo da Eletronorte que viu lá que está em investigação, deve ser algum terrorista que está lá cortando algum fio, alguma coisa da Eletrobras ali naquele trecho. E também pode ser um revoltado, que o povo daquela região ali vive com a energia precária, enquanto a energia de Samuel passa por cima do Linhão, eles vivem lá com energia

vagabunda, parece que até de, sei lá, de carvão, de combustível, não sei de que diabo é. É o serviço que se você tiver, o povo lá é pobre, não tem muito, mas se o povo tivesse ar condicionado, geladeira, algumas coisinhas a mais, não aguentava a carga, caía, queimava tudo. Por isso, não tem nem um chefe, eu esqueci como é o nome do cara, um baixinho que é diretor da CERON aqui, da Eletrobras, qual o rapazinho que estava aqui esses dias, que o Deputado Maurão até falou: tu queres participar da reunião, Deputado Hermínio? *Só se for para eu enforcar esse cabra aí.* Como que é o nome dele?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado, não era diretor, é o Efrain, que é o diretor administrativo.

O SR. HERMÍNIO COELHO – É, que não manda em nada, que não manda em nada, está ocupando um cargo aí que não manda em nada. Por isso que eu digo, e vocês também não mandam. Vocês não têm poder de resolver nada, estão aí explicando, explicando eu não sei o quê, justificando o injustificável; justificando o injustificável.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, Questão de Ordem. Só para... Eu tinha um requerimento e aqui realmente o Deputado Hermínio está com os ânimos exaltados e digno realmente, qualquer um que está aqui, que está no Plenário, que estão aqui, que são todos consumidores de energia elétrica, deveriam ouvir hoje que o requerimento foi sobrestado para gente entender sobre os apagões. Mas aí, eu assistindo, estava até resolvendo o problema, tem outra matéria tramitando aqui também de interesse do Estado que toda hora tem, eu pude perceber o seguinte: quando foi desligada a termoelétrica, passaram-se alguns tempos, começaram os apagões. Mas antes não existia. Cerca de vinte e um milhões, aí vocês poderiam me dar informações de quantos milhões são para manter as termoelétricas? Quantos milhões são para manter essas termoelétricas? Aí já vem essa pergunta também, é algo que pode causar estranheza. Quando o diretor Marcelo fala que nós estamos em 24º, aqui quando eu veio outro diretor falou que nós estávamos em 34º. Mas aí eu pergunto assim, nesses Estados, quantas usinas existem em plena atividade? Usinas hidrelétricas de grande porte, eu quero que me convença agora, neste exato momento, que Rondônia, que tem 03 usinas de grande porte, Samuel, Santo Antônio e Jirau, me dar uma motivação por parte da Eletrobras. E outra coisa que eu esperava, cadê algum responsável da ANEEL que deveria ter, tem alguém da ANEEL aqui? Não. O Efrain falou que vinha da ANEEL e também vinha o operador, o operador do sistema. Cadê essas pessoas? Que eu queria que eles estivessem aqui e foi por isso que eu sobrestei, porque o operador vai me dar uma informação e também a ANEEL também poderia me dar uma informação, mas vocês da Eletrobras vão ficar na mesmice aqui, ninguém tem o poder de tratar. Olha, a partir de hoje nós iremos baixar essa questão da bandeira vermelha, igual o Amazonas fez, uma decisão no Judiciário vem, o juiz foi lá e decidiu por não aplicar agora a bandeira vermelha e vocês da Eletrobras poderiam, usando esses argumentos, a própria situação da Eletrobras, mas eu entendo na minha maneira, na minha ignorância, no conhecimento dessas usinas é que existem interesses por trás dessa questão, tem interesses obscuros

por trás disso. Não adianta vir me falar, é algo que vai, é o inexplicável, como disse o Deputado Hermínio, é algo que vocês vão falar, vão explicar. E outra coisa vocês colocarem em horas ali, aqueles apagões ali levaram quatro horas, três horas, cinco horas e por que apaga Rondônia e Acre? Ah, eu estou desligando a máquina aqui, então, quando desliga... Então, tem denúncias que é por conta para não sobrecarregar a questão lá de São Paulo, onde você colocou aqui.

Então, tem muita coisa que deve ser explicada, não me convenceu, com todo o respeito, eu não vou negar, não me convenceu, não há razão. Nós temos que propor, sim, uma comissão especial para chamar essas pessoas que Rondônia dá incentivo no ICMS, dá incentivo para instalar essas usinas aqui com licença e uma série de coisas e ainda tem o cidadão rondoniense que pagar uma carga de energia e tributária enorme. Eu pagava 300, agora estou pagando 700, o outro estava pagando, coitado, 280 pulou para 1.200 e recebe setecentos e poucos reais, como é que o cara vai viver? Para pagar energia? E para onde é que está indo? Quer dizer que Rondônia está, através dessas arrecadações volumosas, gerando tributo para o Estado, no caso brasileiro, para a Dilma, mas para cá não está ficando nada de benefício, com todo o respeito, não justifica se a gente gasta 400 megawatts mais ou menos, você colocou, e nós temos um volume imenso de energia e não tem como ser deduzido isso de maneira justa, rateado com os consumidores em desconto. Isso aí, com todo o respeito, eu queria que vocês explicassem, que isso foi motivação nossa em explicar, além dos apagões, essa questão dessa tarifa hoje que chega a um nível máximo. Era a minha fala.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, eu queria... Eu entendo até as condições de desabafo do Deputado Hermínio Coelho, porque qualquer morador hoje do Estado de Rondônia que tivesse a oportunidade de estar aqui com o microfone na mão ia fazer exatamente a mesma coisa que o Deputado Hermínio falou ali. Porque é uma indignação total. Por quê? Eu acho muito engraçado quando a Eletrobras coloca aquele precinho lá de sessenta e um centavos para enganar a população, parece que ali é cobrado. O problema, eu falo isso porque meus pais moram no Espírito Santo, a mesma quantidade de equipamentos lá dá a metade da conta daqui, ou seja, os relógios daqui são adulterados. Agora, eu não sei se são adulterados para compensar as perdas, os desvios, talvez a Eletrobras compra X e depois tem que transformar a venda disso em X, desvia a metade, tem que dobrar na hora de medir. Porque eu paguei a minha conta de energia ontem, R\$ 616,00, tenho duas centrais de ar na minha casa, um chuveiro elétrico, uma televisão e uma geladeira, são todos os equipamentos que tem na minha casa. Isso no Espírito Santo, não sei aí se é o problema de lá ter sido privatizada a ESCELSA, ser uma empresa privada e por isso dá menos, mas lá não dá trezentos reais a conta disso, não dá trezentos reais. Aqui dá seiscentos e poucos, ou seja, tem algum esquema, não naquele precinho lá, que coloca lá de sessenta e um centavos, chega lá também é sessenta e um, sessenta e dois ou até sessenta e sete. O problema é na quantidade consumida de quilowatts, a gente não consome a quantidade que a Eletrobras manda para a gente, a gente não consome, você pode pegar os equipamentos

e aferir quanto um equipamento daquele consome que dá o dobro. Se a sua central de ar marcar que durante o mês inteirinho ela consome 10, você pode procurar aqui em Rondônia, você não acha continha de vinte reais, de quinze reais, lá no Espírito Santo meus pais têm as kitinetes que ele aluga, é continha de quinze reais, dezoito, dezenove, vinte. Aqui não existe isso. Você pode ir para a periferia que só tem um bico de luz, Deputado Jean, que a conta é setenta reais, é sessenta reais. Aqui são adulterados nos relógios, não tem condições.

Então, a indignação do Deputado Hermínio é a indignação de todo mundo, e além de tudo ainda cheio de cortes, de queda, não adianta ficar reclamando, *“ah, a culpa é da Eletronorte.”* A culpa é do Governo Federal, é tudo dele! Quem produz, quem distribui, quem entrega é tudo o Governo Federal, a culpa é de um só, a culpa é do Governo Federal metendo a mão no bolso do povo. Só isso.

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, uma Questão de Ordem? Só uma pergunta, Deputado Jean, Deputado Luizinho. Eu queria fazer duas perguntas, se puder anotar para depois dar a resposta para nós. Isso já foi falado aqui do preço da energia que é um absurdo aqui no Estado de Rondônia, e o desabafo dos colegas aí é o sentimento da população. Já foi falado dos apagões, que é um desrespeito, sem comunicar, sem avisar, um desrespeito total da prestadora de serviço. Uma senhora me inquiriu ali, uma amiga minha me inquiriu ali dizendo também que quando há os apagões queimam os aparelhos, aí que é o problema e a dificuldade de ser ressarcido pela queima de seus aparelhos. É outra pergunta que a população faz, senhor Presidente.

Eu também queria incluir aí, Deputado Aécio, Vossa Excelência falou do Espírito Santo. Na minha cidade, onde minha família mora, em Santa Catarina, quem administra a energia é a cooperativa de moradores, é uma cooperativa, que compra a energia e revende para os moradores. Talvez esse seja o caminho para nós sairmos do atravessador. Eu acho que esse seja o caminho.

E também a questão da BR-429. O Presidente da Eletrobras, eu não sei quem que é o Presidente, eu não estava aqui. Presidente, a questão do Linhão que liga Ji-Paraná ao município de Costa Marques. Há dois anos foi feita a linha de transmissão, esteve lá o pessoal medindo onde iria ser a obra e a obra não foi iniciada. Eu queria saber se a obra está paralisada. Se é por falta de recurso financeiro ou por que suspendeu a obra ou vai se iniciar? São essas palavras, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Questão de Ordem, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Luizinho, eu gostaria que os Deputados fizessem as perguntas, aí os diretores estão na Mesa, eles vão anotando, que de repente a gente vai ter pergunta que...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Na realidade, por aqui a gente pode ver, pela manifestação dos Pares o que a gente também

está ouvindo lá na rua. Rondônia cedeu, como foi dito aqui, nós cedemos a potencialidade de geração de energia para o País, Deputado Jesuíno, nós cometemos um erro na época com a ânsia de querer ajudar e de acreditar que essas Usinas trariam benefícios para nós. Nós acabamos autorizando essa corrente contínua. Ou seja, hoje nós nem usamos a energia produzida aqui. Estive em Machadinho há pouco tempo. Quando se trata daquela Usina lá, e lá eu até me manifestei falando que nós não podemos cometer o mesmo erro, nós temos que, acima de tudo, pegar a nossa Secretaria de Desenvolvimento Ambiental e apertar na concessão da construção dessas Usinas. Por quê? Porque senão nós vamos continuar passando por esta demanda. Hoje eu sei que é uma discussão que nós estamos tendo aqui, portanto, é necessário que vocês que representam a Eletronorte em Rondônia, Eletrobras, que leve essa mensagem, porque senão, infelizmente, nós vamos ter que transformar esses discursos acalorados do Deputado Aécio e do Deputado Hermínio em uma ação legislativa aqui contra essa instituição. Porque de fato se falar aqui que se reparam os danos materiais, não repara. Por quê? Porque muitas vezes a pessoa queima lá o seu televisor, a sua geladeira, seu rádio, e a pessoa não vai atrás para receber. A burocracia é tão grande que a pessoa desiste da ideia de buscar o seu direito. Lá no município de Chupinguaia, para se ter uma ideia, há poucos dias eu estive lá no Distrito de Boa Esperança, e lá tem uma linha que sai de Chupinguaia a Boa Esperança. O empresário lá, o maior mercado que tem na cidade, três vezes ele teve queimada a câmara frigorífica dele lá. Então, é um prejuízo irreparável, por quê? Porque traz muito transtorno para o comércio, não é só bem material, ele deixa de vender a carne porque ele não pode armazenar.

Então, é o exemplo que nós temos lá no Chupinguaia. Quando a gente parte lá para a região central do Estado, já é uma situação diferenciada, lá nós temos uma unidade geradora da empresa, que é a GUASGO, que todo dia traz problemas para a comunidade de Alvorada d'Oeste, todo dia traz. Aí, tínhamos aqui uma proposta, assistimos aqui a uma palestra, inclusive na época o Senador Valdir Raupp trouxe, falando da implantação, se eu não me engano, seis unidades de transformadores da região. Aquelas unidades também agora parece que foram canceladas porque não se tem dinheiro para construir. Aí, quando você chega a Porto Velho não é diferente, então, esse caos está no Estado inteiro, e aí a gente vai ali, é o semáforo que não funciona, tudo é transtorno.

Mas a pergunta que eu quero deixar, e aí eu não quero que vocês respondam, não precisa responder. Vocês vão ter que perguntar para a empresa, para a empresa se sensibilizar do que eu estou falando. Nós tínhamos 22 crianças recém-nascidas, Deputado Só Na Bença, Deputado Doutor Neidson, 22, o senhor que é Médico e que trabalha na Unidade Hospitalar do Estado, 22 crianças na UTI, deu apagão, tudo bem que pela norma tem que ter um gerador lá e que poderia dar uma pane, se tivessem morrido essas pessoas, essas 22 crianças pelo apagão, qual seria o preço da conta?

Então, só a colocação que eu quero, mas eu acredito que com isso nós vamos ter uma resposta num futuro muito breve de que é necessário para o Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON ROQUE – Sr. Presidente, eu vou ser bem breve, eu vou fazer apenas uma pergunta relacionada à parte, o Deputado Hermínio abordou parte do assunto, eu queria somente o esclarecimento referente às Termoelétricas. A gente sabe que a Eletrobras fez um processo de licitação novamente e que está em fase de implantação essa nova licitação, até eu acredito que outras empresas estão entrando no mercado de Rondônia, como é o caso, por exemplo, da Ponta do Abunã. Anteriormente era a Empresa GUASCOR que produzia a energia consumida naquela região, segundo informação foi o Grupo Rovema que venceu essa licitação lá. Qual é o prazo que tem para que ocorra essa transição de uma empresa para outra? Por que é que eu pergunto isso? Termoelétrica, o motor deu problema, naturalmente vai diminuir a produção, enfim, e é o que está acontecendo hoje lá, blecaute constante não só no Distrito da nossa Capital, Porto Velho, como em outros Distritos no interior do Estado. Temos como exemplo o Distrito de Urucumacã, no município de Pimenta, e o Distrito do Guaporé, em Chupinguaia, que o Deputado Luizinho sabe muito bem que lá é a GUASCOR e passa por situação parecida também com a queda dessa energia produzida por essas Termoelétricas. Eu gostaria de ouvir qual é o prazo de implantação? E se a Eletrobras tem ciência dessa situação que está acontecendo? E se está tomando providência para que seja sanado esse problema ocorrido lá.

São essas especificamente minhas perguntas.

O SR. JEAN OLIVEIRA - Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só para fazer uma ponderação também para colaborar, eu não vou repetir tudo o que foi dito aqui por outros Deputados que tiveram os seus ânimos exaltados, mas, como muitos já disseram, com razão. Existe um pouco de desencontro, conflita um pouco o discurso com a realidade devido ao sistema elétrico ser um sistema difícil de compreender, somente aqueles que têm um estudo mais amplo, mais técnico sabe falar sobre o sistema elétrico melhor do que todos nós consumidores, Parlamentares, que não somos técnicos. Porque existe responsabilidade da Eletrobras, da Eletronorte, aí tem o Consórcio Santo Antônio, Jirau, Samuel, enfim, tem vários responsáveis, tem a ANEEL, tem vários responsáveis, isso tudo, mas eu apoio o que o Deputado Aécio disse, tudo se engloba num único responsável que se chama Governo Federal, que é político e ele é o responsável pela Eletrobras, pelo Ministério de Minas e Energia, pela ANEEL, por tudo. Enfim, única coisa que eu quero me retratar aqui somente à Eletrobras é dizer que aquilo que foi dito aqui sobre a conta de energia é real, é real porque é o que eu estou dizendo isso. Nós tivemos aqui um evento natural acontecido em 2014, vai completar dois anos, que foram as enchentes do rio Madeira, naquela ocasião muitas casas foram desapropriadas por conta da cheia do rio Madeira, posteriormente ao rio secar as pessoas foram voltando às suas casas para ver o que sobrou, e eu quero dizer que a Eletrobras, sem existir um cidadão naquela redondeza, naquela área atingida, a Eletrobras não deixou de cobrar energia mesmo no

momento em que a água estava por cima do telhado das casas, a Eletrobras não deixou de cobrar energia. Não deixou e isso eu estou falando com fato real, e deu televisão, isso aí a Eletrobras já sabe melhor do que qualquer um.

Então, se acontece um fato desses, um episódio desse numa coisa tão notória, tão fácil de observar que existe um equívoco da empresa, imagine na conta de uma pessoa que consome e consome muito mesmo. Então, fica a dúvida pairando sobre a cabeça de todos os consumidores. É óbvio que para que a gente possa afirmar e apontar o dedo com veracidade precisa ter uma perícia para acusar de forma verídica, dizer que de fato tem culpa a Eletrobras, mas o fato de estar cobrando de quem não está usando energia isso é real, isso é uma coisa que a gente já sabe. Agora, a conta de energia vir esses absurdos que estão vindo, de fato existe algum equívoco. Eu não vou nem entrar na questão de Rondônia ser geradora de energia e por isso tinha que ter sua tarifa menor. Eu acho que de fato isso é uma política nacional, isso deveria vir do Governo Federal, porque hoje não é previsto lei nenhuma que diz que quem gera mais do que consome, tem suas contas, existe uma forma de diminuir sua tarifa de energia. Hoje não existe essa lei. Está sendo criada, proposta no Congresso Nacional, mas até agora não. Então, não vou entrar nesse mérito. Eu só quero entrar no mérito da Eletrobras e da Eletronorte, dizendo que a Eletronorte é responsável sim por muitas das situações que estão acontecendo, esses apagões. E a Eletrobras, eu responsabilizo a Eletrobras por duas coisas: uma é essa conta absurda de energia, e outra, eu já conversei inclusive com o Presidente sobre a expansão de rede. É isso que a Eletrobras tem que se preocupar, levar o acesso de energia às pessoas. Isso a Eletrobras tem que estar preocupada e a gente não vê, infelizmente, programas do Governo Federal para que isso aconteça. Porque a resposta, como muitos já disseram aqui, é de que não tem como, não tem dinheiro, de que o sistema está falido. E disso nós e a população já estamos de saco cheio. Nós não aguentamos mais a resposta de que não dá. Não tem outra pessoa que a gente, não tem outro órgão que a gente possa se reportar, a não ser a empresa mesmo, que é a distribuidora de energia. Nós queremos mais expansão de rede de energia, com certeza. O acesso ainda à energia, hoje, é um direito do cidadão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Aí foram feitas algumas perguntas, eu gostaria de passar para o Diretor, Dr. Luiz Marcelo, para que pudesse responder...

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Ok, senhores Deputados. Uma coisa nós temos que reconhecer, a reclamação é legítima. O consumidor, não só do Estado de Rondônia como o consumidor nacional brasileiro, paga hoje uma tarifa altíssima de energia elétrica. Isso nós temos que reconhecer. E nós temos que melhorar, sim, a qualidade do fornecimento, independente de ser geração, transmissão ou distribuição. Isso não há dúvida quanto a essa questão aqui. Porém tem alguns pontos que merecem um esclarecimento melhor. Quanto ao preço da energia elétrica, isso é uma informação pública que está no site da ANEEL. Quando se compara um ar condicionado lá no Espírito Santo com um ar condicionado em Rondônia, o preço do megawatts/hora lá, inclusive a tabela está aqui, impressa

hoje no site da ANEEL, qualquer um pode olhar, eu vou deixar com o Deputado Maurão, inclusive. Hoje é R\$ 0,46 o kilowatts/hora, o nosso é R\$ 0,43. Porém a taxa de utilização deste equipamento em Rondônia é muito maior do que no Espírito Santo. Nós aqui, para o conforto, dificilmente aqui a gente consegue dormir sem ar condicionado. A nossa taxa de utilização desse equipamento é muito maior. Nosso consumo individual é muito maior, por isso, quando você compara uma conta de energia lá com as daqui, você tem que ver os megawatts/hora, os kilowatts/hora consumidos, aí sim você faz a comparação. Só o fato de ter o aparelho, isso não quer dizer que lá seja mais caro ou mais barato, nem aqui. Então, a comparação tem que ser nessa linha. Quanto aos medidores, todos os medidores comprados pela Eletrobras Distribuição Rondônia têm o selo do INMETRO. Nós não instalamos nenhum medidor, isso é exigência inclusive do regulador, da ANEEL, nós não podemos instalar nenhum medidor que não seja aferido pelo INMETRO.

Então, todos os medidores do Estado de Rondônia são aferidos pelo INMETRO. Não existe possibilidade de nós adultermos um equipamento desses para cobrar a mais ou a menos. Esses equipamentos vêm com esse selo e do que jeito que eles chegam, eles são instalados. Seria uma desonestidade se eu, na qualidade de, hoje, Presidente da empresa, se eu pegar algum funcionário tentando fazer isso, ele vai responder imediatamente a um processo sumário de demissão. Isso não é perfil nosso. Até porque eu sou rondoniense, eu nasci aqui, eu quero qualidade de vida para este Estado. Eu sou funcionário da empresa há 21 anos. Eu não estou aqui de passagem. Eu posso deixar o cargo, mas eu continuo trabalhando na Eletrobras.

Então, isso vocês podem ter certeza que não há nenhuma política e nenhum ato de funcionário visando enganar o consumidor de Rondônia. Vocês podem ter certeza disso. Queima de equipamento. Eu estou falando aqui um pouco rápido porque sei que os senhores têm Sessão ainda e as portas lá, todos vocês que me procuraram lá, eu sempre os recebo, independente de qualquer coisa podem me procurar que eu estou lá para conversar o tempo que for necessário, tentar explicar e tomar ações para isso.

Queima de equipamentos, de aparelhos, como eu já disse, nós somos uma empresa regulada e o consumidor tem esse direito. Se a ocorrência no sistema de energia, se foi no sistema de distribuição e causou um dano ao equipamento, ele pode procurar uma loja, registrar e nós faremos o ressarcimento sim. Nós temos uma equipe preparada para analisar e fazer esse ressarcimento. Isso é um direito do consumidor e que nós não nos furtamos em atender.

O Deputado Laerte perguntou do Linhão de Ji-Paraná a Costa Marques. Aqui em Rondônia nós temos um Projeto aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica em que nós, hoje existem 26 localidades sendo abastecidas por usinas térmicas, usando óleo diesel, gerando a motor, uma linguagem mais clara em que o Governo Federal, através da ANEEL, ele incentiva, para quê? Para que faça a interligação para esse sistema interligado que está na tela aí, e ele ressarcir os investimentos depois que essa usina está ligada. A Eletrobras Distribuição Rondônia foi lá, fez o pedido, foi aprovado, porém o setor elétrico brasileiro hoje passa por enormes dificuldades, vocês são sabedores, um período de escassez hídrica, por isso

nós temos bandeira vermelha aí e as fontes de financiamentos estão muito difíceis. A Eletrobras já fez um pedido de financiamento no BNDES, no BASA, na própria conta de reserva global de reversão que financiava o setor, mas até o momento nós não conseguimos viabilizar esses recursos.

Nosso último passo agora, inclusive esses projetos estão prontos, nós demarcamos a área de subestação, fizemos o traçado da linha, estamos com o projeto executivo pronto, nossa última ação. Eu estive no Ministério de Minas e Energia, nós estamos propondo à ANEEL e ao Ministério que faça um projeto parecido com a execução hoje do Programa *Luz Para Todos*, ou seja, ele vai liberando recursos em tranches, em fatias menores, nós vamos executando, prestando contas e esses recursos virão.

Então, é isso que nós estamos tendo hoje, inclusive o colega Efrain, foi citado aí, foi agora à tarde a Brasília para uma reunião na ANEEL amanhã para tratar também desse assunto. Nós estamos lutando para viabilizar esse atendimento na região de Ponta do Abunã, na região lá da 429, a região ali de Machadinho, Buritis, toda essa questão.

Foram citadas as subestações. Bom, como eu já falei, em Ponta do Abunã, vou falar a questão das Termoelétricas em implantação lá. A Agência Nacional de Energia Elétrica, ela contrata a energia desse mercado através de leilão. Ano passado, a agência promoveu um leilão em que contratou os produtores de energia tanto para as localidades do Baixo Madeira como o Vale do Guaporé, como Ponta do Abunã, Machadinho, Buritis e a 429 lá.

Hoje o Consórcio Novo Horizonte, que é composto aí pela Rovema, pela Shell, pelo Aggreko ou uma multinacional geradora, está em face de implantação das usinas, o prazo final para entrada em operação desses consórcios é dia 06 de janeiro 2016, as usinas em algumas localidades já estão quase prontas, outras em faces de implantação, mas o prazo contratual é 06 de janeiro de 2016 para que esse consórcio entre em operação e a GUASCOR deixe de gerar aqui no Estado de Rondônia nesse momento.

A questão que o Deputado citou aqui, cobrança do período das enchentes, nós tivemos, Deputado, realmente alguns casos, nosso serviço de leitura, quando há algum tipo de irregularidade, que o leiturista ele não consegue acessar o sistema por engano, é uma falha da Distribuidora, gerou algumas contas pela média de consumo, não que ele tenha ido lá fazer a leitura. Mas todos os casos do consumidor que foi na Distribuidora e os desligamentos da localidade eram feitos em conjunto com a Defesa Civil, a Defesa Civil ia, questão de emergência, pedia para a gente desligar, nós tínhamos equipes trabalhando vinte e quatro horas com a Defesa Civil, desligava e essas informações de desligamento demoraram internamente um pouco para chegar ao setor que faz a cobrança. Mas todos os casos onde foi afetado pela enchente que foi desligado, nós fizemos o ressarcimento ou cancelamos essas contas desses consumidores, de maneira alguma a gente vai cobrar um consumo que não existe, principalmente se foi faturado pela média durante esse período de enchente lá.

Expansão de rede, como eu já falei, o setor passa hoje por um período de escassez de geração e escassez de recursos, a Distribuidora está empenhada, o Presidente da Holding, da Eletrobras, todos nós estamos empenhados para buscar o

recurso para viabilizar. Hoje, nós estamos aqui com um projeto, chama-se *Energia Mais*, um projeto financiado pelo Banco Mundial que já está aqui em execução em Porto Velho, principalmente nas áreas onde existe invasão, onde tem ligação irregular, ele já iniciou aí no Bairro Socialista, no Rosalina Carvalho, estamos indo para Cascalheira, depois Jardim Santana, Ronaldo Aragão, Aponiã, Planalto, são redes hoje de excelente nível de construção, os melhores níveis de construções, é uma rede protegida na alta tensão, isolada na baixa tensão e nós estamos colocando até lá um medidor para o consumidor.

Então, nós vamos deixar o consumidor nessas áreas ligado. Hoje são dezenove áreas em Porto Velho, nós já recebemos a liberação da Prefeitura de seis dessas áreas, estamos com equipes mobilizadas já executando, se vocês forem lá ao Bairro Rosalina Carvalho, vocês podem ver que já tem grande parte de uma rede nova diferente dessa convencional que você vê aí na rua com o cabo nu. Então, o investimento aí, só em Porto Velho, da ordem de vinte e cinco milhões de reais, vamos atender aí bastantes consumidores. Para vocês terem uma ideia, lá no Rosalina Carvalho, quando a gente fez o levantamento, eram em torno de mil ligações; hoje já passam de mil e quinhentas, então isso vai aumentando, é dinâmico, esse crescimento é dinâmico, e nós já estamos buscando expandir essa fonte aí do projeto *Energia Mais* junto ao Banco Mundial para levar também para o interior, essa é a fonte de recurso hoje garantida. Então, essas ações, de modo bem resumido aqui, é que a Distribuidora vem pautando, além de alguns investimentos com recursos próprios, nós estamos fazendo com recursos próprios a interligação de Porto Velho até Itapuã do Oeste e Triunfo, eliminando a usina térmica lá. Estamos construindo aqui na avenida Rogério Weber, ali no Areal, uma nova subestação, Subestação Centro que vai melhorar o suprimento aqui em Porto Velho. Estamos em fase final já de testes de uma subestação em Ji-Paraná, temos previsão, em dezembro agora, subestação em Ariquemes 03 e estamos licitando lá o Cone Sul, que é a interligação entre Corumbiara, Chupinguaia, chegando até Colorado do Oeste.

Então, esses investimentos estão em pauta e nós estamos aí lutando para conseguir viabilizar esses recursos. Digo e repito, nós temos falhas, sim, o consumidor de Rondônia merece um serviço melhor, nós estamos fazendo tudo que é possível no momento para levar uma energia de melhor qualidade ao consumidor de Rondônia.

O Dr. Crestana. O Dr. Crestana aqui, que é diretor comercial da Eletrobras Distribuidora de 06 Estados, veio aqui prestigiar esta reunião aqui na Assembleia, eu não sei se ele quer colocar alguma coisa.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Presidente, só perguntar para o Presidente da Eletrobras. Foi aprovado nesta Casa Projeto de Lei de minha autoria, onde coloca lá nos informativos que o consumidor que tiver os seus eletrodomésticos danificados, tal, tal, irá entrar em contato com 167. Prazo para aplicação da Lei em 60 dias e até hoje ainda não foi aplicado, Presidente, ainda não colocaram, já veio minha fatura, está do mesmo jeito.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – O prazo regulamentar é de 90 dias.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, 60, o Projeto de Lei que foi aprovado.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Nós temos que seguir a Agência Nacional de Energia Elétrica, ela que nos regula, nós somos hierarquicamente submetidos à ANAEE que nos regula. Lógico, nós temos interesse em ressarcir o consumidor em menos tempo...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Não, eu não estou falando isso. Projeto do Estado...

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Sim

O SR. JESUÍNO BOABAID - Onde o Estado diz que as faturas de energia elétrica deverão constar... Então, vocês não vão acatar a Lei Estadual? É isso que eu queria...

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Como é que é?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Projeto de Lei que foi aprovado nesta Casa e já foi promulgado pelo Presidente, está em vigência, o prazo seria para a Eletrobras se ajustar em 60 dias, para colocar lá no rodapé das mensagens essa informação. O senhor não tem ciência desse Projeto de Lei que foi aprovado?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO - Qual a informação? Eu não tenho ciência, não.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vou pedir para Casa entregar agora para o senhor.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Ok. Não entendi qual a mensagem que tem que constar na conta.

O SR. LAERTE GOMES – Presidente Maurão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Ele não entendeu, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Só a questão dos aparelhos que o Presidente respondeu, é uma reivindicação da comunidade que esteve aqui, que está com dificuldade no ressarcimento.

Então, Vossa Excelência, junto com a sua equipe que tem conhecimento poderia dar uma cobrada nisso, ver o que está acontecendo.

Outra questão aqui que Vossa Excelência citou e o Efrain, eu queria até, Presidente, na ausência do Efrain, pelo menos sempre que a gente tem chamado o Efrain aqui na Casa ele tem vindo, discutido, procurado dar informações para gente, a gente tem que ressaltar isso também, está o Presidente da empresa, os outros diretores, tem que ressaltar que o Efrain sempre que é chamado aqui na Casa, ele tem vindo para poder dar explicações, principalmente no seu gabinete quando a gente conversa com ele lá.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, só para contribuir, como eu não disse nada e não podia deixar de dizer, é uma pergunta com relação à interligação do sistema. Por

exemplo, nós moramos numa região, num Estado com uma população pequena, existe possibilidade dessa interligação numa falta maior de energia lá no Sudeste, lá nos Estados onde a população é muito maior, a gente ser penalizado por isso? Uma outra pergunta: os Estados que hoje nós pagamos energia pelos Estados que têm deficiência hídrica, é isso que Vossa Excelência falou. Quais são esses Estados, por favor.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Hoje, a bandeira vermelha é no País inteiro, todos Estados estão pagando.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Isso. Mas quais são os Estados hoje?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Nós temos subsistemas. Por exemplo, nós estamos interligados aqui no Sudeste, Centro-Oeste.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – São Paulo, Minas, nós pagamos energia por eles?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Não, não pagam por eles. Você paga o proporcional que você consome. Agora, o sistema como um todo...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – O custo mais alto é por deficiência lá.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – O sistema é interligado, a gente não pode falar lá porque os elétrons produzidos daqui vão para lá, os de lá vêm para cá, não dá para a gente fazer uma afirmação...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Mas, se lá não tivesse problema nenhum...

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – O país.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – A alta maior é por deficiência hídrica em alguns Estados?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Sim, nós temos períodos, Deputado...

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Esses Estados, esses Estados fazem parte da Federação. Estou perguntando isso porque a gente precisa analisar o sistema como um todo. Se você, como alguns Deputados disseram, a culpa toda é do Governo Federal, é mais fácil dizer que lá no Estado de São Paulo, por exemplo, a inoperância e a ingerência e a falta de programação do sistema lá naquela região por falta hídrica, acaba nós pagando por eles, é isso?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Bom, o sistema é bem complexo, essa questão de tarifa, então é eu diria que todo mundo colabora.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Presidente, por gentileza? Dr. Marcelo, é um prazer tê-lo aqui. Gostaria desde o começo do meu

mandato, há umas metas que nós temos em Espigão d'Oeste especificamente, reforçar, modernizar a rede que liga Espigão na subestação, porque nós não podemos nem instalar indústrias. É do tempo do Teixeira aquela linha, no termo mais comum que nós falamos lá, aqueles fios são do tempo do Teixeira, um tanto arcaico, improdutivo, que nem todo velho é improdutivo, mas está improdutivo, não está dando condição de Espigão d'Oeste manter as pequenas indústrias. Nós temos a *Globoaves* lá, que é a única da região Norte, e que deveria ser cuidada por nós do Estado de Rondônia aquela indústria. E nós temos sofrido, eles têm sofrido muito por causa da energia. Eu sei que o termo não é fraca, mas ela é inoperante, ela é impotente para dar suporte à geração de novas e pequenas indústrias em Espigão d'Oeste. Eu já fui até a CERON, não foi com o senhor que eu estive, mas eu tive uma resposta que já tem estudo que fica em vinte milhões. Eu gostaria de saber se tem alguma programação para 2016 ou quando e se isso está em foco dentro da administração da Eletronorte?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Deputada, realmente, a situação lá em Espigão d'Oeste, nós temos sim o estudo, o projeto feito, inclusive quando você vai ali a Espigão você vê uma subestação grande da ELETRONORTE ali, bem na estrada ali, nós temos uma interligação prevista ali sim. Como eu lhe falei, nós fizemos o projeto e alguns desses projetos ainda não caminharam à velocidade que a gente realmente precisa, que o consumidor precisa. Mas lá para Espigão d'Oeste nós temos algumas ações específicas com recursos próprios da empresa em que até nós temos a perspectiva que entre final de 2016 e início de 2017 nós termos construído aquele, reforçado ali, colocado uma subestação dobrando a capacidade de atendimento ali da região.

A SRA. LÚCIA TEREZA – É, em tempo, não é? Faz muito tempo, mas a gente ainda não só tem esperança, mas eu acredito, eu estou ainda acreditando. E eu gostaria de saber se é falta de gestão política, nós temos aqui 24 Deputados, todos unidos para resolver não só problemas particulares de cada município, mas do Estado todo. A gente quer evoluir, a gente quer trabalhar, a gente quer produzir, mas os 8 Deputados federais e 3 Senadores, a gente conta com essa parceria. Mas eu estou vendo que não é só. Eu também gostaria de dizer para o senhor, eu sinto, eu vejo, eu convivo o dia a dia na minha comunidade e eles têm dificuldade até para trocar peças pequenas, falta de um almoxarifado com várias peças, por exemplo, banana às vezes tem que pegar quatro bananas para fazer uma. Então, os técnicos, as pessoas que trabalham lá sofrem bastante, mas eles incorporam a empresa, eu vejo que eles têm amor à empresa. E eu vejo assim, está sucateado o almoxarifado de vocês?

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Não, de maneira nenhuma. As peças para manutenção do sistema de distribuição, hoje, temos alguns casos pontuais com problemas de fornecimento, a gente compra uma peça e o cara quer entregar outra, não é? Isso a gente não recebe, mas a questão dos investimentos aqui feitos pela ELETROBRAS no sistema de distribuição para a manutenção, eles são compatíveis com a demanda. Nós estamos, digamos, com pouco dinheiro para grandes obras, mas para o dia a dia é o suficiente.

A SRA. LÚCIA TEREZA - Mas lá em Espigão...

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Talvez com problemas de logística...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu vou começar a cobrar mais e gostaria de ser atendida, Excelência. Muito obrigada.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Teremos o maior prazer em atendê-la.

O SR. LUIZ CRESTANA – Boa tarde. Eu queria só fazer uma breve intervenção. Eu sou Diretor Comercial da Distribuidora e percorro praticamente todo o País, então tenho uma possibilidade de identificar e venho aqui já em Rondônia há três anos e meio, e vejo e constato sempre o Estado pujante que está crescendo e que necessita de muito investimento, certo? Nós aqui, nos últimos dez anos, crescemos a uma taxa de 9%, isto supera qualquer taxa de crescimento no País, ou seja, então, os investimentos, como já foram mostrados aqui e o Presidente Luiz Marcelo e o Dr. Percy colocaram, são muitos volumosos e exigem mais, ou seja, sabemos e a ELETROBRAS sabe que há necessidade de se carrear mais recursos. E a administração está sempre em busca dele. Eu acho que todos têm acompanhado a situação brasileira das dificuldades transitórias que estamos passando e nós estamos entendendo que os investimentos vêm sendo feitos na medida do possível, e o Estado de Rondônia, e tanto do Acre, que foi Presidente interino agora durante três meses lá no Acre, vem recebendo investimentos muito importantes. E as portas da empresa estão abertas a todos os senhores.

Com relação às contas de energia, uma coisa que tem que ficar bem clara, já estive aqui há cerca de dois anos falando sobre isso, quando tivemos problemas, é que a conta de energia é muito transparente. O instrumento que serve para emitir a conta ele está junto à casa das pessoas, está junto aos consumidores, ele permite um acompanhamento permanente.

Então, todo consumo pode ser acompanhado pelas pessoas e a pessoa pode administrar o seu consumo. E a conta ninguém deve pagar qualquer conta errada, conta não se permite, e a empresa não quer e ela tem mecanismos de corrigir e ajustar qualquer conta que eventualmente possa estar errada. Se erra muito poucas contas, se tem sistemas computacionais para que não se erre, tem sistemas para acompanhar isso, mas eventualmente qualquer conta errada ela pode ser tranquilamente corrigida mediante uma visita no local, lá. Então, a empresa jamais aceita que seja paga a conta errada, não é esse interesse, a conta tem que estar certa. Então não tem a perspectiva, trata-se de um serviço público em nível nacional há muitos anos, muito regulado, muito fiscalizado, controlado, submetido a normas de qualidade.

Tem que melhorar? Lógico que tem que melhorar, o Brasil inteiro precisa melhorar, e nós estamos melhorando, estamos nos esforçando para isso, certo? Então, a Eletrobras Distribuição Rondônia está de portas abertas para os senhores, o Presidente Luiz Marcelo, muito presente e atuante, ele está à disposição de todos os senhores para o equacionamento de todas essas questões aí que os senhores levantaram, que são plenamente procedentes. E colocar a empresa à disposição dos senhores sempre que for necessário.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – O senhor que é representante da Eletrobras, o senhor não é daqui de Porto Velho, não? Não, porque pode ser em outros lugares do Brasil, aqui em Rondônia não. Aqui em Rondônia, aqui, meu amigo, o cristão que disser que já foi naquela CERON, lá na Eletrobras ou Eletronorte e que resolveu alguma coisa, eu não conheço. A minha mulher ganhou uma ação lá na Eletrobras, na CERON, na Eletrobras, nunca recebeu e recorreram. E a Eletrobras sabe que ela está errada. Eu moro em um bairro simples, um bairro médio aqui de Porto Velho, uma casa simples, e pago R\$1.500,00 de energia. Hoje eu sou Deputado, eu posso pagar R\$1.500,00 de energia, porque já recorri para todo tipo de bispo, só não recorri ainda para o Papa Chico, daqui a pouco eu vou recorrer para o Papa Francisco, e nunca consegui baixar. Eu fico conversando com as pessoas, tem pessoas que moram em casas que têm 08 ares condicionados, 07 ares-condicionados e a conta vem R\$500,00, R\$600,00. E já é cara. E porque diabo é que eu tenho 03 ares- condicionados no meu barraco e me vem R\$1.500,00 contos? E a mulher já cansou, já afinou as pernas de tanto ir naquela CERON tentar e não tem defesa, meu amigo. Não tem defesa. Eles atendem mal, e o negócio você acompanha. O que vier na conta, meu amigo, vem e ninguém muda, e ninguém muda. Eu quero ver alguém aqui aparecer neste Estado, nesta cidade e dizer: *Não, eu fui lá, eu fui roubado esse mês, eu fui lá na Eletronorte, ou Eletro não sei o quê, resolveu o problema.* Eu quero que apareça um aqui. Agora, o que tem que se fazer? O que é que tem? O senhor é culpado, os meninos aí que estão representando a empresa? Não. Não, vocês não têm culpa nenhuma. O que eu estou querendo dizer aqui, e também não estou culpando a Dilma também, não. O culpado somos todos nós que vivemos em um país do faz de conta, no país da fuleragem.

Mas dessa forma nós não vamos chegar a lugar nenhum nunca. Nós vamos sempre ter um péssimo atendimento e vamos engolir tudo o que eles jogarem goela abaixo para a gente. Porque não tem. Eu já tentei até uma forma via advogados, via abaixo-assinados aí, da gente entrar com alguns processos para tentar mudar essa realidade da CERON aqui em Rondônia. E a gente não tem resultado, não tem, parece que não tem defesa, Deputado Lazinho, não existe defesa. Eu quero saber que defesa um pobre cidadão pode ter, ele chegar lá na CERON e dizer: *“Não, aqui está errado”*. Ele justifica de mil formas que está certo e fica por isso mesmo, e fica por isso mesmo.

Por isso, companheiro, a realidade é muito doída, o problema é que não tem como a gente ficar sem energia, porque nós ficamos aqui três horas num apagão desse aí da vida, nós ficamos três horas sem energia e a gente fica viciado ficar no ar-condicionado e na moleza, mas se fosse mais frio um pouquinho, o ideal era chamar o povo até protestar, não usar, ficar pelo menos um dia sem usar, infelizmente ninguém aguenta ficar sem energia aqui, infelizmente, e a CERON deveria reconhecer isso, a Eletrobras. Aqui, quando vai se reclamar de valores, eu já vi gente representante das empresas aqui dizer que nós aqui de Porto Velho pagamos caro e de Rondônia

pagamos caro a energia porque tem muito gato, porque as pessoas que pagam energia estão pagando os gatos. Agora, o que é que eu tenho a ver com gato? O que é que eu tenho a ver com gato? E nós, aqui, as ocupações, sei lá, as pessoas que usam energia de forma ilegal, que não pagam aí a conta, vem na conta dos bestas, dos otários, e a Eletrobras tem a cara de pau de dizer, de justificar isso. Por que eles não tomam providências, prende, ou faz qualquer bicho com quem faz esses gatos. Não. Vem cobrar dos bestas a conta.

Por isso que, vamos ser pelo menos claro, real, realista, não vamos ficar aqui com conversa mostrando uma coisa, falando, que isso não vai chegar a lugar nenhum. E para chegar, não só a questão da energia, sobre todos os problemas que nós temos nesse País, enquanto a sociedade de todos, os políticos, o Judiciário, o povo em geral, enquanto nós não tomarmos, nós não enxergamos que nós estamos errados, nós estamos errados em todos os sentidos com relação a questão do ser humano, do amor, relação a meio ambiente, tudo, a ganância, a traiagem, a falsidade que prevalece hoje no ser humano, nós não vamos mudar muito, vai ficar pior, vai ficar pior, hoje até a esperança, a esperança que é a última coisa a morrer para muita gente tem morrido, para eu mesmo, qual é a nossa esperança? Qual é a nossa esperança? Me diga, me diga qual é a esperança hoje do cidadão para que a gente possa esperar que as coisas melhorem, não espera e não vai melhorar, vai piorar, vai piorar, infelizmente, porque é o sistema, tudo caminha para isso, porque eu não vejo ação da sociedade no sentido de melhorar, a não ser que seja para o PMDB. Eu assisti ao Programa do PMDB, essa semana, parecia a liga da Justiça, parecia o quê? Um Super-Homem, o Lanterna Verde, o He Man, enfim, a liga da Justiça para salvar o País, a esperança nossa agora é o PMDB, é o PMDB com o Raupp, com o Renan, com aquele Presidente da Câmara, o Eduardo Cunha, salvar o País. É, ou então o Chapolin Colorado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Presidente, só para ajudar aqui, só para contribuir, eu acho que tem algumas coisas que nós temos responsabilidade, esta Casa também tem. O Deputado Hermínio falou uma coisa muito séria ali, tem algumas ações, e eu não sei, não sei porque eu cheguei agora, não tenho experiência, mas tem algumas ações que a gente precisa fazer conjunta, tem ações que não dá para a gente querer individualizar e lá no final se resolver alguma coisa, tirar o mérito para si só. Essa é uma pauta que esta Casa junto com o Governo do Estado, junto com todos os setores, tem que tomar posicionamento.

Veja bem, nós estamos agora com os frigoríficos do Estado, e não tem nada a ver com energia, são os frigoríficos no Estado a ponto de serem todos fechados por falta de fiscalização, Deputado Lebrão, o Ministério arrancou, não tem mais fiscalização, então não vai poder mais matar boi, acabou. Aí eu estou, a Comissão de Agricultura desta Casa está tentando resolver, liga para um em Brasília, da bancada, vamos reunir a Bancada, vamos reunir a Assembleia, vamos pegar o Governo do Estado vamos lá para cima, vamos resolver que a gente resolve junto? Não, fica cada um querendo resolver para depois sair no jornal e dizer que resolveu. Isso aqui é a mesma coisa, quando estava construindo as Usinas aqui, a omissão do Estado, “ah, não, mas é uma coisa do Governo Federal e o Estado não

pode interceder”. O que é que nós estamos fazendo aqui então? Se o Governador do Estado não pode interceder, se a Assembleia não pode se posicionar, não pode ir para cima cobrar, pedir, mobilizar e tomar posicionamento, então o que é que estão valendo os 24 Deputados aqui? O que é que está valendo o Governo do Estado? No Estado de Rondônia quem manda é o Governo do Estado, quem manda é a Assembleia Legislativa. Então, tem coisas que a gente tem que tomar posicionamento e não ficar só lastimando, e não pode ser individual, tem que ser junto. É por isso que a gente está aqui sofrendo as mazelas das grandes obras, vão vir mais as grandes obras aí e nós vamos ficar aqui reclamando porque cada um quer aparecer mais que o outro e não vai resolver o problema. Se a gente tomar, senhor Presidente, Vossa Excelência tem um papel fundamental e tem tido essa postura de chamar para si a responsabilidade e chamar o Governo para si e botar as coisas no trilho para a gente poder abrir um debate bastante sério com relação a isso, porque senão não vai resolver. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. JESUÍNO BOABAI D – Presidente, eu acho que ficamos a tarde inteira aqui, até, como disse o Deputado Hermínio, tem várias matérias de proposição, não chegou a nenhum denominador aqui. Eu quero dizer para vocês aqui, eu respeito o Dr. Marcelo, a todas as pessoas aqui, os apagões não foram devidamente explicados, eu estou fazendo a proposta, Deputado. Eu fiz a retirada do Requerimento da Comissão Especial e aqui, de antemão, eu vou apresentar o Requerimento, podendo ser alterado por uma Comissão de Inquérito Parlamentar e aí vai depender dos senhores. Quem quiser assinar, se tivermos 08 assinaturas, e irá colaborar com o Estado, com a Eletrobras, porque aí sim a União vai vir, vai vir a Agência, vai vir operador, vai vir todo mundo e nessa CPI, se for o caso necessário, que a Comissão Especial, eu já vou dar em tramitação, mas se tiver uma CPI eu acho que tem mais, acho não, tem a devida legitimidade, soma a união da Assembleia Legislativa, do Executivo, porque aí não há nenhum empecilho, ao meu ver, em o Estado não vir querer depois barrar, o PMDB ou qualquer outra sigla partidária em querer acabar com essa CPI. Se o Estado de Rondônia clama hoje por uma tarifa de energia justa, por ajustes necessários nas questões do sistema de operação, precisamos, sim, agora, formar uma Comissão de Inquérito que aí sim iremos requisitar informações, teremos a questão de força policial, se for necessária, uma série de coisas, requisitar documentação. Eu acho, se vocês estiverem... Tem mais de 20, tem quantos Deputados hoje presentes? 22 presentes. Se for necessário, Deputado Lazineho, a gente já forma essa CPI hoje, agora, transforma essa Comissão Especial em uma CPI. Porque eu vi aqui a gente, nós passamos a tarde inteira só com desabafos, o que o Deputado Hermínio falou é fato, a gente não está aqui, eu concordo em parte porque esta Casa tem legitimidade enquanto formos representantes legitimados pelo voto, é que o povo quer resposta e nos deu essa garantia constitucional que ainda existe. Eu ando com as três, eu até posso provar, eu ando com a Constituição, com o Regimento, isso aqui é o meu livro de cabeceira, que todo dia eu estou lendo isso aqui, a cada dia me aprofundando em normas. Então, se acabar essa legitimidade, aí sim, pode fechar o Parlamento, a gente já

entrega tudo para o Governador, que não precisa mais Deputado, é só gasto. Então, agora é o momento de a gente tomar uma postura, uma posição em formar uma posição, Presidente. Eu proponho, eu vou apresentar o meu Requerimento da Comissão Especial para a gente investigar os apagões, mas de antemão a gente podia formar uma CPI para apurar essa alta, elevada tarifa energética, aí a gente entra em uma série de coisas que o inexplicável não foi explicado, até porque eu sei que cargo político não tem, ele tem até um limite, passou dali, se ele falar muito, ele está exonerado no outro dia. Infelizmente funciona assim, cargo de confiança é assim.

No caso do voto, você tem a legitimidade dada pelo povo, e aí você pode falar, você tem outras prerrogativas. Então, a minha proposta é esta, Presidente. Eu vou dar continuidade ao meu Requerimento da Comissão Especial para apurar as questões dos apagões, e se for necessário eu falo com os demais Parlamentares para a gente formar uma Comissão de Inquérito para investigar essa questão da tarifa, a situação dos medidores. Eu não estou aqui duvidando dos medidores, a gente pode fazer um comparativo, mandar para fora do Estado para fazer uma análise com os demais. A gente pode tomar, junto com pessoas também, com engenheiros, pessoas capacitadas, gabaritadas para subsidiar a gente como chegarmos a respostas e também poder alterar as legislações, ICMS, outras coisas que Rondônia tem participação, ou seja, de incentivos também à Eletrobras estar instalada aqui e o próprio Governo Federal. É essa a propositura minha.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu quero passar para o Dr. Luiz Crestana para que ele possa responder as perguntas.

O SR. LUIZ CRESTANA – Eu quero dizer, em primeiro lugar, que eu discordo um pouco do Deputado e eu sou otimista. Eu acho que o Brasil, o país e Rondônia estão melhorando, certo? E essas taxas de crescimento de energia verificada aqui nos últimos dez anos é uma prova incontestante disso, ou seja, e quem anda pelo país vê os desenvolvimentos e especialmente aqui, que já venho aqui há algum tempo e eu tenho acompanhado o desenvolvimento do Estado. Então, eu sou otimista e eu acho que o país está numa fase de transição, de ajustes, passou por um período de investimentos muito grande, dois dos quais, até três se considerarmos o sistema de transmissão sendo realizados aqui no Estado de Rondônia, investimentos muito volumosos, então o país todo passou por esse investimento e agora estão fazendo os ajustes.

Com relação à conta da residência do Deputado, nós temos todo o mecanismo de avaliar se ela está certa ou não, e até podemos ajudar, eu já perguntei para o Presidente Luiz Marcelo, se o Deputado já havia feito alguma reclamação, mas nos nossos canais de atendimentos, nós também temos condições, nós vamos às casas das pessoas, prestamos um atendimento domiciliar e vamos lá conferir se tem alguma coisa, se o problema é interno ou de algum excesso de consumo. Já foi dito que aqui tem uma característica onde o consumo médio residencial é muito elevado, mas também é plenamente explicado pela temperatura aqui; aqui é muito quente comparado com outras regiões do País, então se consome muito

ar-condicionado e nem sempre as residências e as instalações são adequadas para se ter um consumo eficiente de ar condicionado. Então, esse é um problema que as pessoas têm que aprender e talvez até um processo educativo, a gente possa contribuir junto com a Assembleia, nesse sentido de conseguir explicar melhor o uso do ar-condicionado para a população.

Com relação ao gato, Rondônia tem uma particularidade, a região Norte aqui, nós temos perdas ao redor de 35%, na região Centro-Oeste as perdas são ao redor de 20% e na região Sul as perdas são ao redor de 12%, que são perdas semelhantes ao resto do país.

Então, no próprio Estado de Rondônia, o uso da energia elétrica é segmentado e a educação para o uso também. Então, o gato, o desperdício provocado pelo gato, ele não é todo coberto pela tarifa, não, uma parcela acima da parcela regulatória permitida pela agência é coberta pelo acionista também. Então, não é só o consumidor que paga na tarifa ou o desvio, por isso que a empresa tem todos os seus planos de regularização voltados para isso aí. Nós agora estamos enfrentando esse aumento dessas áreas invadidas, estamos fazendo um esforço muito grande, investindo vinte e cinco milhões aqui na Capital na melhoria da rede dessas áreas para dar mais segurança para a população, que são áreas onde provocam muito problema de acidente para dar mais segurança para a população.

Com relação à geração local, eu acho que ficou claro aqui, nós temos geração de sobra, mais de vinte anos pela frente de crescimento aqui, e não tem problema de geração nenhuma aqui, certo? E nem de transmissão, as obras estão sendo feitas, esse terceiro circuito vai dar uma confiabilidade igual a todos os Estados da Federação, não há qualquer distinção, inclusive com as obras das usinas aqui. Nós temos que entender que esses problemas que ocorreram estavam na face de maturação dos investimentos, tecnologia de altíssimo nível internacional sendo aplicado aqui, com empregados dedicados da Eletronorte para fazer isso funcionar bem. Problemas ocorrem nessa face inicial quando entram as obras, depois se estabiliza e Rondônia e Acre vão ficar com sistema de fornecimento de energia de excelente qualidade semelhante ao que se tem no País hoje. E o serviço ele vem melhorando ao longo dos anos e os indicadores são acompanhados pela agência nacional.

Então, eu sou otimista, me permita ser otimista, eu acho que o futuro... Vivemos o melhor dos mundos, eu acho que a humanidade nunca viveu tanto e eu acho que nós estamos progredindo e nossos filhos vão viver melhor que nós, seguramente. Então, só essa mensagem.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado, Doutor Luiz. O Doutor Robinson quer ainda falar. Com a palavra.

O SR. ROBINSON PERCY HOLDER – Prezados, em complementação, a gente ficou, eu fiquei sensibilizado, Deputado Lazineho, com o seu comentário. É muito importante a gente ver que o problema é nosso mesmo, a gente pede desculpas, porque alguns Deputados comentaram que não foi explicada a questão dos apagões, mas acho que o Doutor Luiz reforçou bem, a gente está com a tecnologia de altíssimo nível aqui, em nível mundial sendo implementada. Eu acho que, e aí

a gente pode propor, vou tomar essa liberdade de propor algumas questões, porque a gente só consegue evoluir quando a gente muda o nosso modelo mental e a gente propõe relações ganha, ganha. A gente chegar aqui e ficar discutindo e falando de quem é a culpa, e com perdão, desculpe, nós somos empregados, como o Doutor Luiz falou, extremamente qualificados. O Grupo Eletrobras ele investe pesado, muito pesado na qualificação dos seus empregados. Para vocês terem uma ideia, para trabalhar nessa subestação coletora, nós temos técnicos que ficaram três anos na Suécia, aprendendo a trabalhar com todo sistema. E assim, a gente vendo tudo isso, nós que estamos do lado de cá da cerca como fornecedor de um serviço, independe de ser transmissão ou distribuição. A gente fica muito triste de saber que aconteceram esses apagões, com certeza não era nossa intenção, com certeza, e nós trabalhamos e estudamos muito para que não acontecesse. A gente, dentro dessa proposta de relação ganha, ganha, eu acho que esta Casa poderia contribuir muito com a gente, se a gente melhorasse as nossas campanhas e eu penso que isso ajuda a reduzir a nossa tarifa, você começa a ver o impacto nitidamente. Eu comentei agora há pouco com o Deputado Maurão, os ar-condicionados não são digitais? Não é isso? Eu mudei a temperatura do meu ar-condicionado de 22 graus para 25, primeiro eu achei que ia morrer, que todo mundo acha que vai morrer, a minha conta na minha casa, ela deu uma diferença, ela reduziu cem reais, isso é conta de engenheiro, nós temos técnicos especialistas nisso. É importante a gente ver, e eu acho que nessa relação ganha, ganha a gente poderia pensar, a gente, eu tenho técnicos que eu coloco à disposição dos senhores aqui da Casa para a gente ver, eu tenho certeza que tem técnicas, a gente consegue baixar a conta de energia. Hoje, só para complementar, a gente está firmando uma parceria com o Dr. Confúcio, junto ao Governo do Estado, de fazer a Gestão Energética Estadual lá na pessoa da senhora Ísis, a gente, ela está encabeçando esse processo, existe uma série de ações que o Dr. Confúcio já herda do tempo que ele foi prefeito de Ariquemes, o Dr. Confúcio e a equipe dele, eles foram a Dubai receber um prêmio por praticar eficiência energética. E isso, eu acho que esta Casa pode ajudar muito a gente, a gente mudar o nosso modelo e aprender a fazer eficiência energética. O cidadão, ele vai sentir naturalmente o impacto na casa, como o Dr. Luiz Marcelo falou, não tem como a conta de luz, eu vou traduzir em outras palavras o que ele falou: não tem como a conta de luz ser barata se você usa ar-condicionado 24 horas por dia, é como se você dormisse, imagine você ter um carro *'ah, o meu carro é um carro mil, faz 12 quilômetros por litro'*. Dorme dentro do teu carro e deixa o ar ligado a noite inteira, parado e vai usar no outro dia e ver para quanto vai cair a quilometragem dele, vai cair, sei lá, para um, dois, três quilômetros. Então, a situação é essa, eu acho que a gente pode construir um panorama melhor em que as pessoas economizem, em que as pessoas não furem energia, que todo esse clima que, me desculpem, o meu sentimento é de que a gente é hostilizado, parece que nós somos os piores profissionais que existem no setor elétrico e não vejo assim, pela qualidade dos profissionais que a gente trabalha, é como se eu chegasse e criticasse um médico porque ele trabalha num posto que não tem equipamento e a nossa realidade não é essa, nós temos os melhores equipamentos, os melhores

técnicos e as nossas práticas são as melhores que existem no mercado e a nível mundial.

Então, assim, se a gente construir uma relação ganha, ganha, ajudar a mudar o modelo mental da população para não furtar energia, para fazer uso consciente de energia, tenho certeza que o Deputado Jesuíno não vai precisar abrir uma CPI. O problema, ele é bem maior do que os apagões que nós tivemos. Então, a gente tem todo o mecanismo de controle, temos diversas técnicas e elas podem ser muito bem empregadas em prol de toda sociedade, ok.

Muito obrigado, a gente pede desculpas por qualquer coisa, por todos os imprevistos que tiveram, a gente sabe que foi desconfortável, está sendo desconfortável, mas tenho certeza, medidas foram tomadas e estão sendo tomadas para que, como reafirmou, porque tem dois, Luiz Marcelo e Luiz Crestano, falou aqui, nós estamos com equipamentos instalados para energia para 10, 20 anos e continuar com taxa de crescimento que a gente já conhece no nosso Estado, uma taxa de crescimento altíssima, invejável pelos demais Estados do país. Obrigado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO – Bom, eu quero, com a palavra ainda o Dr. Luiz Marcelo.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Não, é só, em primeiro lugar, agradecer aqui esse convite, e a gente vai, tem trabalhado em prol de melhorar a qualidade. Eu acho que é legítima uma representatividade aqui da Casa, ela é legítima. Os apagões ocorreram, não resta dúvida nenhuma, e ações tem que ser tomadas. Mas como já foi dito aqui pelo colega Percy, pelo Dr. Luiz Crestano, Rondônia, em curto espaço de tempo, energizando essa questão aí da geração das usinas, energizando esse terceiro circuito, Rondônia passa a ter uma qualidade muito melhor, em pouco tempo os senhores perceberam, Rondônia terá um sistema robusto, ele já existe aqui, ele está em fase final. Vocês conhecem esse Estado aqui mais do que eu, vocês lembram, ali em Ji-Paraná, na construção daqueles viadutos a gente levava duas horas para passar no centro de Ji-Paraná. Hoje que eles estão prontos você passa em cinco minutos, cruza a cidade de um lado para o outro rapidamente. É um período de transição que nós estamos vivendo, no setor elétrico estamos passando por um período de transição, período de ajuste. Porém os benefícios estão à nossa porta, em breve, em questão de poucos dias. O Ministro inclusive se posicionou quanto a isso, nós teremos uma qualidade de energia muito boa aqui para o Estado de Rondônia. Aqui o meu agradecimento, uma boa tarde a todos, não sei se tem mais algum questionamento.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, é só para informar que foi entregue a Lei 3.600 nas mãos do Presidente da Eletrobras, que trata sobre *'Torna obrigatória a informação ao usuário de serviço de energia elétrica de seus direitos no âmbito do Estado de Rondônia'*. Mas aqui eu queria só o compromisso de vocês: e os apagões vão continuar? Qual é o posicionamento de vocês, pelo menos isso? Poderá ter ou não? Como vai ficar a questão dos apagões na visão técnica de vocês? É só essa pergunta para finalizar.

O SR. ROBINSON PERCY HOLDER – Deputado, como a gente falou lá no final, algumas medidas já foram tomadas e outras estão em andamento. A expectativa é de que não aconteçam apagões em função das providências que foram tomadas. Ok? Então, todo o esforço é para que não aconteça, inclusive algumas programações elas foram postergadas para priorizar testes e atividades que envolvem essas ações previstas.

Então, a nossa expectativa é que não aconteça, para vocês terem uma ideia a gente teve distúrbio no sistema na semana passada e não houve apagão. Saiu uma linha para o Acre sem problema nenhum, semelhante a saída que aconteceu aqui, ocorreram duas saídas e não houve nenhuma perturbação maior no sistema. Então, a robustez do sistema com certeza ela já está maior no momento em função desse retorno da Termonorte e dessa operação do *back to back* em dois blocos, ela já tem um modo de operação que está sendo contemplado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Obrigado. Eu quero agradecer a presença do Dr. Luiz Marcelo, Presidente da Eletrobras, a convite nosso para estar aqui presente, ouvindo os Deputados, explicando a situação, eu sei que não é fácil, é bastante complicada a pergunta do Deputado Jesuíno. Vai haver apagão? Solucionou o problema? Eu estava na fazenda ontem, caiu um raio lá, já deu um problema lá, cortou o fio, e isso pode acontecer, não dá para garantir, eu penso.

Mas eu quero aqui, Dr. Luiz Marcelo, lhe agradecer por estar aqui atendendo o nosso pedido, essa reunião era para ser, como eu falei no início, ali numa sala de reunião, justamente para que a gente pudesse discutir de perto situação como essa, que acabou tornando, sendo mais pública, mas eu acho que é importante. Quero aqui desde já pedir desculpa por alguns colegas, às vezes no momento de desabafo, se alterar, mas esta Casa normalmente acontece tudo isso. Mas eu agradeço aqui a vossa presença, quero agradecer a presença do Dr. Luiz também, que veio lá do Rio de Janeiro, que é o Diretor Comercial e veio a convite nosso, não foi convocação, nada disso, foi apenas um convite para que pudéssemos dar uma explicação, porque nós somos cobrados, Dr. Luiz, aonde você vai, se não tiver a ação desta Casa, amanhã não tiver uma publicação aí nos sites, nos jornais, pelo menos nós estamos aqui fazendo a nossa parte, cobrando e eu sei que vocês têm se esforçado para fazer o de melhor para a empresa, prestar um trabalho para o nosso Estado, para a nossa nação. Mas os problemas, com certeza, em tudo tem e isso pode acontecer. Eu tinha uma pergunta aqui que eu ia perguntar, Deputado Jesuíno...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente? Deve ser essa a subestação de Jaci-Paraná, que inclusive eu acho que está parada. Vocês tem precisão para quando vai iniciar ela? Jaci, se não me engano, Jaci-Paraná?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Jaci-Paraná...

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Jaci já é interligada...

O SR. JESUÍNO BOABAI – Tem uma subestação, está parada, esqueci o município, tem uma subestação que é para ser ativada, ainda não foi.

O SR. LUIZ MARCELO REIS DE CARVALHO – Nós temos algumas aqui, Deputado, mas aqui para o outro lado é a subestação Triunfo, subestação Itapuã, subestação Ariquemes, Ji-paraná, são obras que estão em fase de conclusão, subestação Porto Velho Centro, aqui nós estamos em fase de comissionamento, de teste, mas ali na Ponta do Abunã, no momento não.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Aí eu tinha uma pergunta, eu já até perguntei aqui para o Doutor Luiz Marcelo, ele acabou me respondendo, mas eu acho importante que se torne público, justamente porque ontem eu estive na área rural e alguém ali falava de que ouvira a notícia de que hoje tinha noticiado que os diretores da Eletrobras, da Eletronorte estariam aqui presentes. E aí um senhor já correu lá e falou assim: *“Deputado, já que eles vão estar lá, e hoje na área rural aí na roça tem internet por tudo quanto é lado, já que eles vão estar lá, veja o que é que está acontecendo aqui ó. Eu estou pagando iluminação pública, eu acho que é R\$50,00. E aí eu não tenho iluminação pública e estou pagando?”* E, aí, já estão todos bravos com a Eletrobras. Mas o Doutor Marcelo me explicou aqui que é a EMDUR quem está cobrando. Então nós vamos ter que ouvir aqui o pessoal da Prefeitura, da EMDUR, porque eles estão cobrando uma coisa que não existe, e isso está acontecendo em toda área rural aqui no município de Porto Velho. Então, eu vou encaminhar um ofício ao pessoal da EMDUR para que eles possam explicar por que estão cobrando iluminação pública, sendo que não tem iluminação pública. Então não é culpa da Eletrobras. Nós já conversamos com o Efraim e ele falou que era importante essa reunião justamente para que as pessoas possam saber a responsabilidade da Eletrobras, a responsabilidade da Eletronorte. Como que às vezes nós somos o patinho feio, aí ficamos apanhando e não é tudo isso a nossa culpa, não. Então eu acho que foi importante a presença dos senhores aqui, da diretoria da Eletrobras, da Eletronorte. Agradecer, mais uma vez, o Doutor Luiz, que é Diretor Comercial, que veio do Rio de Janeiro a nosso convite. Muito obrigado, Doutor Luiz, pela vossa presença aqui, nos prestigiando nessa reunião, que não é nenhuma audiência, mas uma reunião com os colegas Deputados que puderam participar do nosso Plenário. Com a presença dos Vereadores, Prefeitos que não foram registrados no começo. Mas agradecer aqui também ao Diretor regional Rubens. Rubens, que nos prestigie também dando informações técnicas aqui para o nossos colegas, apesar de nós sermos muito leigos na área, não conhecer bastante esses riscos, mas dando a explicação aqui aos colegas para que a gente tire pelo menos parte da nossa dúvida. Agradecendo a cada um de vocês, aos colegas Deputados, as pessoas aqui presentes, portanto, está encerrada esta Reunião.

(Às 17 horas e 28 minutos encerra-se a Comissão Geral e se inicia o Voto de Louvor).

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Ainda na Comissão Geral, convidamos a Excelentíssima senhora Deputada Lúcia Tereza para que possa fazer parte da Composição da Mesa. E também convidamos o senhor Devair da Silva Costa, fundador da Escola de Esperança, de Espigão do Oeste.

Senhores Parlamentares, sua Excelência a senhora Deputada Lúcia Tereza fará entrega de um Voto de Louvor à Escola de Futebol Esperança.

Neste momento, o Excelentíssimo Deputado Lebrão presidirá a composição da Mesa da Comissão Geral para entrega do Voto de Louvor.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Neste momento, como já está aberta a Comissão Geral, eu passo a palavra à Excelentíssima senhora Deputada Lúcia Tereza, com a palavra.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas, plateia aqui presentes. Hoje é um dia de satisfação e de realização. Porque hoje estamos tentando de uma maneira muito simples, eu diria muito simples, homenagear o ideal, o amor, através desta pessoa, este jovem Devair. Hoje ele é Vereador de Espigão d'Oeste, não estamos aqui, senhor Presidente, homenageando o Devair, ele vai receber esta homenagem, mas o que estamos tentando fazer é a valorização de quem tem pra dar e consegue ajudar as pessoas. E eu gostaria rapidamente, que eu sei que hoje está todo mundo cansado de ouvir, mas essa é uma história, não é como nós ficamos aqui mais de horas ouvindo e às vezes sem um fim, sem alcançar objetivos, essa é uma história real, essa é uma história que frutificou e que através dela, essa é a história 10, essa é a grande ideia que muita gente homenageados nas televisões, nos jornais, nos programas de domingo onde vão ser homenageados e consegue condições para levar o Projeto à frente, estamos homenageando o jovem, as crianças de Rondônia, através da Escolinha Esperança do Devair, as crianças que têm como única esperança, único prazer, único lazer é estar junto num campo de futebol, muitas vezes rústico, muitas vezes com bola como foi no começo, bola feita de pano. Então, é uma história real, e eu tenho, Deus é muito bom, Ele é ótimo, fez com que eu estivesse nesta Casa e tivesse hoje podendo dar desta Casa que os Pares aprovaram e quero agradecer aos Deputados que aprovaram esta homenagem, porque eu sei que todos vocês entendem o que ainda é bom, são as coisas primárias as pequenas coisas que andam fazendo as grandes já que não podemos fazer grandes obras, grandes projetos, porque somos limitados e dependemos do Executivo. A Escolinha Esperança, eu gostaria muito de falar do Devair. Foi criado de calçãozinho muito pequenininho no quintal de casa, correndo na pista de cavalo que lá tinha e nadando na represa para ser um atleta e o interessante esse jovem Devair, chama Devair da Silva Costa, o “*Rega*”, como é conhecido lá, foi até o Estado de São Paulo em busca de tornar realidade um grande sonho, porque ele tem potencialidade de ser um jogador de futebol e para lá foi com grande dificuldade. A mãe, a família que sabe as dificuldades que passaram para ele estar lá, e ele sabe que a alimentação dele era uma vez no dia, mas tinha consciência que tinha potencial, ia realizar o sonho, ele foi jogador profissional de futebol realizando testes lá no 15, em Caraguatatuba e até no Palmeiras, o meu time do coração, e não deu certo e o Devair veio embora para Espigão. E sabe o que o Devair fez? Dessa frustração, desse não que lhe foi dito nesses lugares, da derrota propriamente dita da não realização dos seus sonhos, ele voltou para Espigão e foi realizar sonho de outras crianças, de outros jovens.

Então, Devair, quero dizer que quando as pessoas dizem que são frustrados jovens, se o jovem entra nas drogas porque não teve o carinho do pai ou da mãe, ou porque não consegue ter um par de patinete ou porque não conseguiu ter o carro. Você fez o caminho ao contrário, das suas derrotas, das suas frustrações você fez, em Espigão d'Oeste, mais de 320 alunos se tornarem importantes, capazes, lutar e ter esperança, que é a palavra-chave, esperança, por isso essa escola, que eu não gosto que fale escolinha, ela é a Escola Esperança e eu como pioneira, primeira antes de você chegar, antes dos seus pais, seu avô chegar a Espigão já estava lá, me sinto na obrigação de dizer a você muito obrigada. Que Deus lhe pague por tudo o que você tem feito e eu quero estar de mão dada com você para aliviar, que o projeto da sua vida é o Projeto de Espigão d'Oeste, é o Projeto que dá certo no País e você do Espigão d'Oeste está fazendo o que muita gente poderia estar fazendo com mais condições e você me disse que você preferiria continuar esse Projeto e que o sonho era nós fazermos a sede para termos respaldo, mais comodidade, mais qualidade e você mesmo os conhecimentos natos seus, com seu esforço você luta com muita dificuldade e graças a Deus que Deus está me dando esta oportunidade, porque até o fim do mandato quero dizer a você que o projeto que você demarcou, está perseguindo, está lutando, ele será concluído através não só das emendas parlamentares, mas do meu apoio logístico, do meu apoio de coração, de amor, mesmo que somos de bandeiras partidárias diferentes, mas os objetivos são idênticos, são semelhantes. E eu quero dizer que é difícil de derrota, de frustrações nascer um projeto da sua cabeça, do seu esforço.

Por isso, eu quero homenagear a todos os espigãoenses que têm o mesmo ideal seu, que lutam em áreas diferentes, mas que fazem a diferença. O Devair, meus amigos, ele começou, a mãe dele era lavadeira em Espigão, a única. Ela se esforçava muito, pai, avô e todos os filhos criados, todos os filhos trabalhando honradamente, não só sobrevivendo, convivendo com Espigão d'Oeste. Quero dizer que muitas foram as vitórias. A Copa, o bicampeonato estadual na categoria sub-20, agora a sub-17, no sábado também ganhamos. Teve briga, mas nós brigamos porque nós não fugimos da batalha. Espigão tem essa característica e o juiz não pode jogar contra um time. Tem que arbitrar corretamente porque senão o pau pega mesmo. Graças a Deus que a gente ainda tem sangue para lutar, tem vontade de lutar. E muitas as competições... Ficaria eu contando essa história de superação, de amor, a tarde toda para falar. Mas eu até escrevi alguns tópicos, mas eu queria dizer que o mais novo projeto da Associação da Escola Nova Esperança, esse futebol esperança, é a construção da sede própria. E quero aqui dizer que já teve alguns parceiros, como o Deputado Federal e Senador, pouca coisa, mas nós vamos fazer mais. E eu gostaria, neste momento, de dizer que a Escolinha Esperança comandada pelo Devair, o menino Devair de Espigão d'Oeste, o menino de calçãozinho curto e de pé no chão, está participando do campeonato rondoniense juvenil, onde na primeira fase foi a equipe de melhor campanha, vencendo todos os jogos, se classificando para as semifinais na competição.

Mas o importante disso, meus amigos e colegas Deputados, que eu digo que a gente tem que se despir da vaidade, 'do eu, depois eu' depois eu, mas Vossas Excelências vão me dar licença...

O Sr. Laerte Gomes – Deputada Lúcia, me concede um aparte?

A SRA. LÚCIA TEREZA – Pois não, Deputado.

O Sr. Laerte Gomes – Deputada Lúcia, parabenizar esse jovem de calçãozinho pequeninho, que Vossa Excelência falou, que conhece desde menino em Espigão, o Devair, isso mostra... E parabéns pelo trabalho, a justa homenagem desse jovem, nosso Vereador. Mas dizer também, reconhecer o seu amor por Espigão. Hoje, eu e o Deputado Léo estávamos dando, concedendo uma entrevista ali e estávamos olhando a placa da Assembleia, Vossa Excelência já com três mandatos, em todas as placas. Isso mostra que a população de Espigão sempre foi fiel a Vossa Excelência. E Vossa Excelência sempre muito mais fiel ainda ao povo de Espigão, porque conhece a história de tantos 'devairs' que tem lá em Espigão d'Oeste, tantas pessoas, meninos que hoje são homens que contribuíram e passaram, viveram, vivenciaram a sua história também.

Então, parabéns, parabéns, Devair, mas parabéns também a Vossa Excelência pelo reconhecimento às pessoas que contribuem com aquele grande, excelente, aquele pujante município de Espigão d'Oeste que se confunde com a história da Lúcia Tereza como a Lúcia Tereza se confunde com a história de Espigão. Parabéns, Deputada.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada, Excelência. Como sempre, Vossa Excelência é um Deputado inteligente. Vossa Excelência sabe o ponto forte da gente. Eu gostaria de dizer que é inédito, Deputado Gurgacz e Deputado Lazinho, meu amigo Deputado Hermínio, o que mais me emociona, o que mais me dá vontade de continuar vivendo e trabalhando é porque essas crianças de seis a dezesseis anos estão amparadas, praticante sem dinheiro público. Os pais vão mais às reuniões do Devair do que em reuniões de escola. Você vê pais levarem o seu filho de seis anos de mãos dadas para treinar, você vê mãe sair correndo de bicicleta e levar seus filho de sete anos para ir treinar, isso chama-se amor, respeito e vai ser vencedor sempre. Mas o bem que você faz, Devair, para Espigão, só Deus, e Ele observa tudo, a missão, cada um tem uma missão, sabendo cumpri-la sempre será vitorioso. E desse time de futebol, campeão em todos os níveis, são todos crianças de Espigão d'Oeste, daqui sairão atletas de Rondônia, do Brasil, de Espigão d'Oeste.

Por isso, tudo que eu disser aqui hoje vai ser pouco, mas eu fiz isso, Devair, dizendo para você muito obrigada por tudo que você já fez e por tudo que você vai poder fazer ainda para nossas crianças. Eu lhe agradeço em nome da família espigãoenses, e queria lhe dizer: faça-me eu senti-me útil, vamos somar para construir um futuro melhor. Muito obrigada.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Neste momento, convidamos a Excelentíssima senhora Deputada Lúcia Tereza e o agraciado, o senhor Devair, aqui à frente para que possa entregar e, logicamente, ele receber a Comenda Voto de Louvor da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A Escolinha Esperança foi fundada em 20 de maio de 2004 por Devair da Silva Costa, e o objetivo inicial era trabalhar com futebol para atender um total de 27 crianças carentes do município. Em 2006, criou-se a personalidade jurídica Associação da Escolinha de Futebol Esperança, e tem logrado êxito em tudo que é realizado naquele Município.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Antes de conceder aqui a palavra ao Devair, primeiramente, eu quero parabenizar a Deputada Lúcia Tereza pela sensibilidade, pelo reconhecimento que Vossa Excelência fez neste momento em homenagear o Devair. É dessa forma que a gente faz justiça e que sem dúvida nenhuma valoriza as pessoas que representam, e representam muito, a população do Estado de Rondônia.

Parabenizar aqui o Devair. Eu olhava aqui o seu currículo quando fez teste em São Paulo, fez teste no Palmeiras, ele cometeu um erro, lamentavelmente ele não fez teste no Corinthians e talvez tivesse sido de uma maneira diferente. Mas eu quero dizer para você, Devair, que às vezes a gente pensa que nós somos derrotados, mas muitas vezes quando nós somos derrotados é na derrota que nós aprendemos a vencer. E certamente, você verá em outras pessoas que você poderá, sem dúvida nenhuma, ajudar, vencer da maneira que você gostaria de ter vencido em sua carreira de um atleta esportivo. Mas certamente não é isso também que interessa, o que interessa realmente é formar cidadãos, pessoas que realmente contribuem para o desenvolvimento, para a melhoria da qualidade de vida de um povo e principalmente você por Rondônia. Então, parabéns. Ainda antes de passar a palavra ao Devair, eu concedo aqui a palavra ao Excelentíssimo Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, Deputado Lebrão, que ora preside esta Sessão, esta solenidade, na verdade. Gostaria de parabenizar o Professor Devair, que sem sombra de dúvida é um exemplo de superação e que certamente levará para a posteridade. E cumprimentar, saudar e exaltar a atitude da Deputada Lúcia Tereza, que é uma ferrenha e intransigente defensora da educação, haja vista que toda sua vida foi voltada para a educação. Então, nada mais justo do que, através dela, do espelho dela, se reconheça o trabalho também do Professor Devair. Parabéns a ambos, e continue também esse belíssimo trabalho no Estado de Rondônia, parabéns a vocês dois.

E também aproveito, Deputado Lebrão, para registrar a presença aqui na galeria do Plenário do meu irmão Eduardo Moraes, que mora em Curitiba, há muito não vem aqui, e o meu tio que mora em Tocantins, também, tio Edgar, que por uma questão de saúde familiar, eles vieram aqui para dar devida assistência a toda família. Então, muito obrigado, e registro a presença de ambos, tanto do meu irmão como do meu tio. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradecemos aqui a presença dos familiares do Deputado Léo e nos sentimos honrados aí com a presença de cada um dos senhores e todas as pessoas que ocupam espaço na galeria desta Casa.

Neste momento, concedo a palavra ao ilustre Devair da Silva Costa, fundador da Escola Esperança, em Espigão d'Oeste.

O SR. DEVAIR DA SILVA COSTA – Primeiramente, boa tarde; em nome da nossa Deputada Lúcia Tereza, cumprimentar e agradecer o apoio desta Casa, de todos os nobres Deputados e dizer e agradecer de coração a Deputada por tudo, isso aí não tem dinheiro, não tem preço que pague. Então, isso aí vem para coroar e cada vez carregar mais a bateria da gente, para que a gente possa estar lutando.

Para não ocupar muito tempo dos nobres Deputados, quero ser rápido, fazer um resumo. Nessa tentativa de ser atleta profissional, não deu certo, voltamos para Espigão, ingressei trabalhando numa madeireira e com o projeto debaixo do braço; chegou certo dia, eu falei: *Quer saber de uma coisa, eu vou correr atrás do que eu quero*. Joguei as madeiras para um lado e fui buscar esse objetivo, esse sonho. Graças a Deus, hoje estamos com 11 anos de trabalho, começamos num campinho simples, simples, com 20 crianças, hoje estamos com mais de 300 crianças sendo atendidas, lógico, temos que agradecer primeiramente a Deus, os familiares da gente, minha irmã que está aqui, os pais, a esposa, os pais dos atletas, os companheiros, os parceiros que sempre ajudaram, pessoas que abraçaram também, que sozinho a gente não consegue chegar a lugar nenhum, tem que ter as pessoas também nos apoiando e nos incentivando.

A partir desse momento, onde eu falei que eu queria crescer esse projeto, trabalhar no social, com crianças carentes sem cobrar taxa de mensalidade, no momento tive a felicidade, Deputada, de iniciar esse projeto quando a Deputada era Prefeita do município, onde deu total apoio no início do projeto, mas eu sempre sonhava alto. Eu quero construir uma sede, quero ter um local próprio com campo, com piscina, igual ao que Deputado Saulo tem lá em Ariquemes, quero parabenizar o senhor pelo trabalho que faz, também me espelho muito no senhor, só que não pretendo ser Deputado, eu falei para Deputada aqui dentro do carro dela que muitas das vezes eu teria que optar entre o projeto e a política e eu falei que entre o projeto e a política, a carreira de Vereador, eu prefiro ficar com o projeto e que o projeto é da sequência de um sonho de uma vida e a política é passageira.

Então, para mim, eu troco o projeto pela carreira na política. E nesses 11 anos, graças a Deus, com apoio de parlamentares estaduais, federal, o apoio do município, hoje a gente buscou já junto às parcerias, temos quase um milhão de recursos, onde está construindo uma sede com campo, com barracão, onde a gente vai poder dar mais estruturas para essas crianças. Criamos também o clube, o Esporte Clube Espigão, onde foi Campeão Estadual profissional, já jogou a Copa do Brasil, já disputou Copa do Brasil Feminino, fomos Campeões Juniores, participamos da Copa São Paulo de 2013, fizemos a melhor campanha do Estado de Rondônia, vencendo até a equipe do Grêmio de Porto Alegre por 2x0 e este ano fizemos diferente, vamos acreditar no nosso projeto, vamos acreditar nas nossas crianças formadas no projeto e graças a Deus conseguimos ser campeões, campeões do Estado, do Campeonato Juniores e vamos o ano que vem representar Espigão d'Oeste e Rondônia na Copa São Paulo Juniores novamente.

Com prata da casa formado pelo projeto e agora já estamos também no campeonato estadual sub-17, na semifinal, e sábado que vem agora, sábado próximo, a gente vem em Porto Velho jogar.

Então, é fruto de um trabalho, quero agradecer a Deputada por essa homenagem e dizer que é objetivo continuar trabalhando com essas crianças, o objetivo é mais social do que formação de atleta. E quero aqui fazer um pedido para a Deputada e os nobres Deputados e falar sobre essa vez nós estivemos na Copa São Paulo, além de representar o município

e o Estado, fazer a melhor campanha do Estado de Rondônia, vencendo um clube grande por ser Espigão d'Oeste Rondônia no futebol pequeno; quando acabou o campeonato que Espigão e Rondônia estava todo no cenário nacional pela melhor campanha, nós não tínhamos o dinheiro para voltar, para comer, tive que pegar dinheiro emprestado para pagar alimentação dos atletas. Graças a Deus que eu tinha acabado de me eleger a Vereador e já o primeiro salário de Vereador eu sangrei para pagar alimentação dos atletas na volta.

Então, o que eu quero dizer com isso? Que essa realidade para formar atleta de rendimento, para representar o Estado, Deputada, para carregar a bandeira do Estado, para que o Estado possa ir ao cenário nacional mostrar o nosso Estado, temos que ter investimentos e aí eu quero fazer um apelo para os nobres Deputados, o Acre tem projeto, o Mato Grosso tem projeto, onde tem lei de incentivos aos clubes de futebol profissional junto as Federações dos Estados. Eu peço aqui, faço esse apelo aos Deputados, que busque essa lei, que crie essa Lei para o Estado de Rondônia, que isso possa ser no futebol profissional e trabalhar com a base, com a formação nos clubes na base do social. Com isso nós teremos uma representação de Rondônia mais forte porque onde é um trabalho de rendimento, exige uma infraestrutura, existe um custo muito alto, para trabalhar no social não, eu coloco uma bola debaixo do braço e levo cem crianças para o campo. Agora, para representar Rondônia à altura que ela merece, carregar o nome de Rondônia, o nome do município, precisa de estrutura. Então, quero fazer esse apelo para esta Casa aqui junto ao Governo do Estado. Por exemplo, nós vamos viajar para a Copa São Paulo, é uma incógnita, nós não conseguimos nem o transporte ainda. E se a gente não conseguir o transporte? Talvez se a Prefeitura não ajudar, os pais não ajudar ou o Governo do Estado não ajudar, nós não vamos ter condições de participar porque é um custo muito alto.

Então, quero fazer esse apelo, não é uma cobrança, é só um pedido, que a gente possa fortalecer mais o nosso esporte, com isso vai ganhar os pais, vai ganhar a política em geral, a formação do atleta e principalmente o social, que é ocupar as nossas crianças o tempo oposto da escola, livrar eles, que eles possam participar de coisas, que não leve a vida ao lugar que merecem.

Então, fica aqui, Deputada, o agradecimento por esta homenagem, não vou falar muito que eu também me emociono. Agradeço de coração. E quero que a senhora abrace também novamente esse projeto com a gente, a gente quer crescer e crescer muito mais e com o apoio dos Deputados. Não existe só o Devair, hoje está só eu aqui, mas existe muitos no Estado de Rondônia que fazem do Karatê, do Voleibol, do Ping Pong, qualquer outra área que também trabalha com crianças carentes que precisam e necessitam do apoio. Então, quero aqui deixar mais uma vez agradecer por essa homenagem e agradecer aos Deputados também por ter aprovado esta Moção. E desejar a todos uma boa semana de trabalho.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Neste momento está encerrada a Comissão Geral.

(Às 17 horas e 54 minutos encerra-se a Comissão Geral)

Neste momento, vou colocar em discussão e votação a ata que foi lida da Sessão Ordinária anterior. Em discussão e votação a ata. Não havendo impugnação, dou-a por aprovada. Solicito ao Senhor Secretário, Marcelino Tenório, que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. MARCELINO TENÓRIO (Secretário *ad hoc*) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 181/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 1.280.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER”.

02 – Mensagem nº 182/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 8.826.869,72, em favor da Unidade Orçamentária Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN”.

03 – Mensagem nº 183/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 8.437.915,01, em favor da Unidade Orçamentária Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS”.

04 – Mensagem nº 184/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Altera a Lei nº 3.594, de 22 de julho de 2015, que ‘Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2016’”.

05 – Mensagem nº 185/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 14.500.000,00, em favor das Unidades Orçamentárias PGE, CGE, SEGEF, SESDEC, SETUR, IPEM, IDARON e SEAE”.

06 – Mensagem nº 186/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 33.224.111,88, em favor das Unidades Orçamentárias SUGESPE, SESDEC, PC, FES, SEDAM, SEAGRI, EMATER e FUPEN”.

07 – Mensagem nº 187/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Revoga dispositivo da Lei nº 2.840, de 3 de setembro de 2012, que institui o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual, REFAZ – V”.

08- Mensagem nº 188/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a presença de doulas durante o trabalho de parto e pós-parto imediato, nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de Rondônia”.

09- Mensagem nº 189/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Institui o Dia do Policial Militar e do Bombeiro Militar da Reserva Remunerada ou Reformado, no âmbito do Estado de Rondônia”.

10- Mensagem nº 190/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre autorizar o Governo do Estado de Rondônia a conceder isenção do pagamento de Licenciamento Ambiental para Prefeituras Municipais, Órgãos Públicos do Estado e Autarquias”.

11- Mensagem nº 191/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Institui a Região Metropolitana de Porto Velho, e dá outras providências”.

12- Mensagem nº 192/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Disciplina sobre o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito”.

13 - Mensagem nº 193/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “Institui a Semana Estadual da Saúde do Trabalhador na Agricultura Familiar”.

14 - Mensagem nº 194/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar, que “Acrescenta o § 6º ao artigo 7º da Lei Complementar nº 622, de 11 de julho de 2011”.

15 – Ofício nº 3794/2015 - Procuradoria da República em Rondônia, justificando ausência na Audiência Pública destinada a tratar das questões dos búfalos na Região do Guaporé e solicita ata da referida Audiência.

16 – Ofício nº 2567/2015 - Gabinete do Governador, informando sobre as solicitações do Deputado Airton Gurgacz de liberações de Emendas Orçamentárias para atender os Municípios de Nova Mamoré e São Miguel do Guaporé.

17 – Ofício nº 622/2015 – Tribunal de Justiça, informando que julgou procedente a Arguição de Inconstitucionalidade em face da Lei nº 3.018, de 2013.

18 – Ofício nº 1792/2015 - Caixa Econômica Federal, informando sobre liberação de recursos para atender na ampliação do sistema de abastecimento de água no Distrito de Vista Alegre do Abunã.

19 – Ofício Circular nº 05/2015 - da Secretaria de Estado da Saúde, apresentando Relatório de Gestão referente ao exercício de 2014.

20 – Memorando nº 192/2015 - do Gabinete do Deputado Dr. Neidson, encaminhando Ofício nº 201 da Prefeitura de Costa Marques no qual solicita interveniência da Comissão de Saúde da ALE na questão da saúde daquele Município.

21 – Requerimento do Senhor Deputado Léo Moraes, justificando ausência na Sessão Plenária do dia 23 de setembro de 2015.

22 – Requerimento do Senhor Deputado Só na Bença, justificando ausência na Sessão Plenária do dia 23 de setembro de 2015.

23 – Requerimento do Senhor Deputado Aécio da TV, justificando ausência na Sessão Plenária do dia 23 de setembro de 2015.

24 - Requerimento do Senhor Deputado Ribamar Araújo, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 23 de setembro de 2015.

25 - Requerimento do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 16 de setembro de 2015.

26 - Requerimento do Senhor Deputado Marcelino Tenório, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 1º de setembro de 2015.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Lido o Expediente. Passamos às Breves Comunicações. Neste momento, solicito ao Deputado Luizinho Goebel que assuma a presidência para que eu possa fazer uso da palavra.

(Às 18 horas e 02 minutos o senhor Lebrão passa a presidência ao Senhor Luizinho Goebel).

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) - Nas Breves Comunicações, com o prazo de até cinco minutos, sem apartes, o ilustre Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, servidores da Assembleia, imprensa, público presente.

Senhor Presidente, faço uso da palavra neste momento para deixar aqui registrado a abertura da Frente Parlamentar Binacional, composta pela Assembleia Legislativa, através do Deputado Lebrão, Dr. Neidson, Deputado Airton Gurgacz, Deputado Alex Redano e Deputado Luizinho Goebel. Cumprimos uma agenda na semana passada na cidade de Trinidad, capital do Departamento do Beni, e retomamos um trabalho interrompido há pouco mais de doze meses da interligação da BR-429, ligando com a *Carretera Central* dando acesso, através da Bolívia, ao Oceano Pacífico, através do Porto de Arica, dos Portos também do Peru de Ilo. E buscando a implantação da balsa que vai fazer essa interligação, aqui está o ex-vice-Governador, Deputado hoje, Airton Gurgacz, que visitou junto com a gente, na última Audiência Pública que tivemos lá em Trinidad, em que o Presidente da República, naquele momento, assinou a construção da última ponte deles Puru- Puru-Puru, e essa ponte está em fase final de acabamento, e o Estado do Beni já finalizou todo trabalho da parte deles para a implantação da Balsa do rio Guaporé, mais precisamente do Forte do Príncipe da Beira.

Eu quero deixar registrado, agradecer a Comitativa que nós fizemos lá, que teve o nosso querido Doutor Neidson, que, parabéns, fala fluentemente o espanhol, isso nos ajudou ainda muito. Acompanhado também com o Coronel Caetano, nosso Diretor Geral do DER, assim também com o Secretário de Agricultura, o Padovani, Doutor Helder, Doutor Manvailer aqui desta Casa, fazendo a parte administrativa, juntamente com o Gilmar e o Cavalcante.

É muito importante essa interligação, Deputado Doutor Neidson, não somente para a região do Vale do Guaporé, mas sim para o Estado de Rondônia de maneira geral, principalmente para a Região Central do Brasil. E, mais ainda, para o Estado do Beni, que sem dúvida nenhuma, como dizem eles lá em castelhano, em espanhol, *‘un desarrollo imenso’*, desenvolvimento que, sem dúvida nenhuma, será de muita importância para os dois Estados e, principalmente, para o Brasil e para a Bolívia.

Deixar aqui os nossos agradecimentos e esse registro feito ao nosso Governador do Estado do Beni, ex-Deputado Estadual, Presidente da Assembleia Legislativa, o Alex Ferrier

Abidar, que nos recebeu com muito prestígio, muito carinho e nós nos sentimos bastante privilegiados e muito bem recebidos por toda comunidade daquele Departamento. Agradecer também ao Prefeito de Trinidad, senhor Mário Suárez Hurtado, que também nos recebeu em seu gabinete e firmamos alguns compromissos também naquele momento juntamente com o Chefe do Executivo da Capital do Beni. Foi uma viagem bastante proveitosa, também tivemos uma visita e fizemos uma visita com o Reitor da Universidade do Beni, senhor Luíz Carlos Zambrano Arriez, que também deu uma ótima notícia para o Doutor Neidson, com a inauguração da nossa Faculdade Binacional na cidade de Guayaramerín, aonde nós teremos a oportunidade de formar os nossos Médicos já com CRM brasileiro. É muito importante esse intercâmbio cultural que se inicia, turístico, mas que certamente darão um potencial comercial muito grande para o Estado de Rondônia.

Também fizemos uma reunião com o Presidente da Fez Beni, e ali foi firmado o compromisso, através do *Rondônia Rural Show*, com o nosso Secretário Padovani, e o Estado de Rondônia estará sendo representado pelos nossos produtores rurais, nossos empresários também naquela Feira Internacional que acontecerá no mês próximo de novembro.

Então, portanto, foi uma viagem bastante produtiva. E, para finalizar, senhor Presidente, e que já ficou firmado o próximo encontro para o dia 17 de novembro, nós estaremos com toda nossa Comissão aqui da Frente Parlamentar, investindo com muita velocidade para que a gente possa implantar em um curto espaço de tempo essa Balsa que é da maior importância, Deputado Laerte, Vossa Excelência que atua, e muito, na BR-429 e no Vale do Guaporé, que tem um serviço prestado, nós estamos fazendo um milhão de trabalhos para que a gente faça a união de todos os Deputados, assim como existe essa União dos Parlamentares daquele Estado, de toda parte do Executivo e a parte Federal. Nós já temos hoje liberado, através da ANTAQ, a implantação da balsa e nós estamos somente aguardando se a Bolívia irá colocar a balsa por conta deles. Se isso não acontecer, nós já temos empresas preparadas para fazer a implantação desta balsa e assim iniciar este corredor de exportação que é da maior importância, mais uma vez, deixar registrada aqui para o Estado de Rondônia, para o Departamento do Beni, principalmente para o Brasil e principalmente para a Bolívia.

Eram estas as nossas palavras. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Ainda nas Breves Comunicações, com o tempo de até cinco minutos, o eminente Deputado Airton Gurgacz.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, Senhor Presidente, boa tarde, senhores Deputados, boa tarde à imprensa aqui presente, boa tarde aos colaboradores nossos aqui da Assembleia e à nossa plateia.

Hoje, a nossa vinda aqui é para dizer da comemoração dos 25 Anos do *Jornal Correio Popular*, lá de Ji-Paraná, é a história do *Jornal Correio Popular de Rondônia*, acaba de ser confundido com a própria história do jornalismo impresso do Estado de Rondônia, é que apesar de não ser o primeiro periódico a circular no nosso interior, o *Correio Popular* traz

consigo a marca do pioneirismo, pois conseguiu a proeza de ser o 1º Jornal Diário efetivamente a circular no interior do Estado, sendo que atualmente se constitui no principal jornal diário interiorano, conseguindo realizar a integração não apenas de toda a região central, mas também do Vale do Guaporé, Zona da Mata e a Zona da Produção.

Então, é com muito carinho que é chamado pelo Estado, foi lançado no mês de setembro de 90, um Jornal Semanário e o seu sucesso foi imediato graças ao seu formato diferenciado, um tabloide, e com seu noticiário voltado exclusivamente aos fatos da nossa cidade e região.

Consolidação definida com os mais importantes jornais do interior, com veiculação duas vezes por semana, a equipe do *Correio Popular* traçou naquela época a ser considerado objetivo mais usado para o jornal interiorano, em novembro de 97 tornou-se o 1º Jornal do interior do Estado a ter circulação diária, mantendo e aprimorando ainda mais a sua estratégia, distribuição gratuita, circulando o dia de terça-feira aos sábados, um padrão que alcançou grande sucesso na mídia do público e continua até hoje noticiando para nós lá da nossa região.

Então, é com muito orgulho que eu falo da família de Alcides Paio, que seu filho Sandro Paio foi o fundador, que fundaram a primeira Rádio Alvorada de Ji-Paraná que está lá instalada desde 1978 a primeira rádio do interior AM e que continua nos dando muitas notícias lá por Ji-Paraná. Então, a gente sabe das dificuldades de manter o matutino, de manter o jornal, das dificuldades que é, principalmente no interior do Estado.

Então, é com grande satisfação que nós aqui hoje registramos, foi sexta-feira passada quando fez 25 anos de pioneirismo e pelo grande trabalho prestado. A família Paio mora em Ji-Paraná há mais de 40 anos, e a 1ª Rádio, então Alvorada, do interior do nosso Estado foi instalada em Ji-Paraná pela Rádio Alvorada, e essa rádio até foi comprada pelo Grupo SGC, hoje é do Grupo SGC, mas o Jornal deles continua lá circulando em toda região com muita dignidade, muito trabalho, levando sempre as informações diárias para as pessoas.

Outra comunicação que a gente faz é que sábado também estivemos lá com o nosso Prefeito Jesualdo Pires entregando mais de 600 casas do Projeto *Minha Casa, Minha Vida*, onde compareceram duas mil pessoas para serem sorteadas e foram lá já sorteadas 600 casas, que estavam todas elas prontas, inclusive toda organizadinha, vai ter até bom asfalto, toda a infraestrutura do setor lá desse Rondon I está pronta, tem mais 1.000 casas para serem entregues e temos lá mais 1.446 apartamentos praticamente prontos, que até o final do ano ou início de janeiro serão entregues para a nossa população que mais precisa.

Então, a gente quer parabenizar o Governo do Estado, ao nosso Prefeito, a Presidente Dilma por ter liberado para Ji-Paraná mais de 3.500 casas, residências, apartamentos, atendendo a nossa população que tanto precisa de uma residência. É muito saudável a alegria das pessoas quando eram sorteadas lá, quando recebiam suas casas, porque são casas que foram feitas num padrão muito bom, numa área já toda asfaltada, numa área assim que os nossos municípios vão se sentir muito bem. Ji-Paraná com essas 3.500 residências eu acredito, eu acho que a gente resolve todo o problema da nossa habitação na cidade para as pessoas que mais precisam.

Então, é isso, parabenizar o nosso Prefeito Jesualdo, o Governo do Estado, através do Governador Confúcio, a nossa Secretária da SEAS em Ji-Paraná também que faz um trabalho brilhante lá com as pessoas, fazendo o cadastramento, fazendo, buscando, sempre da melhor forma possível, atender as populações mais carentes.

Então, assim, é com muita alegria que fizemos esse sorteio lá no sábado, então foi excelente essa ação do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

Quero deixar aqui os parabéns ao Prefeito, a todos os seus Secretários e à população de Ji-Paraná que hoje está muito feliz com todas essas aquisições dessas residências lá na nossa grande Ji-Paraná.

Era isso que eu tinha. Boa tarde a todos. Obrigado.

(Às 18 horas e 15 minutos o senhor Luizinho Goebel passou a presidência ao senhor Cleiton Roque)

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) – Muito bem, Deputado Airton. Ainda nas Breves Comunicações, está com a palavra o Deputado Luizinho Goebel, pelo espaço de tempo de 05 minutos, sem apartes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Senhor Presidente, senhores pares. Venho a esta tribuna para falar de um tema que vivenciamos na nossa cidade de Vilhena, que diz respeito ao Lar dos Idosos Maria Tereza da Lamarta. O que é o Lar dos Idosos Maria Tereza da Lamarta? É uma entidade sem fins lucrativos, Deputado Airton, Vossa Excelência que participa muito dessas ações sociais, inclusive sua esposa, no qual aguarda documentação, onde faremos até uma homenagem a ela pelo grande trabalho prestado na área social do município de Ji-Paraná, e não é diferente com essa instituição lá na cidade de Vilhena. Esse Lar recebe muito pouco recurso público, um pequeno convênio com a Prefeitura de Vilhena, mais algumas poucas emendas parlamentares que eu viabilizei para essa instituição, e eles atendem, em média, 40 idosos no município.

A grande maioria das pessoas que trabalham, entre enfermeiros, médicos, dentistas, especialistas de várias áreas de saúde, as pessoas que trabalham na limpeza, na manutenção, na lavagem de roupa, na arrumação da casa como um todo, na grande maioria é de voluntários. E eu que tenho andado praticamente o Estado de Rondônia todo e visito muitas instituições sociais, eu digo que essa instituição Lar dos Idosos Maria Tereza da Lamarta é uma das instituições mais organizadas, mais sérias, e que faz um grande trabalho. Por quê? Porque exatamente cuida, Deputada Lúcia Tereza, daquelas pessoas que contribuíram muito com o Estado de Rondônia. Mas se a gente deixasse o Estado de lado, eles contribuíram exatamente na criação das suas famílias e muitas vezes um pai que criou cinco, dez ou até quinze filhos, Deputado Ribamar, é deixado por todos os seus filhos à mercê de cuidados de pessoas que nem os conhecem. E isso é o que mais acontece naquela casa. A maioria das pessoas que lá está, dos idosos que lá estão, eles têm famílias, têm filhos e muitas vezes são deixados lá. Mas a questão de deixar, muitas vezes, a condição da família de ter que trabalhar fora, de ter que estudar, de ter que cuidar da geração futura faz com que as pessoas realmente não possam cuidar desse idoso na sua casa. E acabam

colocando, então, aos cuidados do Lar dos Idosos Maria Tereza da Lamarta.

Só que tem alguns que quando deixam seus pais, seu pai e sua mãe lá, nunca mais sequer os visitam. Nunca mais sequer os visitam. E eu estou falando sobre essa instituição porque a grande maioria das pessoas que lá estão são voluntários, a grande maioria é de voluntários. Poucos são contratados pela própria instituição, outros são servidores do município à disposição daquela instituição e, na semana passada, nós tivemos um relato de um filho que tinha deixado seu pai lá e acabou, o pai, com mais de 90 anos de idade, foi internado no Hospital Regional de Vilhena, e tinha algumas lesões. E esse filho pegou aquela pessoa debilitada dentro do Hospital, fez uma gravação no telefone e publicou aquele vídeo, tirando a qualidade ou as qualidades daquela casa. E mais do que isso, mesmo se tivesse acontecido algum maltrato por algumas das pessoas que lá trabalham, não seria toda a instituição. Não seria todo o trabalho sério da grande maioria das pessoas que lá estão e que na grande maioria são voluntários, como eu já disse, e aí aquilo repercutiu muito nas redes sociais.

Então, eu venho a esta tribuna para elogiar o trabalho sério da instituição, o trabalho amável que aquela instituição realiza para os nossos idosos. E principalmente, em nome da grande maioria, principalmente das pessoas de bem, que reconhece o bem que as pessoas fazem, reconhecem que aqueles que lá trabalham, que os voluntários que lá estão nós só temos que agradecer, porque muitas vezes eles fazem o papel como voluntário que nem sequer o próprio filho faz, uma própria filha ou a família como um todo faz para o seu pai ou para sua mãe, ou para seu avô ou para sua avó, como se tratando de pessoas da terceira idade nesse momento dos idosos.

Então, mais uma vez, companheiros da empresa, eu gostaria que vocês carinhosamente noticiassem o reconhecimento, o respeito, o agradecimento acima de tudo que a cidade de Vilhena, que as pessoas de bem de Vilhena e principalmente este Deputado faz em reconhecimento ao trabalho do Lar do idoso Maria Tereza da Lamarta, na Cidade de Vilhena.

E mais, só temos que pedir a Deus, rogar a Deus para que continue abençoando não só aquelas pessoas que lá trabalham, mas, acima de tudo, aquela casa, para que ela se mantenha atendendo aquelas pessoas que muito fizeram por Rondônia, por Vilhena, mas, principalmente, pela sua família, seus filhos e que muitas vezes não fazem sequer, um monte de filhos, aquilo que um pai fez sozinho para todos os filhos. Obrigado e que Deus abençoe a todos.

(Às 18 horas e 22 minutos o senhor Presidente passou a presidência ao senhor Adelino Follador)

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) - Com a palavra o Deputado Cleiton Roque, por cinco minutos, sem apartes.

O SR. CLEITON ROQUE – Senhor Presidente, Deputado Adelino, cumprimentar todos os Deputados, Deputadas presente aqui no Plenário; cumprimentar nossos servidores, o público aqui presente na galeria da Assembleia Legislativa, sintam-se todos

cumprimentados; público que está nos acompanhando pelos veículos de comunicação, cumprimento especial a todos vocês.

Senhor Presidente, eu ocupo este pequeno espaço de tempo para saudar, parabenizar essa belíssima festa que foi organizada aqui na Capital do nosso Estado, Porto Velho, iniciou-se na quinta-feira, terminou no domingo, que foi a primeira Portoagro.

Então, eu venho aqui, fazer uma saudação especial, primeiramente aos membros da Associação dos Produtores aqui do município de Porto Velho, na pessoa do seu Presidente, pela maneira como foi organizado. Parabenizar a participação de todos os órgãos que se fizeram presentes nesse importante evento que resgata o importante setor, o mais importante setor do Estado de Rondônia. Então, eu parabenizo, na pessoa do Governador Confúcio Moura e do Secretário Evandro Padovani, pelo apoio, pela disponibilização dos recursos para a realização desse evento. Eu parabenizo o Prefeito Mauro Nazif e também o Secretário Leonel Bertolin, Secretário Municipal de Agricultura, que junto com o Secretário Evandro Padovani auxiliaram, conduziram realmente a organização desse evento.

Destacar a importante participação da Assembleia Legislativa, nós contribuimos com o apoio de todos os vinte e quatro Deputados estaduais na liberação de quatrocentos e cinquenta mil reais que se somou aos seiscentos mil da Prefeitura, mais um aporte significativo dos empresários membros da Associação Rural do Município de Porto Velho, que teve a possibilidade de realizar a primeira Portoagro neste Município.

Então, eu saúdo, eu parabenizo, que o ano que vem possa ser melhor do que este ano. Eu participei também da abertura, onde lá a Prefeitura já disponibilizou um terreno, o Estado se compromete a ajudar a construir a infraestrutura para que o município de Porto Velho, que é a Capital de todos os rondonienses, possa estar recebendo cada vez mais uma festa da maneira que foi essa, os números bateram os recordes, de fato as expectativas dos organizadores. Então, eu não podia deixar de participar, de parabenizar a todos os envolvidos, a Assembleia Legislativa, a Câmara dos Vereadores do Município, a Prefeitura Municipal, o Governo do Estado, os órgãos federais que apoiaram, que participaram também e principalmente os empresários que reorganizaram, puxaram a frente e puderam realizar esse belíssimo evento. Senhor Presidente, eram estas as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR (Presidente) – Queremos, com certeza, Deputado Cleiton Roque, avaliar suas palavras, dizer que a Portoagro foi muito importante, inclusive parabenizar o Adélio como Presidente da Portoagro, fez um grande trabalho e com apoio do Governo do Estado, Assembleia Legislativa, a Prefeitura de Porto Velho, mas com certeza foi dado um passo importante para a agricultura aqui da região de Porto Velho.

Então, encerradas as Breves Comunicações, passaremos ao Grande Expediente. Com a palavra, antes, anunciando aqui a presença do Devair da Silva Costa, fundador da Escola Esperança, de Espigão d'Oeste. Ao Devair da Silva Costa agradecemos a presença.

Com a palavra, então, o Deputado Laerte Gomes, por vinte minutos, com apartes.

O SR. LAERTE GOMES - Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, estava olhando agora no G1, Deputado Aécio, a Presidente Dilma sancionou, Presidente, sancionou a reforma, vetando somente a contribuição de empresas, contribuição jurídica, vai trazer um novo, é um novo momento que nós vamos vivenciar a partir do ano que vem, Deputada Lúcia, é uma eleição mais curta e com prazo de filiação de 06 meses antes do processo eleitoral, o que é importante. Então, a Presidente sancionou e essa regra já está valendo para as próximas eleições municipais.

Dizer, Senhor Presidente, antes de entrar no tema que eu quero abordar, dizer que eu estive na região do Vale do Guaporé neste final de semana, e também transitei ali pela RO-473, que liga ali a BR-364 ao município de Alvorada d'Oeste, passando pelo município de Teixeiraópolis e pelo município de Urupá. E precisa se fazer uma recuperação urgente, da 364 até o município de Teixeiraópolis está péssima a rodovia federal, péssima, Deputado Saulo. De Teixeiraópolis, a de Urupá, Dr. Neidson, está ruim demais, está ruim demais, e de Urupá a Alvorada que o asfalto é mais novo, não está tão ruim assim, mas o DER precisa tomar uma providência urgente.

Nós temos debatido nesta Casa, Deputado Adelino, várias vezes, que às vezes o DER está querendo ser muito parceiro, isso é importante também para os municípios, mas está esquecendo de cuidar da sua obrigação. Então, as RO's, a gente tem observado aqui constantes reclamações, Deputado, e eu transitando nesta RO-473 pude perceber isso. Nós estivemos no final de semana em Costa Marques, participando do Festival de Praia, que já é tradição no município de Costa Marques, no Vale do Guaporé, que este ano infelizmente não teve o apoio do poder público, nem do Estado e nem da Prefeitura, quem organizou o evento foi a Associação dos Barraqueiros, a qual eu quero parabenizar, porque mesmo assim... O ex-prefeito Hélio, de Costa Marques, agradecer a presença. Mesmo assim, Hélio, o Festival de Praia em Costa Marques teve todo o seu charme, ainda que somente com ação dos barraqueiros. Se não fosse a ação deles, infelizmente nós não teríamos essa festa tradicional do município de Costa Marques, e lá estivemos a tarde inteira.

À noite estivemos na Igreja Assembleia de Deus, no município de Costa Marques, onde era o aniversário do Círculo de Oração da Igreja. Quero aqui deixar um abraço ao Pastor Geraldo Barbosa, à irmã Luzinete, sua esposa, a todos os membros da Igreja Assembleia de Deus em Costa Marques, que realizaram e fizeram, Deputado Lazinho, uma grande festa, como é de praxe das Igrejas Assembleias de Deus. Também estivemos no sábado à noite, depois do culto, em São Domingos, aonde foi realizado, começou na última quinta-feira a 11ª Exposição Agropecuária daquele Distrito. São Domingos, que é distrito de Costa Marques, mas é um outro município, é o distrito que é o mesmo tamanho, e ali um grande evento, quero aqui parabenizar o Vagner Miranda, o nosso Presidente, parabenizar toda a diretoria, o Roberto, a todos diretores que ali organizaram aquela grande festa, o Elizeu, a todo mundo que ajudou e contribuiu. Fizeram uma grande festa, Deputado Cleiton Roque, com os portões abertos, sem cobrar ingresso, e nós tivemos possibilidade ali de liberar uma emenda no valor de cinquenta mil reais para que o evento pudesse ser realizado e ali foi feita a grande festa, com portão aberto, onde todas as

pessoas, os produtores rurais, os pecuaristas, mas principalmente as pessoas mais simples, os menos favorecidos puderam participar porque a entrada era franca.

Então, eu quero parabenizar aquela região ali, São Domingos, que é uma região rica, uma região da pecuária, aquela região está se transformando numa grande região de pecuária do Estado de Rondônia. E a gente poder estar ali e ver como o nosso Estado é rico, Deputada Lúcia, como a pujança do agronegócio é forte no nosso Estado de Rondônia. E a BR-429 hoje, com certeza, ela caminha, Hélio, a passos largos para ser um dos diferenciais, uma das regiões que vão fazer a diferença no Estado de Rondônia.

Eu queria aqui também me irmanar com o Deputado Lebrão nessa luta dele, que é um projeto dele, nessa questão da interligação com a Bolívia pela 429, me irmanar junto com ele, estar junto nesse projeto porque com certeza vai beneficiar, e muito, a nossa região. E hoje na Comissão de Habitação e Municípios, da qual eu sou o Presidente, o Deputado Dr. Neidson nos honrou com a sua presença, e eu cobre, Deputado Dr. Neidson, que eu estive em Costa Marques, nós estivemos numa viagem de fiscalização, de acompanhamento com a Comissão de Saúde, sob a liderança e a Presidência de Vossa Excelência, onde nós levantamos o caos que está a saúde do município de Costa Marques, dois meses sem pagar salário, está o município lá, Deputado, totalmente inadministrável, se não tiver ajuda firme e forte do Estado, Hélio, você que foi Prefeito duas vezes em Costa Marques, o município não consegue sozinho sair da situação em que se encontra. E nós estivemos sob a sua liderança, Dr. Neidson, levando a comissão de Deputados, trouxemos, fizemos uma audiência aqui na Comissão de Saúde neste Plenário, onde participou o Juiz de Direito de Costa Marques, Prefeito, Vereadores, o Secretário Estadual de Saúde, o Secretário de Saúde, o Pimentel, o qual eu reitero aqui o trabalho dele, a competência dele é inegável, mas ele não pode, a Secretária de Saúde não está cumprindo com o que foi acordado aqui nessa reunião, que era o pagamento dos plantões para o médico Dr. Valdir que é do Estado, ia fazer plantão no município lá, e a contratação de mais um médico. O Dr. Valdir trabalhou um mês só, um mês e pouco e não viu o recebimento, saiu, parou, e o outro médico não foi contratado.

No sábado, com o festival de praia, com a exposição de São Domingos, com a festa da Assembleia de Deus, mais de duas mil pessoas, não tinha um médico no Hospital Municipal. Olha, o Estado todo no município de Costa Marques, só Deus na causa.

Então, eu queria reiterar aqui, eu tenho o maior respeito pelo Secretário de Saúde, mas eu queria reiterar que ele cumprisse o que foi acordado. Inclusive tem uma decisão judicial já do Juiz de Costa Marques obrigando o Estado a colocar acho que são dois médicos lá...

O Sr. Neidson – Três médicos.

O SR. LAERTE GOMES – Três médicos, uma multa acho que é de cinquenta mil diários. Então, gostaria muito que a Secretaria de Saúde, eu tenho certeza que o Governador tem esse comprometimento e está fazendo ações em Cacoal, ajudando Vilhena, vamos ajudar, como se fala no dito popular, o primo pobre do Estado de Rondônia, que é Costa Marques, que está

numa dificuldade terrível, não consegue pagar a folha de pagamento. Eu sei que muitos municípios atravessam crise, mas Costa Marques tem um fator histórico, o primeiro município, ali que a 429 nasceu, não foi de Médici para Alvorada, não, foi de Costa Marques para cá. Então, é necessário que se tenha esse discernimento e que se cumpra esse compromisso. Deputado Dr. Neidson, depois a Deputada Lúcia.

O Sr. Neidson – Obrigado, Deputado Laerte, realmente estivemos lá no município de Costa Marques, e foi em uma reunião já com o Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia que foi feito esse acordo também, além da Audiência Pública. Então, ficou acordado aí que o Dr. Valdir realizaria plantões extras lá no município de Costa Marques até que se contrate um médico para São Francisco, e ele seria transferido para Costa Marques e mais a contratação de outro médico que é do Forte Príncipe da Beira para atender o município de Costa Marques. Eu como médico realizo plantões extras, realizava na época, porque agora eu já não posso ter mais esse vínculo público até o término do mandato. E sei como é, e eu acredito que o Dr. Valdir também sabe como funciona o pagamento desses plantões extras.

O SR. LAERTE GOMES – É, mas ele está escaldado, porque há um ano, dois anos mandaram ele trabalhar e depois não reconheceram o serviço dele, não pagaram os plantões. Então ele tem todo o trauma lá de trás já.

O Sr. Neidson – Isso, mas geralmente, claro, com certeza ele tem o seu trauma anterior, mas o Estado ele paga os plantões extras depois de dois meses de realizado esse plantão, sempre foi assim. Mas eu acredito que o Dr. Valdir também tenha se sobrecarregado com o trabalho, só um médico atendendo município e região também sobrecarrega, não tem como ele aguentar também, eu acho que esse foi um dos motivos. E já aprovamos, há duas semanas, pela Comissão de Saúde, um requerimento pedindo informações sobre a contratação de mais um Médico para o município de Costa Marques e mais três, que era até quatro Médicos para o município de Guajará-Mirim que passa uma crise. E com certeza essa crise vai se alastrar por todo Estado de Rondônia e os municípios estão sem condições mesmo de manter a saúde no Estado.

Então nós vamos reiterar e vamos cobrar, eu já estive lá com o Secretário William Pimentel também há umas duas semanas cobrando, e ele até, foi na época em que nós estivemos lá, Deputado Adelino, com os médicos residentes, e estava também o Procurador Doutor Glauber. E foi até entregue na minha frente lá ao Procurador para que possa dar o Parecer, e que possa ser contratado já. Então, eu pedi, nós pedimos da Comissão de Saúde urgentemente esses esclarecimentos, esperamos que ele esteja aqui até a próxima sessão já para que possamos dar a resposta lá ao município. E tem, realmente se tem essa decisão judicial para contratação imediata de três médicos para o município de Costa Marques. Parabéns, Deputado, e foi o senhor que levantou aquela bandeira lá inicial no município e está aqui cobrando novamente. Então, vamos também cobrar do Estado para que possa cumprir com a palavra.

A Sra. Lúcia Tereza – Permita-me um aparte, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado. Pois não, Deputada Lúcia.

A Sra. Lúcia Tereza – Eu fico aqui imaginando, e não vou falar que fico triste, eu fico revoltada tem horas, sabe por que, Deputado Laerte? Quando éramos Prefeitos, que não faz muito tempo, o Estado tem as suas atribuições, deveres, mas o município também tem. Quando o Deputado Neidson falou agora que os municípios não têm condições de arcar, eu tenho que discordar de certas coisas. Logicamente, quanto mais o Estado fizer, alivia os Prefeitos, que é 12%, mas nós, inclusive Vossa Excelência nunca aplicou 12% na Saúde no seu município. Sempre foi superior, a gente nunca aplicou 25% na Educação, sempre foi superior. Eu realmente acho que está regredindo Costa Marques, porque há muito tempo, anos atrás, Costa Marques, mesmo com as dificuldades, com a BR muito pior do que é hoje, tinha um corpo docente lá de médicos, de enfermeiros, e administrador na Saúde, tinha ambulância, o Governo dava suporte com avião, porque a estrada não tinha.

Então, eu fico é revoltada tem horas, será que cada um está fazendo a sua parte, Deputado Laerte? Será que o Promotor, o Juiz, eles têm condição de determinar que o Estado, o Município contrate tantos Médicos? Cadê o orçamento? Cadê o financeiro? Mas eu fico ouvindo Vossa Excelência falar com tanta propriedade e que bom que é o senhor, Doutor Neidson, que é o da área, preparado mais do que nós todos. Mas eu fico pensando, anos atrás os Municípios não tinham esse suporte tão grande que o Estado muitas vezes dá, é lógico que nós temos que cobrar, quanto mais muito melhor. Mas Costa Marques já teve saúde, lógico, básica, mas teve, e não é atrativo mesmo, mas hoje, graças a Deus, nós temos mais Médicos. Aquele tempo, Deputado, faltavam Médicos, ninguém iria para Costa Marques, ninguém iria para esses lugares. Hoje, nós temos Médicos formados em Rondônia, que tem gente que não tem contrato aqui em Rondônia e está indo para Rondolândia, para outros municípios do Mato Grosso porque não tem contratos aqui, não tem trabalho aqui em Rondônia. O senhor acredita isso?

Eu fico pensando, se cada um fizer a sua parte, porque tem muita gente fácil, eu vou entregar a Saúde para o Estado, é fácil, mas nós sabemos que cada um tem a sua obrigação. Aqui, o Deputado Follador sabe disso, Vossa Excelência sabe disso, e todos os Deputados aqui sabem porque são parceiros de Prefeitos e Vereadores. Então, é muito fácil a gente cobrar. Às vezes a gente busca aonde não tem as coisas, mas tem gente muito folgada por aí, que não é o caso de Costa Marques, porque é o senhor quem está falando, eu vou acreditar, mas tudo entregando. Tem município aí, como é o caso de Espigão, que não está se fazendo parto, tem dia para a mulher ganhar neném e cesárea. Há 30 anos fazia até cesárea com eclâmpsia e nós dávamos conta.

Então, tem muita gente que está no topo do poder e não está cumprindo nem com o mínimo das suas obrigações, isso é só um, não sei se eu estou até errando, é um desabafo, eu sei o que nós fazíamos entre nós Prefeitos para se fazer saúde, um acudia o outro e nós fazíamos saúde, saúde com amor, é com dinheiro que se faz, mas se não tiver amor, não tiver responsabilidade, não vai se fazer também.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputada Lúcia, em Alvorada também, eu recebi agora, estava lendo o *facebook*, não tinha médico ontem, parece que hoje e falta um monte de coisa, falta muito é gestão. Agora, Costa Marques, está aqui o Deputado Lebrão que tem conhecimento, que é da região, que é de lá Costa Marques, na verdade é um município que o Estado assumiu o compromisso e o município, Deputado Lebrão, com uma dívida histórica, é um município que dia 10, dia 20 a FPM vem zerada e não passaram com certeza. Então, eu só queria fazer essa cobrança, porque como foi feita uma Audiência e o Secretário se comprometeu, Deputado Cleiton, e o Secretário tem fé pública quando fala, Deputado Lebrão, mas tem que cumprir, se não puder tem que falar aqui: “não posso”. Mas quando fala que pode, tem que cumprir, porque é a população que está pagando o preço e a população que está sofrendo.

Eu gostaria também de dizer de um Voto de Louvor, não sei se o Deputado Lebrão quer falar desse tema? Bem, à vontade. Voto de Louvor que nós estamos apresentando, Deputado Luizinho, à Igreja Missionária Unida dos Jardins dos Migrantes, no município de Ji-Paraná, que está completando agora 27 anos, eu queria deixar aqui ao Pastor Presidente, Pastor Arivelton da Silva, ao Pastor Kenedy Arcanjo, que é o Vice; ao Pastor Alex, Pastor Paulo Sérgio, Pastor Joarez Jardim, da Igreja, aos 27 anos de trabalho da Igreja Missionária Unida dos Jardins dos Migrantes, no município de Ji-Paraná.

A presente homenagem ela é fruto do reconhecimento dessa Instituição pela passagem dos 27 anos.

“A Igreja Missionária Unida está em todos os continentes, chegou ao Brasil em 1969, através dos missionários americanos, tendo seu início na cidade de Xambrê, no Estado do Paraná, poucos anos depois instalou sua sede em Maringá.

Em 1972, Rondônia recebeu os primeiros missionários, sendo os Pastores Antônio Carlos Ramos e sua esposa Marlene do Amaral Ramos, que até a presente data residem em Porto Velho e continuam firmes nessa obra.

Em Ji-Paraná, a denominação iniciou-se no ano de 1976, no bairro Nova Brasília, que ainda era a antiga Vila Rondônia, e com o crescimento se expandiu dando início à Igreja Missionária Unida Jardim dos Migrantes, que realizou o primeiro culto em 1987, sob a direção do Pastor Carlos Couto e dos Missionários Canadenses Pastor Merwin e sua esposa Lucila. Em 1988, se tornou oficialmente uma Igreja, que até o momento tem sido muito abençoada. A Igreja Missionária Unida Jardim dos Migrantes, ao longo desses anos, fundou outras igrejas em alguns bairros da cidade de Ji-Paraná, desenvolvendo vários projetos que buscam ajudar o ser humano na sua integralidade. Dentre os mais relevantes estão o CADI – Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, que visa ajudar o desenvolvimento das famílias carentes.

O GARRA – Grupo de Apoio, Resgate e Restauração de Alcoólicos, que atua na recuperação de apenados que são enviados pela Justiça para cumprirem penas alternativas.

E o CAIF – Centro de Assistência Integral à Família, que era antiga Casa do Menor, administrado pela Igreja Missionária Unida, que é essa entidade que auxilia crianças em situação de vulnerabilidade familiar”.

Então, eu queria deixar aqui e solicitar aos colegas o apoio para nós aprovarmos esse Voto de Louvor, que é a maior honraria que esta Casa concede a uma Instituição Jurídica pela

justa homenagem e pelo trabalho que fazem todos os pastores através do Pastor Presidente, Pastor Arivelton da Silva, todos os obreiros, os presbíteros, a todos os membros da Igreja Missionária Unida lá do Jardim dos Migrantes, no município de Ji-Paraná. Gostaria de solicitar o apoio dos colegas nessa justa homenagem que esta Casa, através do nosso Requerimento, mas com a parceria e o apoio de todos os colegas Deputados, com certeza, vai estar aprovando e votando agora no Plenário desta Casa.

Também queria, gostaria de agradecer a visita que tive hoje do Presidente da Câmara do Município de Teixeiraópolis, nosso Presidente, o Josemar Teixeira, acompanhado do Vereador Jean Vieira e das Assessoras, a Luana e a Andressa; também recebi hoje no gabinete o nosso Presidente da ACAVER – União das Câmaras de Vereadores de Rondônia, o Jairo Benetti, acompanhado de outras lideranças e a presença e a visita do Vereador Marcão e do Vereador Darci Cabeção do Município de São Miguel do Guaporé.

Queria agradecer e agradecer o tempo e os apartes dos nobres Colegas.

(Às 18 horas e 48 minutos o senhor Adelino Follador passou a Presidência ao senhor Luizinho Goebel)

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Ainda no Grande Expediente, com apartes, até por 20 minutos, o Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Senhor Presidente, senhores Deputados, pessoal aqui presente, imprensa. Para nós é um prazer, mais uma vez, vir a esta tribuna para registrar vários assuntos importantes. Entre eles, o Deputado Cleiton já falou aqui, mas eu quero reiterar esse fato importante aqui em Porto Velho, que foi a Portoagro, que é um evento que chamou a atenção. É o começo de um trabalho dos empresários junto com a Prefeitura, junto com o Governo do Estado, com a Assembleia Legislativa, mas eu quero enfatizar que o bom trabalho do Adélio, que é uma pessoa que eu conheço aqui desde 1977, que cheguei em Rondônia, pioneiro, e fez um grande trabalho junto às empresas, junto ao trabalho aqui em Rondônia e como Presidente dessa organização fez um grande trabalho. Conseguiu buscar apoio para poder marcar mais, ter mais esse marco na agricultura de Rondônia e de Porto Velho.

Quero aproveitar também, neste momento, registrar, que eu estive em Buritis, onde o DER está fazendo um trabalho na Avenida Porto Velho, Avenida Rio Branco e graças a Deus agora o pessoal está começando a ficar satisfeito porque o serviço está saindo. Então, agradecer e parabenizar o Coronel Caetano e o Governador por esse trabalho, que é uma promessa, um anseio daquela comunidade, o Deputado Saulo sabe muito bem, é da nossa região, os Deputados, a maioria esteve lá e Buritis está precisando muito do apoio, que tem uma crise muito grande lá, financeira, administrativa e também política. Buritis passa por sérios problemas. Esperamos que o próximo Prefeito seja feliz, os próprios Vereadores sejam pessoas que sejam eleitas com objetivo de organizar aquela comunidade. Buritis é um município viável, um município que tem tudo para explodir. Aquela comunidade organizada lá, com certeza está progredindo muito, precisa que o poder público acompanhe. É muito importante.

O Sr. Cleiton Roque – Deputado Adelino, me concede um aparte?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Cleiton.

O Sr. Cleiton Roque – Aproveitar que Vossa Excelência está falando sobre Buritis, parabenizar pelo discurso, parabenizar pelo discurso. A gente sabe que o senhor é um Deputado que anda muito, não é? Então, a gente percebe que sua região ali, o município de Buritis faz parte daquele trecho do Vale do Jamari, municípios da grande Ariquemes, Cacaulândia, enfim. Todo mundo sabia e eu acredito que a situação lá daquelas duas avenidas deixava, eu acredito, o Estado inteiro, a classe política do Estado inteiro realmente preocupada com a situação, porque interferia diretamente na autoestima daquele município. O Governo do Estado assumiu um compromisso o ano passado, cumpriu o compromisso, está cumprindo, está concluindo um compromisso. A gente sabe da dificuldade. O socorro ao município de Buritis se soma a tantos outros municípios como Urupá, do Deputado Edson, como Alvorada, do Deputado Laerte, como outros municípios, Presidente Médici ali, na região central do Estado e tantos outros municípios que ainda clamam por esse apoio. Então, o Governo tem ajudado da maneira que pode. Muitas vezes até mesmo deixando, e isso não pode acontecer, a responsabilidade que tem das rodovias estaduais, muitas vezes para prestar um socorro imediato a uma Prefeitura. Mas eu saúdo Vossa Excelência e me junto aí nessa ideia, enaltecendo essa ação do DER e do importante município de Buritis. Muito obrigado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero agradecer as palavras e dizer também que o DER tem que agir também, o Governo do Estado tem que inaugurar o restante da beira do Córrego lá naquelas obra, que ficou para inaugurar e aí ligaram as lâmpadas e desligaram porque o Governador não foi lá inaugurar. E já estão destruindo tudo. Então eu vou, inclusive amanhã já marquei audiência com o Coronel Caetano para que ele providencie que ligue aquelas lâmpadas, senão cada vez mais o pessoal vai destruir e nós precisamos que aquilo seja agilizada a ligação.

Quero também dizer, estive em Cacaulândia, onde o acesso da BR até Cacaulândia se encontra em péssimas condições o asfalto, aí já conversei com o Capitão Lima lá em Ariquemes, da Residência, prometeu que essa semana vai fazer o tapa-buraco lá naquele trajeto, encontra-se hoje em péssimas condições, até ontem, e hoje ele falou que voltaria a trabalhar lá, espero que faça o mais rápido possível.

Eu quero aqui também aproveitar, dizer que nós estivemos em Jarú, aonde nós temos uma emenda para APAE de oitenta e um mil de equipamentos, já tivemos uma liberação para a APAE de Buritis, estivemos entregando uma VAN lá em Ariquemes também para APAE de Ariquemes, ajudamos também APAE de Itapuã, é um trabalho que a gente vem fazendo há muito tempo. E agora fiz uma visita, a primeira vez, em Jarú, que eles tinham me pedido uma emenda, eu encaminhei, mas não conhecia. A estrutura é muito boa, quero parabenizar os funcionários, duzentas e quarenta pessoas que participam de uma estrutura muito grande, e eu tiro o chapéu para aquelas pessoas, Professores que cuidam, os comerciantes

que estão dando apoio. Infelizmente, a Prefeitura, desde o começo do ano, desde janeiro que não repassa recurso e tem alguma cedência de funcionário do Estado, uma dificuldade muito grande, então nós fomos lá e vamos tentar agilizar o mais rápido possível que saia esse recurso.

Mas eu não poderia também, senhor Presidente, de deixar aqui neste momento de falar de um assunto que nos preocupa muito, que são os fiscais do Ministério da Agricultura, Deputado Saulo, Deputado Alex, Deputados da região de Ariquemes, nós temos um frigorífico hoje sendo adaptado nas exigências do Ministério, está quase pronto e não vai poder inaugurar, não vai poder funcionar porque não tem fiscal. Hoje, nós tivemos uma reunião junto com o Deputado Lazinho, junto com o Deputado Marcelino Tenório, junto com o Deputado Ribamar, lá no Ministério da Agricultura aonde tentamos fazer umas ações, Deputado Lazinho como Presidente da Comissão, entrou em contato com dois Senadores, Senador Acir, Senador Raupp, também o líder da bancada Nilton Capixaba, e esperamos que eles marquem essa audiência com o Ministério da Agricultura, com toda bancada possivelmente com os Deputados Estaduais que puderem ir, porque é um assunto constrangedor, Ministério mesmo, o delegado ali do Ministério da Agricultura, falou que tem frigorífico inclusive que quer dobrar a capacidade, quer matar mais um turno e não tem fiscais para colocar a disposição, isso é uma vergonha, então, nós temos o gado, temos o laticínio e não poder comercializar por falta de fiscais. O Governo Federal está deixando muito a desejar e possivelmente agora, tirando uma gratificação que está sendo pago aos fiscais que já tem idade para aposentar, são mais nove fiscais que vão se aposentar, que não vão ter mais como continuar, porque eles têm esse incentivo Deputado Marcelino, esteve lá, viu, e nos preocupa mais ainda, aí praticamente ali é um caos, tem um fiscal cuidando de três frigoríficos, é impossível. Então, também o Deputado Lazinho, está tentando marcar essa reunião amanhã com o Ministério Público Federal, para que a gente junto reveja uma situação, que lá em São Paulo, também já teve, tinha um convênio com o IDARON e esse convênio, foi interrompido, quem sabe com essa conversa que nós vamos ter com o Ministério Público Federal, nós consigamos paliativamente melhorar a situação. Mas com certeza, nós dependemos da bancada federal, deixar aqui um apelo a bancada federal, para que eles se empenhem junto a Ministra, junto a Presidente da República, para chamar os concursados para que eles resolvam definitivamente, nós não podemos conviver com essa situação. Então, lamentavelmente, o Estado de Rondônia, passa por essa situação, eu não sei se o restante do país também. Mas aqui, inclusive veio quatro fiscais de fora, se não, nós estaríamos pior ainda e nós precisamos resolver isso o mais rápido possível que é muito grave. Então, quero deixar essas minhas palavras e agradecer e dizer que o motivo de vir à tribuna hoje, foi esses assuntos. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Ouvimos às palavras do Deputado Adelino Follador. Ainda no Grande Expediente por até vinte minutos, com apartes o eminente Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES – Senhor Presidente, em exercício Deputado Luizinho Goebel, líder do Governo. Gostaria de cumprimentar a todos que estão compondo a Mesa, cumprimentar todos os Deputados, em nome do meu amigo Dr. Neidson, vou ser breve, rápido, sucinto Deputado Ribamar Araújo, meu amigo a quem eu tenho uma grande estima e apreso. Simplesmente para fazer uma crítica e também dizer que acompanhei desde início esse processo e infelizmente me parece que não está acabando bem Deputado Ribamar, que é a questão do transporte público coletivo aqui da nossa capital. Gostaria que o Deputado Hermínio Coelho, tivesse presente para acompanhar o discurso e também para colaborar com o tema, haja vista que em dado momento ele fez uma aposta, uma aposta um tanto quanto esdrúxula, mas que ele saiu vitorioso. O Deputado Hermínio Coelho, Deputada Glaucione, disse que se a frota de ônibus chegasse dentro do prazo que era agora essa semana, que ele não acreditava e ele duvidava que não viria, ele sairia de calcinha pelas ruas de Porto Velho e se não chegasse o Prefeito teria que sair de calcinha pelas ruas da cidade. Tomara que ele não cumpra isso porque seria mais um pesadelo para Porto Velho ter que ver o Prefeito nessas condições. Porque infelizmente, mais uma promessa não cumprida, mais um acordo não cumprido e mais uma vez a ponta fraca da corda está roendo e infelizmente o povo vai ter que se contentar com essas latas enferrujadas que atendem a todos os munícipes de Porto Velho. Em entrevista na TV Rondônia, eu acompanhei Deputado Ribamar, o Secretário Municipal de Trânsito, Transporte, Coronel Gutemberg, falando que não tem o que fazer e que tema previsão de multa pela rescisão contratual e que a empresa certamente vai pagar. E são inúmeros os relatos e as denúncias que essa empresa deve um cheque de oitocentos reais, não tem um ônibus em sua garagem, não tem sede própria, não tem garagem em Porto Velho, como que eles vão pagar um real dessa multa Deputado Hermínio. Estava falando agora a pouco, é bom que o senhor está presente, que teve uma aposta, na verdade o senhor desafiou o Prefeito do município de Porto Velho, que caso ele cumprisse o compromisso de entregar essa semana, o senhor iria de calcinha para ruas da cidade da nossa capital e logicamente, o senhor por conhecer a má gestão e a falta de comprometimento dessa administração, logicamente o senhor está muito bem trajado, diga-se por sinal, que não será necessário, mas também quero que o Prefeito não cumpra que será mais um pesadelo ter que vê-lo de calcinha pelas ruas da nossa cidade. Mas, parabéns, isso mostra que o senhor conhece a realidade e o senhor sabe com quem está mexendo. E eu falei que um fato lamentável de tudo isso que tem um certo tom de brincadeira, mas seria cômico se não fosse trágico. É que mais uma vez a população vai ficar a ver navios e melhor do que isso, vai ficar vendo ônibus de qualidade, com elevadores, com acessibilidade, com ar condicionado, 180 ônibus, até nos mostraram Deputado Jesuíno, a foto da frota vindo em direção a Porto Velho. É mais um devaneio, é mais uma miragem, é mais uma mentira dessa administração. Infelizmente não tem ônibus e nós estamos no final desse poço, parece que quanto pior fica, melhor para eles. E o Deputado Aécio, sempre nos alerta, nada está tão ruim que não possa piorar. Está aí mais uma vez quebrando os paradigmas, quebrando qualquer máxima imposta pela história da

humanidade, o nosso prefeito da capital de Porto Velho, a capital de todos os Deputados Estaduais, mais uma vez deixando a desejar e rindo da cara de quem mais precisa. Porque eu digo isso com tranquilidade, eu não acesso um ônibus há quase dois anos, foi quando eu fui fazer uma vistoria no nosso transporte público, solicitei uma abertura de CPI para nós verificarmos os contratos e mais do que isso, a quebra do contrato, que não estavam respeitando o contrato ora fidelizado e é uma concessão do poder público para as instituições, as empresas privadas. Naquele momento sugerir uma CPI, foi criada e vocês como sabem, quando se cria uma CPI Deputado Hermínio, praxe é que o proponente faça parte da CPI, naquela oportunidade na Câmara Municipal, o Prefeito detinha a maioria dos vereadores na sua base de sustentação e me tiraram da CPI. Logicamente, aconteceu o pior, ela foi, ela foi arquivada de plano sem investigar bulhufas alguma. Então, a gente fica muito chateado, mito decepcionado e logicamente Deputado Ribamar, que também tem uma vasta história política, na perspectiva de que venha melhorar. Eu apresentei um pedido, um pedido para que conseguisse colaborar a administração municipal Deputado Cleiton Roque, apresentando uma emenda que é algo que o Deputado pode fazer de forma direta, imediata que depende só dele, uma emenda parlamentar, até hoje não recebi respostas se eles aceitariam a minha emenda parlamentar. Então lógico que isso desaponta, isso decepciona eu não tenho cor, não tenho rancor, não tenho ódio da administração, mas certamente eu não estou com a venda nos olhos, e nós enxergamos diariamente essa constatação do péssimo serviço prestado por essa administração da Prefeitura Municipal de Porto Velho. Deputado Hermínio.

O Sr. Hermínio Coelho – Léo obrigado pelo aparte, eu queria primeiro dizer que esse Prefeito ele é tão mentiroso que eu não onde foi que ele arrumou esse negocio dessa aposta, não sei onde ele arrumou que eu nunca fiz aposta nenhuma com o Mauro, muito pior de andar de calcinha, sou muito feio para andar de calcinha sabe Ribamar, não tinha como eu fazer esse tipo de aposta não. Eu nunca fiz, eu não onde ele arrumou isso, que ele andou dizendo; ele falou isso, o Hermínio falou isso, desafiou e eu vou cumprir, vou melhorar, vou colocar ônibus novos na cidade e ele vai ter que andar, desfilar. Graças a Deus ele não cumpriu que eu não vou, apesar que eu não ia cumprir porque eu nunca falei isso.

O SR. LÉO MORAES – Não, e o senhor ia ganhar a aposta também.

O Sr. Hermínio Coelho – Mesmo se ele tivesse conseguido mudar eu não ia pagar porque eu não fiz esse tipo de aposta com ele, até nisso ele é mentiroso, é um safado, esse turco é um safado de marca maior. E o irmão dele é pior do que ele ainda, inclusive eu até brinco às vezes os caras falam “ não, mas o Mauro ele é assim, mas ele é muito honesto”. E eu digo; é lógico, ele não precisa roubar, o irmão faz pelos dois. Por que Dr. Ribamar não tem, eu não sei como o cara diz que é tão honesto e coloca o irmão para comandar tudo que qualquer coisa que você for naquela sala do Gilson Nazif você só consegue fazer qualquer coisa lá com maracutaia, se for com treta, e o cara fica. A tristeza maior sabe o que é Léo, e o

risco que nós corremos de reeleger o Mauro Nazif. Eu sei que você é o nome que está aí pode ser uma opção para o povo de Porto Velho, dr. Ribamar também pode ser outra, a Mariana, a Mariana eu não se vai ser candidata, mas tem hora que eu desanimo com a Mariana, mesmo eu gosto demais da Mariana mais eu não se hoje se a Mariana tinha, o município de Porto Velho é muito difícil de se governar ele, nós precisamos de, não é questão de gênero, mas eu não sei se o perfil da mariana seria a pessoa ideal para essa cidade tomar um rumo. Mas eu espero, tenho muita fé em Deus, Porto Velho, não acredito que nós temos tanto pecado para ter que aguentar essas tranqueiras, que uns que vem substituindo é um pior do que o outro. A gente achava que o Carlinhos Camurça era ruim, veio o Roberto, era pior. Acha que o Roberto não tinha como ser pior, aí veio o Nazif, consegue ser pior do o Sobrinho. Mas para mim essa questão do transporte coletivo foi uma covardia que ele fez, não chamou a associação, fez tudo de forma na base da maracutaia, ele nem um processo sério porque se ele faz um processo sério, ele tirado essas empresas e já tinha outras empresas aqui. Agora o problema que até o próprio picareta não teve condição de atender, por que lá em Mossoró Léo, lá ele conseguiu só era 17 ônibus, ele conseguiu comprar fiado esses ônibus, aí está lá em Mossoró não paga os funcionários, não pagou os ônibus que ele comprou fiado e agora ele não tem moral para comprar nem um ônibus para trazer para Porto Velho. E diz que tem uma multa de oito milhões, que a Prefeitura é obrigada a aplicar por que a empresa não cumpriu. Então é só aí, a bicha antes mesmo de vir se instalar já se quebrou, oito milhões de multa. E outra coisa, do jeito que está o transporte coletivo em Porto Velho, o empresário decente não assumi isso aqui, um empresário que tenha responsabilidade, a própria Cascavel vai lá no Grupo Cascavel e oferece se eles querem vir para Porto Velho, não vem. Isso aqui é um abacaxi. Enquanto não resolver várias situações do transporte coletivo de Porto Velho, empresas decentes não vem para a nossa cidade. Por isso Léo, obrigado pelo aparte, e dizer que infelizmente esse Nazif, foi mais uma fraude para o nosso município e o transporte coletivo está aí, é a prova da incompetência e da safadeza desse governo do Prefeito, dos irmãos nazistas.

O SR. LÉO MORAES – Quero agradecer a intervenção do deputado Hermínio Coelho, fico feliz, em saber que não houve essa aposta, que foi veiculada na imprensa, então dos males o menor. Nós não veremos o Prefeito de calcinha pela cidade, já é um avanço. E dizer ao deputado Hermínio Coelho que enquanto tiver um Prefeito que toma conta da cidade como se fosse o quintal da sua casa deputado Ribamar, sem planejamento, sem equipe técnica e sem comprometimento, alguém que diuturnamente trabalhe para realmente desfazer esse emaranhado que existe em Porto Velho, nós não vamos sair do lugar. E aí falam tanto que tem a cabeça do burro enterrada em Porto Velho, nós aqui os representantes de Porto Velho tem por obrigação debater e discutir Porto Velho, e debater e discutir o processo eleitoral, não é pecado discutir o processo que está por vir, nós temos que fazer o quê? Parte das discussões e saber qual é o melhor caminho. É hora de nos unirmos e de apresentarmos uma solução. Ninguém faz nada da noite para o dia, não tem nenhum charlatão aqui, não tem

nenhum enganador, nenhum falso profeta, mas discutir o que é a agenda de Porto Velho, qual é a plataforma de trabalho, qual o compromisso prioritário que nós devemos ter. E não simplesmente falar que vão acabar com a enchente, que não acabaram, que não acabaram, que vão construir 40 Creches e não souberam de onde tirar o dinheiro. Até hoje as 40 Creches não foram construídas, que vão inaugurar o Posto de Saúde do Três Marias, que até hoje, do Posto do 28, que até hoje, do Posto do Lagoinha, que vai melhorar o transporte público e fazer mobilidade urbana, até hoje também não tem. Até hoje Porto Velho continua sendo a Capital que mais mata no trânsito e no transporte. Todo mundo que tem o direito de ir e vir, de ter a sua integridade física prejudicada, então são vários problemas, problemas, problemas. A gente viaja por aí, Deputado Ribamar, ou seja, viver muitas vezes de férias, ou agora na condição de Deputado nos Encontros dos Deputados, e nós já vemos Capitais discutindo outras coisas, e nós ainda estamos no mínimo de infraestrutura. Nós estamos ainda tentando sobreviver para depois gerar qualidade de vida. Fica aqui, logicamente, aqui a minha crítica saudável de que a administração se coloque como tal e tome conta de todo mundo que aqui vive e que aceite, se ainda tiver tempo, a Emenda desse Parlamentar para trabalhar Porto Velho. E também criticar a péssima sinalização semafórica, um tanto de prejuízos que estão trazendo para todos nós. Colocaram semáforos ali na Lauro Sodré com a Costa e Silva, Imigrantes, e agora a fila está ficando quilométrica. Eles já desligaram o semáforo porque realmente está acarretando fila de minutos e minutos e minutos. As pessoas no horário de pico não conseguem atravessar e aí já fica aquele bololô ali, e realmente, o pessoal está muito indignado. Tanto é que eles desligaram agora esses semáforos para continuar do jeito que estava. Então se não quer ajudar, pelo menos não atrapalhe. Se não tiver cronograma de trabalho, fique do que jeito que está, ou passe o bastão que a gente agradece. Então fica aqui a minha crítica, muito obrigado pela participação de todos. O Deputado Aécio se quiser se manifestar também fique a vontade.

O Sr. Aécio da TV – Eu quero só reforçar, Deputado Léo, as suas colocações, porque nós acompanhamos a história das 40 Creches. Nós tivemos a oportunidade de acompanhar a história das 40 creches, que foi prometido na campanha, e que felizmente já haviam 09, e que felizmente já haviam 09 construídas na administração anterior. Dessas 09 que já estavam quase construídas, 02 foram inauguradas.

O SR. LÉO MORAES – A do Parque Amazônia...

O Sr. Aécio da TV – E a do Jardim Santana.

O SR. LÉO MORAES – Do Jardim Santana.

O Sr. Aécio da TV – As outras 07 nem sequer depois de três anos conseguiu concluir, aquela lá do Lagoinha, bem pertinho do Posto de Saúde, que faz parte do Areia Branca.

O SR. LÉO MORAES – Do Nacional.

O Sr. Aécio da TV – Do Nacional são 07, não conseguiram concluir as que já estavam praticamente prontas. Tivemos o

caso do Posto Lagoinha, semana passada eu estive lá fazendo matéria, filmei lá umas 10 vezes, e vi o pessoal lá aparentemente querendo começar a trabalhar, ou seja, parece que aquele Posto de Saúde que ficou pronto em novembro de 2012, que em novembro de 2013 e foi saqueado, quebrado por indignação da população porque estava pronto, estava equipado e não inaugurava e nem colocava ninguém para cuidar. Estava lá à vontade, e ninguém foi responsabilizado por aquele enorme prejuízo causado pela sociedade. Foi saqueado e quebrado em novembro de 2013 o Secretário foi lá na Câmara Municipal para dizer que inaugurava em 03 meses.

O SR. LÉO MORAES – 90 dias.

O Sr. Aélcio da TV – Em 90 dias. Isso em novembro de 2013, até agora não foi inaugurado, ainda. E a população clama, aquela população ali. Agora, hoje, eu queria fazer um comentário que merece um Voto de Louvor as Empresas Três Marias e a outra é a Rio Madeira. Essas duas Empresas merecem um voto de Louvor por parte do Prefeito Mauro Nazif. Graças a essas duas Empresas, hoje, a Prefeitura não foi incendiada, a casa do Prefeito não foi incendiada, sabe por quê? Porque essas empresas precisavam parar suas atividades, domingo dia 27, porque domingo dia 27 iniciaria uma nova empresa já que quebrou o monopólio e uma nova empresa começou trabalhar domingo dia 27. Imagina os senhores se por um acaso essas empresas tivessem obedecido o cronograma que foi feito quando quebrou o monopólio e elas tivessem parado, no sábado dia 26, você imagina Porto Velho sem nenhum ônibus domingo, segunda e terça, hoje Porto Velho estava um caos, hoje eu tenho certeza que nós estávamos vivendo o pior caos da história de Porto Velho, felizmente, as empresas não paralisaram as suas atividades, felizmente. Por isso eu quero sugerir a Prefeitura Municipal, o Prefeito Mauro Nazif, fazer um Voto de Louvor a essas empresas por não terem paralisado as suas atividades porque a empresa que ia começar dia 27 ninguém viu, nem vai ver, não tem como a empresa aparecer para receber R\$ 2,60, eu tenho falado isso sempre com o Deputado Airton, ele diz: “nós temos, o Grupo EUCATUR tem 600 ônibus em Manaus, mas não tem como concorrer, trazer ônibus aqui, a R\$ 2,60, dá prejuízo”. Ninguém vai conseguir fazer transporte coletivo tomando prejuízo. Então, nesses três anos tentando quebrar as duas empresas hoje, as duas empresas salvaram a administração municipal de um caos que poderia está acontecendo hoje no município de Porto Velho.

Obrigado.

O SR. LÉO MORAES – Obrigado Deputado Aélcio. Está coberto de razão em relação ao caos e logicamente que eles recebem para ficar com esses dias a mais, não é de graça, eles não são Franciscanos e logicamente que também nós não podemos admitir manter essa síndrome do cachorro vira-lata em Porto Velho e se contentar com pouco, eles estão nos salvando do mal maior, mas certamente, essas latas enferrujadas elas devem ser trocadas e que pode ser revista a questão do valor? Talvez, talvez. Eu, no ônibus que eu tive acesso, eu fui até ao final da Zona Sul e encontrei uma senhora com a filha com paralisia cerebral, Deputado Airton, e acabou que logo no ônibus que eu estava o motorista teve a boa iniciativa de parar o seu

ônibus juntamente com o cobrador e alça-la até o ônibus e ela nos relatou que estava mesmo há quatro horas aguardando porque não tinha elevador e porque nenhum vivente parou para ela entrar e as empresas de ônibus elas alegam que não tem malha viária adequada, não tem como manter a refrigeração e muito menos as suas peças em perfeito estado e isso aumenta, onera a empresa de transporte público. Então, logicamente que é um efeito cascata, é uma cadeia de prejuízos que vai culminar no aumento da tarifa de ônibus. Então, só para deixar registrado e esse repúdio de todos os Deputados da capital em relação ao transporte público coletivo do município de Porto Velho.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Vossa Excelência já está finalizando. Só para corroborar com a ideia do Deputado Léo Moraes, tem uma matéria está num site, o site especifica a Empresa Ocimar ela tem um problema lá no Estado que ele operava, eles queriam operar agora, trazer 30 ônibus e a proposta seria 181, mas já existe uma meta Deputado Léo Moraes, já é um acordo, pré-acordo e o próprio Prefeito Mauro Nazif falou, com 30 dias vai propor um aumento na tarifa para R\$4,00, vai para quase R\$ 4,00 essa é a proposta que já vai está em acordada, por isso que a Empresa Ocimar teve o interesse, Deputado Airton, em trazer essa empresa, não é por conta dos R\$ 2,60 como Vossa Excelência falou, que R\$ 2,60 ele traz nem 30, nem 10,...

O SR. LÉO MORAES – Não traz, não traz.

O Sr. Jesuíno Boabaid – Então é uma falácia, não tem como trazer. O Tribunal de Justiça agora, ganha o meu repúdio, como é que mantém uma sentença, porque a Câmara de Vereadores já tinha anulado esse decreto, vários vereadores fizeram denúncia, procuraram o Tribunal de Contas, aí o Tribunal de Justiça vem e mantém essa situação ainda. Então, é algo que, se o vereador está falando: “olha, não é para fazer”, ele tem ciência que é o fiscal municipal e aí a Justiça mantém a sentença! Agora eu quero perguntar agora para o Tribunal de Justiça: “quem é que vai pagar agora para as empresas Três Marias e a outra empresa a Rio Madeira por estarem operando, agora fazendo agora a operação que era do Ocimar”, me explica agora Tribunal de Justiça? Eu se fosse Desembargador revogava na hora, de plano, porque foi um ato realmente que feriu de morte, feriu de morte, não só atacou o cidadão rondoniense, mas sim os porto-velhenses que hoje precisam de transporte coletivo. E ele falava que está de encontro às empresas, está de encontro ao povo de Porto Velho. Ele falava isso. Porque eu, o Deputado Hermínio, os senhores também estiveram na época lá, defendendo a questão dos trabalhadores e aí a entrevista, alguns sites e algumas empresas, no caso, de notícia, de televisão inclusive, ele tinha espaço, ele falava ‘as pessoas que estão contra isso, estão contra o povo de Porto Velho, que a gente quer dar um transporte coletivo de qualidade, um transporte coletivo de ar condicionado’. Então, é tudo mentira! Tudo mentira! Não passou de uma falácia, não passou de uma inverdade, e agora a gente tinha que, os Vereadores tinham que propor uma ação contra o Prefeito por promover uma questão de promessa... Então ele deve ter, enquadrar no Regimento daquela Casa. Então, muito obrigado pelo aparte.

O SR. LÉO MORAES – Obrigado, Deputado Jesuíno. Parabéns. Eu acompanhei o seu engajamento, o senhor acompanhou também diariamente, essa celeuma que foi causada, esse transtorno, e me parece que não vai acabar tão cedo.

O Sr. Adelino Follador – Deputado, me permite um aparte?

O SR. LÉO MORAES – Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador - Quero parabenizá-lo, Deputado Léo Moraes, por trazer esse assunto. E nós acompanhamos, inclusive o jornalista Everton Leoni, ex-deputado estadual, mostrou inclusive uma filmagem da empresa, inclusive os ônibus, o tipo de ônibus lá em Mossoró, os ônibus que têm lá, mostrou os funcionários lá parados, mostrou a estrutura da empresa, que não tem nada. Como é que vai trazer 180 ônibus? Como é que alguém acreditou nisso? Como é que o Prefeito conseguiu acreditar nisso? Eu queria saber isso, qual o segredo disso. Com certeza é uma vergonha e mais uma vez está enganando a população de Porto Velho e essas conversas de jogar, disse que o pessoal, quem era contra, era contra a população, que não queria ônibus novo e a tarifa disse que não ia aumentar de R\$ 2,60. Então, com certeza, e com essa inflação, que está tendo, com o aumento do óleo diesel, não tem empresa que vai aguentar. Mas também tem que falar, tem que ser mais sincero com a população, não tentar enganar. E essa empresa jamais, inclusive tem outra empresa que participou, que fez proposta e foi desclassificada, que poderia, de repente, ter... Por que é que não trouxe as duas empresas? Por que é que não colocou duas empresas? Por que é que, de repente, não colocou uma terceira empresa e deu oportunidade? É uma falácia e aí a população, esses dias, eu tenho um pessoal aqui em Porto Velho que mora na periferia, esses dias eu fui buscar uma pessoa que chegou de ônibus, o ônibus tinha três vezes mais de pessoas do que tinha capacidade de estar dentro do ônibus. Isso aí é impossível, é um desrespeito com a população aqui de Porto Velho. Com certeza deixar minha indignação e parabenizar o Deputado Léo pelo seu pronunciamento, pelos Deputados aqui de Porto Velho e nós também que somos do interior, mas tenho minha filha e meus genros, o pessoal que mora aqui em Porto Velho, a gente vê que a situação é trágica e a gente assistiu aos programas de televisão e vê o Prefeito confirmando, o Secretário confirmando, dizendo que tudo é mentira e que tudo ia acontecer e agora viu que não aconteceu nada. Obrigado.

O SR. LÉO MORAES – Obrigado, Deputado Adelino. Sempre pede a palavra e intercede pelo município de Porto Velho, está sempre antenado nas questões da nossa capital. Depois também apresentar um dicionário para a Prefeitura, Deputado Jesuíno, para que eles possam entender o significado de monopólio. Eu não entendo como esse monopólio, sai duas empresas e assumi só uma. Eu acho que é algo, no mínimo, controverso, que nos chama a atenção. E fazer um alerta, que é lamentável porque o inverno está chegando, as nossas ruas estão piorando e logicamente o transporte público cobrará essa fatura para o contribuinte, para o cidadão, para o usuário. Então, muito obrigado pelos apartes e muito obrigado também pela participação e sensibilidade de todos os colegas.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Não há mais oradores inscritos no Grande Expediente, portanto passamos às Comunicações de Lideranças. Também não há oradores inscritos. Encerradas as Comunicações de Lideranças, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Proceda à leitura das proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados, Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar o artigo 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com os Estados e Distrito Federal.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Aprova apresentação à Câmara de Deputados, Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar o inciso I e suas alíneas 'a' e 'b' do artigo 159 da Constituição Federal, para o fim de modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Aprova apresentação à Câmara de Deputados, Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando acrescentar inciso IV do artigo 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA. Aprova apresentação à Câmara de Deputados, Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os artigos 166 e o artigo 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% (dez por cento) de sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do cômputo deste percentual as emendas parlamentares ao orçamento federal.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS JESUÍNO BOABAID E LAZINHO DA FETAGRO. Requer Audiência Pública para o dia 19 de outubro 2015, às 15 horas, para discutir e analisar a saúde e violência contra a mulher no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer criação de Comissão Temporária Especial, com finalidade de apurar os constantes apagões de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar, para Messias Pereira da Silva, aluno do Curso de Formação de Agente Penitenciário, que faleceu no dia 24/09/2015, decorrente de acidente de trânsito na BR-364.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar, para Thyago Correia Barreto, aluno do Curso de Formação de Agente Penitenciário, que faleceu no dia 24/09/2015, decorrente de acidente de trânsito na BR-364.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar para Antônio Carlos Procópio, aluno do Curso de Formação de Agente Penitenciário, que faleceu no dia 24/09/2015, decorrente de acidente na BR-364.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DA MESA DIRETORA. Acrescenta e altera dispositivos à Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, que “reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia a Supervisão de Gestão de Pessoas – (SUGESPE), pedido de informações sobre com será realizado o funcionamento, e a forma de gestão do Barco Hospitalar de Guajará-Mirim.

- PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR. Proíbe a cobrança de qualquer quantia dos consumidores pelo extravio ou danificação de comanda, cartão de consumo ou congênere.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL. Declara Utilidade Pública Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Terra Boa - APROTEB, com sede no Distrito de Terra Boa no Município de Alvorada d'Oeste/RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer a Mesa na forma Regimental “Voto de Louvor” ao Jornal Correio Popular.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Requer informações do Governador do Estado e do Departamento de Estradas e Rodagens – DER, sobre andamento do Projeto de asfaltamento da RO 133 (Estrada da Figueira) que liga Espigão d'Oeste à Rodovia do Café.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA. Requer informações do Governador do Estado e do Departamento de Estradas e Rodagens – DER, sobre andamento do Projeto de asfaltamento da RO 133 (Estrada do Calcário) que liga Espigão d'Oeste à Usina de Calcário.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer à Mesa Diretora “Voto de Louvor” para a Igreja Missionária Unida Jardim dos Migrantes, localizada no município de Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Requer informações à Campanha de Mineração de Rondônia – CMR referente aos motivos que geraram a queda de produção do calcário produzido pela usina localizada no Município de Pimenta Bueno.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Carlos Reis, no trecho entre as Ruas União e Petrolina, bairro Mariana, no município de Porto Velho – Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Mangabeira, bairro Marcos Freire, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua 10ª, Avenida e Linhão, no trecho entre as Ruas Coronel Otávio Reis e Caju, bairro Nova Esperança II, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Caju, no trecho entre as Linhão e Caju, bairro Nova Esperança II, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Rajá, no trecho entre as Ruas Juventus e Vitória Régia, bairro Eldorado, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Vitória Régia, no trecho entre as Ruas Pau Ferro e Araras, bairro Eldorado, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Vitória Régia, no trecho entre as Ruas Jacundá e Aquariquara, bairro Eldorado, no município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Margarida, no trecho entre as Ruas Vitória Régia e Orquídea, bairro Eldorado, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Candeias, no trecho entre as Ruas Vitória Régia e Orquídea, bairro Eldorado, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Saul, no trecho entre as Ruas Juventus e Vitória Régia, bairro Eldorado, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Atílio Lima, no trecho entre a Av. José Vieira Caúla e Rua Halmerio Melo, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Batista Neto, no trecho entre a Av. José Vieira Caúla e Rua Halmerio Melo, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES,** indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Mestre Valentim, no trecho entre a Rua Halmerio Melo ao Final da Rua, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Jovenina Barros, no trecho entre as Ruas Batista Neto e Dona Airam, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Joaquim Brito, no trecho entre as Ruas Leon da Costa e Martins Pena, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER,

que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Antônio Violão, no trecho entre a Av. José Vieira Caúla ao Final da Rua, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Dona Airam, no trecho entre a Rua Halmerio Melo ao Final da Rua, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Rodolfo Amoeda, no trecho entre a Rua Norberto Dantas ao Final da Rua, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Leon da Costa, no trecho entre as Ruas Norberto Dantas e Jovenina Barros, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Modigliani, no trecho entre as Ruas Neuza e Cristina, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Alfredo Volpi, no trecho entre a Rua 10 de Outubro ao Final da Rua, bairro Esperança da Comunidade, município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Gilberto Freire, no trecho entre a Rua Sheila Regina ao Final da Rua, bairro Esperança da Comunidade, município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Milton Costa, no trecho entre as Ruas Sheila Regina e Cosmos, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Ivan Serra, no trecho entre a Rua Jovenina Barros ao Final da Rua, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Neuza, no trecho entre as Ruas Daniela e Marcela, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Marcela, no trecho entre a Av. José Vieira Caúla e Av. Pinheiro Machado, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua José Osmar, no trecho entre as Ruas Cristina e Fábila, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Thelma Regina, no trecho entre a Rua Fábila e Av. José Vieira Caúla, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Valéria, no trecho entre a Rua Cristina e Av. José Vieira Caúla, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Fabiana, no trecho entre a Rua Daniela e Av. Mamoré, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER,

que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Damian, no trecho da Rua Gilberto Freire, Final da Rua, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Halmerio Melo, no trecho entre as ruas Edgar Graeff e Antônio Violão, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Norberto Dantas, no trecho entre as Ruas Edgar Graeff e Almeida Júnior, bairro Esperança da Comunidade, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Vila Nova, no trecho entre a Rua da Cidade ao Final da Rua, bairro Três Marias, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Santa Cruz, no trecho entre a Rua Canaã ao Final da Rua, bairro Três Marias, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Guarani, entre a Rua Canal ao Final da Rua, bairro Três Marias, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Canaã, no trecho entre as Ruas Guarani e Vila Nova, bairro Três Marias, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Ponte Preta, no trecho entre as Ruas Vila Nova e Vasco da Gama, bairro Três Marias, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Vera, no trecho entre as Ruas Ananias F. de Andrade e Inglaterra, bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Machado de Assis, no trecho entre a Rua Maria de Lourdes e Av. José Vieira Caúla, bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Cristina, no trecho entre as ruas Ananias F. de Andrade e Andréia, bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Neuza, no trecho entre as Ruas Ananias F. de Andrade e Daniela, bairro Igarapé, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Sorocaba, no trecho entre as ruas Miguel Calmon e Jaú, bairro Caladinho, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transporte – DER, que determine a adoção de medidas necessárias para a pavimentação asfáltica da Rua Jaú, no trecho entre as ruas Algodoeiro e Dezoito de Janeiro, bairro Caladinho, no município de Porto Velho – Rondônia.

- **INDICAÇÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia à Secretária de Estado da Saúde – SESAU, a necessidade que seja encaminhado a esta Casa Legislativa Projeto para alterar dispositivos de Lei Complementar nº 329, de 19 de dezembro de 2005, que cria o Programa de Residência Médica, para tratar sobre a carga horária consoante a (compatibilidade no que tange a viabilidade no exercício da residência médica com o cargo médico) em observância ao Parecer nº 1270/PCDS/PGE/15.

- **INDICAÇÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL.** Indica ao Governo do Estado de Rondônia, com cópia ao órgão competente, a necessidade em realizar uma Força Tarefa com escopo de reabrir o Hospital Municipal Sandoval de Araújo Dantas, no município de Jaru.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia interceder junto aos órgãos competentes que seja colocado o nome do Sebastião Lins da Vitoria a linha TN – 21, Linha 90 onde a mesma liga o Distrito de Tancredópolis à BR-429, Município de Alvorada d'Oeste – RO.

- **INDICAÇÃO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO.** Indica ao Governo Estadual, c/c ao DER/RO, da necessidade de instalação de um redutor de velocidade com lombada na frente da comunidade Santo Antônio, localizada no Km 05, Linha 184, Município de Santa Luzia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI D.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de pavimentação asfáltica da Estrada da Penal, no bairro Aponiã, no Município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI D.** Indica ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia que interceda junto à SEDUC, da necessidade de construção de uma unidade escolar, no bairro Nova Esperança, no município de Porto Velho-RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI D.** Indica ao Poder Executivo que interceda junto ao órgão competente, a necessidade de pavimentação asfáltica das Ruas Barbados e Manoel Félix, entre a Rua Gibin e Av. Guaporé, no Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, no município de Porto Velho.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Isídio Rocha; Rua Cândida Pereira; Rua Luiz Brasil; Rua Idalva Fraga Moreira; Rua Clementina Azevedo; Rua Anastácia Barbosa e Rua Nelson Gonçalves do trecho que compreende a Rua Inácio Mendes e Rua Plácido de Castro, bairro JK-I, no município de Porto velho-RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Inácio Mendes, do trecho que compreende a Avenida Mamoré e Avenida José Amador dos Reis, Bairro JK-I, no município de Porto Velho-RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR.** Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua

Jaqueline Ferry; Rua Luiz Brasil e Rua Idalva Fraga Moreira do trecho que compreende a Rua Plácido de Castro e Rua Mário Andreazza, Bairro JK-II, no município de Porto Velho-RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Ivone Chakian; Rua Travessia e Rua Itatuapé do trecho que compreende a Rua Idalva Fraga Moreira e Avenida José Amador dos Reis, Bairro JK-II, no município de Porto Velho-RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes – DER, a necessidade de drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Tércia de Abreu, Rua Antônio de Souza e Rua Moisés Carvalho do trecho que compreende a Avenida Mamoré e Rua Jaqueline Ferry, Bairro JK-II no Município de Porto Velho - Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO DOUTOR NEIDSON. Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao órgão competente, a necessidade em disponibilizar a iluminação do Campo de Futebol do Distrito do Iata, em Guajará-Mirim, Rondônia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO DOUTOR NEIDSON. Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - DER e Polícia Militar, a necessidade de disponibilizar e encaminhar um Engenheiro Civil ou Arquiteto para o 6º BPMFRON para realizar um projeto de conclusão da Obra da Academia de Musculação da Polícia Militar do Município de Guajará-Mirim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO DOUTOR NEIDSON. Indica ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia ao órgão competente, a necessidade de disponibilizar 02 Procuradores do Estado para atender a SUPEL - Superintendência Estadual de Licitações, com escopo de atender às inúmeras demandas existentes nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Curió, Bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Viara, Bairro Ronaldo Aragão, nesta capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tartaruga, Bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tracajá, Bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Cotia, Bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Tatu, Bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Paca, Bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Rio Nilo, Bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Marmelo, Bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Lago Grande, bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Indica ao Governador do Estado de Rondônia, com cópia para o DER - Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos, a necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Castanheiras, Bairro Ronaldo Aragão, nesta Capital.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE. Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia à EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia, a necessidade de encaminhar ao Escritório Regional da EMATER - Rondônia, do Território Rio Machado, no Município de Pimenta Bueno, Kit completo de equipamentos e materiais utilizados para o desenvolvimento da PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÍRTON GURGACZ. Indica ao Senhor Governador do Estado de Rondônia e ao Departamento

de Estradas de Rodagem - DER a necessidade de recuperação asfáltica na RO-458, que liga a Rodovia Federal (BR-364) até a Vila Triunfo.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Indica ao Governo do Estado, com cópia à Secretaria Estadual de Educação - SEDUC, a necessidade de disponibilizar Laboratório Móvel de Ciências e Matemática para atender às EFA's - Escolas Famílias Agrícolas do Estado.
Lidas as Proposições, Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Lidas as Proposições recebidas, solicito ao senhor Secretário...

O SR. AÉLCIO DA TV – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu queria só dar um aviso aqui para todos os nobres colegas na nossa Comissão de Orçamento, Fiscalização, Orçamento, Economia e Tributação, nós estamos com o nosso PPA e esse PPA tem que ser votado até dia 15. Dentro da Comissão, o projeto está comigo para fazer o parecer, e o nosso Regimento Interno aqui da Casa prevê que os Deputados têm direito a fazer emendas ao PPA, e essas emendas têm que ser no meu parecer, já tem que constar com ou sem emenda. Então, como eu estou com o parecer pronto, mas ele está na Comissão, porém todos os Deputados têm direito a fazer emenda no PPA. Então, queria que se algum Deputado quisesse fazer emenda ou pegar cópia do PPA nas Comissões, que ficasse à vontade até dia 12, porque dia 13 nós vamos votar o parecer na Comissão de Orçamento, não é isso, Deputado Cleiton Roque, que é o Presidente da Comissão? Eu estou com o PPA para dar o parecer e gostaria de passar essa informação para os Deputados. Isso normalmente não era feito, mas dentro do nosso Regimento prevê isso aí. Ele tinha que ter colocado dez dias antes de chegar a nossa Comissão, ele poderia ter sido anunciado aqui na Casa. Como ele foi direto para a Comissão e depois é que nós pegamos dentro do nosso Regimento e vimos isso aí, então vocês podem fazer. E em seguida nós vamos ter também a LOA e Vossas Excelências podem fazer as emendas posteriormente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental, "Voto de Louvor" para a Igreja Missionária Unida Jardim dos Migrantes, localizada no Município de Ji-Paraná.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Laerte Gomes que requer à Mesa Diretora, na forma regimental, "Voto de Louvor" para a Igreja Missionária Unida Jardim dos Migrantes, localizada no Município de Ji-Paraná.

Os Deputados contrários se manifestem, os favoráveis permaneçam como se encontram.

Matéria aprovada. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, se me permitir, Questão de Ordem?

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES - Só para comunicar que a festa de comemoração da Igreja Missionária, em Ji-Paraná, é no próximo final de semana agora, sábado e domingo. Queria agradecer aos colegas pela aprovação do Voto de Louvor.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar para Antônio Carlos Procópio, aluno do Curso de Formação de Agente Penitenciário, que faleceu no dia 24/09/2015, decorrente de acidente na BR-364.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno Boabaid. Os Deputados contrários se manifestem, os favoráveis permaneçam como se encontram.

Matéria aprovada. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID E DEPUTADO LAZINHO DA FETAGRO. Requer Audiência Pública para o dia 19 de outubro de 2015, às 15:00 horas, para discutir e analisar Saúde e Violência Contra Mulher no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Matéria aprovada.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar para Messias Pereira da Silva, aluno do Curso de Formação de Agente Penitenciário, que faleceu no dia 24.09.15, decorrente de acidente de trânsito na BR-364.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno. Os Deputados contrários se manifestem, os favoráveis permaneçam como se encontram. **Matéria aprovada.**

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer Voto de Pesar para Thyago Correia Barreto, aluno do Curso de Formação de Agente Penitenciário, que faleceu no dia 24.09.15, decorrente de acidente de trânsito na BR-364.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Matéria aprovada.**

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer criação de Comissão Temporária Especial, com a finalidade de apurar os constantes apagões de energia elétrica no âmbito do Estado de Rondônia.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Jesuíno. Os Deputados contrários se manifestem, os favoráveis permaneçam como se encontram. **Matéria aprovada.**

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado junto ao Poder Executivo do Estado de Rondônia, com cópia à Supervisão de Gestão de Pessoas (SUGESPE), pedido de informações sobre como será realizado o funcionamento e a forma de gestão do Barco Hospitalar de Guajará-Mirim.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Dr. Neidson. Os Deputados contrários se manifestem, os favoráveis permaneçam como se encontram. **Matéria aprovada.**

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO AIRTON GURGACZ. Requer à Mesa, na forma regimental, Voto de Louvor ao Jornal Correio Popular.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Ailton. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Matéria aprovada.**

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REDAÇÃO FINAL - PROJETO DE LEI Nº 130/15 DO DEPUTADO ALEX REDANO. Dispõe sobre o Plano de Manejo em pequenas propriedades e áreas de posses rurais e dá outras providências. **O SR. LUIZINHO GOEBEL (Presidente)** – Em discussão o Projeto de Lei nº 130/15, Redação Final. Não havendo discussão, em votação. Os Deputados contrários se manifestem e os favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 008/15 DO PODER EXECUTIVO. Altera redação do § 3º, do artigo 242, da Constituição do Estado de Rondônia.

O SR. LUIZINHO GOEBEL (Secretário ad hoc) – Proposta de Emenda Constitucional nº 008/15, Mensagem nº 168. O Projeto já tem parecer das Comissões pertinentes, portanto em primeira discussão a matéria. A votação é nominal.

O SR. JESUÍNO BOABAID – A Deputada Rosângela Donadon poderia se manifestar, que trata do seu artigo, que Vossa Excelência propôs, Deputada.

Deixa fazer a leitura. Eu vou explicar aqui: a Deputada Rosângela Donadon fez uma proposição da alteração da Constituição no dia 18 e no dia 24 de agosto o Governo mandou a ementa. O que é que trata esse artigo 242 - § 3º: a matéria que trata o § 2º deste artigo será coordenada, normatizada, controlada e fiscalizada pelo Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas - CONEN, vinculado ao órgão encarregado o Sistema Estadual de Saúde. Antes era vinculado ao Sistema Penitenciário e hoje está vinculado ao Sistema de Saúde. Então, foi essa alteração constitucional que foi feita e foi de proposta da Deputada Rosângela Donadon e o Estado mandou, e aí ela achou por bem retirar de pauta a matéria de autoria dela.

A SRA. ROSÂNGELA DONADON – Sim, até mesmo porque, Deputado, eu fiz, eu dei entrada, o meu foi antes, como o Deputado leu as datas, mas tendo em vista que dois Projetos em andamento... Então, para facilitar a aprovação, que eu vejo a importância de aprovar esse Projeto, eu retirei o meu para permanecer o Projeto do Governo.

(Às 19 horas e 56 minutos o senhor Luizinho Goebel passa a presidência ao senhor Maurão de Carvalho)

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Encerrada a discussão, em votação o Proposta de Emenda Constitucional nº 008/15. A votação é nominal. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Ailton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- ausente

Com 19 votos 'sim', está aprovado em primeira discussão e votação a Proposta de Emenda Constitucional 008/15. Vai à segunda votação.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero aproveitar, Deputado Cleiton Roque, vice-líder desta Casa, e alertar que dia 25 já está, até dia 30, que é amanhã, o Governo ficou para mandar aquela proposta da questão do ICMS. Eu estou só lembrando, precisa cobrar. Inclusive o Deputado Airton, o Deputado estava lá, eu também quero me colocar à disposição para ajudar a cobrar essa matéria.

O SR. CLEITON ROQUE – Deputado Adelino, dia 23 a SEFIN encaminhou a minuta do projeto. Nós imediatamente repassamos para o Presidente da ACIJIP, para a FECOMÉRCIO, para todas as Federações e os representantes dos Deputados que estavam lá. Inclusive, acredito que foi encaminhada, para o seu gabinete uma minuta dele.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quer dizer, já foi encaminhado, então?

O SR. CLEITON ROQUE – Isso. O que eles me pediram, as próprias entidades? Que mandassem aquela alteração de dezembro do ano passado. Aí decidiram ontem, foi encaminhado hoje, o pedido que eles fizeram é o seguinte: até sexta para eles analisarem se está contemplado, possivelmente na segunda ou na terça haverá uma reunião, ou aqui na Assembleia ou na FECOMÉRCIO para a gente terminar de fazer esse fechamento, para no comecinho de outubro nós votarmos. Até porque nossa preocupação é que talvez, como é uma alteração da legislação tributária, teria que ser respeitado o princípio da anterioridade, a noventena. Mas como neste caso não vai ter aumento e nem diminuição de impostos, é uma questão de ordem técnica dentro da legislação, não vai ser necessário aguardar essa questão. Então...

O SR. LAERTE GOMES – Só Questão de Ordem, Deputado Adelino, nesse tema. Eu gostaria, Deputado, se Vossa Excelência pudesse mandar, enviar ao meu gabinete uma cópia e participar da reunião. Eu fui relator da CCJ e fui autor de várias emendas, então gostaria que Vossa Excelência encaminhasse e, na reunião, eu participasse também.

O SR. ADELINO FOLLADOR – E tinha duas emendas que eram suas também.

O SR. CLEITON ROQUE – Amanhã cedo estará em suas mãos.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Só convidar os Deputados, amanhã nós estaremos aqui, às duas horas da tarde, com Audiência Pública para debater sobre uma proposição que nós

temos, junto com a Comissão de Meio Ambiente, Deputado Jean, para debater pagamento de serviços ambientais no Estado de Rondônia. Queremos construir, junto com o Governo, uma proposição que possa beneficiar aqueles produtores que têm trabalho prestado ao meio ambiente. Aí nós convocamos essa Audiência Pública em parceria com a Comissão de Meio Ambiente. Será amanhã, às duas horas. Então eu convido toda esta Casa, todos os Deputados que têm interesse poderem participar. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Concedida.

O SR. LEBRÃO – Gostaria que fizesse a inversão de pauta, colocasse em votação todos os projetos de votos nominais para que a gente pudesse dar andamento e dar velocidade na Sessão.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já está, Deputado Lebrão. Já está na pauta isso aí.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI D (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 030/15 DA MESA DIRETORA. Acrescenta e altera dispositivos à Lei Complementar 731, de 30 de setembro de 2013, que “Reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Esse aqui é um Projeto de Lei de autoria da Mesa Diretora para fazer adequação dos servidores da Casa, os aposentados com o IPERON. Então, é só correção para que o servidor não tenha perda.

Eu vou solicitar ao Deputado Laerte que emita parecer pelas Comissões de...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, só para entender esse Projeto de Lei Complementar, ele teve... Que aqui na Assembleia é diferente de outros Poderes ou outras categorias. A gente nunca fica sabendo como é que foi atendido o anseio do servidor. Não é de praxe a gente jamais votar contra o servidor. Mas esse Projeto aqui passou pelo crivo da análise, não só do Sindicato, mas dos servidores da Casa?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já foi discutido, Deputado Jean, mas se tiver alguma dúvida, se Vossa Excelência quiser olhar, não tem problema, não.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Não, pelo contrário, eu só queria... É porque, Presidente...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Foi solicitado por parte do servidor da Casa, porque os servidores aposentados estavam tendo perda. Então foi uma correção para esses servidores que se aposentaram não ter perda.

O SR. JESUÍNO BOABAIID – Só para explicar para o Deputado Jean, de uma forma assim, o IPERON não está aplicando, a tabela que foi dada é de índices inflacionários dois anos, e ele não está aplicando a tabela que era para ser aplicada dos dois anos. Então, conta só da data passada, não dessa data que era desses dois índices, então os servidores estão tendo prejuízo, é somente isso.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Solicito ao Deputado Laerte Gomes que emita parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES – Não tem nenhum prejuízo aos servidores, Senhor Presidente, trata-se de matéria de autoria da Mesa Diretora o Projeto de Lei Complementar nº 030/15, que acrescenta e altera dispositivos a Lei Complementar nº 731, de 30 de setembro de 2013, que “Reestrutura o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração e o Quadro Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia”.

Analisando aqui o Projeto, pela sua redação, constitucionalidade, senhor Presidente, o nosso parecer pelas Comissões pertinentes é favorável.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão e votação o parecer do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem.

Está aprovado o parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 030/15. Votação nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputada Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na Bença	- sim

**Com 19 votos favoráveis está aprovado.
Vai a segunda discussão e votação.**

O Deputado Só Na Bença hoje está de aniversário, parabenizar o Deputado Só Na Bença, por mais um ano de vida, que o Deputado Só Na Bença completa hoje.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/15 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. “Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça Marcus Alexandre de Oliveira Rodrigues”.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Decreto Legislativo nº 015/15, de autoria do Deputado Hermínio Coelho. O Projeto já se encontra com parecer. Em votação. Votação nominal. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputada Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputada Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Junior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só na Bença	- sim

Com 19 votos favoráveis, está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 016/15 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça Pedro Abi-Eçab.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de autoria do Deputado Hermínio Coelho, com parecer já. Em votação. O painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim

- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 18 votos sim, aprovado o Decreto Legislativo 016/15. Vai ao Expediente.
Próxima matéria.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Senhor Presidente, só uma correção aqui. Eu falei que a Audiência Pública é amanhã, e é dia 1º, na quinta-feira, às duas horas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 019/15 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Concede Título Honorífico de Honra ao Mérito ao Promotor de Justiça Rogério José Nantes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O projeto já se encontra com parecer. Em votação. Votação nominal, o painel já está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim

- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Votação encerrada.

Com 19 votos sim, está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 020/15 DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON. Concede Medalha do Mérito Legislativo ao Senhor Delson Fernando Barcellos Xavier.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto já tem parecer, o Projeto de Decreto Legislativo 020/15. Em votação. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 17 votos sim, está aprovado o projeto.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 021/15 DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO. Concede medalha de Mérito Legislativo ao Sr. Jackson Abílio de Souza.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Decreto Legislativo 021/15 já se encontra com parecer. Em votação. O painel está aberto.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- ausente
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- sim
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 19 votos sim, está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário *ad hoc*) - PROJETO DE LEI 171/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 179. Ratifica o Protocolo de Intenção firmado entre os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, visando à constituição de consórcio interestadual que tem por objetivo o desenvolvimento da região "Brasil Central".

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Esse é o projeto do Brasil Central. Falta o parecer das Comissões. Deputado Lúcia Tereza para emitir parecer.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Senhor Presidente, pelas Comissões pertinentes e de comum acordo, vendo a importância, na tentativa de a gente ter parceiros, eu peço que votem nesta proposição que é o Protocolo de Intenções que nós vamos firmar entre os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia e Distrito Federal, visando à constituição de consórcio interestadual que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento da região, que nós demos o nome de "Brasil Central".

É uma atitude, é uma tentativa que nos traz muita esperança, porque ainda são Estados novos e que têm muito ainda a ser desenvolvido, e nós, em conjunto, seremos fortes. Nós vamos representar os Estados do Brasil Central, que é da região Norte, mas o Brasil Central, onde nós poderemos nos entrelaçar, aprender o que já deu certo lá, levar também nossos conhecimentos, o nosso potencial e desenvolver mais rapidamente com essa troca de experiências e esse Protocolo

de Intenções que nós queremos que deixe de ser de intenções e que seja de ação para o desenvolvimento do nosso Estado. Eu peço que votem a favor desse Projeto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Essa matéria está com vista, estava com vista e após discussões, os próprios Deputados vieram, vários... De intenção, eu sei que todo mundo tem intenção, mas eu quero dizer, a pedido de todos os Deputados, a gente entende, neste exato momento, por questão de crise, mas fica aqui uma ressalva. Essa intenção deve, sim, trazer benefício para o povo de Rondônia. Isso eu quero deixar claro aqui. Eu vou acompanhar, Deputada Lúcia, de perto a aplicabilidade do que realmente trará de vantagem para o Estado de Rondônia esse Protocolo de Intenção, porque tem o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Brasília, são 06 Estados. Formaram aí essa Comissão, espero que traga realmente algum benefício para o Estado de Rondônia. Já não bastasse a soja que está sendo aí...

O SR. LAERTE GOMES – Ainda dá para discutir, senhor Presidente?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Dá porque está em discussão. E aí eu estou abrindo mão da minha, do meu pedido de vista porque o prazo seria 48 horas e como se trata de que o próprio Regimento diz, o artigo 43, até 06 dias, eu estou abrindo mão por conta disso.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu gostaria também de deixar registrado...

O SR. LAERTE GOMES – Mas é... A vista é do parecer da Deputada, nós estamos discutindo.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Está sendo discutido o parecer da Deputada.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada, Deputado. Eu gostaria de dizer, senhor Presidente, que o Deputado Jesuíno está pensando e agindo como todos os Deputados aqui. Nós vamos torcer para dar certo alguma coisa, alguma novidade, algum incremento, alguma atitude que a gente possa sair desse marasmo. Nós temos potencialidade, nós temos potencial. Nós podemos nos juntar para construir mais forte, mais rápido.

Gostaria de dizer que o Deputado, na Comissão de Justiça, pediu vista. Entendeu, depois das explicações de todos, que essa tentativa é salutar. Por isso eu quero aqui agradecer não só ao Deputado Jesuíno, como ao Deputado Laerte e o nosso Presidente da Comissão de Justiça, que também nos deu essa força para que a gente possa, amanhã ou depois, Deputado Jesuíno, não dizer que esta Casa aqui foi omissa ou não votou a favor, por isso não teve evolução algum projeto. Por isso eu peço que votem favorável a esse projeto.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, nós estamos discutindo o parecer...

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O parecer da Deputada Lúcia Tereza.

O SR. LAERTE GOMES – O parecer da Deputada e, aproveitando, o projeto. Eu até, a minha intenção, e como foi a Deputada Lúcia que deu o parecer já quebra a gente no meio. Mas aqui, este Projeto merecia um amplo debate nesta Casa, porque esse Projeto, Deputado Luizinho, é um Projeto interessantíssimo, eu acho. Só que nós estamos dando, nós estamos votando aqui um Projeto, um cheque em branco aqui, consórcio, quem sabe o que é consórcio pode contratar funcionário, pode trabalhar, pode fazer um monte de coisas. O Deputado Marcelino, até ia pedir vista desse Projeto, o Deputado Marcelino falou comigo também, e eu respeito à hierarquia e a amizade que eu tenho com ele, e ele, o nosso Presidente da CCJ para eu não pedir vista. O próprio Governador conversou com a gente, conversou conosco, devido à reunião, eu acho que em...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Dia 2.

O SR. LAERTE GOMES – Dia 2, em Campo Grande, mas é um Projeto que quem sabe que é um consórcio, nós estamos aqui sem discutir, sem debater, dando uma autonomia...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Corretíssimo.

O SR. LAERTE GOMES – Dando uma autonomia, não é? Por exemplo, o reajuste e a revisão das tarifas e preços públicos; aceitar cessão dos servidores por ente federativo associado; aprovar a contratação dos empregados públicos nos termos da legislação vigente, que é consórcio, pode; contratar operação de crédito, observados os limites de condições estabelecidas pela legislação pertinente e aí vai. Esse consórcio, o consórcio poderá contratar pessoal por prazo indeterminado como empregados públicos ou prazo determinado, o consórcio tem esse poder. Nós estamos criando aqui uma ferramenta, Deputado Luizinho...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Vossa Excelência tem toda razão.

O SR. LAERTE GOMES – Eu acho que deveria ser um amplo debate, Deputado Cleiton, nesta Casa, mas em respeito ao Governador, que vai nos representar, e aos colegas que me falaram, que vão nos representar agora em Campo Grande, todos os Governadores provavelmente vão estar com esse Projeto aprovado, eu não vou pedir vista dele. Mas eu volto a frisar aqui, a ideia, em si, é muito boa, eu acho que o Brasil Central, a ideia desses Governadores é muito boa, Deputado Adelino. Eu acho que nós podemos ter muito mais ganhos do que perdas com esse consórcio, mas é um consórcio. Eu acho que nós teríamos que ter, e não é possível por causa desse compromisso, um tempo, Deputado Dr. Neidson, de debater profundamente esse Projeto...

A SRA. LÚCIA TEREZA – Com certeza.

O SR. LAERTE GOMES – Talvez isso aqui seja um dos Projetos mais importantes que está tramitando nesta Casa este ano. E nós estamos votando, aqui, a toque de caixa, sem discutir, sem debater e todos nós sem ler. Eu li algumas coisas só aqui, mas já que a maioria concorda, os colegas conversaram, vamos dar essa confiança ao Governador para que possa representá-los.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Deputado Laerte, eu discordo. Eu discordo, que apenas só eu e o Deputado Hermínio que participaram da reunião lá na FIERO, o restante foi apresentado, inclusive a Procuradoria estava lá apresentando ponto a ponto. É esse ponto que eu estou divergindo, mas como o Deputado Laerte disse, é um Projeto de grande magnitude, consórcio diz: “vai ter o valor investido por todos os Estados e aí ele distribui”, então é algo que deveria...

O SR. LAERTE GOMES – Deputado Jesuíno, lá naquela reunião foi apresentada a potencialidade dos Estados da região Centro-Oeste que produzem o PIB e foi falado pelo Secretário de Planejamento algumas Leis, mas o Projeto é muito amplo.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Não foi apresentado o Projeto, então?

O SR. LAERTE GOMES – Não. É um consórcio, é o debate que foi discutido lá, o conteúdo, o conteúdo que está aqui não foi discutido. É um consórcio, todos sabem, mas eu vou, Deputado Marcelino, respeito o pedido de Vossa Excelência e de vários colegas, eu vou me abster e...

O SR. LUIZINHO GOEBEL – Eu só quero agradecer aos Deputados, ao Deputado Laerte, o Deputado Jesuíno e a Deputada Lúcia e aos demais pares, porque chegaram nesse consenso da votação. E como bem disse o Deputado Jesuíno e o Deputado Laerte, nós estamos então dando um cheque em branco para o Governo, tudo bem, estamos confiando no Governo e temos certeza que não está envolvido nesse Projeto só o Governo de Rondônia, mas são praticamente todos os Estados da região Norte e que naturalmente todos os gestores têm a responsabilidade. Mas jamais esta Casa, Deputado Aécio e demais Deputados, vai se furtar daqui a pouco de fiscalizar, de acompanhar, inclusive de participar, que já tem um convite oficial para que o Presidente da Assembleia, Deputado Maurão, nos represente no próximo dia 02, quando serão, então, reunidos de fato todos os Estados, esse Conselho, enfim, instituído de fato esse consórcio. Então, em nome do Governador Confúcio Moura, da Casa Civil, que hoje trabalhou para viabilizar esse Projeto, eu agradeço profundamente todos os Deputados.

O SR. LAERTE GOMES – Só para dizer que o voto da nossa relatora não tem nada a ver com o Projeto. A relatora está dando voto aqui da constitucionalidade, da legalidade. Ela não pode entrar no conteúdo porque ela é relatora. Nesse sentido, agora, ela pode discutir. Então, o meu debate é só sobre conteúdo, nada contra o vosso voto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem Presidente, para discutir?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Esse Projeto entrou nesta Casa, ele é regime de urgência, houve displicência no momento da Casa mandar para a Comissão, porque projeto de urgência, está no artigo 41 da Lei Estadual, que não há consentimento de vista, nem na Comissão, nem também aqui. Ou vota, existe a legalidade, Vossa Excelência Deputada Lúcia Tereza, proferiu seu voto, e ele não consiste em pedido de vista, que é um projeto de urgência. Está no nosso Regimento Interno, no artigo 53.

O SR. LAERTE GOMES – Mas se a Casa Civil fez isso, nobre Deputado Marcelino, aí fez de má-fé, então.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Não, não foi a Casa Civil que fez isso.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Subestimou a nossa inteligência, mandaram em regime de urgência.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Eu não ia nem entrar nesse mérito, agora eu vou entrar. Depois que o Deputado Marcelino, eu quero agora que a discussão... Eu não ia nem entrar nesse mérito. É um erro no nosso Regimento, porque olha o que diz, “As Comissões terão o seguinte prazo para emissão de parecer, salvo exceções previstas neste Regimento: Inciso I – 06 dias para as matérias em regime de urgência”. Aí vamos remeter ao artigo 53, realmente o artigo 53 diz, no parágrafo 1º, “conhecido o voto do relator, qualquer membro da Comissão poderá pedir vista ao processo pelo prazo de dois dias”, e lá dá 06 dias em regime de urgência. Aí vem no parágrafo 1º: “Não se concederá vista nas matérias em regime de urgência nem que a já tenha obtido”, olha o conflito. Se eu dou 06 dias... Aí vamos para o artigo 41 da Constituição Estadual. Por isso que eu durmo, me debruço sobre essa Constituição. Vamos lá ao que diz o artigo 41? Vamos. “Artigo 41 – O Governador do Estado de Rondônia pode solicitar urgência para apreciação dos projetos de sua iniciativa. Parágrafo 1º - Se no caso desse artigo, a Assembleia Legislativa não se manifestar sobre a propositura em 45 dias”. Ele te dá 45 dias para manifestar. E esta Comissão de Justiça é parte da Assembleia Legislativa e se manifestou. Eu entendo.

Então, esse pedido de vista é discutível e pode sim ser manifestado. Até porque ele disciplina também como deve ser o caráter de urgência. Então, essa matéria não tem, ao olhar desta Casa, uma grande relevância. Então, poderia ser mantido, sim, o pedido de vista. Só que a gente entende que neste exato momento, que é um dispositivo aqui regimental, que ele está conflitante, mas o que a Pirâmide de Kelsen que diz, emenda constitucional, projeto de lei, aí Regimento Interno, que o próprio Regimento conflita com a Constituição Estadual.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Deputados, mas na realidade aqui o que os Deputados estão discutindo não é nem o parecer

da nobre Deputada, que é pela constitucionalidade do projeto, a legalidade, mas em si, a matéria, aonde ela vai incidir. Um exemplo, nós estamos com um projeto, onde nós tivemos uma reunião lá, o Deputado Laerte e vários Deputados estavam presentes, é o momento que nós estamos inserindo, foi convidado o Estado de Rondônia para participar do Brasil Central. Vejam onde nós estamos no mapa, o Brasil Central está ali no centro, mas por que Rondônia foi, Deputado Hermínio, convidada? Porque nós somos a parte que eles vão precisar para a logística. E com isso nós podemos tirar muito proveito desse projeto. É a mesma coisa, um pouco diferente, as Usinas, quando chegaram, foram criadas para serem consolidadas aqui no Estado de Rondônia. Infelizmente, naquele momento, no Estado não houve a percepção de ele buscar mais, trazer mais condições e desenvolvimento para o nosso Estado de Rondônia, Deputado Hermínio. ‘Ah, não, ela vai vir, vai investir 20 milhões de reais, nós vamos dar tudo para ela’, e o que vai sobrar para nós?

Então, esse projeto, está sendo votada a Lei de Criação de Intenções, para que nós possamos construir esse consórcio. Por exemplo, Brasília não vai participar com nenhum centavo esse ano de 2016, porque não tem recurso financeiro para poder aportar, para custear despesas. E cada Estado, o Estado do Mato Grosso é quem vai ter o maior aporte. Acho que é mais de cinco milhões de reais para poder fazer as despesas correntes dos meses de 2016. Então, nós estamos saindo, nós estamos entrando no Brasil Central, um Brasil forte, como é o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins. E nós temos outra vantagem, que neste momento nós podemos utilizá-la. Nós pertencemos à região Amazônica, onde, Deputado Hermínio, a parte ambiental é muito severa. Agora, nós estamos nos juntando com outros Estados que a parte ambiental não pega o quanto pega em Rondônia. Agora, precisamos que a Assembleia Legislativa, depois que isso for avançando, nós ficarmos sempre atentos ao desenvolvimento desse projeto. Então, é um projeto muito importante para o Estado de Rondônia.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero, com certeza, concordar com a Comissão de Redação e Justiça. Eu hoje concordei com a votação, mas quando se trata de consórcio é muito sério. Nós temos aí municípios que fizeram consórcio no passado e hoje eles estão devolvendo dinheiro na Justiça porque o consórcio não foi para frente, e foi assumido compromisso.

Então, nós esperamos, eu acho que é um voto de confiança e o Governo precisa, eu acho que é um fato, que nem o Deputado Marcelino falou, a importância disso, esperamos que coloquem pessoas que façam um trabalho com seriedade, com transparência e que vejam os compromissos que vão assumir. Porque no futuro, o Estado paga os mesmos compromissos que os outros Estados vão fazer. Então, eu conheço, nós fizemos um consórcio, antigamente Cacaulândia, Jaru, fizeram um consórcio de saúde e depois faliu e hoje estão sendo cobrados na Justiça todos os direitos trabalhistas das

peças que estavam contratadas. Então, nós temos que ter muito cuidado com esse trabalho de consórcio, tem que ser bem vigiado. Mas com certeza é um passo importante, desde que coloque pessoas competentes nesses cargos.Obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu queria só dizer o seguinte: até porque tem urgência, dia 02 vão se encontrar todos os Estados, esses Estados que foram citados pelo Deputado Marcelino, e teriam que todos estar com essa legislação aprovada. Nós não teríamos, Deputado Laerte, nem tempo, que discutir sempre é muito bom, debater, discutir, às vezes, para melhor mais ainda a proposta. Mas aqui, eu acho que um pedido de vista atrapalharia, sim, eu sou oposição, mas eu acho que oposição aqui quem é? Eu o Deputado Jesuíno. E a orientação é que a oposição vote a favor do Projeto que é muito bom. Meu amigo Deputado Marcelino Tenório, o Projeto é bom e o voto da minoria é pela aprovação do Projeto.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu acho importante para nós que estamos na região Norte receber um convite desses para integrar um bloco econômico da região Centro-Oeste, é extremamente importante para nós. Primeiro, porque, pelos números que foram apresentados, esse bloco tem um superávit de quinze bilhões de dólares na balança comercial. Esse bloco representa 50% da produção de grãos do Brasil. Esse bloco, ele hoje é, sem dúvida alguma, essa região é a região que menos sofre com a crise nacional. E hoje é uma tendência mundial os blocos de países, os blocos são extremamente importantes. Eu acho que para nós da região Norte, esse convite, foi o melhor que aconteceu.

Eu pelo menos vejo assim, como um economista, como uma pessoa do ramo, eu acho que ele é, não dá nem para discutir a questão da gente participar ou não. A questão da urgência é porque para ele ser criado tem que ser por unanimidade. Ele tem que ser votado em todas as Assembleias até sexta-feira, dia 02. Se chegar à reunião do dia 02 e alguma Assembleia não tiver aprovado ainda, corre o risco de esse Estado ficar fora do bloco. Então, a gente receber esse convite e depender exclusivamente da Assembleia para aprovar a entrada do Estado nesse bloco, eu acho que a responsabilidade é muito grande e por isso, nós precisamos, devemos dar esse voto de confiança e aprovar esse Projeto de Intenções para que o Estado de Rondônia, orgulhosamente possa fazer parte desse pedaço do Brasil que dá certo, que é o Brasil produtivo.

O SR. LAERTE GOMES – Para discutir ainda, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Eu estou querendo encerrar a discussão.

O SR. LAERTE GOMES – Não, mas eu quero discutir, eu estou gostando do debate. Um Projeto desses tinha que passar dois meses discutindo. Eu concordo. É importante estar no Centro-Oeste, é importante o convite, o Deputado Aécio colocou isso,

mas também é importante o conteúdo que nós estamos votando aqui. É importante, Deputado Adelino, saber o que nós estamos votando aqui. Então, deveríamos ter um mínimo de tempo para todo mundo ler aqui e saber o que está se votando e aprovando. Só isso, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Esse Projeto é de grande importância, acho que como o Deputado Aécio falou, o Deputado Aécio falou que só de nós estarmos vinculado ao Brasil Central, saindo aqui um pouco da Amazônia, isso aí, nós vamos ganhar bastante. E eu não vou poder estar como Presidente lá no dia 02, até tinha feito um compromisso com o Governador, o Deputado Lazinho, também disse que ia, até cancelou a agenda dele, o Deputado Laerte, Deputado Ribamar e o Deputado Aécio. E aí acabou decidindo hoje que vai o Deputado Ribamar e o Deputado Aécio. Aí eu estou pedindo à assessoria que assim que aprovar, eu já vou homologar.

O SR. LAERTE GOMES – Já está me cortando, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Já homologando. E o Deputado Ribamar Araújo e o Deputado Aécio vão levar uma cópia e entregar lá no Consórcio, lá nessa reunião e eles dois estarão representando, eu sei que nós vamos estar bem representados pelos dois.

O SR. LAERTE GOMES - Vossa Excelência está me cortando da viagem, Presidente? Só porque eu dei uma discutidinha no projeto aqui?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Não, não é não. Eu acho o projeto é de grande importância, e como Vossa Excelência tinha uma agenda marcada, é que Vossa Excelência desistiu. Mas aí o Deputado Ribamar e o Deputado Aécio com certeza vão estar nos representando muito bem, assim que eles tiverem essa reunião, esse encontro e a hora que eles chegarem, se for possível, nós vamos fazer uma reunião para ouvi-los, saber como foi a discussão, como que foi a reunião do Consórcio, que eu sei que vai ser de grande importância. E com certeza o Deputado Ribamar e o Deputado Aécio vão nos representar muito bem e trazer boas informações.

Ainda em discussão o parecer. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

Em primeira discussão o Projeto de Lei 171/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o projeto.

Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria, Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI D (Secretário ad hoc) – Eu vou só pedir para o Deputado Ribamar e o Deputado Aécio que vejam, como tem Mato Grosso a situação da madeira, esse pacto desse consórcio, para discutir uma série de coisas de interesse nosso lá.

- PROJETO DE LEI 167/15 DA DEPUTADA GLAUCIONE.

Denomina de Everaldo Barbosa Góes, a Rodovia Estadual 383, situada entre os municípios de Cacoal e Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Lei nº 167 já se encontra com parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 167/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai a segunda discussão e votação.
Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 175/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 187. Revoga dispositivo da Lei nº 2.840, de 3 de setembro de 2012, que institui o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual, REFAZ - V. Está sem parecer.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto encontra-se sem parecer. Deputado Marcelino Tenório para emitir o parecer.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Lei nº 175/15 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 187, que revoga dispositivo da Lei nº 2.840, de 3 de setembro de 2012, que institui o Programa de Recuperação de Créditos da Fazenda Pública Estadual, REFAZ - V.

O meu parecer pelas Comissões pertinentes, pela legalidade, constitucionalidade, o meu parecer é pela aprovação do projeto, Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do eminente Deputado Marcelino Tenório.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado o parecer.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Eu queria fazer, só relatar para os nobres Deputados do que se trata esse Projeto de Lei, só para explicar. Esse é um projeto que eu vejo de grande relevância. E por quê? A Lei dispõe hoje, a Lei normal, sem alteração, que o pagamento na forma prevista no inciso IV desse artigo, somente será aceito quando o valor total de crédito tributário consolidado a ser incluído no REFAZ, após a redução prevista, supere cinco milhões de reais. Quem é que vai chegar? Só os grandes empresários. Hoje com a revogação da Lei, qualquer montante vai poder na REFAZ. Então, esse é um benefício para o Estado de Rondônia, para as pessoas que estão no prejuízo para o Estado em negociar e ter a dívida liquidada através de negociação. Então, eu vejo de grande importância essa alteração no REFAZ, esse projeto.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Para discutir a matéria, Senhor Presidente. Presidente, só para poder colaborar com o Deputado Jesuíno Boabaid, que, além disso, Deputado, as dívidas eram acima de 5 milhões de reais e você poderia fazer permutas por bens. Você tinha um imóvel, o Estado fica com seu imóvel

e ele quita isso. E agora, reduziu bastante esse valor aí, se você deve lá 5 mil reais, o Estado tem todos os procedimentos legais, perante a lei, e você pode pagar sua dívida, quitar e ficar com seu nome limpo, para poder começar a sua vida novamente. Então é um projeto importante e tem que fazer jus àquelas pessoas... Agora, só as dívidas de 5 milhões de reais que você pode, Deputado Só Na Bença, o pagamento com imóvel, você tem uma casa que vale, qual a casa que vale cinco milhões de reais? Um exemplo, você deve aí duzentos mil reais, você pode pegar um bem seu e pagar o sua dívida. Então, esse é um projeto de grande relevância, Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Secretário, esse projeto nós vamos corrigir um erro nosso mesmo aqui, votando isso, sendo justo com todos porque nós aprovamos ele. Então, hoje, esta Casa trata todos igualmente, esta Casa hoje faz justiça.

O SR. AÉLCIO DA TV – Eu só queria fazer um comentário que esse projeto deveria passar pela nossa Comissão de Finanças, e nós abrimos até por causa da importância dele. O Deputado Luizinho nos procurou ontem na Comissão, porque não dá para entender como é que se cria uma Lei igual a esse projeto que foi criado anteriormente só beneficiando quem tinha imóvel a partir de cinco milhões para pagar a sua dívida. Então, era um absurdo, a lei do anterior era um absurdo. Aí está corrigindo o erro gritante que foi cometido na lei inicial, ou seja, corrigindo para que principalmente o pequeno possa ter direito também de ser beneficiado no refinanciamento de dívida, ele podendo pagar com imóvel de valor pequeno ou com um bem de valor pequeno. Então, eu acho que corrige uma grande distorção que foi a lei original.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o projeto. Não havendo mais quem queira discutir. Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 175/15. Votação simbólica.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai a segunda discussão e votação.
Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE LEI 143/15 DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Dispõe sobre a alteração na Tabela III, dos Ofícios de Registro de Imóveis, da Lei nº 2.936, de 26 de dezembro de 2012.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO - O projeto que foi aprovado em primeira discussão e votação anterior, eu votei conforme orientação da liderança da oposição.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Está bom, Deputado. O projeto 143/15 já se encontra com parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai a segunda discussão e votação.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 027/15 DA MESA DIRETORA. Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar o inciso I, e suas alíneas “a” e “b” do art. 159 da Constituição Federal, para o fim de modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Projeto de Resolução 027/15 se encontra sem parecer. Solicito ao membro da Comissão de Justiça... Deputada Lúcia Tereza para emitir parecer.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Eu não vou dar parecer. Eu não sei nem o que é que é.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Então o Deputado Jesuíno Boabaid para emitir o parecer pela Comissão.

O SR. JESUÍNO BOABAIID – Esse Projeto de Resolução, Deputada Lúcia Tereza, trata de uma Audiência Pública que teve aqui com os Deputados de Santa Catarina, é um Projeto de Resolução, inclusive já estão aguardando a propositura dessa Emenda Constitucional. Então, todos os Estados deveriam apresentar um Projeto de Resolução, aprovado pelo Plenário, para encaminhar a devida documentação para as Assembleias proporem alteração constitucional. Então, é só isso.

O SR. LAERTE GOMES – Para que possamos ter mais legitimidade e poder legislar de fato. Esse projeto é interessante, Deputada Lúcia.

O SR. AÉLCIO DA TV – Na verdade, serão 04 projetos daqueles que vieram. Vão passar por todas as 27 Assembleias, porque sendo unânime os temas das 27 Assembleias, pode provocar uma Emenda à Constituição para alterar na questão de legislar. Que as Assembleias vão poder legislar sobre alguns temas determinados, que estão aí nesse Projeto de Resolução, todas as Assembleias do Brasil estão aprovando esse Projeto de Resolução.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Obrigada. Foi muito bem explicado.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Muito explicado pelo Deputado Aécio e já foi discutido e eu acho que é de grande importância para o fortalecimento do Poder.

O SR. AÉLCIO DA TV – Tem o compromisso, inclusive do Presidente da Câmara dos Deputados, que caso as 27 Assembleias aprovem, eles vão colocar. Ele nada mais é do que o Pacto Federativo, porque aí ele dá poderes às Assembleias.

O SR. JESUÍNO BOABAIID – Somos de Parecer favorável pelas Comissões pertinentes.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Jesuíno. Em votação. Os

Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

Em discussão o projeto. Para discutir, Deputado Marcelino Tenório.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Um projeto semelhante a esse, foi feito a minirreforma eleitoral. As Assembleias Legislativas deste país, porque tudo que se faz em Brasília, somos nós aqui na base que vamos arcar com que fazem lá em Brasília, os projetos de lei, as leis que eles fazem. E era, Presidente, também, para poder ter provocado a mesma situação nisso aí para que pelo menos se consolide um Decreto com as mudanças, que se a UNALE tivesse, Deputado Aécio, talvez algumas proposições dentro das Assembleias Legislativas poderiam virar lei lá no Congresso Nacional. Perdemos a oportunidade, mas quem sabe no ano que vem, vem nova reforma e aí a Assembleia Legislativa já fica atenta, esse novo reposicionamento, se houver uma nova reforma eleitoral, senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – em votação única o Projeto de Resolução 027/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 028/15. Aprova apresentação à Câmara de Deputados de Proposta de Emenda Constitucional Federal, visando acrescentar o inciso IV do artigo 60 da Constituição Federal, para estabelecer iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Resolução se encontra sem parecer. Solicito ao Deputado Jesuíno Boabaid para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. JESUÍNO BOABAIID – Trata-se da mesma matéria. Trata do assunto, o Projeto de Resolução que dispõe sobre a iniciativa popular. Então, pelas Comissões pertinentes, somos de parecer favorável.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer favorável do Deputado Jesuíno. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão única o Projeto de Resolução 028/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE RESOLUÇÃO 029/15 DA MESA DIRETORA. Aprova apresentação à Câmara de Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os artigos 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% (dez por cento) da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do câmputo deste percentual as emendas parlamentares ao orçamento federal.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Resolução 029/15 está sem parecer.

Solicito a um membro da Comissão de Justiça para emitir parecer pelas Comissões pertinentes. Deputado Marcelino Tenório para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Resolução nº 029/15 da Mesa Diretora, aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os artigos 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do câmpulo deste percentual as emendas parlamentares ao orçamento federal.

Pela legalidade, constitucionalidade do Projeto, o meu parecer é pela aprovação do Projeto, Senhor Presidente.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Em discussão o parecer do Deputado Marcelino Tenório. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em discussão única o Projeto de Resolução nº 029/15. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – Presidente, até porque já está passando o horário, 20h58min. Eu vou pedir para retirar alguns Projetos, porque tem vários Projetos que devem ter segunda votação e se não tiver o quórum suficiente, 16, vai prejudicar.

Então, eu vou pedir aqui que retire e a gente aprova só esses, amanhã a gente coloca esses aqui que é Votação Simbólica.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Questão de Ordem, Sr. Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, só faltam dois, nós estamos aqui, temos 17 Deputados no Plenário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – Não, não faltam só dois, não.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Sim. É rapidinho, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – Então toca o barco, vamos lá. A minha preocupação são esses Projetos que ainda tem aqui.

- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 030/15 DA MESA DIRETORA. Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os artigos 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas da União em concorrentes com os Estados e o Distrito Federal.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Resolução nº 030/15, encontra-se sem parecer. Deputado Marcelino para emitir parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Projeto de Decreto Legislativo nº 030/15 da Mesa Diretora, aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os artigos 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas da União em concorrentes com os Estados e o Distrito Federal.

Pela legalidade e constitucionalidade do Projeto, o meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Relator, só o tema do Projeto que eu não me atentei.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Senhor Presidente, o Deputado Laerte Gomes não está querendo saber desse processo, só quer repetir.

O SR. LAERTE GOMES – Eu gostaria de saber o conteúdo, me desculpe, Relator.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – A Ementa do Projeto?

O SR. LAERTE GOMES – Isso.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os artigos 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas da União em concorrentes com os Estados e o Distrito Federal.

O SR. LAERTE GOMES – Satisfeito, obrigado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Obrigado a Vossa Excelência, Deputado Laerte.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Deputados, nós temos uma Emenda Constitucional que é com 16 votos e nós não podemos nos ausentar.

Em discussão e votação o parecer do Deputado Marcelino Tenório. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em discussão única o Projeto de Resolução 030/15.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Suspende a execução da Lei nº 794, de 23 de novembro de 1998.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Decreto Legislativo 023/15 já tem parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado. Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário ad hoc) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 024/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Suspende a execução da Lei 2.541, de 16 de agosto de 2011.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Decreto Legislativo 024/15 já se encontra com parecer. Em discussão e votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 025/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Suspende a execução do artigo 3º da Lei Complementar nº 553, de 31 de dezembro de 2009.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Decreto Legislativo 025/15 já se encontra com parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Secretário *ad hoc*) – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 026/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO. Suspende a execução da Lei nº 3.335, de 21 de março de 2014.

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – O Projeto de Decreto Legislativo 026/15 já se encontra com parecer. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, senhor Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Esses Decretos, eles têm poder de derrubar leis, leis complementares e tudo?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Suspende. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para apreciar em segunda discussão as matérias aprovadas nesta Sessão.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JESUÍNO BOABAI – Presidente, tinha que ter lido o Requerimento de dispensa de interstício, senão fica prejudicado. Então, a gente vai ler na Sessão Extraordinária os Requerimentos. Isso se o Plenário concordar. Todos concordam?

O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) - Todos concordam? Então está aprovado.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 21 horas e 05 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 3269/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

N O M E A R

VINICIUS RODRIGUES DOS ANJOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assistente Técnico, código AST-12, no Departamento de Comunicação Social, a contar de 1º de outubro de 2015.

Porto Velho, 14 de outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 3282/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

C O N C E D E R:

Afastamento remunerado a servidora **MIRIAM IRINEU DE FARIAS**, matrícula nº 100010223, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, lotada no Departamento Médico, até a homologação de sua Aposentadoria nos termos do Art.13, da Lei Complementar nº 1068 e Processo nº 7917/2015-35.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Velho, 15 de outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 3283/2015-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

C O N C E D E R:

Afastamento remunerado a servidora **OZENIR DA SILVA CAVALCANTE**, matrícula nº 100009812, Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, lotada na Divisão de Documentação e Arquivo, até a homologação de sua Aposentadoria nos termos do Art.13, da Lei Complementar nº 1068 e Processo nº 7917/2015-35.

Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Velho, 15 de outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 303/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 21 a 23/10/2015 ao **Deputado Estadual AELCIO JOSÉ COSTA**, matrícula nº 200160358, que irá representar a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia na III Reunião Ampliada do Parlamento Amazônico, na cidade de São Luiz - MA, conforme Processo nº 13380/2015-17.

Porto Velho - RO, 08 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 304/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 21 a 23/10/2015 ao **Deputado Estadual EZEQUIEL JUNIOR SANTOS DA COSTA**, matrícula nº 200160360, para participar da III Reunião Ampliada do Parlamento Amazônico, na cidade de São Luiz - MA, conforme Processo nº 13385/2015-21.

Porto Velho - RO, 08 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 311/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 21 a 23/10/2015 ao **Deputado Estadual JOSÉ RIBAMAR ARAÚJO**, matrícula nº 200121898, para participar da III Reunião Ampliada do Parlamento Amazônico, na cidade de São Luiz - MA, conforme Processo nº 13486/2015-86.

Porto Velho - RO, 09 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 332/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias no período de 18 a 22/10/2015 a **Deputada Estadual ROSÂNGELA HENRIQUE PEREIRA DONADON**, matrícula nº 200160361, para deslocar - se as cidades de Cascavel/PR e Brasília - DF, com objetivo de participar da reunião no Ministério da Agricultura e sessões da Comissão de Orçamento do Senado Federal, conforme Processo nº 13900/2015-50.

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 334/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 21 a 23/10/2015 ao **Deputado Estadual LEONARDO BARRETO DE MORAES**, matrícula nº 200160362, que como Vice Presidente do Parlamento estará representado a Assembleia Legislativa/RO na III Reunião Ampliada do Colegiado de Deputados do Parlamento Amazônico, na cidade de São Luiz - MA, conforme Processo nº 13907/2015-54.

Porto Velho - RO, 19 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 335/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 20 a 23/10/2015 ao **Deputado Estadual LUIZ ALBERTO GOEBEL**, matrícula nº 200121913, para participar do Seminário sobre o tema "O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21": Oportunidades e Desafios, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº 13901/2015-50.

Porto Velho - RO, 19 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho **Arildo Lopes da Silva**
Presidente Secretário Geral

ATO Nº 302/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 28 a 30/10/2015 aos servidores relacionados, para representarem a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no Encontro Nacional de Chefes de Cerimonial que a acontecerá na Cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº. 13381/2015-18.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100008500	Jane Ester Siqueira Lemos	Diretor de Dept.	Dept. Cerimonial
100008616	Lenilson de Souza Guedes	Assessor Técnico	Detpt. Cerimonial

Porto Velho - RO, 08 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 312/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 21 a 23/10/2015 a servidora relacionada, que irá prestar assessoramento técnico e parlamentar ao Deputado Estadual JOSÉ RIBAMAR ARAÚJO, na III Reunião Ampliada do Parlamento Amazônico, na cidade de São Luiz - MA, conforme Processo nº 13486/2015-86.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100002676	Regina Celia de A. El Rafihi	Téc. Legislativo	Dep. Ribamar Araújo

Porto Velho - RO, 09 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 330/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no dia 16.10.2015 aos servidores relacionados para coordenarem e prestarem serviços de segurança na Audiência Pública no Distrito de União Bandeirantes - RO, conforme Processo nº. 13904/2015-52.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200160952	Jose Aroldo C. Carvalho	Sec de Segurança	Secret. de Seg. Institucional
200161944	Celio Junior Caetano P S Lopes	Asses. Militar	Secret. de Seg. Institucional

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 331/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diária no dia 16.10.2015 ao servidor relacionado para prestar serviços de motorista conduzindo os servidores da Secretaria de Segurança Institucional que estarão participando da Audiência Pública no Distrito de União Bandeirantes - RO, conforme Processo nº. 13904/2015-52.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161924	Valdeir Moreira de Souza	Asses. Militar	Sec. de Segurança Institucional

Porto Velho - RO, 16 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 333/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 21 a 23/10/2015 ao servidor relacionado para participar de Reunião com a Presidente do IPERON e representantes do Ministério da Previdência Social, que irá tratar da Revisão do Termo de Parcelamento de Dívida em Brasília - DF, conforme Processo nº. 13905/2015-53.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100000547	Celso Ceccatto	Advogado Geral	Advocacia Geral

Porto Velho - RO, 19 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 336/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias no período de 20 a 23/10/2015 ao servidor relacionado, para prestar serviços de assessoria ao Deputado Estadual Luizinho Goebel que estará participando do Seminário sobre o tema "O Setor Elétrico Brasileiro e a Sustentabilidade no Século 21": Oportunidades e Desafios, na cidade de Brasília - DF, conforme Processo nº 13901/2015-50.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161051	José Reginaldo dos Santos	Assessor Técnico	Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 19 de Outubro de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO

ATO Nº 003 MD-SPMG/2015

Porto Velho, 19 de outubro de 2015.

Abre no Orçamento-Programa Anual da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 600.000,00 para reforço de dotações consignadas no vigente Orçamento.

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso de suas atribuições legais e conforme autorização contida na Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014, § 1º, do artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento-Programa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Crédito Adicional Suplementar para atendimento de Despesa Corrente, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
REDUZ				
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA			
01.001.01.122.2013.1204	CONSTRUIR O PRÉDIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	4.4.90.51	100	600.000,00
	TOTAL			600.000,00

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
SUPLEMENTA				
	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA			
01.001.01.122.1020.2063	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO PES. CIVIL ATIVO E ENC. SOCIAIS	3.1.90.94	100	600.000,00
	TOTAL			600.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação parcial da dotação orçamentária no montante acima especificado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

Deputado Mauro de Carvalho
Presidente